

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – FAFICH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

PEDRO PASCHOALIN DE AMORIM

A POLÍTICA EM ESPIRAL:
NORMALIDADE E EXCEPCIONALIDADE NA COBERTURA MIDIÁTICA
SOBRE O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

Belo Horizonte

2020

PEDRO PASCHOALIN DE AMORIM

A POLÍTICA EM ESPIRAL:
NORMALIDADE E EXCEPCIONALIDADE NA COBERTURA MIDIÁTICA
SOBRE O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Moreira da Silva
Coorientador: Prof. Dr. Ricardo Fabrino Mendonça

Belo Horizonte

2020

320 A524p 2020	<p>Amorim, Pedro Paschoalin de.</p> <p>A política em espiral [manuscrito] : normalidade e excepcionalidade na cobertura midiática sobre o impeachment de Dilma Rousseff / Pedro Paschoalin de Amorim. - 2020.</p> <p>196 f. : il.</p> <p>Orientador: Eduardo Moreira da Silva. Coorientador: Ricardo Fabrino Mendonça.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia.</p> <p>1. Ciência política - Teses. 2. Processos (Impedimentos) - Teses. 3. Comunicação de massa - Teses. I. Silva, Eduardo Moreira da. II. Mendonça, Ricardo Fabrino. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.</p>
----------------------	---



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA



ATA 13^a/2020 DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO PEDRO PASCHOALIN DE AMORIM

Realizou-se, no dia 04 de maio de 2020, às 14:30 horas, por Videoconferência, a 13^a/2020 defesa de dissertação, intitulada “A *POLÍTICA EM ESPIRAL: normalidade e excepcionalidade nas abordagens da grande imprensa ao impeachment de Dilma Rousseff*”, apresentada por PEDRO PASCHOALIN DE AMORIM - VIDEOCONFERÊNCIA, número de registro 2017709330, graduado no curso de RELAÇÕES INTERNACIONAIS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em CIÊNCIA POLÍTICA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof. Eduardo Moreira da Silva - Orientador (DCP/UFMG) - VIDEOCONFERÊNCIA, Prof. Ricardo Fabrino Mendonça (DCP/UFMG) - VIDEOCONFERÊNCIA, Profa. Viviane Gonçalves Freitas (DCP/UFMG) - VIDEOCONFERÊNCIA, Profa. Cristiane Brum Bernardes (CEFOR/ Câmara dos Deputados) - VIDEOCONFERÊNCIA.

A Comissão considerou a dissertação:

(x) Aprovada

() Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 04 de maio de 2020.

Prof. Eduardo Moreira da Silva

Orientador (DCP/UFMG) – VIDEOCONFERÊNCIA

Prof. Ricardo Fabrino Mendonça

(DCP/UFMG) – VIDEOCONFERÊNCIA

Profa. Viviane Gonçalves Freitas

(DCP/UFMG) – VIDEOCONFERÊNCIA

Profa. Cristiane Brum Bernardes

(CEFOR/ Câmara dos Deputados) - VIDEOCONFERÊNCIA

Eu dedico este trabalho ao meu primeiro leitor e à minha primeira leitora. Ao meu pai, o primeiro leitor da minha vida, e à minha mãe, a minha primeira leitora de todas as horas.

Também dedico este trabalho às outras muitas mulheres que me formaram. Entre quem nomeio a minha avó, Cremilde, cujo talento excepcional se deslocou de sonhos acadêmicos e profissionais para o campo do privado, e no qual não deixou de ser menos brilhante em todas as atividades a que se propôs.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade de Federal de Minas Gerais. Sua excelência me proporcionou vasto aprimoramento acadêmico e profissional, mas também favoreceu grande crescimento pessoal, de modo geral. O que se deve à competência de seus corpos docente, administrativo e discente, mas, em grande medida, à empatia dos indivíduos que compõem os seus quadros. A todo o departamento agradeço na pessoa de sua atual coordenadora, a professora Natália Sátyro: muito obrigado.

Agradeço também ao professor Felipe Nunes e à participação no grupo de estudos por ele dirigido, o Media Bias. Além de apurar a minha sensibilidade metodológica, a atuação junto à pesquisa viabilizou a minha bolsa de mestrado, fundamental para a realização do curso e para a execução desta dissertação. Em tempos assinalados por restrições de financiamento à Academia brasileira, agradeço à agência de fomento do Estado de Minas Gerais, a Fapemig, pela oportunidade que me foi concedida.

Agradeço especialmente ao meu orientador, Eduardo Moreira da Silva, e a meu coorientador, Ricardo Fabrino Mendonça. Sem a perspicácia analítica; o esforço; a paciência; e a postura compassiva de ambos, este trabalho seria impossível. Serei sempre grato a vocês. Aproveito para agradecer a minha orientadora de graduação, Vânia Carvalho Pinto, cujas contribuições anteriores ainda se expressam no conteúdo do presente estudo.

Agradeço muito a Michelle Senna e a Vivian Coelho, porque sem os seus cuidados e o seu acolhimento esta dissertação também não seria possível. Dentre as diversas instituições que me auxiliaram em buscas por uma vida de maior clareza e de mais amorosidade, destaco o Centro de Estudos Budistas Bodisatva, em Belo Horizonte, e o Grupo Francisco de Assis, na minha cidade natal, Ribeirão Preto.

Agradeço a minhas amigas e meus amigos por todo o seu carinho à revelia do meu afastamento em diversas ocasiões ao longo do processo de escrita do presente estudo, trabalho e, particularmente, durante o largo período de sua finalização. Seria injusto pontuar alguns nomes, mas eu espero que vocês se reconheçam nas minhas palavras. Também agradeço as muitas pessoas desconhecidas ou vagamente conhecidas cuja gentileza foi de grande alívio em momentos de grande isolamento social.

Por fim, minha gratidão ilimitada para a minha família. Às diferentes figuras maternas que nela encontrei e aos outros familiares cujo carinho e ajuda foram fundamentais durante esses anos de mestrado. E, claro, agradeço aos incansáveis esforços da minha mãe, Mariangela;

do meu pai, Galeno; e da minha irmã, Marcella, a quem tanto devo. Sem a resiliência e a dedicação dos três, este trabalho não teria nem começado. A vocês presto homenagem e dedico o meu amor. Núcleo familiar já há três anos integrado pelo Bento, que, com sua doçura, sempre me lembra de um amor livre de condições.

Ainda é necessário ressaltar que toda fala é contraposta pelo que se silencia ou por quem se silencia. No meu caso, a oportunidade de contar a história que atravessará as próximas dezenas de páginas deve ser considerada em contraposição às portas e janelas que potencialmente fechou. Caso reparações sejam possíveis a vidas e talentos podadas, sem dúvidas estas poucas linhas não têm tal papel. No entanto, eu espero que este trabalho faça minimamente jus à longa sequência de privilégios e oportunidades que me foram concedidas. De modo que, ao menos, demonstre tanto respeito quanto possível a quem não pôde escrever ou concluir trabalhos potencialmente muito melhores e mais necessários do que o meu.

“Toda dor pode ser suportada se sobre ela puder ser contada uma história”

Hanna Arendt

“Racine, o teatro clássico, era a caminhada do sol ao meio dia para a escuridão absoluta: Fedra sai da iluminação plena para o porão. Já a tragédia moderna é que a gente vive no cinza, na indefinição”

Samuel Beckett

“Emerge o corpo do impeachment, que toma corpo por meio de narrativas que tratam de lhe atribuir sentidos. Corpo constituído por complexa intervenção de ‘cirurgiões da significância’, mas que é também por eles dissolvido em fragmentos ao manipular e fazer circular seu tecido significante”

Antonio Fausto Neto

RESUMO

Combinando a teoria de securitização à análise qualitativa de enquadramento, este trabalho interpreta construções discursivas, promovidas por grandes veículos midiáticos brasileiros, acerca do impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e das instabilidade que nele culminaram. Para tanto, a pesquisa fez uso de textos noticiosos e opinativos publicados pela Folha de S. Paulo; O Estado de S. Paulo; e O Globo em diferentes momentos entre fins de 2014 e meados daquele ano. Com base nas repercussões a 12 acontecimentos, os dados abarcam aspectos distintos da crise presidencial – políticos; econômicos; jurídicos; sociais; e sociológicos – que, porém, entrelaçam-se intimamente ao tomar a contestação ao mandato como referente. Por uma face, articulados sob o pacote interpretativo do *xadrez político*, tais os quadros a seu respeito tendem a normalizar o impedimento como uma consequência quase natural às disputas em curso. Por outra face, pela ótica da segurança, os mesmos enquadramentos integram um *movimento securitizador* que salienta a dimensão excepcional da situação e desloca a discursividade em torno do processo para o campo das ameaças existenciais ao país, coadunadas na figura do Governo Rousseff ou da própria criticidade. Segundo ambas as perspectivas, diante do cenário de impasse decisório e deterioração generalizada, a remoção de Rousseff emerge como o único caminho possível em tal contexto.

Brasil; comunicação; crise; democracia; enquadramento; excepcionalidade; impeachment; mídia; normalidade; política; securitização; segurança.

ABSTRACT

Through the combination of securitization theory and framing analysis, this work illuminates discursive constructions promoted by major Brazilian media vehicles about the impeachment of President Dilma Rousseff in 2016, and the instabilities that lead to the occurrence. For doing so, this research made use of news and opinion pieces published by the newspapers Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo and O Globo at different times between the end of 2014 and the middle of 2016. Based on the effects of 12 events, the data cover different aspects of the presidential crisis – political, economic, legal, social and sociological – that closely intertwine when taking the appeal against the mandate as reference. On the one hand, articulated under the interpretative package of political chess, such frames tend to normalize the impediment as an almost natural consequence of ongoing disputes. On the other hand, from the perspective of security, the same frameworks integrate a securitizing movement that highlights the exceptional dimension of the situation and shifts discourse around the process to the field of existential threats to the country, associated with the image of the Rousseff government or the crisis itself. In both perspectives, in face of the scenario of decision-making deadlock and generalized deterioration, the removal of Rousseff emerges as the only possible path in such context.

Keywords: Brazil; communication; crisis; democracy; framing; extraordinary; impeachment; media; ordinary; politics; securitization; security.

.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Operacionalização e fontes da análise de enquadramento.....	Página 112
Tabela 2. Delimitação das datas para coleta de dados e análise de enquadramento.....
.....	Página 116
Tabela 3. Grupos de soluções para a crise via mandato Rousseff.....	Página 156

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Processo de securitização.....	Página 59
Figura 2. O espectro de politização.....	Página 59
Figura 3. Movimento de securitização ao impeachment presidencial de 2016.....	Página 64
Figura 4. Estruturas e relações de accountability no Brasil contemporâneo.....	Página 76
Figura 5. Declarações de segurança: crise (IIa) e Governo Rousseff como ameaças existenciais (IIb).....	Página 137
Figura 6. Síntese das declarações de segurança.....	Página 138

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Confiança nas instituições (2009 a 2016).....	Página 74
---	------------------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	Página 15
Capítulo 1. Impedimentos presidenciais: a atividade midiática e a enunciação da excepcionalidade democrática	Página 20
1.1 Impedimentos presidenciais: novo padrão de excepcionalidade na política latino-americana	Página 24
1.1.1 <i>Regimes presidencialistas latino-americanos e a tendência à instabilidade</i>	Página 24
1.1.2 <i>Impedimentos presidenciais como novo padrão para resolução de crises na América Latina</i>	Página 31
1.2 A mediação jornalística e a sua interação com a política brasileira contemporânea	Página 40
1.3 A teoria de securitização: o deslocamento discursivo de questões políticas para o domínio da excepcionalidade democrática	Página 55
Capítulo 2. O impeachment de Dilma Rousseff: a crise presidencial e a sua cobertura pela mídia impressa	Página 66
2.1 Estabilidade e crise do sistema político brasileiro contemporâneo	Página 66
2.2 Do Mensalão à Lava Jato: à construção da falha moral do PT a partir da produção de escândalos políticos	Página 81
2.3 O impeachment de Rousseff sob grande veículos da imprensa brasileira	Página 94
Capítulo 3. Securitizando o impedimento de Dilma Rousseff: o espiral entre a normalidade e a excepcionalidade da política na cobertura midiática	Página 109
3.1 Análise qualitativa de enquadramento do impeachment de Rousseff: estratégias metodológicas e recursos interpretativos	Página 110
3.2 Normalizando o impeachment: a crise presidencial como um xadrez político	Página 123
3.3 Tornando o impeachment excepcional: o Governo Rousseff e a crise brasileira como ameaças existenciais ao país	Página 136
3.4 O encontro entre a normalidade e a excepcionalidade da política: o impeachment como única solução possível à crise	Página 154
CONCLUSÃO	Página 165

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	Página 169
APÊNDICE 1	Página 196

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado analisa o impeachment de Dilma Rousseff, concluído ao fim de agosto de 2016, pelo ângulo de como a mídia jornalística tradicional abordou os diferentes aspectos da crise ao redor e no interior do Governo Federal desde a diplomação do mandato reeleito da presidenta, ainda em dezembro de 2014. Para tanto, a pesquisa analisou a cobertura dos diários Folha de S. Paulo; O Estado de S. Paulo; e O Globo em doze momentos ao longo desse período. Com esse objetivo, utilizaram-se os marcos interpretativos da teoria de securitização combinada à análise qualitativa de enquadramento. Com base no estudo empírico, o trabalho argumenta que os três impressos promoveram dois movimentos discursivos complementares que legitimam impeachment, por sua normalidade ou por sua excepcionalidade, enquanto uma solução política capaz de responder aos desafios da conjuntura crítica.

Denúncias sobre a ilegitimidade do impedimento presidencial se fazem presentes em textos opinativos e noticiosos dos periódicos. Refletindo certa polarização da sociedade em torno da questão, às contestações ao processo se contrapõem as posições editoriais dos veículos e as opiniões da maior parte de seus colunistas. No entanto, as percepções quanto à irregularidade da remoção de Rousseff também são opostas pelas abordagens utilizadas nas notícias ao buscar relatar os acontecimentos de forma objetiva. Do próprio noticiário emergem duas narrativas interconectadas: por um lado, o impeachment é apontado como uma sequência natural aos diversos acontecimentos e disputas em curso, e, por outro, é delineado como a única solução viável ao conjunto de problemas diagnosticados desde fins da primeira gestão da governante.

Tanto nos textos opinativos quanto nos textos noticiosos, a diversidade de posicionamentos não se dá de forma uniforme em cada um dos jornais, nem se distribui de forma homogênea entre os três impressos. Todos eles guardam algum espaço para o dissenso em torno do estatuto do impeachment ou golpe. Todavia, apesar do reconhecimento e da expressão de certa pluralidade de perspectivas acerca do acontecimento, as posições favoráveis ao impedimento da presidenta e que o concebem como legítimo se alinham a uma trajetória discursiva de possível resolução à crise generalizada, cuja contínua progressão é enunciada sistematicamente pelas gazetas.

Já as posturas que sustentam a ilegitimidade ou a ilegalidade da destituição da Chefe de Estado se associam a um panorama em que não são projetadas soluções para a conjuntura crítica ou, ao menos, para o seu recrudescimento. Além de não prover remédios aos efeitos e às causas

imediatas dos problemas diagnosticados, tais posições também não apontam para alterações nas suas causas estruturais – ao contrário das que defendem o afastamento de Rousseff.

A partir da análise de enquadramento dos textos jornalísticos, tornou-se perceptível o uso recorrente do macro enquadramento que se nomeou como *xadrez político*. Embora parta de algumas premissas distintas, Regina Lawrence (2000) mobiliza o “enquadramento do jogo” para compreender a forma como a mídia tende a abordar a política institucional com um enfoque semelhante à sequência de movimentos dos atores, às suas motivações; e às consequências de seus atos. No exame do caso brasileiro, dois enquadramentos inter-relacionados se destacam: um acerca das (1) incapacidades de Rousseff e do seu grupo político para a condução do Governo; e o outro sobre (2) progressiva crise de dimensões econômicas, políticas e morais. Por meio deste prisma, não há um encadeamento exatamente linear do histórico de “jogadas”, mas uma narrativa mais complexa que deriva da interação dos agentes governistas com as demais jogadoras ou jogadores e com as suas ações, em mútua interação, a cada lance e durante um recorte temporal ampliado.

Enquanto o comportamento da mandatária e do seu partido são apontados como a origem principal das dificuldades enfrentadas, ao passo da evolução dos problemas, as dinâmicas internas ao próprio processo crítico se tornam também vetores dos sucessivos desdobramentos negativos observados por repórteres e colunistas. Embora a representação do escopo e do nível da criticidade se acentue ao longo do tempo, desde o início do recorte temporal analisado já predomina, no corpus empírico, a percepção de instabilidade. Como fator de deterioração das condições do país, destaca-se, especialmente, a (2a) *paralisia decisória*. Isto é, quando um universo político é marcado por tal nível de dispersão de forças e da elevação de tensões de modo que, apesar da profusão de jogadas em curso, não se chega em compromissos que permitam a produção definitiva de resultados.

Apesar de ocorrer certa ênfase à política partidária-institucional, as suas práticas se desdobram em processos ou episódios em outras esferas e são por eles informadas ou orientadas. Além da arena das instituições *políticas* compostas por cargos eletivos, participam da crise os campos ou *tabuleiros* da *economia*, das instituições de *justiça* e das *ruas*, que se caracterizam como os diversos espaços de expressão da sociedade. Neles, os enquadres centrais citados são abordados de modo a apresentar aspectos específicos do cenário de instabilidade ou da incapacidade de Rousseff e/ou do PT para (1a) governar, de modo geral, ou (2b) superar o estado crítico. A presidenta, a organização partidária e as suas ou seus representantes são usualmente caracterizados por elementos como: (i) tendências à divisão, ao particular, ao

conflito; (ii) incompetência técnica e política; (iii) pela inaptidão à mudança; (iv) por sua forma de ação reativa e errática.

Quando capazes de produzir ações políticas, estas são entendidas como esgotadas ou insuficientes, acenando ao passado ou inaptas a viabilizar rumos para futuros desejáveis. Por fim, em adição às representações ou avaliações citadas, são frequentemente apontadas as incongruências e falhas morais dos petistas, bem como o seu comportamento predatório diante do Estado. A incompetência para governar e a adesão a fórmulas ultrapassadas também compreendem a política fisiológica, expressa por práticas de corrupção, mas cujas fronteiras são pouco claras acerca de quais tendências ao particular abrangem. Especialmente no que diz respeito à gestão da economia e na ética do manejo à coisa pública, o impeachment incidiria também sobre bases estruturais da crise que caracterizou a administração Rousseff desde a sua reeleição.

Se, em parte dos opinativos e dos noticiários, salienta-se a participação do PT em atividades criminosas, através do corpus documental, a política institucionalizada, em geral, é usualmente relacionada a buscas por demandas particulares, seja em termos sectários ou individuais. A grosso modo, nos três jornais, a busca por interesses ditos públicos parece se restringir às mobilizações de parte da sociedade e ao trabalho das instituições da justiça e de seus operadores. Tal como noticiado ou comentado pelos textos examinados, nos próprios protestos sociais de oposição ao Governo ou de reivindicação ao impeachment, a revolta popular canalizada em direção à presidenta e ao seu partido, ou mesmo à esquerda, parece ser permeada por alguma negação da deliberação política como locus adequado para a mediação de disputas.

Por essa razão, o impedimento presidencial de 2016 aparenta se situar no espaço do encontro, pouco confortável, entre certo repúdio à política institucionalizada e a anuência ao protagonismo, em nível federal, das instâncias de representação proporcional frente ao voto majoritário concedido em 2014. Por um lado, apesar da crítica disseminada a personagens como o presidente da Câmara dos Deputados, o ciclo de protestos que antecedeu o impedimento pode mostrar que a ojeriza à Dilma Rousseff era maior do que a parlamentares. Ou, por outro lado, que os movimentos e discursos vigentes que implicavam criminalmente o PT e/ou que contestavam a Presidência teriam favorecido a vazão do descontentamento de grande parte da população em direção à Chefe de Estado e ao partido. De qualquer modo, os índices de aprovação ao afastamento indicam que, à época, em alguma medida, as expressões de desagravo ao Planalto superavam a revolta referente ao Congresso.

Se, por ocasião do processo de destituição de Rousseff, cidadãos e cidadãs viram as suas demandas parcialmente expressas pelo Parlamento, há de pensar como se deu a inversão, mesmo que esporádica, das conexões do eleitorado com o Executivo e com Legislativo. A literatura especializada afirma que, em caso de escândalos políticos generalizados, a personalização da representação presidencial em face da difusão do outro Poder se torna um risco a governantes. Todavia, à época do impeachment, os escândalos de corrupção da Lava-Jato haviam se espalhado pelo Congresso e, em uma das casas, mais da metade das deputadas e deputados eram réus de processos judiciais. Já as acusações formalizadas à presidenta se tratavam de matérias administrativas e fiscais cuja possível tipificação abria ampla margem para dissenso.

Sob esse horizonte, e considerando o estreito intervalo entre a reeleição de Dilma Rousseff e o início dos atos de protesto em grande escala, cabe pensar que instituições sociais de mediação, organizadas ou difusas, participaram de um processo de alinhamento da opinião pública. Dentre outros possíveis canais, ainda no plano de 2014-2016, cabe pensar na mediação jornalística convencional como uma delas. Isso não implica a suposição de um conluio estratégico entre os principais meios de comunicação do país em prol da remoção da governante. No entanto, parte-se do entendimento da comunicação como um lócus de reverberação e articulação dos posicionamentos da sociedade, que poderiam ser captados a partir da análise do conteúdo dos textos midiáticos e da discussão acerca do que ele diz a respeito do contexto sociopolítico narrado nos textos jornalísticos.

O argumento central da presente dissertação é que expoentes da grande imprensa – ou, especificamente, Folha de S. Paulo; O Estado de S. Paulo; e O Globo – securitizam o impeachment de Dilma Rousseff para a sociedade brasileira. Em outros termos, sustenta-se a afirmação de que, diante cenário crítico e das incapacidades do Executivo, o (I) Governo Rousseff e a (II) própria crise, em si, foram delineados como ameaças existenciais ao país e à sua sociedade. Mesmo tendo como objeto três veículos bastante institucionalizados, e, que dessa forma, apresentam um traço editorial bem delimitado, o corpus documental analisado é de 634 textos, que expressam as palavras de muitos jornalistas e colunistas ao longo de momentos de um intervalo de mais de 20 meses. Dessa forma, o movimento securitizador não se estende de forma unívoca, mas é composto pela articulação daquelas duas ameaças interconectadas.

A chave do movimento de securitização é a alçada discursiva de questões políticas a um domínio do emergencial e do excepcional por serem enunciadas como ameaças a existência de algum referente sociopolítico. Desse modo, tornar-se-iam imperativas medidas que, em

condições usuais, não seriam cabíveis. No estudo realizado, o caráter existencial das ameaças se impõe pela construção desse mecanismo de remoção como única solução viável ao estado de crise generalizada em permanente progressão. Em seu contraste, a hipótese de não resolução da crescente criticidade aponta para a sequência lógica de virtual dissolução do país, e, conseqüentemente, da sua sociedade.

A análise das declarações de segurança mobiliza os pontos-chave do macro enquadramento do xadrez político sob outra forma narrativa, mas também o ultrapassa, ressaltando aspectos do seu subtexto. Enquanto o eixo argumentativo do xadrez evoca a normalidade da remoção presidencial sob dimensões rotineiras da democracia, o aporte de securitização enfatiza demandas extraordinárias e apela para o uso de ferramentas excepcionais do arcabouço democrático. O recurso a esse duplo processo discursivo deve ser observado à luz das dinâmicas sociológicas que caracterizam as crises políticas, ou seja, as dinâmicas críticas movimentam as tensões constitutivas de um sistema sociopolítico e as descolam de seus padrões usuais. Em meio ao seu próprio espiral de criticidade, o impeachment de Dilma Rousseff também pode ser percebido como um espiral discursivo que decorre da confluência e da instável presença entre a normalidade e a excepcionalidade da vida democrática.

Inclusive, em democracias presidencialistas, impedimentos a Chefes de Estado ou de Governo podem ser tomados como exemplos paradigmáticos de processos comunicativos de securitização bem sucedidos. Com o intuito de basear esse entendimento e as discussões subsequentes, o Capítulo 1 abordará três grupos de literaturas diferentes, mas que se complementam para sustentar os objetivos principais da pesquisa.

A primeira parte desse segmento textual mobilizará o corpo teórico especializado na remoção de governantes na América Latina pós-redemocratização. Para que se situe o papel da imprensa em crises desse tipo, a segunda seção apresentará alguns conceitos básicos sobre a comunicação midiática e um panorama dos aspectos políticos da atividade jornalística no Brasil. Por fim, serão expostas as dinâmicas discursivas específicas à construção de questões de segurança segundo as clivagens da teoria de securitização que orientarão o exame empírico desenvolvido no capítulo final do trabalho.

Por sua vez, o Capítulo 2 abordará o contexto brasileiro à época da crise presidencial e padrões já identificados por outros estudos acerca das coberturas jornalísticas a seu respeito. De início, serão apresentadas as configurações do sistema político nacional para, em seguida, propor uma compreensão alternativa da mídia interação da mídias com as estruturas de *accountability* no país. As duas últimas partes desse seguimento capitular abordarão, respectivamente, a atuação da chamada grande imprensa nacional nos escândalos da Lava-Jato,

mediante a referências à repercussão do *affaire* Mensalão, e as abordagens do jornalismo convencional em torno da queda do Governo Rousseff.

O Capítulo 3 exhibe os resultados da avaliação dos opinativos e notícias dos dois diários paulistanos e do jornal carioca. Depois de alguns esclarecimentos metodológicos, os enquadramentos identificados sob o aporte do xadrez político são discriminados em cada um dos seus diferentes campos temáticos (economia; justiça; sociedade; e instituições eletivas) e avalia-se o seu papel na normalização do impeachment. Em seguida, o terceiro tópico do capítulo expõe o movimento securitizador que permeia as coberturas jornalísticas examinadas, cujo discurso leva o impedimento de Dilma Rousseff a uma alçada extraordinária da política. Por fim, a dissertação se encerra pela articulação desses aspectos de normalidade e de excepcionalidade nos textos midiáticos como partes de um mesmo processo discursivo que trata a remoção da presidenta como um único desfecho possível.

Capítulo 1. Impedimentos presidenciais: a atividade midiática e a enunciação da excepcionalidade democrática

Na agitada cena pública brasileira dos últimos anos, sem dúvidas, um evento que coaduna e centraliza perspectivas controversas é a destituição de Dilma Rousseff de seu cargo como Presidenta da República. Nesse caso, a batalha por fatos e versões não se deu de forma particularmente fragmentada, mas, ao contrário, razoavelmente organizadas sob oposições em forte polarização.

Em agosto de 2016, a conclusão do impedimento a Rousseff se deu no espaço institucional do Senado. Já toda a extensão do processo que culminou nesse resultado percorreu e foi atravessada por dinâmicas de outras instituições formais; negociações político-partidárias; articulações de elites econômicas; movimentos de organizações da sociedade civil; e manifestações populares nas ruas. Porém, todas essas trajetórias foram permeadas por diferentes construções discursivas acentuadas por constantes disputas acerca dos lances em curso. Sob este aspecto, a atuação dos meios de comunicação brasileiros *mediou* as diversas relações citadas: ressoando as vozes de seus participantes, mas também oferecendo a eles as suas vozes próprias.

Ao considerar o encadeamento da remoção de Rousseff, embora reconheçam a relevância de características pessoais e fatores relativos ao sistema político, João Feres Junior e Luana Sassara (2016a, p. 183, tradução nossa; 2016b) argumentam que “é difícil imaginar como todos esses elementos assumiriam sinergia sem a colaboração ativa da mídia”. Afinal, é exatamente disso que se trata a função social do jornalismo, dos meios de comunicação e dos seus operadores: engajar-se ativamente na investigação e no relato dos fatos, eventos e perspectivas de interesse público e, assim, participar de um processo de troca com a sociedade. Para que, assim, bem informados e por meio do diálogo, as cidadãs e cidadãos possam discutir e agir tanto sobre os rumos de suas próprias vidas quando aqueles das instituições por eles constituídas. Todavia, não é exatamente a esse papel que o autor e a autora entendem que a grande imprensa brasileira se prestou ao mencionarem a sua “colaboração ativa”, mas o de uma mediação truncada, cujo ativismo teria sido pouco responsivo aos padrões normativos que orientam a profissão.

É inegável que a prática jornalística tem um valor intrínseco à democracia tal qual a conhecemos. Mesmo ao considerar definições minimalistas para esse tipo de regime, os veículos midiáticos ou “a mídia” têm as suas arestas, como quaisquer organismos democráticos, e, assim, demandam por permanente depuração. Por um lado, tradições teóricas mais próximas

a um paradigma liberal enfatizam os riscos da intrusão da autoridade estatal sobre a liberdade de expressão (KELLAN; STEIN, 2016; LIMA, 2012). Por outro, interpelações atentas a outras dimensões do poder ressaltam que elementos de autoridade no interior das próprias estruturas e mecanismos do exercício midiático também podem gerar prejuízos às relações democráticas (LIMA, 2012; MATOS, 2013).

Em diálogo com abordagens liberais, Katrin Voltmer (2013) e Pippa Norris (2004) destacam que a independência e a pluralidade da mídia são determinantes para que os meios de comunicação contribuam para a saúde das democracias. Sob uma perspectiva mais abrangente, Iris Young (1990) defende que o aprofundamento da experiência democrática passa pelo desenvolvimento das faculdades dos cidadãos para que tenham autonomia para se expressar e ao se expressar, e, desse modo, engajar-se mais ativamente na significação de si e da sociedade de que fazem parte. Tanto um marco mais amplo, como este, quanto um mais diminuto, como aquele, encontram certos entraves para pensar a comunicação social, democraticamente, em um país cuja história é profundamente marcada por exclusões, violências e autoritarismos (cf. SCHWARCZ, 2019; SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Já que o sistema midiático brasileiro está inscrito precisamente no Brasil, alguns desafios impostos à população e ao sistema sociopolítico como um todo acabam por adentrar espaços específicos, como são as esferas de produção e disseminação de informação. Apesar das progressivas transformações tecnológicas nas relações comunicativas; no país, esse mercado é assinalado por uma grande concentração de propriedade em um setor com pouca regulamentação (MATOS, 2013; MOM BRAZIL 2018). No entanto, à fusão empresarial dos veículos se contrapõem termos de elevada profissionalização da atividade jornalística, entre os quais se destacam as diretrizes para a devida apuração dos fatos e para o balanceamento de vozes e perspectivas (TRAQUINA, 2001).

A literatura especializada em impedimentos presidenciais atribui papéis muito significativo aos meios de comunicação para a gênese e a evolução desse tipo de fenômeno (cf. (PÉREZ-LIÑÁN, 2003a; 2003b; 2007; HOCHSTETLER; 2007). Se é possível afirmar que a imprensa exerce funções fundamentais à política brasileira de forma geral, isso também ocorre para acontecimentos públicos tão centrais a democracias presidencialistas como são as remoções de Chefes de Estado por vias institucionais. De acordo com os estudos de Pérez-Liñán (2007) em torno da tais processos na América Latina, os veículos midiáticos assumem a função de *gatekeepers* iniciais dos impeachments. O que se daria especialmente em razão da sua capacidade de produzir escândalos políticos, mas também de situar as mobilizações políticas da sociedade (HOCHSTETLER; 2007; PÉREZ-LIÑÁN, 2003a; 2003b; 2007).

No que diz respeito ao Brasil, grande parte das pesquisas voltadas aos dois impedimentos presidenciais realizados no país, desde a sua redemocratização, assinalam a mediação jornalística como um fator decisivo para o desenvolvimento de ambos os casos. Ocorrido ainda sob o horizonte de consolidação democráticas do começo da década de 1990, o afastamento Collor assinala o início desse novo padrão de resolução para instabilidades políticas na região (MAIWARING; PÉREZ-LIÑÁN, 2013; PÉREZ-LIÑÁN, 2007; PÉREZ-LIÑÁN; POLGA-HECIMOVICH, 2017). Isto é, em contraste aos sucessivos golpes de Estado que espriaram por quase todos os seus países através do século XX e que, até então, era considerado o desfecho mais provável à ocasião de cenários críticos (LINZ, 1990; MAIWARING; PÉREZ-LIÑÁN, 2013; PÉREZ-LIÑÁN; POLGA-HECIMOVICH, 2017).

Embora em interação com movimentos partidários nas instituições, as manifestações populares e crises econômicas, no caso Collor, em especial, confere-se grande peso ao jornalismo investigativo na sua remoção (cf. FAUSTO NETO, 1995; CONTI, 1999; KADA, 2003; KECK, 1992; LATTMAN-WELTTMAN; CARNEIRO; RAMOS, 1994; PÉREZ-LIÑÁN, 2007; SILVA, 1990; WEYLAND; 1993). Diante dos episódios mais recentes de queda de presidentes latino-americanos, o autor, avalia que, em comparação a períodos anteriores, os meios de comunicação parecem operar funções diferentes e talvez ainda mais expressivas (PÉREZ-LIÑÁN, 2016).

No que tange à remoção de Rouseff, tamanha profusão de pesquisas em poucos anos abordando especificamente a atuação midiática ao longo do transcurso do impeachment sugere a compreensão de que os meios de comunicação exerceram um grau de influência análogo ou ainda maior neste caso. Tomando o que ocorreu com Collor como referência, atores e instituições sociopolíticas parecem ter um grau de consenso a respeito do impedimento de 2016 incomparavelmente menor (LEITÃO; GUAZINA, 2018; SALLUM JR, 2015; 2016; SALLUM JR; CASARÕES, 2011). Ao analisar a cobertura da grande imprensa sobre a cadeia de eventos que sucedeu na remoção da presidente, embora sejam percebidas diferentes representações e enquadramentos, essas produções discursivas apresentam padrões comuns em diversos aspectos.

A confecção do texto noticioso necessariamente passa por escolhas, ênfases, omissões e atribuições de significados, já que a totalidade das experiências humanas não cabe à narrativa alguma (TUCHMAN, 2002, p. 96). Os variados eventos e a divergência de visões entre segmentos da sociedade são observáveis na produção jornalística referente ao caso, mas, em diversos momentos, as múltiplas implicações em torno dos fatos e a extensão dos argumentos das partes envolvidas não abordados em profundidade ou tratados de forma equânime.

Para basear a futura discussão sobre a interação entre a atividade jornalística e a remoção de Rousseff, este capítulo se organiza por meio três seções que mobilizam conjuntos teóricos bastante diversos. Apesar da sua heterogeneidade, todos os três campos temáticos se complementam para sustentar os argumentos teóricos e metodológicos que orientaram a análise empírica. O primeiro seguimento textual abordará estudos sobre a trajetória de instabilidades políticas na América Latina em um panorama analítico acerca dos impeachments como novo padrão para a sua vazão. Já a segunda seção abordará alguns conceitos principais sobre a comunicação midiática para contextualizá-la no sistema sociopolítico brasileiro e, então, apresentar entendimentos sobre o seu papel em crises presidenciais. Por fim, esses conteúdos serão articulados na seção final sob os marcos da dinâmicas discursivas específicas de questões políticas excepcionais às rotinas democráticas.

1.1 Impedimentos presidenciais: novo padrão de excepcionalidade na política latino-americana

1.1.1 Regimes presidencialistas latino-americanos e a tendência à instabilidade

Se, em um plano inicial, a literatura sobre presidencialismo foi dominada pelo entendimento de que esse tipo regime deságua, quase invariavelmente, em crises, trabalhos posteriores demonstram que diversos dispositivos institucionais impactam a sua capacidade de êxito. Centrada nas conclusões de Juan Linz (1978; 1990a; 1990b; 1994), aquela primeira abordagem denota uma certa superioridade dos regimes parlamentaristas sobre os presidencialistas, tanto para gerar resultados eficazes, quanto para proteger a ordem democrática. Enquanto essa abordagem justifica os perigos do presidencialismo devido a como os Poderes são separados, outras autoras e autores destacam que, nesses cenários, os sistemas partidário e eleitoral são determinantes para a formação de governos majoritários. Por fim, não apenas os casos de governabilidade na região, mas também os desafios à associação teórica entre governos de minoria e instabilidade desafiam certos cânones.

O regime presidencialista se sustentaria num ideal de máxima separação entre poderes, no qual Legislativo e Executivo dispõem de independência quanto às suas origens e às suas prerrogativas de sobrevivência (MAINWARING; SHUGART, 1997b, p. 15; SHUGART, CAREY, 1992, p. 18-19, 22). Segundo Matthew Shugart e John Carey (1992), as definições contemporâneas para esse tipo de sistema agregam três características básicas: 1) o chefe do

executivo é instituído por meio de eleição popular¹; 2) tanto o seu mandato quanto o da assembleia são fixos e livres da contingência de confiança mútua; e 3) o presidente eleito nomeia e dirige a composição do governo (cf. LIJPHART, 1999; LINZ, 1978; 1990a; 1990b; 1994; MAINWARING; SHUGART, 1997b, SARTORI, 1994). Giovanni Sartori (1994, p. 84) complementa que o presidente, além de compor o governo, também chefia o corpo de oficiais por ele nomeados. Diretamente eleitos, os presidentes dispõem de legitimidade democrática de caráter pessoal (LINZ, 1994 p. 6, 8) e, dessa forma, controlariam o governo enquanto indivíduos (LIJPHART 1999, 90-114).

Já em arranjos parlamentaristas, o Executivo seria um agente subordinado à legislatura, uma vez que seria por ela nomeado e por ela potencialmente removido (MAIWARING; SHUGART 1997b, p. 14; SHUGART; CAREY, 1992, p. 2). Haveria, então, nesses regimes, certa fusão entre os dois poderes (CHEIBUB, 2002, p. 306). Embora chefiado por um primeiro-ministro, segundo Arendt Lijphart (1999), o próprio Executivo operaria sob a forma de um colegiado. Como os mandatos dos governos não são fixos, os chefes de governo, por um lado, dependem da continuidade da satisfação do Parlamento quanto a sua performance e, por outro, detêm a prerrogativa de convocar eleições antecipadas e, assim, dissolver a assembleia vigente (LIJPHART, 1999; MAIWARING; SHUGART 1997b, p. 14). Assim, na ocorrência de crises institucionais, um novo governo seria constituído ou uma nova maioria se consolidaria na casa (CHEIBUB, 2002, p. 306).

Em institucionalidades presidencialistas, presidente e assembleia são identificados como dois agentes completamente distintos (SHUGART; CAREY, 1992, p. 2). Ambos eleitoralmente instituídos, o chefe de governo não pode ser dispensado por voto de desconfiança e todo o ramo executivo se subordina à sua autoridade (SARTORI, 1994, p. 84; SHUGART; CAREY, 1992, p. 2, 22). Somadas às prerrogativas de formar governo sob legitimidade pessoalizada, os presidentes seriam imbuídos de outras ferramentas para implementar suas agendas. Adicionando um quarto elemento ao conceito tripartite, Shugart e Carey (1992, p. 19) entendem que, em tais sistemas, os líderes executivos são também constitucionalmente imbuídos de algum nível de autoridade legislativa.

Sem tal faculdade, os presidentes seriam incapazes de impor obstáculos à soberania do Parlamento, tornando-se estritos executores das leis aprovadas pelos congressistas (SHUGART; CAREY, 1992, p. 22). A exigência de elevada confluência entre os dois poderes

¹ Presidente eleito diretamente pelos eleitores ou por meio de um colégio eleitoral escolhido especificamente para isso (SHUGART; CAREY, 1992, p. 19), como nos Estados Unidos, em que os seus membros essencialmente não têm autonomia quanto às preferências dos que o elegeram (MAIWARING SHUGART 1997a, p. 499).

para tornar possíveis resultados políticos caracterizaria, precisamente, a ordem parlamentarista. O que, em última instância, consistiria na virtual ruptura do lastro representativo fundado nos compromissos pactuados com a população, visto que presidentes não gozariam de capacidades para traduzir em políticas públicas os programas políticos assumidos durante o processo eleitoral (SHUGART; CAREY, 1992, p. 22). Como argumentado em referência ao mecanismo impeachment, na seção anterior, certas sobreposições de competências são necessárias aos freios e contrapesos que sustentam a divisão de poderes.

Na esteira da terceira onda de democratização, iniciada na década de 1970 (cf. HUNTINGTON, 1991), a literatura comparada voltada a sistemas democráticos originou um extenso debate em torno do potencial desestabilizador de conflitos entre os Executivo e Legislativo em contextos de baixa institucionalização (PÉREZ-LIÑÁN, 2003b, p. 149-150; cf. ELGIE, 2005). Se, antes, a instabilidade da América Latina era explicada por ênfases a estruturas socioeconômicas, a partir de fins da década de 1980, a discussão teórica passou a se debruçar, especialmente, sobre contenções em torno de arranjos institucionais (CHEIBUB, 2002, p. 284-285; CHEIBUB; LIMONGI, 2002, p. 151). Entre 1946 e 1996, das 133 transições entre regimes que ocorreram durante o período, 45% (59) delas se deu entre os 23 países da região, enquanto as demais foram dispersas entre os todas as outras áreas do globo (CHEIBUB, 2002, p. 284; PRZEWORSKI et al., 2000). Considerando a prevalência de sistemas presidencialistas na região, as fissuras identificadas no interior desses modelos passaram a ser relacionadas a uma propensão crônica à instabilidade política.

Em contraste ao outro tipo de regime, a suposta instabilidade inerente ao presidencialismo o tornaria menos capaz para resguardar a ordem democrática. Diante da preocupação com a preponderante adoção destas instituições entre as novas democracias (SHUGART; CAREY, 1992, p. 3), Juan Linz se tornou o grande vocalizador dos potenciais “perigos do presidencialismo”. Introduzida em textos seminais entre 1978 e 1985 e desenvolvida na década seguinte (LINZ, 1990a; 1990b; 1994), sua tese se tornou amplamente disseminada pela literatura (MAIWARING; SHUGART 1997a). Sob a leitura de Linz (1994, p. 6-8), os mandatos presidenciais rigorosamente fixos e a atribuição de legitimidade direta aos Poderes Executivo e Legislativo provocam forte rigidez ao sistema e favorecem o surgimento de impasses políticos.

Por um lado, a falta de flexibilidade tornaria o processo político “fraturado em períodos descontínuos, rigidamente determinados sem a possibilidade de reajustes contínuos como eventos políticos, sociais e econômicos podem requerer” (LINZ, 1994, p. 8, tradução nossa). Por outro lado, a conjunção de algumas das características das institucionalidades

presidencialistas obstruiria a formação de maiorias parlamentares, de forma a gerar certa paralisia decisória (LINZ, 1990b, p. 56). Nesse sentido, o autor destaca os prejuízos provocados pela combinação entre falta de incentivo à formação de coalizões; polarização eleitoral devido ao perfil pessoalizado das eleições; partidos políticos fracos e pouco disciplinados; e uma tradição de enaltecimento de posturas de forte liderança individual. Em tal cenário, Linz (1994, p. 7, tradução nossa) destaca que como tanto presidente quanto Congresso

Derivam o seu poder do voto popular em uma competição livre entre alternativas bem definidas, o conflito é sempre latente e às vezes tende a irromper dramaticamente; não há princípio democrático para resolvê-lo, e os mecanismos que talvez existam são geralmente complexos, altamente técnicos, legalistas e, assim, de legitimidade democrática duvidosa para o eleitorado. Portanto, não é acidente que em algumas dessas situações os militares intervenham como “poder moderador”.

A partir dessa leitura, as características da ordem institucional não incentivam os legisladores a cooperar com o Executivo ou mesmo entre si e com seus próprios partidos (CHEIBUB; LIMONGI, 2002). Como elucidava José Antônio Cheibub em relação a essa abordagem (2002, p. 307), *a priori* independentes do Executivo, os partidos políticos não têm motivações suficientes para assumir os custos eleitorais da incumbência e, assim, tentam se afastar do governo. Consideradas a impossibilidade de eleições prematuras e a suposta baixa institucionalização partidária, os parlamentares, por sua vez, não sofreriam riscos a seus cargos quaisquer que sejam seus padrões de votação legislativa (CHEIBUB, 2002, p. 307).

Sob essa tela, governos minoritários – em condição predominante de impasse interinstitucional – favoreceriam que atores busquem meios extraconstitucionais para solucionar crises de outra forma insuperáveis (CHEIBUB, 2002, 285; CHEIBUB; LIMONGI, 2002). Desse modo, delineia-se uma relação de causalidade entre o princípio de separação de poderes, conflitos interinstitucionais, paralisia decisória e intervenção militar que leva à ruptura democrática (cf. LINZ; VALENZUELA, 1994). Embora não necessariamente atingindo esta consequência extrema, a cadeia lógica articulada por Linz se tornou amplamente disseminada pela literatura especializada (cf. ACKERMAN, 2000, p. 645; GONZÁLEZ; GILLESPIE, 1994, p.172; HARTLYN, 1994, p. 221; HUANG, 1997, p. 138-139; JONES, 1995a, p. 34, 38; LINZ; STEPAN, 1996, p. 181; MAINWARING; SCULLY, 1995; NIÑO, 1996, p. 168-169; STEPAN; SKACH, 1993; VALENZUELA; 1994, p. 136).

Contemporâneo ao argumento de Linz, Wanderley Guilherme dos Santos (1986) demonstra que, no Brasil de início da década de 1960, a crise decisória que marcou a administração João Goulart foi fator determinante para erupção do regime militar no país. Atualmente, a compreensão dominante é de que o efeito desestabilizador de conflitos entre poderes sobre o regime foi largamente influenciado por contingências históricas (CHEIBUB,

2007; PÉREZ-LIÑÁN, 2003b, p. 156-157; 2007). Em contraste à onda autoritária ocorrida entre as décadas de 1960 e 1970, no contexto pós-redemocratização os atores internacionais tenderiam a castigar a intervenção militar na política e regimes abertamente autoritários (MAINWARING; PÉREZ-LIÑÁN, 2013; PÉREZ-LIÑÁN; POLGA-HECIMOVICH, 2017). Especificamente no que se refere à política externa norte-americana para o continente, desde o fim da Guerra Fria esse país teria passado a desencorajar respostas a crises que não obedecessem a regras democráticas (cf. MARSTEINTREDET, 2010; VALENZUELA, 1997; VILLAGRÁN DE LEÓN, 1993).

Em âmbito doméstico, a experiência ditatorial parece ter inculcado às elites civis e militares os altos custos que perpassam a resolução pretoriana de conflitos institucionais que antes constituíam um padrão dominante na América Latina (MAINWARING; PEREZ-LINAN, 2005; PÉREZ-LIÑÁN, 2003b, p. 156). Na região, se entre 1950 e 2000 mais da metade das crises foi solucionada pela *derrumbe* dos presidentes (PÉREZ-LIÑÁN, 2003b, p.156), até 1978 os riscos de golpes eram 20 vezes maiores que no período posterior (MAINWARING; PÉREZ-LIÑÁN, 2005). Até aquele ano, a intervenção moderadora dos militares representava uma constante, seja por meio de rupturas institucionais temporárias (cf. STEPAN, 1971) ou por aquelas de longo prazo, mediante a instauração regimes autoritários burocráticos (cf. COLLIER, 1979; O'DONNELL, 1988).

Scott Mainwaring e Matthew Shugart (1997a) fazem outra ressalva importante ao apontar que a ideia de superioridade do parlamentarismo foi parcialmente fundamentada no exame de contextos sociopolíticos muito específicos. A maior parte dos governos desse tipo se localiza em democracias historicamente consolidadas e com padrões mais altos de desenvolvimento socioeconômico² (SHUGART; MAINWARING, 1997). Embora conclua que o crescimento econômico não explica a criação de regimes democráticos, Cheibub e coautores (1996) afirmam que os resultados da economia afetam significativamente a capacidade de *sobrevivência* de uma democracia. Embora possam ser tomados em conjunto, as nações latino-americanas apresentam índices de desenvolvimento socioeconômico diversos como também históricos produtivos e distributivos que incidem sobre a configuração dos seus desenhos presidencialistas (CHEIBUB et al, 1996; PRZEWORSKI et al, 2000).

Os trabalhos que associam separação de poderes à instabilidade tendem a criar polarizações entre formas puras dos tipos de governo e, dessa forma, esta discussão teórica se

² Em democracias recentes a adoção de arranjos parlamentaristas, em geral, restringe-se a antigas colônias inglesas (SHUGART; CAREY, 1992, p. 3).

descola um pouco da realidade política. Como nota Cheibub (2002, p. 306), as abordagens derivadas de Linz costumam opor separação de poderes a fusão de poderes bem como conflito à cooperação e à observância de regras. Mesmo em modelos institucionais tidos como puros, as dinâmicas políticas pendem a alguma oscilação entre os dois extremos. Ainda na década de 1990, diversos pesquisadores, empregando os pressupostos de Linz à comparação empírica, perceberam uma ampla variedade entre os presidencialismos e salientaram a existência de diferentes modelos híbridos dentro do eixo presidencialismo-parlamentarismo (cf. MAINWARING; SHUGART, 1997b; 1997b; PRZEWORK et al., 2000; SHUGART; CAREY, 1992)

Inseridos nessa agenda de pesquisa, Shugart e Carey (1992,) não identificam um padrão de superioridade entre os dois tipos puros, que em suas alternâncias podem funcionar em contextos diversos. Mainwaring e Shugart (1997a,.) por sua vez, afirmam que os sistemas presidencialistas têm vantagens que parcialmente compensam possíveis desvantagens. Para aqueles autores, configurações presidencialistas, quando propriamente delineadas, têm capacidades suficientes para amortecer os conflitos que podem ser estimulados pela divisão de poderes (SHUGART; CAREY, 1992). Ainda assim, Przeworki e coautores (2000) – controlando outros fatores que poderiam afetar a estabilidade institucional – chegam à conclusão que regimes presidencialistas, de fato, são mais suscetíveis ao colapso democrático do que os parlamentaristas.

No rastro da consolidação dessa compreensão, estudos buscaram complementar ou rearticular as perspectivas teóricas sobre as fontes de instabilidade no interior das instituições presidencialistas. Cheibub e Limongi (2002) argumentam que não é razoável deduzir padrões de funcionamento de sistemas políticos a partir, principalmente, de ênfases aos seus princípios. Constrangimentos constitucionais geram múltiplas possibilidades para o comportamento dos atores que participam das instituições e, de qualquer modo, as estruturas legais que regem determinada institucionalidade são atualizadas ao longo do tempo. Mais atentos a essas particularidades, pesquisadores buscaram explorar outras provisões constitucionais, e legais, para além da separação de poderes e outras dimensões da operacionalização de regimes presidencialistas que afetam a capacidade de governo, e sua influência sobre a estabilidade.

Tanto Shugart e Carey (1992) quanto Mainwaring e Shugart (1997a; 1997b) salientam a superioridade relativa dos poderes legislativos do Congresso, frente aos do presidente, como um fator determinante para o funcionamento do sistema. Shugart e Carey sublinham que a possibilidade legal de formação de ampla coalizão pré-eleitoral promove benefícios à produção política. Na América Latina, exemplos bens sucedidos de coalizões contradizem o argumento

de Linz quanto às possibilidades de cooperação nesses países (LLANOS; MARSTEINTREDET, 2010a, p. 3). Em diversos Estados, as coalizões eleitorais e governantes não apresentam caráter *ad hoc* ou vida curta (LLANOS; MARSTEINTREDET, 2010a, p. 3) – como o caso brasileiro, entre a década de 1990 e a seguinte, bem exemplifica (cf. FIGUEIREDO; LIMONGI, 2000; FIGUEIREDO, 2007)

Mainwaring e Shugart (1997a; 1997b) alegam que normas quanto ao exercício da presidência, eleições e partidos influem sobre os poderes formais do presidente e sobre a natureza de todo sistema político, proporcionando maior capacidade para o Executivo influenciar a agenda e o funcionamento da ordem política de um modo geral. Sob essa percepção, os autores realçam a relevância das configurações dos partidos, pois a baixa fragmentação do sistema partidário e níveis ao menos moderados de disciplina partidária favoreceriam padrões estáveis. Cheibub (2002), por sua vez, confirma o entendimento de que as características dos arranjos eleitorais e partidários afetam o nível de suporte para o presidente no Congresso e, por conseguinte, a probabilidade de governos de minoria. No entanto, esse autor afirma que esses fatores – e os governos minoritários por eles gerados – não aumentam a frequência de impasses decisórios.

Sob este aporte, por um lado, a separação de poderes presidencialistas pode ser associada a conflitos e governos de minoria, mas, por outro, governos de minoria e paralisia decisória não impactam a sobrevivência dos regimes (CHEIBUB, 2002, p. 307). Conforme o argumento de Cheibub e Limongi (2002), a principal diferença entre sistemas parlamentaristas e presidencialistas se expressa na forma em que o processo de tomada de decisão é organizado. Dialogando com as sugestões de Garry Cox (1987), os autores defendem que poderes de agenda que centralizem a tomada de decisão podem ser a explicação para a eficiência dos regimes presidencialistas.

A centralização do processo decisório seria mais comum ao parlamentarismo, no qual o gabinete executivo detém monopólio da agenda legislativa (CHEIBUB; LIMONGI, 2002). Porém, a forma em que as capacidades legislativas do presidente são definidas e as regras procedimentais que conformam as relações partidárias no Congresso permitem parâmetro de coordenação entre os poderes não preditos pela concepção usual do presidencialismo (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2000; CHEIBUB; LIMONGI, 2002). Dessa forma, a ideia de instabilidade fundamental aos sistemas latino-americanos passa a encontrar grandes fissuras e a capacidade presidencial de compor maiorias ou, de outras formas, gerar resultados estáveis se torna factível. O histórico brasileiro proporciona esta compreensão, porém não o suficiente para que se descarte a abordagem de Linz.

Pelo menos entre meados da década de 1990 e da de 2010, o Brasil desenvolveu progressivamente as suas instituições democráticas. É possível afirmar que, durante esse período, a nova democracia brasileira se consolidou em termos procedimentais como também proporcionou avanços substantivos para a qualidade de vida da sua população (AVRITZER, 2016; 2019; FIGUEIREDO; 2007). No entanto, ao considerar as recentes instabilidades no âmbito do sistema político nacional e das características da participação popular diante deste quadro, de erosão das relações de representação e desconfiança em suas instâncias da participação política nesse cenário, emergem dúvidas crescentes quanto à solidez e à sustentabilidade da vida democrática no país. Quanto ao caso da destituição da presidenta Dilma Rousseff em 2016, a literatura especializada nas institucionalidades latino-americanas desenvolveu o rico corpo teórico voltado especificamente às crises em torno de impedimentos presidenciais e de outras remoções de governantes consideradas análogas.

1.1.2 Impedimentos presidenciais como novo padrão para resolução de crises na América Latina

A partir da década de 1990, a literatura comparada voltada à América Latina passou a assinalar um novo padrão de instabilidade em seus regimes presidenciais. Crises políticas esteadas no conflito entre poderes, porém canalizadas sobre a capacidade de governo dos presidentes, passaram a alimentar o debate político e a reflexão acadêmica voltados às instituições da América Latina. A remoção de chefes do Executivo por meio de *impeachments* ou mecanismos análogos pode refutar e corroborar a compreensão da tendência regional à instabilidade lastreada nos diagnósticos de Linz. Isso se dá porque promovem essa *rationale* por meio de novas abordagens empíricas e teóricas conquanto atribuem a nova vaga de quedas presidenciais a fenômenos distintos das rupturas democráticas que a precederam.

Apesar do processo de redemocratização, Aníbal Pérez-Liñán (2003a, p. 98; 2003b, p. 161) afirma que, desde de 1992, os países latino-americanos teriam mostrado sinais de instabilidade política originada no confronto entre Executivo e Legislativo. Enquanto esses movimentos exibiram níveis extremos de conflito em frequência similar ao passado, os recursos contemporâneos para a sua resolução se mostrariam radicalmente distintos (PÉREZ-LIÑÁN, 2003a, p. 98; 2003b, p. 161). Kathryn Hochstetler (2007, p. 14) assinala que, na América do Sul, desde 1978 todas as contestações mais graves aos presidentes foram proferidas por atores civis – seja pela ação direta da sociedade ou por meio de seus representantes reunidos no

parlamento. No horizonte pós-redemocratização, o embate entre poderes pode desestabilizar governos e levar à eventual remoção de presidentes, contudo sem afetar a estabilidade dos regimes (PÉREZ-LIÑÁN, 2003b, p. 157; 2007, p. 157).

Segundo Pérez-Liñán (2003b, p. 152, 155), as crises presidenciais englobariam todos os impasses de governabilidade gerados pela interação entre Executivo e Legislativo sob o marco presidencialista, que, no entanto, podem ensejar desfechos mais ou menos destrutivos à ordem político-institucional. O que abrange tanto resoluções estritamente constitucionais quanto o colapso total da constitucionalidade democrática. Através da trama política real percebida no interior dos arcabouços legais de cada país, os desfechos das conjunturas críticas tendem a ocorrer *entre* esses dois extremos (MAINWARING; PÉREZ-LIÑÁN, 2013; PÉREZ-LIÑÁN, 2007). Mas, de qualquer forma, no que se pese a descrença de Linz quanto a saídas constitucionais sob arranjos presidencialistas (PÉREZ-LIÑÁN, 2003b, p. 156), as crises recentes passam “pela saída do poder *extraordinária* de presidentes, antes dos seus mandatos constitucionalmente fixados terem concluído, sem que tal crise leve ao colapso do regime” (LLANOS; MARSTEINTREDET, 2010a, p. 1, tradução nossa, grifo nosso).

A literatura dos anos 2000 aborda esse tipo de processo sob diferentes conceitos: “queda presidencial (HOCHSTETLER, 2006); “remoção presidencial” (PEREZ-LINAN, 2007); “fracasso presidencial” (HOCHSTETLER; EDWARDS, 2009); “presidência interrompida” (KIM; BAHRY, 2008; MARSTEINTREDET; BERNTZEN, 2008; NEGRETTO, 2006; VALENZUELA, 2004); ou “colapso presidencial” (LLANOS; MARSTEINTREDET, 2010a; 2010b). Mas, em larga medida, todos eles denotam “o fenômeno muito específico de terminação prematura de uma presidência eleita”, “que abrange uma ampla variedade de manifestações, causas e implicações” (LLANOS; MARSTEINTREDET, 2010a, p. 1). Um fato político que desafia a suposta conexão entre a remoção do poder de presidentes e colapsos democráticos e que, de outro modo, presidentes governam até a expiração do mandato (LLANOS; MARSTEINTREDET, 2010a, p. 2)

Embora essas ocorrências não sejam restritas à América Latina, a maioria dos casos têm ocorrido na região, principalmente na América do Sul (HOCHSTETLER 2006; HOCHSTETLER; EDWARDS 2009). Cabe ressaltar que a maior parte dos regimes presidencialistas puros se localiza nesses territórios e a interrupção prematura de mandatos é, virtualmente, um fenômeno exclusivamente presidencialista (SIARROFF, 2003; HOCHSTETLER, 2006). Apesar das mútuas influências dentro do espaço latino-americano (LLANOS; MARSTEINTREDET, 2010a, p. 3), a distribuição geográfica das crises presidenciais não se dá de modo uniforme em seu interior (PÉREZ-LIÑÁN, 2003b, p. 153).

Entre 1978 e 2005, apenas 2 de 38 presidentes foram afastados na América Central e Caribe, enquanto 12 de 64 presidentes foram removidos na América do Sul. Em cinco países sul-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Equador e Paraguai), o fenômeno foi recorrente e, até 2016, os números totais subiram para 19 afastamentos (MARSTEINTREDET, 2016; PÉREZ-LIÑÁN, 2016).

Consideradas algumas particularidades, em virtualmente todos os casos, vice-presidentes ou líderes legislativos assumiram mandatos constitucionalmente definidos (HOCHSTETLER (2007, p. 14)³. Ao lado de renúncias decorrentes de crises presidenciais ou de remoções do cargo por meio de declarações de incapacidade, o dispositivo de *impeachment* é a expressão clássica e também a mais usual das quedas ou remoções de presidentes sob os regimes contemporâneos (PÉREZ-LIÑÁN, 2000, 3-4). A partir de definições constitucionais, Pérez-Liñán (2000, p. 2) assinala que *impeachments* presidenciais apresentam três sentidos principais, mais abrangentes ou mais restritivos, que mobilizam sob diferentes arranjos as duas dimensões jurídicas e políticas: (i) qualquer ferramenta constitucional disponível aos legisladores para remover presidente; (ii) um julgamento político contra presidente visando sua destituição; ou (iii) a forma específica de julgamento político empreendido por Legislativo bicameral, a partir da tradição americana. As provisões constitucionais na América Latina apresentam uma grande diversidade, mas, entre a maior parte dos países presidencialistas, a tradição dos EUA foi mobilizada em suas cartas (PÉREZ-LIÑÁN, 2007).

Naoko Kada (2001; 2003) e Aníbal Pérez-Liñán (2000) destacam que os textos constitucionais estabelecem dois modelos típicos para a operacionalização desse tipo de julgamento político, um dominado pela legislatura e outro pelo judiciário. Em referência a sistemas bicamerais em consonância à tradição norte-americana, no primeiro a câmara baixa é responsável por proferir acusação e a câmara alta atua como corte sob a exigência de supermaiorias (PEREZ-LINAN, 2000, p. 2). A maior parte dos sistemas bicamerais da América Latina opera dessa forma, muitas vezes exigindo maiorias qualificadas para ambas as casas (PEREZ-LINAN, 2000, p. 2). No segundo modelo, mais comum a regimes unicamerais, o Congresso indicia e autoriza o julgamento pelo Judiciário. Para além desses dois tipos, o caso brasileiro exemplifica uma forma híbrida na qual se distinguem crimes de *accountability* e crimes comuns, estes julgados pelo STF e aqueles pelo Senado (PEREZ-LINAN, 2000, p. 2).

³ Em parte dos processos, a articulação de normas processuais mais explícitas se dá mediante a sua demanda no decorrer de casos empíricos.

Se os diferentes desenhos constitucionais quanto a procedimentos específicos de impeachment afetam a sua ocorrência, esse é apenas um elemento entre uma intrincada combinação de diversos tipos de fatores. Mariana Llanos e Liev Marsteintredet (2010a, p. 2, p. 4) salientam que processos desse tipo resultam de longas cadeias de eventos e são melhores apreendidos analiticamente como frutos de causalidades complexas, nas quais variáveis similares geram efeitos diferentes em cada localidade através do tempo. Apesar das singularidades históricas, Pérez-Liñán (2003a, p. 98, 110) defende que a busca por configurações causais semelhantes pode contribuir para compreensão dos atributos compartilhados de cada caso ou mesmo suas singularidades. Enquanto Hochstetler (2007, p. 14) advoga que essas trajetórias refutam as expectativas teóricas de Linz, em consonância a Pérez-Liñán (2007), Llanos e Marsteintredet (2010a, p. 2, p. 4) argumentam que a lógica do autor permanece válida se o resultado de “colapso democrático”, à luz do novo contexto, é substituído pelo “colapso do governo” encabeçado por um presidente.

Principalmente a partir dos anos 2000, surgiu uma literatura comparada que busca produzir generalizações causais de médio alcance para compreender a natureza do novo padrão de instabilidade. Nesse sentido, por um lado, analistas iluminam elementos explicativos no interior das instituições políticas formais. Mas, por outro lado, os autores passaram a também realçar demais fatores políticos no campo socioeconômico, seja em termos mais amplos ou em processos mais estreitamente conectados à destituição de presidentes. Para além desses dois eixos explicativos principais, os estudos mobilizaram pressões externas aos sistemas sociopolíticos nacionais em questão como condicionantes a essa resolução de crises presidenciais no horizonte contemporâneo. Na tentativa de compreender os impeachments, sob diferentes ênfases e simpatias teóricas, ocorre uma certa reconciliação analítica entre a percepção da influência de atores institucionais e de demais atores sociais.

Em compasso à emergência da onda de impedimentos na América Latina redemocratizada em 1992, a literatura internacional inicialmente se voltou às instituições sem muito cuidado com as relações entre Estados e as sociedades que os constituem (HOCHSTETLER, 2007, p. 17; YASHAR, 1999, p. 76-106). No início dos anos 1990, muito em referência às abordagens sobre consolidação democrática, o colapso presidencial foi explicado pelo recurso aos arranjos institucionais que produzem governos de minoria (cf. JONES, 1995; MAINWARING, 1993; SHUGART; CAREY, 1992; SHUGART; MAINWARING, 1997). No entanto, ao se debruçar sobre os detalhes de cada experiência, diversos estudos de caso destacaram outras dinâmicas políticas que nutriram as buscas posteriores por padrões explicativos (cf. ABENTE-BRUN, 1999; GARCÍA CALDERÓN,

2001; WEYLAND, 1993). Um dos precursores nessas pesquisas, Kurt Weyland (2002, p. 57-85) defende que, em face de políticas não rotineiras, análises centradas exclusivamente em características institucionais perdem muito do seu potencial elucidativo.

As pesquisas mais recentes sobre impeachments conseguem agregar em suas análises tanto os aspectos de conflito quanto de cooperação que constituem a vida política. A primeira dimensão pode ser percebida nos embates entre poderes, entre os representantes e entre eles e os representados. Já a segunda pode ser identificada nas consociações de forças ocorridas nos espaços institucionais como também nas ruas e na interação entre ambas as esferas. Os próximos parágrafos apresentarão os desafios aos presidentes que surgem pela mobilização direta dos cidadãos, seguidos pelos elementos que os estimulam. A segunda parte da subseção abordará as pressões surgidas no Congresso e no interior do próprio Executivo. A natureza do fenômeno acaba por exigir recuos e antecipações, pois os diferentes fatores em ambos os campos são intimamente conectados.

Pérez-Liñán (2003b, p. 162) entende que as mobilizações da sociedade substituíram as intervenções militares como principal fator extra constitucional a determinar o surgimento e resolução das crises presidenciais. Mesmo ao considerar o conflito entre os poderes, diferentes autores alegam que os levantes populares podem ser tomados como a principal ameaça a governabilidade (cf. HOCHSTETLER, 2007; PÉREZ-LIÑÁN, 2003a, 2003b; 2005; 2007; SMITH, 2005; ZAMOSC, 2012). Se a origem das contestações aos presidentes pode ser identificada tanto nas ruas quanto no Congresso, Kathryn Hochstetler (2007, p. 10, p. 16-17) sugere que presença e ausência dos protestos populares parecem ocupar papel central na *queda* dos presidentes, assumindo o papel de “novo poder moderador”. As manifestações sociais poderiam tanto estimular a instauração de processos de impeachment no âmbito legislativo quanto oferecer o respaldo necessário às iniciativas parlamentares com esse objetivo (KADA; 2003; PÉREZ-LIÑÁN, 2000).

Embora possam incluir aliados do parlamento, os protestos populares constituem uma forma mais direta de ação política (HOCHSTETLER, 2007). O quanto protestos são espontâneos ou orquestrados de cima, envolvendo atores da oposição, é uma questão pouco explorada pela literatura (LLANOS; MARSTEINTREDET, 2010b, p. 216). De qualquer forma, protestos de rua impõem um desafio de natureza diferente daqueles instaurados no Legislativo, já que o seu caráter difuso dificulta a identificação de interlocutores para negociação e a destilação de demandas para possíveis concessões. Em geral, iniciadas reivindicações mais pontuais de setores organizados da sociedade civil, Hochstetler (2007) aponta que, ao passo em que agregam demais atores coletivos e indivíduos, assumem um discurso mais geral contra os

presidentes e passam a clamar por sua saída do governo. Essas grandes mobilizações suprapartidárias, que coligam ampla gama de clivagens, evidenciariam certa polarização da sociedade versus Estado e ostentariam maior peso na queda dos presidentes (HOTCHSTETLER, 2007; PÉREZ-LIÑÁN, 2003a, 2007)

Como antecipado por Linz, a personificação da autoridade política pode ser percebida como uma via de mão dupla para a governabilidade presidencial. Guillermo O'Donnell (1994) enfatiza que essa característica encerra um potencial dramático a flutuações políticas, pois a autoridade quase onipotente de presidentes estada em grande popularidade pode ser rapidamente convertida em impotência e erosão de credibilidade. Em uma conjuntura econômica crítica, essa tendência à personificação geraria maiores expectativas quanto a sua performance e, sob a percepção de que certos problemas não foram superados, falhas mais amplas do Estado recaem sobre a figura do presidente (VALENZUELA, 2004, p. 12-13). Ao proporcionar a ação política direta da sociedade a democratização permitiu o desafogo de décadas de frustração acumulada com as crises dos regimes militares e a incapacidade dos governos democráticos em atender suas expectativas (VALENZUELA, 2004, p. 5-19; PÉREZ-LIÑÁN, 2003; WHITEHEAD, 2001).

Em meio a crises econômicas, a década de 1990 foi marcada por uma forte reorientação dos países latino-americanos ao mercado associado a duros reajustes econômicos e políticas neoliberais ineficazes e impopulares (PÉREZ-LIÑÁN 2003a; 2007; HOCHSTETLER; 2007). Quanto a esse período, Lawrence Whitehead (2001, p. 13) argumenta que essas sociedades, por um lado, apresentavam compreensão de que toda geração de reformas liberalizantes fracassou em criar benefícios tangíveis e, por outro, passou a perceber os atores representativos como autointeressados. Os primeiros exercícios comparados sobre a região percebiam políticas neoliberais como um fator comum a insurgência popular, esse padrão reflete um padrão histórico específico de políticas macroeconômicas não exitosas principalmente articuladas a tentativas impopulares de reforma econômica (LLANOS; MARSTEINDREDET, 2010a; 2010b; PÉREZ-LIÑÁN, 2007).

Nesse contexto, os cidadãos se mostrariam menos propensos a arcar com medidas de austeridade ou mesmo com as dimensões pessoais da disfuncionalidade econômica em momentos em que emergem escândalos de corrupção (PÉREZ-LIÑÁN 2003a; 2007). Segundo Weyland (1998a), processos de impeachment são mais suscetíveis quando denúncias de corrupção se restringem ao executivo ao invés de padrões sistemáticos que atingem o Congresso, já que em situações em que parlamentares pudessem ser envolvidos estimulariam a contenção da crise. Pérez-Liñán sugere que, enquanto a erupção de impeachments envolve a

combinação entre (1) escândalos e (2) revolta pública e/ou (3) fraco apoio legislativo, a remoção em si parece exigir os três fatores. De qualquer forma os protestos de rua são imbricados à ação do congresso, já que, de qualquer forma, os procedimentos de julgamentos políticos são iniciados no Legislativo e nele (ou em menor escala, no Judiciário) os seus resultados são proferidos. Nesse sentido, existe uma interação basilar de ações políticas diretas à formação de maiorias no legislativo. No que pesem discussões teóricas sobre quais instâncias são mais importantes para os resultados de impeachments, em casos reais mostra-se razoável afirmar que ambos os fatores podem ocupar papéis distintos nas configurações causais que caracterizam esses processos.

A análise de fatores institucionais adentra uma esfera de *realpolitik* parlamentar informada, todavia, pelas sinalizações da sociedade quanto às suas preferências. A literatura destaca o caráter determinante do tamanho e da coesão do partido ou coalizão presidencial para barrar eventuais processos de impeachment ou de coligação opositora para conseguir iniciar os procedimentos de impeachment e, enfim, atingir a eventual remoção do presidente (LLANOS; MARSTEINDREDET, 2010a; 2010b; PÉREZ-LINAN, 2007; 2014). Esta compreensão é virtualmente compartilhada pela maior parte das abordagens, porém as clivagens que tendem ao destaque de dinâmicas institucionais costumam lhes atribuir força causal principal, enquanto mobilizações ocupariam um papel secundário na cadeia de eventos (cf. LLANOS; MARSTEINTREDET, 2010b; MARSTEINTREDET; BERNTZEN, 2008; NEGRETTO, 2006; VALENZUELA, 2004). A importância dos protestos também incidiria sobre o cálculo parlamentar quanto a posturas frente a um potencial impedimento, pois os eleitores tendem a punir ou premiar (HOCHSTETLER, 2007, p. 29). Se o governo deteve, em algum momento, maioria legislativa, os protestos respaldariam seus opositores, mas também estimulariam a deserção de antigos aliados na busca de se desvincular da crise.

Com exceções de Pérez na Venezuela (1993) e Cubas no Paraguai (1999), Arturo Valenzuela (2004, p. 14) alega que presidentes com status minoritários no Congresso são um denominador comum em casos de quedas presidenciais. A existência de *escudos legislativos* sustentado em coalizações estáveis e partidos leais ao presidente detêm a capacidade de interromper iniciativas de impedimento mesmo na presença de forte clamor popular (PÉREZ-LINAN, 2007; 2014). Para além dos arranjos do sistema político, isso depende de um estilo de liderança presidencial mais consociativo ou mais autônomo, como também das capacidades do governo de formar e sustentar coalizão se assim o desejar. Pérez-Liñán (2007) aponta que o *timing* da criação da coalizão também impacta a sua efetividade, pois se formada apenas quando

percebida como única solução para impedir impeachment, não se converteria em mais segurança para o governo.

As definições constitucionais quanto aos detalhes procedimentais para um impedimento também determinam a viabilidade de seu desfecho. A distribuição do processo em duas câmaras ou entre Congresso e Judiciário e a exigência de maiorias qualificadas ou duplamente qualificadas implicariam a proliferação de pontos de veto (PÉREZ-LINAN, 2000)⁴. Dessa forma, quando envolvem mais atores e mais níveis de deliberação, a formação de coalizão pró-impeachment se tornar mais difícil (PÉREZ-LINAN, 2000). Apesar de haver entre as institucionalidades latino-americanas grande variação entre os modelos de julgamento político, predominam esquemas com dois níveis de deliberação, contudo essas instâncias não são completamente independentes (PÉREZ-LIÑÁN, 2000). Exatamente devido às exigências restritivas para votações de impeachments, em diferentes ocasiões declarações de incapacidade foram mobilizadas por opositores como instrumentos análogos para remover presidentes em razão de demandarem maiorias menores (PÉREZ-LIÑÁN, 2007).

Kada (2001) sustenta que o arcabouço normativo que define como será o funcionamento das comissões de inquérito para impedimentos presidenciais também impacta a trajetória do processo. A depender da sua composição e configuração procedimental podem mais facilmente favorecer ou obstruir o transcurso das investigações (KADA, 2001). A autora institui que o possibilitar de divulgação das informações e provas do processo ocupa um papel central na criação da produção de escândalos por parte da mídia e de sentimentos de revolta no âmbito da sociedade. Quando existe um fluxo mais livre dos resultados do inquérito, pode existir uma forte relação de troca ou retroalimentação entre as investigações congressuais e aquelas encaminhadas pela imprensa (KADA, 2001).

Para Mariana Llanos e Liev Marsteintredet (2010a, p. 8), a literatura comparada não lidou de forma explícita e sistemática com a liderança dos presidentes e suas políticas no interior dos governos, ao focar o Executivo apenas na medida em que interage com Congresso e sociedade. Llanos e Margheritis (2005) percebem os presidentes como parte integrante dos problemas que levam a *impeachments* e Pérez-Liñán (2007, p. 146) destaca que as estratégias dos chefes de Estado e o seu estilo de liderança são fundamentais para compreender esses encaminhamentos. Como Abranches (1988) observa para o caso brasileiro, a premência de certos regimes presidencialistas em formar coalizões exigem níveis extremos de *virtú* dos

⁴ Pérez-Liñán (2000, p. 6) entende que a exigência de maiorias qualificadas reforçam a diferença prática entre impeachment e voto de desconfiança.

líderes executivos. Para além de um foco geral na performance econômica, Llanos e Marsteintredet advogam a pertinência explicativa de variáveis centradas no comportamento do presidente em interação com o seu governo.

A composição das pastas ministeriais varia muito conforme as táticas adotadas pela presidência (AMORIM NETO, 2000) e, ao optar por lideranças mais autônomas ou adotar estratégias imperiais (cf. COX; MORGENSTERN, 2002, p. 460; WEYLAND, 1993), presidentes podem estimular divisões no interior do governo. Se coalizões podem ser percebidas como fonte de estabilidade, possíveis cismas no interior dos partidos ou colapsos dentro das coalizões e administração podem ter efeito oposto, enfraquecer a posição presidencial no congresso, como também afetar a sua popularidade e credibilidade diante de diversos setores, inclusive o setor financeiro (LLANOS; MARSTEINTREDET, 2010b, p. 219).

Llanos e Marsteintredet (2010b, p. 222-223) destacam que instabilidades ou divisões internas no Executivo, ilustradas pelas renúncias ou demissões de ministros, desempenham efeitos tanto diretos quanto indiretos sobre possíveis pressões à destituição de presidentes. Por um lado, fragmentações dentro do governo podem fortalecer a coalizão opositora com o engajamento de dissidentes aumentando votos para remover presidentes e, por outro lado, quando a administração se torna mais claramente fragmentada e instável, a oposição pode se tornar mais assertiva em seus esforços. Sob outra perspectiva, rixas no Executivo podem estimular vazamentos que geram ou alimentam escândalos midiáticos (KADA, 2001; LLANOS; MARSTEINTREDET, 2010b, p. 223; PÉREZ-LIÑÁN, 2007; WEYLAND, 1993).

A abordagem quanto à liderança presidencial e a possíveis riscos da fragmentação do governo de Llanos e Marsteintredet (2010b) contribui com os estudos precedentes por sua ênfase mais específica nesses aspectos. Os autores mobilizam uma variável destacada por Linz (1990) e pouco abordada nas pesquisas sobre impeachments, a saber, a relação entre presidentes e seus vice-presidentes. Segundo Linz (Linz, 1990, p. 65), essa interação se torna principalmente arriscada quando esses atores são de partidos diferentes ou se o vice é nominado para balancear a chapa sem considerações à governabilidade. Em boa parte dos casos, imediatamente subsequente na linha sucessória, os vice-presidentes teriam poucos incentivos para se aproximar dos presidentes e enfrentar a possibilidade de remoção conjunta e, ao contrário, distanciando-se teriam mais chance de assumir o governo (LLANOS; MARSTEINTREDET, 2010b, p. 218).

Pérez-Liñán (2014, p. 34) destaca que o impeachment contra o Presidente Fernando Lugo, no Paraguai em 2012, ofereceu desafios aos estudos voltados ao tema por se excetuar de explicações convencionais da literatura. Sob vagas justificações de mal desempenho, os

procedimentos contra Lugo se passaram em menos de 48 horas e na ausência de protestos de massa, escândalos midiáticos e crises econômicas (PÉREZ-LIÑÁN, 2014, p. 34). Leiv Marsteintredet, Mariana Llanos e Detlef Nolte (2013, p. 119) destacam que, nesse caso, o impedimento foi usado como arma política, mas teve caráter legal e reforça o peso da formação de maiorias contrárias ao presidente. Pérez-Liñán (2014, p. 35) utiliza o caso para rearticular suas proposições teóricas sugerindo que, se coalizões parlamentares podem ameaçar ou proteger governantes, o mesmo se dá para as mobilizações da sociedade. Na destituição do paraguaio, desmotivadas a oferecer *escudo social* suficientemente forte para dissuadir os congressistas.

Ao discutir sobre esse e outros episódios mais recentes, Pérez-Liñán (2016) sugere um papel cada vez mais relevante do Judiciário e uma possível modificação das atribuições do setor midiático. Nesse sentido, o autor destaca a necessidade da exploração desses fatores em novas pesquisas, mas antecipa que os diferentes atores que compõem a mídia talvez possam ser melhor analisados por meio da sua articulação como uma instituição. Sem deixar de levantar as possíveis mudanças nas atribuições do Poder Judiciário, este trabalho busca justamente, no caso Rousseff investigar padrões alternativos no interior da produção midiática em torno da crise presidencial como possíveis fontes de legitimação da remoção da presidenta.

1.2 A mediação jornalística e a sua interação com a política brasileira contemporânea

Os meios de comunicação *mediam*, virtualmente, todo o debate público contemporâneo e também as vivências pessoais dos cidadãos em suas mais diversas dimensões (SILVERSTONE, 2002). Os veículos de imprensa informam as pessoas sobre fatos e perspectivas às quais elas não teriam alcance por meio, unicamente, das suas respectivas experiências ou pelo acesso a relatos restritos a seus círculos cotidianos (FONSECA, 2011). Por meio dessas relações, o exercício midiático afeta uma comunidade política nos potenciais de significação, de expressão e de ação dos seus indivíduos e em como essas articulações de dão em nível coletivo. No que se refere à emissão sistematizada dos processos informativos ou comunicativos que distinguem as sociedades contemporâneas, John Thompson (1990, p. 219) relaciona as noções de mídia e de comunicação social de massa à “produção institucionalizada e difusão generalizada de bens simbólicos por meio da transmissão e armazenamento de informação/comunicação”.

No interior dessas funções de abrangência sistêmica, a atividade midiática pode ser caracterizada por dispositivos centrais à produção discursiva que a distingue. Sejam eles mais particulares a essa modalidade comunicativa, como o *agendamento*, sejam traços mais gerais à comunicação humana, como o *enquadramento*. Em respeito à primeira prática, Maxwell McCombs e Donald Shaw (1972; 1993) enfatizam a capacidade dos meios de comunicação em pautar as agendas do debate público. Já em relação ao segundo mecanismo, Robert Entman (1993, p. 52, tradução nossa) afirma que enquadrar se constitui em “selecionar alguns aspectos da realidade percebida e ressaltá-los em um texto comunicativo”. Além de Entman (1991; 1993), autores como William Gamson (1992) e Todd Gitlin (1980) salientam que emissores de quaisquer discursos necessariamente produzem suas mensagens selecionando o que expressam através da miríade de fatos e perspectivas possivelmente existentes, e, assim, tornam certos elementos mais facilmente perceptíveis e marcam o texto com traços distintivos.

As noções de enquadramento midiático ou de enquadramento noticioso mobilizam as ferramentas cognitivas com as quais indivíduos e grupos se baseiam para transmitir, interpretar e avaliar informações para que possam atribuir sentido ao mundo (GITLIN, 1980; NEUMAN; JUST; CRIGLER, 1992). Dentre a pluralidade de operacionalizações do conceito de enquadramento, Ricardo Mendonça e Paula Simões (2012, p. 191) ressaltam tipologias que podem auxiliar a sua compreensão ou aplicação analítica. Sob este escopo, por exemplo, Dennis Chong e James Druckman (2007a; 2007b) separam os quadros “de pensamento”, que se constituem no plano cognitivo, daqueles que se constituem através do processo de comunicação e são materializados sob formas simbólicas. Já Mauro Porto (2002; 2004), em uma segunda categorização, diferencia os enquadramentos noticiosos daqueles que entende como “interpretativos”. Enquanto estes indicam processos realizados por atores sociais em contextos diversos, os enquadramentos noticiosos tratam dos conteúdos e sentidos mobilizados na construção textual das notícias (PORTO, 2002).

Sob a intersecção entre as duas abordagens, os enquadramentos midiáticos aqui considerados partem de dinâmicas cognitivas e culturais relativas a profissionais da imprensa e se materializam na angulação do texto jornalístico sob a forma de notícia ou de gêneros opinativos. Os quadros que articulam as narrativas elaboradas pelas jornalistas são formados e informados pelos repertórios de referência das sociedades a que eles pertencem e as quais dizem respeito, e, dessa forma, são imbricados a fenômenos culturais de caráter mais amplo (SNOW; BENFORD, 2000; SHOEMAKER; REESE, 1996; VAN GORP, 2007). E, justamente por essa razão, o seu emprego frequentemente pode parecer natural tanto para quem os emite como também para suas receptoras ou receptores (GAMSON et al., 1992).

Devido a essa relação dialógica entre as produtoras ou produtores do conteúdo midiático e quadros socioculturais que se impõem ao processo comunicativo (SCHEUFELE, 1999) é difícil dizer em que medida a adoção de certas abordagens na confecção textual se dá de forma consciente ou inconsciente (DRUCKMAN; PARKIN, 2003; VAN GORP, 2007). Além de considerar as matrizes culturais que constituem a comunidade política mais ampla das quais as operadoras e operadores da imprensa tomam parte, a institucionalização desse campo teria consolidado, historicamente, uma classe profissional com sua própria identidade trabalhista (ALVES, 2007; TRAQUINA; 2000; WAISBORD; 2000; 2013). Marcada por tendências socioeconômicas nos perfis de seus membros e por conjuntos comuns de normas, valores e visões que também influem em como enquadram o mundo (BIROLI; MIGUEL, 2010; 2012; BIROLI; MIGUEL; DUAILIBE, 2013; WAISBORD; 2013). Em que se pese a superação dos paradigmas da imparcialidade e da objetividade da atividade jornalística (ENTMAN, 1993; ETTEMA; GLASSER, 2011; GITLIN, 1980; KUYPERS, 2009), dentre aqueles parâmetros compartilhados, a busca por esses dois valores ainda orienta o exercício da profissão (BIROLI; MIGUEL, 2012; ETTEMA; GLASSER, 2011).

Herbert Gans (2004, p. 182) argumenta que a procura por fabricar uma narrativa objetiva e imparcial, despojada de juízos, pode gerar textos mais equilibrados, mas tende a resultar em algumas consequências precisamente inversas. Segundo o autor, a busca pela esterilização valorativa do texto jornalístico faz com que as suas autoras ou autores deixem de assumir valores explicitamente e, ainda, deixem de processá-los sob subsídios de ponderações mais técnicas (GANS, 2004, p. 182). Outras pesquisadoras e pesquisadores ainda levantam a hipótese de uma possível inversão de valores, pois ao tentar se esquivar de suas visões de mundo, alguns profissionais acabariam por tender suas produções a posições inversas às suas (LOTT JR; HASSETT, 2014).

De toda forma, ao empregar certa variedade de enquadramentos persistentes, a mídia, em alguma medida, controlaria o repertório de possibilidades disponíveis à sociedade para significar as dinâmicas sociopolíticas vigentes (MCCULLAGH, 2002; PAN; KOSICKI, 1993; POTTER, 1996; REESE, 2001). Ao dar visibilidade a problemas ou atores, o setor midiático apresenta o que é relevante para ser deliberado pela sociedade, e, assim, detém a “capacidade de formular as preocupações públicas” tanto para os cidadãos comuns quanto para os líderes políticos (MIGUEL, 2004, p. 88). Embora denotem noções analíticas distintas, as capacidades de enquadrar e de definir a agenda interagem nos processos de construção do texto midiático e nos conteúdos finais que dele resultam.

Os argumentos mencionados quanto aos possíveis efeitos do jornalismo para os entendimentos acerca do mundo social evocam uma relação mais densa entre mediações discursivas em geral e o que se entende como realidade. Nessa direção, Pierre Bourdieu (2006) defende que as interações e estruturas de teor simbólico que definem as dinâmicas comunicativas geram consequências profundas sobre os aspectos objetivos das relações humanas. Sob este diálogo entre dois sistemas de naturezas diversas, para além daqueles termos de Thompson, a comunicação em si pode ser definida como "um processo simbólico pelo qual a realidade é produzida, mantida, reparada e transformada" (CAREY, 1988, p. 23). Ao abordar especificamente a sua forma jornalística, Gaye Tuchman (1978) é consoante ao sustentar que um dos traços basilares ao texto noticioso é interferir sobre a realidade ao mesmo tempo em que a representa.

Em certa medida, o aspecto dual salientado por esses entendimentos também se estende à compreensão da comunicação social institucionalizada como produtora da coisa pública e como também lócus da disputa pelo que é público. Em seu conceito acerca da mídia, William Gamson e Andre Modigliani (1989, p. 3) chamam atenção para o papel ambivalente desse campo. Por um lado, a mídia é um dos atores que tomam parte na dinâmica pela qual questões políticas são produzidas. E, por outro, cria e amplifica as discussões da sociedade (GAMSON; MODIGLIANI, 1989, p. 3). Assim, a mídia pode ser definida como "um espaço no qual diversos grupos sociais, instituições e ideologias lutam pela definição e construção da realidade social" (GUREVITCH; LEVY, 1985, p. 19, tradução nossa). Complementando essa abordagem dialógica, Douglas Kellner (2001, p. 32) aponta que

As situações locais, nacionais e globais dos nossos dias são articuladas entre si por meio dos textos da mídia; esta, em si mesma, é uma arena de lutas que os grupos sociais rivais tentam usar com o fim de promover seus próprios programas e ideologias, e ela mesma reproduz discursos políticos conflitantes, muitas vezes de maneira contraditória.

Considerando as estruturas sociais, políticas e econômicas que, por uma face, sustentam e, por outra, refletem as disputas políticas que ocorrem no domínio discursivo do jornalismo, Jonathan Hardy (2008) mobiliza o conceito de *sistemas midiáticos*, isto é, toda a mídia de massa organizada operaria dentro de um sistema social e/ou político específico. Ao comparar ordenamentos desse tipo em contextos de democracias desenvolvidas, Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004) ressaltam quatro elementos principais para a sua caracterização: (i) o desenvolvimento de mercados midiáticos; (ii) o papel do Estado; (iii) a relação entre os meios de comunicação e agrupamentos sociopolíticos; e (iv) o profissionalismo dos jornalistas. Em oportunidades posteriores, Hallin e Mancini (2012), bem como outras autoras e autores (cf.

CURRAN; MYNG-JIN, 2000; 2012; VOLTMER, 2008; 2013), dirigiram esse marco analítico para o horizonte empírico de novas democracias.

Voltando-se especificamente à América Latina, Katrin Voltmer (2008) aponta que, após os regimes autoritários consolidados na região durante a segunda metade do século XX, o setor da comunicação social de boa parte dos seus países permaneceu marcado por algumas das tendências características dos períodos ditatoriais. No contexto da redemocratização, especialmente no Brasil, Carolina Matos (2013) destaca que as medidas voltadas à liberalização da imprensa se tornaram efetivas para garantir o seu direito à expressão. Em contraposição a essa mudança, os mercados midiáticos latino-americanos, em geral, e o brasileiro, em particular, cada vez mais profissionalizados, mantiveram um forte tônus à comercialização e a produção jornalística teria permanecido imbricada a fortes relações com as elites locais (MATOS, 2008; 2013; VOLTMER, 2008; 2013).

Em interação com outras estruturas históricas particulares, essas configurações acabaram por favorecer altos níveis de concentração de propriedade dos meios de comunicação (MATOS, 2013; MOM BRAZIL, 2018). Esses padrões são, de fato, compatíveis com as desigualdades sociais observáveis na região, mas incompatíveis com a correlata pluralidade de suas sociedades (SCHWARCZ, 2019; SCHWARCZ; STARLING, 2015; VIANNA, 1996).

No que diz respeito mais especificamente à interação entre os meios de comunicação e as instituições políticas representativas, tradicionalmente se atribuiu à imprensa a função de fiscalizadora ou de “cão de guarda” da autoridade estatal e da consecução dos interesses públicos (KUNCZIK, 2002; WAISBORD, 2000). A partir de Baquero (2001), Becker e colaboradoras (2017, p. 98) apontam que, ao longo da história, “os meios de comunicação se tornaram detentores de um importante papel de socialização e de mediação política face à pouca credibilidade dos partidos enquanto instrumento de canalização e de participação política”. Apesar dos diferentes graus de representatividade ou da conexão eleitoral das organizações partidárias através do tempo e do espaço, a partir do século XIX e desde o contexto europeu, as organizações midiáticas passaram a ser abordadas como um “quarto poder” na interação com a tríade de poderes estatais (BRIGGS; BURKE, 2003, p. 192-202).

Argumenta-se que a imprensa se tornou importante guardiã das ações do Executivo ou, ao menos, um ator fundamental às dinâmicas de responsabilização do Estado pela sociedade (SMULOVITZ; PERUZZOTTI, 2000; WAISBORD, 1996). Silvio Waisbord (2000, p. 116), no entanto, alerta para os riscos de se tomar a imprensa como uma entidade neutra e imparcial, acima da política e, dessa forma, despolarizar uma instituição essencialmente política. Em discussão em torno do caso brasileiro, Afonso Albuquerque (2009) alega que, se a mídia

nacional é percebida como um quarto poder, esse entendimento faz mais sentido pela alusão à moderação monárquica do que a um ramo inserido horizontalmente junto aos ramos do Estado.

A despeito do tom crítico desta leitura, o discurso predominante na opinião pública brasileira é o de uma defesa bastante assertiva quanto à independência da imprensa, que, em geral, desabona quaisquer iniciativas de controles externos à cada organização ou profissional da área (GOMES, 2014; LIMA, 2012; MATOS, 2013). Em um primeiro plano, é importante destacar que o argumento por uma liberdade praticamente irrestrita para o exercício midiático se dá em um cenário marcado até recentemente pela experiência de larga censura estatal (KUSHNIR, 2004). Sob uma segunda perspectiva, essa tese pode ser entendida à luz de algumas consequências da progressiva profissionalização do campo midiático ao redor do mundo e no país. Nelson Traquina (1992) aponta que, entre os séculos XIX e XX, houve um deslocamento de um jornalismo principalmente partidário em direção a um paradigma de comunicação objetiva e imparcial que, como antes mencionado, ainda permeia o jornalismo do presente⁵.

É justamente em alinhamento a este pressuposto ou projeto normativo que se dissemina a ideia da imprensa como grande fiscalizadora poder estatal. Flavia Biroli e Luiz Felipe Miguel (2012) percebem que, ainda hoje, em larga medida, é sobre este modelo de pretensa imparcialidade que as mídias se autojustificam. Venício Lima (2012) vai além e conclui que os veículos de comunicação chegam a defender a sua liberdade discursiva em equivalência e unicidade ao direito fundamental à livre expressão das cidadãs e dos cidadãos como um todo. No entanto, apesar das disposições constitucionais, no Brasil contemporâneo parece existir maior dificuldade em responsabilizar grandes canais jornalísticos do que indivíduos comuns em casos de impropriedade das informações veiculadas (LIMA, 2012; MATOS, 2013).

Apesar de a Carta Magna Brasileira dispor de diversos artigos que tratam da comunicação social, essas normas jamais foram regulamentadas sob a forma de lei (MATOS, 2013). Na atualidade, segundo Bia Barbosa e Pedro Eckman (2014), o principal marco regulatório vigente para o setor, o Código Brasileiro de Telecomunicações⁶, precede, inclusive, o regime civil-militar. Em meio a certo vazio regulatório, diversos padrões da posse e da produção dos veículos voltados à informação e ao entretenimento contrariam o texto constitucional⁷. A tendência à concentração dos mercados midiáticos latino-americanos, antes

⁵ Pelo menos até o século XIX, o jornalismo ou jornais tinham o papel de defender a posição de grupos específicos (cf. TOCQUEVILLE, 1998, p. 137-141) e, sob paradigma moderno ou contemporâneo, os meios de comunicação se propõem a produzir narrativas desprovidas de valores e a representar a sociedade como um todo (BRIGGS; BURKE, 2003; LIMA, 2012; TRAQUINA, 1992).

⁶ Estabelecido pela Lei nº 4.117/1962, e seguido pelos decretos 52.795/1963 e 236/1967.

⁷ Contrariando especificamente os artigos 220; 221; 223; 54 da CF: existe monopólio das empresas, concentrado no eixo Rio-São Paulo; não há estímulo a produções independentes; existe predominância das empresas privadas

mencionada, é expressa no país pelos dados divulgados em 2017 pela pesquisa *Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil* (MOM Brasil).

De acordo com este levantamento, os 50 veículos de maior audiência são controlados por 26 grupos, sendo que nove pertencem ao Grupo Globo; cinco, ao Grupo Bandeirantes; cinco, à família Macedo; quatro, à RBS; e três, à Folha de S. Paulo⁸. Em comparação a países como Peru; Sérvia; Gana; e Turquia; o Brasil apresenta os piores indicadores de risco para os parâmetros da qualidade democrática da mídia, estipulados pelo projeto, entre os dez países analisados (PASTI, 2017). Quanto à televisão aberta, os quatro principais grupos concentram mais de 70% da audiência, dos quais apenas a Rede Globo acumula 43,86% (MOM BRASIL, 2017). Especificamente quanto ao Grupo Globo, outro estudo mensura o seu controle sobre 61,5% das emissoras televisivas de alta frequência; 40,7% de todos os jornais nas capitais; e 30,1% de todas as rádios AM e 28% das FM (FÉRES JUNIOR, 2017).

Como exemplificado por este conglomerado, boa parte da estrutura de concentração da posse no campo midiático se refere à propriedade cruzada (MATOS, 2013; MOM BRAZIL, 2017). Isso é, quando um mesmo conjunto empresarial acumula a titularidade simultânea de empresas em diferentes meios, como impressos; televisão, aberta e por assinatura; rádio; e também, internet. Como dito sobre a região em geral, mas de forma particularmente acentuada no sistema midiático do país, Matos (2013) enfatiza que a diversidade da sociedade brasileira não se reflete sobre o processo jornalístico convencional e de grande circulação. Atualizando os diagnósticos de Maria Helena Capelato (1988) para o início da década de 2010, Francisco Fonseca (2011) considera que a discussão pública nacional permanecia largamente determinada por um número restrito de empresas, que manifestam as suas opiniões e interesses privados como pareceres de cunho público.

Processos comunicativos produzem e são produzidos pelas mais diversas dimensões do político que atravessam as relações humanas. Essa multiplicidade de possíveis focos de interação entre a comunicação e a política são exploradas academicamente sob inúmeras chaves temáticas e metodológicas (ALDÉ; CHAGAS; SANTOS, 2013; BIROLI; MIGUEL, 2011; MENDONÇA; SIMÕES, 2012; MIGUEL; 2015; 2016; FÉRES JUNIOR; 2016; PORTO, 2002; RUBIM; AZEVEDO, 1998). Sob a área de concentração da Ciência Política, especificamente, em meio à amplitude de linhas de pesquisa acerca dessa intersecção, parte significativa dos

de radiodifusão; e alguns dos donos de concessionárias do setor ocupam cargos eletivos (BARBOSA; ECKMAN, 2014).

⁸ 21 desses grupos também se ocupam de atividades em outras áreas econômicas, dos quais têm nestas suas ocupações principais.

estudos, tradicionalmente, voltou-se às eleições e ao comportamento eleitoral (AZEVEDO, 2017; BIROLI; MIGUEL, 2011; COLLING, 2006; 2007). Em certa consonância à ênfase a procedimentos e instituições democráticas formais promovida pela análise política convencional, tal agenda reflete o entendimento de que as comunicações midiáticas ocupam uma posição central também nas dinâmicas políticas mais institucionalizadas. Seja pela participação na construção de eventos; processos; ou questões, de modo geral, como também em sua influência sobre a viabilização de carreiras eletivas *vis-à-vis* as deliberações do eleitorado (THOMPSON, 2011).

Em paralelo ou em confluência à propaganda política em sentido estrito, a presença em notícias se torna parte fundamental do capital político das candidatas ou candidatos a cargos eletivos (MIGUEL, 2004, p. 8-9). Nos períodos eleitorais, a imprensa brasileira costuma conceder maior espaço àquelas candidaturas melhor sucedidas nos indicadores de intenção de voto (BIROLI; MIGUEL; MOTA; 2011). Concorrentes que conseguem gerir seu comportamento mediante critérios de noticiabilidade jornalística tendem a pautar o noticiário (MIGUEL, 2004, p. 9). Essa competência em si também integra o “capital político” de alguém que visa um assento representativo e frequentemente se expressa nas pesquisas de opinião sobre eleitorado, mas podem alavancar maior menção nos meios de comunicação na ausência ou em independência de sondagens como essas⁹.

No que se refere aos parâmetros de noticiabilidade, Traquina (2013, p. 61) os define como “o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir um valor como notícia”. Sobre este que seria o “produto específico” do jornalismo, Wilson Gomes (2009, p. 10) conceitua o texto noticioso como a forma verbal “de um enunciado declarativo, de uma descrição ou de uma narrativa sobre eventos reais”. Em analogia às estruturas e às dinâmicas do campo em geral, Tuchman (2002, p. 96) concebe a notícia como o resultado e o registro simultâneos de uma realidade social, capazes de fornecer “uma abstração seletiva intencionalmente coerente” sobre ela. Sob tal horizonte então, os enquadres que moldam e corporificam os relatos sobre fatos necessariamente expressam as perspectivas e escolhas de seus emissores, quaisquer sejam elas e seus motivos.

Ao considerar veículos convencionais em sistemas midiáticos comerciais como o brasileiro, a emissão desse tipo de discurso não se restringe às suas autoras ou autores,

⁹ As pesquisas de opinião não são promovidas em todas as localidades, para todos os cargos; ou para todas as candidatas ou candidatos (BIROLI; MIGUEL; MOTA; 2011). Eventualmente, as pesquisas de opinião não conseguem captar as tendências do eleitorado ou suas mudanças, mas os pleiteantes vitoriosos se destacaram no noticiário do período de campanha; já, em outros casos, os resultados eleitorais não refletem em nada a representatividade nos meios de comunicação de maior abrangência (BORGES ET AL, 2019).

jornalistas e colunistas, e abrange as instituições que os veiculam, como também orientam a produção ou, ao menos, chancelam a sua divulgação. Em relação ao conjunto de possibilidades disponível em meio ao hiato entre fatos e as suas representações, tanto à esquerda quanto à direita do espectro político, é comum encontrar fortes sensações e compreensões de que a mídia é tendenciosa e de que a produção jornalística é assinalada por inclinações políticas constantes ou em certa continuidade (GOMES, 2016; LOTT JR; HASSET, 2014; MUNDIM, 2018).

A impressão que ocorrem vieses nas notícias reflete o entendimento de que lhes faltaria equilíbrio ao apresentar e discutir questões e atores, bem como nos espaços conferidos a seus pontos de vista (BARON, 2006, p. 4), e de que isso ocorreria com alguma sistematicidade ao longo tempo (COOK, 2011, p. 206-207; STEVENSON; GREENE, 1980, p. 116). Algumas autoras e autores argumentam que tais padrões se expressam, majoritariamente, por omissões seletivas, conscientes ou inconscientes, e que não necessariamente implicam imprecisões; distorções; ou fabricações de fatos (BERNHARDT; KRASA; POLBORN, 2006; DRUCKMAN, PARKIN, 2005; MULLAINATHAN; SHLEIFER, 2005; GROSECLOSE; MILYO, 2005).

Resumindo os estudos que abordam a seletividade identificada nos conteúdos produzidos pela imprensa, é possível traçar quatro eixos argumentativos básicos, cuja aplicação pode ser feita de forma combinada. O primeiro trata dos processos intelectivos que permeiam os processos comunicativos e abarcam mobilizações que destacam as dimensões culturais até as estritamente estratégicas. Enquanto o segundo enfatiza aspectos políticos ou mercadológicos; o terceiro aborda como um destes ou ambos sublinham às posições de quem oferta informações ou de quem as consome. Já o quarto, por fim, desloca-se para o papel ativo das audiências na definição do que seria o viés dos discursos.

O primeiro tópico diz respeito ao debate acerca do enquadramento da realidade social, antes apresentado e retomado, na página anterior, para caracterizar a emissão do relato noticioso. Mas, aqui, aponta-se para os seus potenciais efeitos nos textos jornalísticos que podem assumir a forma de padrões. A ideia de alguma inconsciência no emprego de quadros de sentido; dispositivos retóricos; e posturas valorativas talvez possa ser melhor entendida pela analogia às discussões sobre as dimensões estruturais e culturais do racismo e do machismo, por exemplo (cf. ALMEIDA, 2018; BIROLI, 2016; GALTUNG, 1990; MIGUEL; BIROLI, 2012; RIBEIRO, 2018; SAFIOTTI, 2015; SCHWARCZ, 2013; 2019; WALBY, 1990). Valores e estereótipos podem se estear em construtos tão enraizados, através das diversas instituições sociopolíticas e por meio de matrizes de pensamento e de comportamento, que a sua expressão direta em mensagens jornalística pode ocorrer sem que passem racionalizações mais clara.

Propondo diferentes arranjos entre fatores políticos e econômicos, grande parte dos estudos que analisam as possíveis inclinações políticas da imprensa costumam divergir se essas características se referem aos valores e interesses dos emissores do discurso ou a ajustes às disposições dos receptores em potencial (LOTT JR; HASSETT, 2014; MUNDIM, 2018). David Baron (2006) e James Hamilton (2004; 2007) entendem que, no jornalismo comercial, as posições editoriais expressas no texto obedecem principalmente a lógicas mercadológicas e buscam satisfazer às demandas de seus consumidores¹⁰. Embora reconheçam a influência dos traços ideológicos daqueles que ofertam as notícias, Matthew Gentzkow e Jesse Shapiro (2010) argumentam que, em geral, o conteúdo divulgado pelos meios de comunicação reflete ponderações entre esses fatores e as potenciais visões do seu público, que, entretanto, pendem para o perfil da audiência. Já outras pesquisas ressaltam tendências para um mútuo reforço na procura por informação, pois indivíduos buscariam mídias cujo posicionamento é compatível ao seu (cf. PUGLISI; SNYDER, 2011; GENTZKOW; SHAPIRO, 2011; GENTZKOW; SHAPIRO; SINKINSON, 2014; SUTTER, 2004)

Para além da vendagem dos produtos jornalísticos em si, Gomes (1996, p. 33) assinala que os veículos necessitam “oferecer conteúdos capazes de garantir entretenimento suficiente para capturar a audiência” de modo que, enquanto consome notícias, ela também seja “submetida à exibição de produtos”. Isto é, o que o autor chama de “encenação da política” atenderia a uma dupla tarefa no modelo de negócios da imprensa convencional, isto é, a circulação comercial dos próprios conjuntos textuais e as propagandas publicitárias que também a financiam (GOMES, 1996, p. 30-33). Por essa razão, para Gomes (1996, p. 30), é o recurso à dramatização o elemento mais distintivo do aporte sobre a política na comunicação de massa.

Apesar das diferentes características que o texto jornalístico pode assumir, e à revelia de diagnósticos ou explicações, as mais diversas sociedades são permeadas por percepções difusas de que o conteúdo midiático é pautado por adesões e rejeições políticas que refletem as visões dos seus emissores (GOMES, 2016; HALLIN; MANCINI, 2008; 2012; LOTT JR; HASSETT, 2014). No que compete ao Brasil, porém, grande parte da literatura especializada sustenta que os discursos da grande imprensa nacional são tendenciosos e frisados por distorções sistemáticas (GOMES, 2016; FÉRES JUNIOR; SASSARA, 2016a; MUNDIM, 2018).

¹⁰ Essa abordagem de matriz econômica se contrapõe a uma clivagem tradicional nesse campo que, salienta que as notícias carregam vieses que refletem as posições políticas de jornalistas ou de proprietários dos meios de comunicação, a despeito das inclinações da audiência (cf. COOK, 2011; HOFFSTETTER, 1976).

Embora essas marcas sejam usualmente associadas a posições ideológicas e partidárias, as ausências, os estereótipos ou deturpações de cunho político identificados no campo da comunicação social abrangem questões e identidades que atravessam a práticas políticas formais, mas são mais amplas do que elas. Isto é, a sub-representação ou marginalização discursiva por sexo; gênero; raça; classe; orientação sexual; idade; constituição física; psicodiversidade; e pelas múltiplas possíveis combinações destas características (BIROLI, 2011a, p. 84-85; COLLINS; BILGE, 2016; YOUNG, 1990, p. 48-63; cf. BIROLI, 2010; 2011b; BIROLI; MIGUEL; DUAILIBE, 2013; CRESPO, 2000. DARDE, 2008; KLEIN, 2016; MIGUEL; BIROLI; 2011; SILVA; ROSEMBERG, 2008). Dentre esse conjunto de marcadores da diferença, os que se destacam para o estudo proposto pela presente dissertação são as abordagens jornalísticas quanto a sexo e a gênero¹¹ e, especificamente, como elas se expressam no jornalismo político.

A progressiva integração histórica das mulheres ao espaço público se deu mediante a manutenção de alguns padrões de desigualdade e subordinação, mas também pela construção de novas formas para a sua expressão (OKIN, 2008, pp. 313-315; WALBY, 1990, p. 178). Em termos culturais, perduraram expectativas do desempenho de feminilidades associadas à esfera privada e à domesticidade (BIROLI, 2011a, p. 86; OKIN; 1989, p. 126; 2008, p. 313-315). No que cabe ao discurso midiático em geral, Nancy Fraser (2006, p. 234) observa tendências a “representações banalizantes, objetificadoras e humilhantes”. Especificamente no campo da política - ao passo que as mulheres seriam dela excluídas ou incluídas "enquanto mulheres" (PATEMAN, 1989, p. 197) - a cobertura jornalística em torno das agentes de partidos e/ou do Estado também obedeceria a distinções por gênero (BIROLI, 2010; 2011a; 2011b; MIGUEL; BIROLI; 2011).

Sob uma primeira face, no Brasil, se comparadas aos homens e a índices internacionais, as mulheres são largamente sub-representadas nas esferas partidárias e estatais (REZENDE, 2017; INTER-PARLIAMENTARY UNION [IPU], 2020), porém são relativamente mais presentes em espaços de participação alternativos a esses (MIGUEL; BIROLI; 2010b, p. 724). Ao reduzir a política àquelas duas dimensões, os veículos de comunicação colaboram “para a marginalidade das mulheres no noticiário político” e reforçam “a compreensão de que as mulheres não fazem política” (MIGUEL; BIROLI, 2010b, p. 724; 2014 p. 17). Nos segmentos voltados ao assunto em telejornais e impressos, a grande disparidade de menções por gênero

¹¹ As percepções deste trabalho partem desse segundo conceito (cf. SCOTT, 1992), mas os indicadores de pesquisas usualmente mobilizam a dimensão de sexo biológico.

evidencia a baixa representatividade diagnosticada nas instituições formais também se manifesta na produção jornalística (cf. BIROLI, 2010; 2011a; MIGUEL; BIROLI; 2011. Por outra face, quando são citadas e estão inseridas no campo institucional, as líderes, burocratas ou representantes eleitas são frequentemente associadas a questões ligadas a aspectos da vida privada e mediadas por estereótipos generificados (BIROLI; MIGUEL, 2010, p. 725; MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 12).

Incidindo especificamente sobre os aportes midiáticos acerca de Dilma Rousseff que serão explorados no capítulo subsequente, esse segundo ponto evoca os tratamentos particulares conferidos às mulheres que logram acessar cargos eletivos. A partir do exame do relato jornalístico em torno das pleiteantes ou ocupantes de postos públicos, Kathleen Jamieson (1995) afirma que os meios de comunicação se engajam ativamente da construção de enquadramentos paradoxais quanto as integrantes desse grupo, e que resultam sistematicamente em posições onerosas para elas. Mobilizando um conceito de Bateson e coautores (1956), Jamieson explica que os discursos das mídias impoem “duplos vínculos” às mulheres: exigências conflitantes cuja satisfação completa é impossível e que, seja por um tipo de perfil ou ação, seja pelo outro, geram representações e avaliações desvantajosas. A partir de resultados anteriores sobre o tema (cf. ARGOLO, 2014), Linda Rubim e Fernanda Argolo Dantas (2017, p. 72) destacam enquadramentos noticiosos que exigem das mandatárias um “personagem híbrido nos quais fossem identificadas competências associadas ao masculino (espaço público) e elementos chaves da ‘cultura feminina’ (espaço privado)”.

Todavia, quando uma líder política é retratada, “as marcas da feminilidade no discurso reduzem a legitimidade da falante, mas a ausência delas é denunciada como uma falha da mulher que não as têm” (MIGUEL, 2014, p. 106-107). Isto é, quaisquer sejam os comportamentos adotados por aquelas em posição de poder, a elas se atribui alguma falta ou falha. Ao examinar o “declínio” das presidentas sul-americanas, Rubim e Dantas (2017, p. 80) percebem grande semelhança nas pautas e formas textuais que, em certa medida, tornam homogêneas as condutas das governantes e que desqualificam o que imputam à identidade feminina e reiteram que a carreira política não cabe às mulheres.

Outro aspecto das potenciais inclinações do jornalismo ao abordar esse campo do Estado da representação formal é relevante para compreensão da cobertura ao impeachment de 2016, a saber, o terreno mais convencional da ênfase às relações partidárias e aos vínculos ideológicos. O qual, segundo a literatura especializada, a princípio, também implicaria em abordagens pouco convenientes à Rousseff. No exame da história política recente do país, e particularmente de suas eleições, são muitas as autoras e autores que percebem, por vias distintas, que as maiores

empresas de comunicação brasileiras apresentam inclinações recorrentes ou permanentes de oposição a partidos de esquerda, mas, sobretudo, ao PT (cf. ALBUQUERQUE; 2019; ALDÉ; FIGUEIREDO; MENDES, 2007; ARRUDA, 1995; AZEVEDO, 2000; 2017; 2018; COLLING, 2006; 2007; CONTI, 1999; COIMBRA, 2007; FÉRES JUNIOR; SASSARA, 2016a; 2016b; 2018; FÉRES JUNIOR; GAGLIARDI, 2019; FIGUEIREDO, 1996; FIGUEIREDO; RIBEIRO, 1999; KUCINSKI, 1998; GUAZINA, 2001; GONÇALVES, 1996; LATTMAN-WELTMAN; CARNEIRO; 1994; LATTMAN-WELTMAN; CHAGAS, 2017; MIGUEL, 1999; MUNDIM, SILVA, 1990; SOUZA, 2009).

Alguns trabalhos mais recentes questionam, todavia, marcas homogêneas e persistentes de clivagens políticas no discurso do jornalismo convencional brasileiro (cf. ALDÉ; 2004; BEZERRA; MUNDIM, 2011; GOMES, 2016; MUNDIM, 2012; 2018). Partindo de abordagens que associam rearticulações teóricas a diversos experimentos empíricos (cf. ENTMAN, 2007; 2010; GINER-SOROLA; CHAIKEN, 1994; PERLOFF, 1989; ROSS; LEPPER; HUBBARD, 1975; VALLONE; ROSS; LEPPER, 1985), Gomes (2016) enfatiza que a sensação de viés midiático diz muito mais a respeito às sensibilidades dos receptores da produção jornalística do que às disposições do conteúdo textual em si. Em um entendimento complementar, Gamson (2011) sustenta que os significados do discurso midiático não são fixos, mas que, na verdade, são negociados à medida que os seus diferentes receptores agregam percepções, sensações e fatos que fazem parte de seus repertórios culturais.

À época de *A Democracia na América* de Tocqueville (1998 [1835], p. 137-141), o jornalismo ou cada um dos jornais eram identificados como a expressão específica das associações, grupos sociais e partidos políticos que representavam. Embora muitas pesquisadoras e pesquisadores argumentam que a perda de vínculos partidários nunca ocorreu no Brasil (AZEVEDO, 2017), sob paradigma moderno ou contemporâneo os meios de comunicação tendem a se propor a representar as posições de toda a sociedade (BIROLI; MIGUEL; 2012; ETTEMA; GLASSER; 2011; LIMA, 2012; TRAQUINA, 1992). Em face das mudanças tecnológicas e socioeconômicas ocorridas durante as últimas décadas, Lattman-Weltman e Viktor Chagas (2016; 2017) apontam para um movimento mais explícito de re-partidarização como estratégia de fidelização do seu público.

Para além da divulgação de eventos e movimentos rotineiros, a dramatização da vida política mencionada por Gomes (1996) encontra singular acolhimento em processos de construção e de escândalos políticos. Em compasso a transformações em diferentes campos – seja da política; da economia, da tecnologia; e da sociedade – esse fenômeno se tornou cada vez mais presente nas sociedades latino-americanas desde a década de 1980, e especialmente

na seguinte (PÉREZ-LIÑÁN, 2007; WAISBORD, 2000). No que se refere a escândalos midiáticos em sentido mais amplo, Thompson (2000, p. 13, tradução nossa) define-os como as “ações ou eventos envolvendo certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos por outros e são suficientemente sérios para desencadear uma resposta pública”. Já em sua dimensão mais precisamente política, como escândalos políticos, Pérez-Liñán (2007, p. 65) define-os como “eventos noticiosos revelando atos de corrupção ou abuso de poder praticado por políticos”.

Práticas de corrupção envolvendo agentes do Estado não são condição necessária para que ocorram *escândalos políticos*, mas, sim, a exposição midiática de comportamentos considerados corruptos ou abusivos que envolvam essas personagens (PÉREZ-LIÑÁN, 2007, p. 68; WAISBORD, 1994, p. 21). Inclusive, esses dois elementos não estão imperiosamente vinculados. É um tanto evidente que existem casos de corrupção que não são transformados em escândalos, e também ocorrem escândalos políticos em que não há condutas corruptas (JIMÉNEZ, 1994, p. 14). Dentre o potencial rol de notícias escandalosas, os atores midiáticos atuam como os seus *gatekeepers*, conferindo visibilidade a certas ações, e não a outras (PÉREZ-LIÑÁN, 2007, p. 84). Contudo, a revelação de malfeitos políticos proporciona oportunidades ímpares à prática jornalística na medida em que convergem a persecução de princípios normativos caros à profissão a oportunidades econômicas e prestígio para as empresas de comunicação e aos seus operadores (THOMPSON, 2013).

O surgimento de um novo padrão de escândalos políticos na América Latina se expressaria em consonância à emergência de um jornalismo profissional de vanguarda, mais independente e mais agressivo (ALVES, 1997). Pérez-Liñán (2007, p. 68) esclarece que, no espaço latino-americano, quatro grandes mudanças fomentaram as capacidades para que atores midiáticos dessem publicidade, com mais frequência e intensidade, às práticas políticas concebidas como contrárias ao interesse público. Em primeiro lugar, no âmbito político-institucional, a onda de redemocratizações na região possibilitou que jornalistas se manifestassem de forma mais livre e combativa (WAISBORD, 2000, p. 58-64). Em segundo lugar, alinhadas a um movimento de globalização e diminuição do papel do Estado na economia, reformas voltadas à privatização e à desregulamentação de setores do mercado teriam implicado, por uma face, menores orçamentos estatais para publicidade e, por outra, aberturas para investimento estrangeiro, estimulando maior competição nos sistemas midiáticos (PÉREZ-LIÑÁN, 2007; p. 71-74).

Quanto a este aspecto econômico, Waisbord (2000), destaca que, mais do que pressões mercadológicas, o desenvolvimento de corporações midiáticas poderosas, financeiramente

sólidas e independentes de investimentos estatais, integram a principal explicação para que essas organizações assumam os riscos – e as possíveis vantagens – de confrontar governos. Esse diagnóstico se entrelaça à diminuição das prerrogativas orçamentárias dos Estados. E vale salientar que, em contextos capitalistas, perspectivas de competição por lucro e estatuto ao menos sombreiam decisões importantes aos negócios.

Uma terceira mudança, tecnológica, relaciona-se a essa dimensão financeira. Ao longo da segunda metade do século, a progressiva expansão da televisão na região teria, por um lado, ampliado o acesso das populações a conteúdo noticiosos (PÉREZ-LIÑÁN, 2007; p. 74-78). Por outro, esse movimento incentivaria que a mídia impressa se diferenciase mediante a investimentos em investigações jornalísticas (PÉREZ-LIÑÁN, 2007; p. 74-78). Por fim, uma quarta transformação diz respeito à progressiva institucionalização do campo, e também ao momento histórico em que isso ocorreu. Em um cenário pós-Watergate¹², a crescente profissionalização do jornalismo teria incitado jovens profissionais a perseguir o ideal de “jornalismo cão de guarda” e a buscar consolidar carreiras sob os auspícios da irrupção de grandes escândalos (PÉREZ-LIÑÁN, 2007; p. 78-81; SHUDSON, 2004; WAISBORD, 2000).

Apesar do seu olhar otimista quanto aos efeitos dos escândalos em face das características do sistemas sociopolíticos sul-americanos, Waisbord (2000, p. 233, 234) aponta que a participação midiática em tais processos pode refletir movimentos mais amplos das elites políticas e econômicas locais, e não exatamente uma busca pela guarda dos interesses públicos. Peruzzotti (2006, p. 256-257; 265-268), por sua vez, condiciona a possibilidade de resultados benéficos às relações democráticas de acordo com os processos pelos quais as *exposés* são produzidas. Se as coberturas não partem de investigações especialmente diligentes e não acionam fontes externas às elites dominantes, segundo este autor, as dinâmicas dos escândalos se tornam permeáveis aos interesses das elites. Ao depender de agentes estatais – mesmo no caso de agências horizontais de controle – para novas informações ou provas, os meios de comunicação tomam parte na “política [feita] por outros meios” (PERUZZOTTI, 2006, p. 266).

Esta referência à máxima de Clausewitz sobre a guerra é um tanto inusitada para literatura cujo valor à mídia é tão caro devido as suas contribuições para a democracia (cf. PERUZZOTTI, 2006; PERUZZOTTI; SMULOVITZ, 2006a; 2006b; SMULOVITZ; PERUZZOTTI, 2000). Com um teor estratégico consonante a essa linha de raciocínio, Manuel Balán (2011) afirma que os escândalos midiáticos são ocasionados pelas competições por poder e recursos entre atores do governo. No que diz respeito à composição subjetiva dos conflitos

¹² “Watergate se refere ao escândalo político irrompido em 1972 e que forçou Richard M. Nixon a renunciar ao cargo de presidente dos Estados Unidos dois anos depois” (SHUDSON, 2004, p. 1232, tradução nossa).

intra-elite, Peruzzotti (2006, p. 266) expande essa compreensão às rivalidades entre facções do governo, agências de controle ou interesses das oposições para enfraquecer ocupantes de algum espaço de poder no interior de cada sistema.

Sob esse tipo de perspectiva, as denúncias de corrupção em si, divulgadas pela imprensa, confeririam uma janela pública de oportunidade para a troca de posições no xadrez político (BALÁN, 2011, p. 462). Isto é, mudanças de discursos e posicionamento como também rompimentos de alianças e formação de novas. Por meio da submissão das fontes do texto jornalístico a vazamentos, personagens estatais ou processos institucionais, os veículos de comunicação podem ser instrumentalizados para prejudicar a reputação de adversários políticos (PERUZZOTTI, 2006, p. 266-267) ou, sob um prisma ampliado, podem também participar mais diretamente de conluíus entre elites (PORTO, 2011, p. 111). De todo modo, Peruzzotti (2006, p. 267, tradução nossa) avalia que

A proliferação de exposições midiáticas torna a esfera pública em uma espécie de campo de batalha para ferozes confrontações intra-elite, onde um fluxo de acusações cruzadas, rumores e insinuações alimenta as redações enquanto, simultaneamente, incita o ultraje da opinião pública.

Após a introdução do corpo teórico que analisa as crises presidenciais na América Latina e abordagens que sustentarão a discussão em torno do papel e das tendências de grandes expoentes do jornalismo tradicional, o próximo segmento o abordará as dinâmicas específicas do processo comunicativo que leva questões ao extremo da politização.

1.3 A teoria de securitização: o deslocamento discursivo de questões políticas para o domínio da excepcionalidade democrática

Esta parte final do capítulo argumenta que os dispositivos de enquadramento, já abordados conceitualmente, podem ser integrados aos marcos da teoria de securitização para um entendimento mais profundo acerca das dinâmicas discursivas em jogo em torno da deposição de Rousseff. Após a contextualização dessa proposta, a seção apresentará os conceitos basilares de securitização e seus respectivos efeitos analíticos, conforme delineados pela Escola de Copenhague. Em sua sequência, serão explorados alguns refinamentos conceituais e metodológicos que também nortearam o estudo de caso, como a dimensão do silêncio em movimentos securitizadores (HANSEN, 2000; NEUMANN, 1998) e especialmente a concepção de segurança como um processo de *tradução*, proposta por Holger Stritzel (2011). Por fim, o capítulo será concluído com esquemas que trazem esses elementos ao exame do impeachment de 2016

A proposta de unir a teoria de securitização à análise qualitativa de enquadramento não se trata de uma inovação radical na área de estudos de segurança, e, especialmente, em sua clivagem no campo das Relações Internacionais. Embora esse não seja um casamento usual, Scott Watson, ainda em 2012, defendeu a articulação teórico-metodológica entre as duas abordagens sob a aglutinação de “enquadramentos de segurança” (tradução nossa). Esta sugestão já foi, inclusive, operacionalizada e refinada, no âmbito nacional por Vânia Carvalho Pinto (2014). No entanto, apesar da relevante contribuição colocada por Watson e das afinidades e potenciais analíticos entre as duas linhas demonstrados por Carvalho Pinto, as abordagens do autor e da autora encontram alguns entraves em duas dimensões importantes que se interpelam mutuamente.

Sob o enfoque instituído por ambos Watson (2012) e Carvalho Pinto (2014), a noção de enquadramento de segurança ou enquadramentos de segurança, por uma face, vai de encontro às próprias bases do projeto teórico desenvolvido pela Escola de Copenhague. E, por outra, implica em limitações à adoção mais ampla desse prisma analítico pelos campos da Ciência Política, das Ciências Sociais ou das Ciências Humanas, de modo geral. Mais especificamente, limita o seu uso às pesquisas centradas em gêneros de conflitos armados. O que justamente o conceito de securitização buscava transformar, isto é, abordar o signo da segurança como resultado de um processo construído discursivamente por meio de padrões específicos, de modo que esta alcunha não se restringisse a estudos tradicionalmente pautados pela ocorrência ou pela possibilidade de conflitos armados.

A análise de enquadramento ou enquadramentos de segurança acaba por sugerir uma espécie de enquadres temáticos. No entanto, essa é mais uma consequência lateral da proposição de Watson, ao buscar construir um campo comum entre subáreas que estudam a dimensão discursiva da segurança, do que efeito da coadunação entre análises de enquadramento e de securitização. Seriam quadros temáticos pelo tipo de fenômeno ou resultado a que se destinam, mas o principal aspecto dessa combinação reside nos padrões discursivos que caracterizam o movimento securitizador. Ensejados em enquadramentos específicos ou na articulação de diferentes quadros sob um discurso mais amplo.

O que se sugere aqui é uma pequena apara em detalhes das mobilizações de Watson (2012) e Carvalho Pinto (2014). Minúcias que, contudo, enlaçam significativas consequências em potencial para a produção acadêmica de conhecimento. O *security framing* ou o *enquadramento de segurança* abordado pela autora e pelo autor talvez seja melhor expresso como *enquadramento securitizador ou enquadramentos securitizadores*, de modo a enfatizar a dimensão *processual* da construção discursiva das questões de segurança, e não um campo

temático ou o resultado de tal processo. É claro que na intersecção entre comunicação e política as palavras detêm especial relevância, no entanto, neste caso, a nomenclatura em si importa muito menos do que ao projeto a que ela se destina.

O que o presente trabalho defende diz respeito, por um lado, à adoção dos referenciais teóricos e metodológicos da análise qualitativa de enquadramento como uma forma vantajosa de operacionalizar a análise de securitização. Por outro, no uso dos marcos desta clivagem como um norte interpretativo para articulação de enquadramentos ou para a dotação de sentidos narrativos mais amplos a este recurso. No que se refere à securitização como arcabouço para análise, Buzan, Wæver e de Wilde (1998) não associam o seu marco analítico aos métodos específicos para a análise de discurso, mas instruem um modo de escrutínio das fontes bastante intuitivos. Esta ausência de nortes metodológicos mais precisos e rigorosos pode proporcionar estudos muito frutíferos, mas, ao mesmo tempo, pode lançar pesquisadoras e pesquisadores à perda do vínculo entre interpretações e bases empíricas.

Ao verificar artigos voltados a processos de securitização, em periódicos científicos brasileiros, Caroline Silva e Alexsandro Pereira (2019) observam, no Brasil, um rumo mais aproximado ao segundo caminho. Salvo exceções como a publicação de Carvalho Pinto, Silva e Pereira (2019) afirmam que as pesquisas tendem a encontrar dificuldades em operacionalizar os instrumentos de securitização, sendo malsucedidas em comprovar empiricamente movimentos securitizadores e/ou sua adesão. Em outro sentido, no país, o recurso à análise qualitativa de enquadramento se desenvolveu e se disseminou de forma expressiva e muito melhor sucedida.

No campo das Ciências Sociais, o uso desta ferramenta parece ter ganho certa propulsão continuada a partir dos anos 1990, e se intensificado nas décadas seguintes (MENDONÇA; SIMÕES, 2012; MIGUEL, 2015; PORTO, 2002). O que decorreu em uma pluralidade de abordagens, críticas e refinamentos. Tanto o recurso recorrente aos enquadres como eixos para estudos acadêmicos e também diversidade de suas aplicações é bastante expressiva nas publicações voltadas a aspectos comunicativos do impedimento presidencial de 2016. No que diz respeito às diferentes avenidas assumidas no exercício empírico, Mendonça e Simões (2012, p. 198) inserem as análises em três órbitas principais: (i) as que privilegiam situações micro interativas; ii) conteúdos discursivos; ou os (iii) seus efeitos.

Em um primeiro plano, a associação do arcabouço de securitização a esses referentes teórico-metodológicos pode qualificar o seu emprego. Em segundo lugar, devido à capilaridade deste segundo repertório analítico, tal combinação pode favorecer certa aproximação da abordagem de securitização com outras áreas do campo de estudos sociais. Mas, sob a outra

face dessa relação, cabe aqui a pergunta sobre o que teria a securitização a contribuir para as teorias e técnicas da análise de enquadramento e para a Ciência Política ou, de modo mais geral, para as Ciências Sociais.

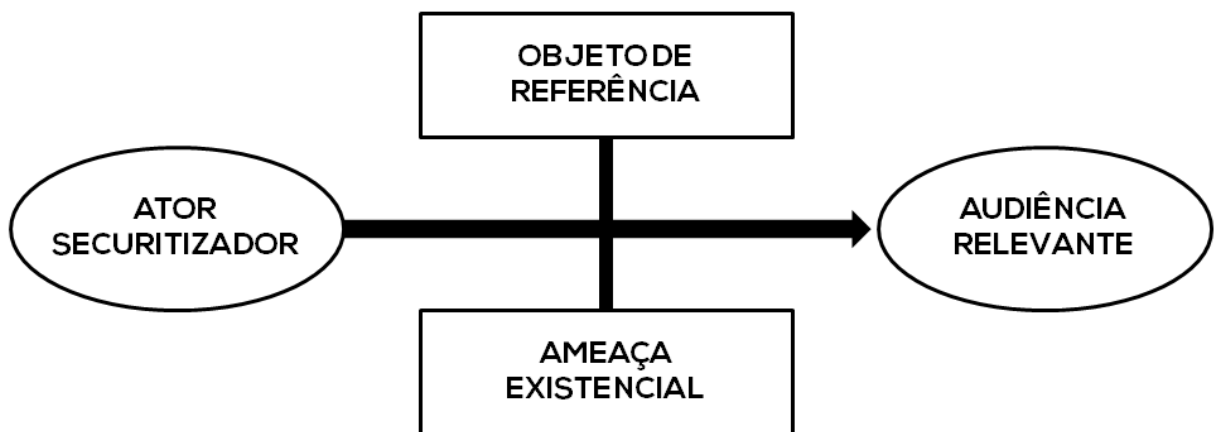
Os movimentos securitizadores se constituem, especificamente, do encadeamento discursivo que alça uma questão política ao patamar do que é impreterível e emergencial. O que se dá por meio da enunciação de ameaças e de inimigos que possam ressoar em momentos particulares da vida política e estabeleçam vínculos com os repertórios culturais da comunidade a que se refere ou se dirige. Dessa forma, as teorias e análises de securitização tratam da criação e da legitimação de processos de ressignificação, ou de distensão, das políticas ou normas democráticas desde dentro do sistema sociopolítico.

Caso sejam bem sucedidas, as iniciativas de securitização validam práticas consideradas excepcionais e, por fim, acabam por parcialmente normalizá-las. Quando uma questão é alçada para além do espectro da politização rotineira, atos antes impraticáveis e falas antes indizíveis são feitas possíveis. Assim, por um lado, o marco teórico-metodológico da securitização oferece mapas analíticos particulares para problemas que parecem permear uma larga variedade de fenômenos contemporâneos tanto no Brasil quanto em outros contextos. Por outro lado, também encontrar afinidades com literaturas que percebem um momento crítico para as democracias representativas e estudam seus impasses e fissuras.

Esteada em uma perspectiva construtivista, a teoria de securitização propõe a ampliação teórica e empírica dos estudos de segurança ao alegar que esses podem ser distinguidos por sua lógica e estrutura retórica (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 31, 176; HUYSMANS, 1998, p. 492-493). Essa clivagem teórica tem suas origens nas iniciativas de autores que buscavam desenvolver um arcabouço coeso para analisar as dinâmicas de segurança e os aspectos não militares do conflito internacional no final do século XX (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 1-3). Tais analistas foram bem-sucedidos em produzir um corpo de pesquisa com níveis de coerência e continuidade suficientes para serem agrupados enquanto *Escola de Copenhague* (HUYSMANS, 1998, p. 481; MCSWEENEY, 1996). Uma abordagem mais clara do processo de securitização foi exposta por Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde, em 1998, na obra *Security: A New Framework for Analysis* (MCDONALD, 2008, p. 566; STRITZEL, 2014, p. 11).

De acordo com Buzan, Wæver e de Wilde (1998, p. 5), questões se tornam matérias de segurança - são securitizadas - quando apresentadas por atores securitizadores como ameaças existenciais a um objeto referente de modo a gerar apoio, por parte da audiência relevante, a medidas além das regras que seriam, de outra forma, vinculantes (ver Figura 1). Desse modo, a noção de segurança pode ser apontada como o “movimento que leva a política além das regras do jogo estabelecidas e enquadra as questões como um tipo especial de política ou acima da política” (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 23, tradução nossa). Os autores enfatizam que tal deslocamento não caracteriza uma ruptura do processo de politização, mas a sua acentuação (ver Figura 2). (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 23). Também a partir desse marco, a segurança passa a ser entendida como uma prática autorreferencial e intersubjetiva que, portanto, não depende da sua existência fora de domínios discursivos específicos (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 24-25, 30-31).

Figura 1. Processo de securitização.



Fonte: elaboração própria a partir de Buzan; Wæver; Wilde (1998)

Figura 2. O espectro de politização



Fonte: elaboração própria a partir de Buzan; Wæver; Wilde (1998)

O processo de securitização pode ser, então, compreendido em dois momentos distintos: o movimento securitizador, o ato de fala que expressa a ameaça existencial ao objeto referente, e a efetivação da securitização, a aceitação do discurso por parte da audiência relevante e sua sequente materialização política (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 25, 27). Ao remeter a uma concepção mais estrita de segurança, a ideia de ameaça existencial atribui riscos à própria sobrevivência do referente (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, 1998, p. 21). Os atores securitizadores são os responsáveis por enunciar a segurança e podem ser destacados como indivíduos ou agentes coletivos (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 30, 36). Os objetos referentes são determinados por uma reivindicação legítima à sobrevivência e, normalmente, são estipulados em termos que remetem a coletividades que subscrevem tanto o ator securitizador quanto a audiência relativos ao processo de segurança em curso (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 36-37, 40). Já a audiência relevante se refere aos receptores da declaração de segurança empreendida, que podem aceitar ou não esse movimento securitizador (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 25-27) (rever Figura 1).

O sucesso de empreendimentos securitizadores resulta da combinação entre condições facilitadoras internas e externas (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 32). As primeiras se referem à estrutura de segurança que define esse tipo de discurso: o seu enredo apresenta uma ameaça existencial que só pode ser evitada pela adoção de certas ações extraordinárias (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 33; PEOPLES; VAUGHAN-WILLIAMS, 2010, p. 79). Já as condições externas são sociais e contextuais: o capital social do enunciador, relacionado à sua legitimidade, e a viabilidade da alegada ameaça ser percebida como perigosa pelo público (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 33; PEOPLES; VAUGHAN-WILLIAMS, 2010, p. 79). Os processos de securitização também são afetados por outros atores, ditos atores funcionais – como os meios de comunicação – que influenciam a ressonância das falas de segurança (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 36).

Como brevemente mencionado, uma securitização bem-sucedida pressupõe o deslocamento da política para uma esfera emergencial que legitima o uso de medidas excepcionais. Entretanto, Buzan, Wæver e de Wilde (1998 p. 25) sugerem a possibilidade de considerar bem-sucedidos alguns casos em que ações extraordinárias não chegaram a ser efetuadas. Nesse sentido, seria possível identificar resultados de securitização quando sua ressonância permite a criação de plataformas, antes inexistentes, que possam legitimar medidas emergenciais futuras (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 25).

Ainda que relativamente recente, o marco teórico de securitização foi objeto de extenso escrutínio acadêmico. Antes mesmo da sua articulação na obra de 1998, distintas clivagens,

tanto tradicionalistas quanto pós-modernas, empreenderam críticas a sua estrutura conceitual e sua aplicabilidade empírica (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 34-35; 40-41; 207-209; MCSWEENEY, 1996). Desde então, ao seu centro analítico foram incorporadas diversas complementações que visavam preencher lacunas conceituais mais gerais, como também sugerir aperfeiçoamentos voltados ao emprego específico dessa estrutura de análise.

Ao modelo analítico estruturado por Buzan, Wæver e de Wilde (1998) foram incorporadas, além de contribuições para o exame de casos particulares, elaborações conceituais e metodológicas que buscam aprimorar a sua capacidade explicativa. Após duas décadas de desenvolvimento da teoria de securitização, Holger Stritzel (2011, p. 348-349) constatou que, atualmente, são três os alinhamentos principais que rearticulam as propostas conceituais e metodológicas estipuladas pela Escola de Copenhague e que, assim, destacam novas tensões nesse marco¹³. Stritzel (2011, p. 348, tradução nossa) entende-se inserido, junto de Thierry Balzacq (2005; 2011) e Mark Salter (2008), na clivagem que aborda a securitização como um “*processo/prática contextual* que envolve dinâmicas sociolinguísticas e sociopolíticas complexas”¹⁴.

Stritzel (2007, p. 358-359) defendeu a reestruturação conceitual da teoria de securitização em um arcabouço teórico de segurança que tivesse maior consistência metateórica para guiar aplicações empíricas. O autor problematizou as tensões internas dessa abordagem e procurou desenvolver uma releitura com mais sistematização, clareza e especificidade (STRITZEL, p. 358-359). De forma central, Buzan, Wæver e seus colaboradores teriam sido ambíguos quanto à tensão entre os dois centros gravitacionais dessa clivagem teórica – o ato de fala como evento performático ou como processo intersubjetivo e contextual (STRITZEL, 2007, p. 359-364). Embora tentassem equilibrar as dimensões internas e externas da securitização, os autores enfatizaram os aspectos ativos da declaração de segurança e, assim, escaparam-lhes efeitos significativos das estruturas de poder que operam nesses processos (STRITZEL, 2007, p. 165).

Segundo a perspectiva dialética de Marx (2011 [1852]), a recorrência histórica de certos tipos de episódios, primeiramente sob a chave da tragédia e depois da farsa, diz respeito à mobilização de certos dispositivos simbólicos por atores políticos. O entendimento de que a história se repete, de forma cíclica, aponta para a significação da ação política por meio de recursos cíclicos a discursos e signos consolidados ao longo do tempo e compartilhados por

¹³ Além da clivagem na qual o próprio autor se insere, Stritzel (2011, p. 348) destaca a compreensão da securitização como um *ato político* e a interpretação de que o núcleo desse processo seria *lógica de securitização*.

¹⁴ Grifo do autor.

uma sociedade¹⁵ (MARX, 2011). Esse diagnóstico sociológico com algumas implicações teóricas, pincelado no *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, a abordagem do texto original de Marx se aproxima bastante do aporte de Holger Stritzel (2007; 2011) à securitização como processo discursivos que *traduzem* elementos do arcabouço cultural de uma comunidade sociopolítica para prover sustentação a práticas políticas do presente.

Para Mavelli (2013, p. 164), as críticas de Stritzel teriam composto um refinamento conceitual para a aplicação da Teoria de Securitização. Ao buscar tratamentos mais dinâmicos, reflexivos e processuais, Holger Stritzel (2011, p. 343-347) propôs a noção de *segurança como tradução* como alternativa conceitual e metodológica ao que se pode considerar como *segurança como ato de fala*. Com base nos estudos linguísticos de Richard Freeman (2009), o autor alega que a tradução seria um processo discursivo marcado por interações virtualmente infinitas que combinam transferência de conteúdo e produção criativa limitada (STRITZEL, 2011, p. 344-345). Ao partir dessa visão, os processos de securitização poderiam ser entendidos como performances situadas em locais discursivos específicos, tanto em termos temporais quanto espaciais, e que resultam, em última instância, de práticas sucessivas de significação (STRITZEL, 2011, p. 343, 346).

Como consequência analítica de tal percepção, Stritzel preconizou uma perspectiva de profunda historicização que entende as relações sociais em longa duração e relaciona as práticas de segurança às sequências históricas nas quais elas se inserem (STRITZEL, 2011, p. 346, 350). Segundo o autor, essa compreensão erode a importância do papel do enunciador e da audiência na medida em que a declaração e a aceitação dos discursos de segurança teriam origens imemoriais, cujo processo de tradução apenas não foi reconstituído (FREEMAN, 2009, p. 441 apud STRITZEL, 2009, p. 344-345). Essa leitura não chega, contudo, a inviabilizar a aplicação do modelo de análise apresentado por Copenhague e, na verdade, serviu à sua oxigenação metateórica. A proposta de Stritzel chama atenção para a necessidade de localizar processos específicos de securitização dentro dos encadeamentos discursivos e históricos que o apoiam.

Luca Mavelli (2013, p. 161-162, 177) advoga que a análise de processos exitosos de securitização com implicações societais em contextos democráticos mais desenvolvidos deve,

¹⁵ Não sem alguma ironia, essa noção marxista foi, por sua vez, disseminada através de diferentes repertórios intelectuais formando matrizes ocidentais e associada a uma visão determinista da história. Isto é, como se as Leis da História determinassem “eternos retornos” provocados por suas contradições estruturais. Esteado em Gramsci, Juarez Guimarães (1998) argumenta que essa é uma leitura equivocada do aporte historiográfico de Marx, lastreada em observações marginais do autor, na contramão dos eixos centrais de sua obra. Tanto em literaturas liberais quanto em marxianas, o recurso à Marx sob essa abordagem dominante seria patrocinado por interesses políticos específicos, aos quais interessaria uma teoria focada nos aspectos estruturais, e, assim, desprovida das potencialidades e das incertezas geradas pela agência de seres sociais em constante transformação (GUIMARÃES, 1998).

necessariamente, ser perpassada pela combinação entre os arcabouços conceituais dispostos pelas Escolas de Copenhague e de Paris e a proposição de Stritzel. Enquanto Copenhague se voltou à exceção política, Didier Bigo (2002) e os demais autores aglutinados como Escola de Paris trabalharam a securitização a partir da atividade profissional das instituições burocráticas (MAVELLI, 2013, p. 161-162, 174, 177). Ao passo que a presente pesquisa subscreve a relevância analítica de se localizar a securitização da expressão muçulmana em domínios discursivos consolidados, o estudo discorda da indispensabilidade de aplicação das contribuições desenvolvidas pela Escola de Paris¹⁶. Isso acontece porque Mavelli teria partido de uma perspectiva particular sobre as propostas da Escola de Copenhague que não abarca toda a sua complexidade.

A posição de Luca Mavelli foi apoiada na visão da Escola de Paris de que existe uma dicotomia entre politização e securitização (cf. MAVELLI, 2013, p. 178; cf. BIGO, 2002 p. 63-85). Tanto Mavelli quanto Bigo compreendem que o sucesso da securitização descrita por Copenhague depende da “suspensão dos procedimentos democráticos” e que isso seria quase impossível de ser encontrado em democracias consolidadas (MAVELLI, 2013, p. 178). Ainda que não salvo de problemas, o exame de estudos empíricos revela, entretanto, inúmeras aplicações do modelo analítico básico de securitização a contextos democráticos sólidos¹⁷.

A falta de clareza e a recorrência de tensões desse marco teórico, como descritas por Stritzel (2007, p. 358, 362), também são observáveis na relação entre securitização e politização. Ambiguidades textuais e conceituais quanto à “retirada” dos temas de segurança da esfera política, de fato, permitem suposições a respeito da separação e oposição entre “politização” e “securitização” (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 29). Em contraste a tais perspectivas, este estudo entende “securitização” como o extremo de um *continuum* de politização – o que é assegurado por Buzan, Wæver e de Wilde (rever figura 2) (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 23).

Essa compreensão se mostra fundamental para o emprego da Teoria de Securitização a cenários democráticos consolidados: nesses quadros, a ruptura com a “normalidade política” se torna muito mais tênue. Ainda que diversos estudos tenham aplicado o marco de securitização a cenários democráticos, fizeram-no sem, contudo, problematizar conceitualmente essa utilização. Em um plano teórico mais geral, enquanto as concepções de política foram ricamente

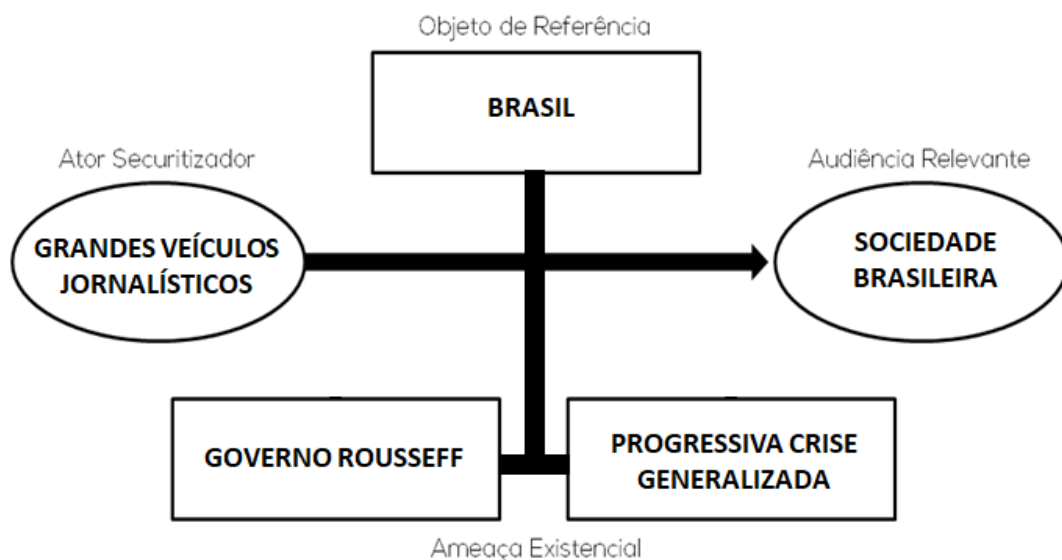
¹⁶ Conforme Mavelli (2013, p. 171, 177-178), as tentativas de securitização observadas na França não seguiriam os parâmetros de intervenção discursiva estipulados por Buzan, Wæver e de Wilde.

¹⁷ Como identificado, além das obras já mencionadas, em KARYOTIS; PATRIKIOS, 2010; ILGIT; KLOTZ, 2014; OLESKER, 2014. Didier Bigo (2002) problematiza esse tipo de aplicação.

exploradas pela literatura (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998; GAD; PETERSEN, 2011, p. 315-328; WILLIAMS, 2003, p. 515-521), o mesmo não ocorreu com a noção de suas “dinâmicas normais”. Como em democracias até o extraordinário é revestido de mecanismos legais, esta pesquisa entende que, conquanto a criação e a reformulação de leis sejam naturais do processo democrático, o descolamento securitizador dessas práticas democráticas normais acontece quando as normas são mobilizadas para ir de encontro aos princípios e dispositivos fundamentais de um regime democrático.

Essas discussões relativas à amplitude da aplicação da teoria de securitização ajudarão a iluminar a interpretação de como se deu a tentativa de securitização analisada no presente trabalho. Com esse fim, esta pesquisa será estruturada como um estudo de caso interpretativo (LIPJHAT, 1971; LIM, 2010) que direciona a Teoria de Securitização para o exame do caso brasileiro entre 2014 e 2016. Basicamente restrito à emissão da declaração de segurança, o movimento securitizador aqui advogado pode ser dividido em dois processos discursivos que tomam parte de uma narrativa mais ampla, e que se assemelham em tudo senão em um aspecto. Esses duas dinâmicas são sistematizadas pelas figuras abaixo (FIGURA 3)

Figura 3. Movimento de securitização do impeachment presidencial de 2016.



Fonte: elaboração própria.

Nas duas especificações, coincidem (i) *atores securitizadores*; (iii) *objetos de referência*; e (iv) *audiências relevantes*, e se diferenciam apenas pelas (ii) *ameaças existenciais* que mobilizam. Em ambos os casos, à (I) grandes veículos jornalísticos – ou, estritamente, Folha de S. Paulo; O Estado de S. Paulo; e O Globo – atribui-se a função de emissora do

discurso de segurança dirigido à (IV) sociedade brasileira, de modo geral, ou, especificamente, ao público leitor dos jornais. Mediante à referência ao (III) Brasil, contudo, a primeira clivagem narrativa emprega o papel de ameaça à Rousseff e ao PT sob o comando do Planalto, (IIa) *Governo Rousseff*, e, já na segunda, a conjuntura crítica detém em si o estatuto de risco à existência do país enquanto (IIb) *progressiva crise generalizada*.

Se, nas democracias presidencialistas da América Latina em geral, e notadamente no Brasil, os impedimentos de Chefes teriam sucedido os golpes como mecanismo de vasão ao tensionamento disfuncional do sistema política é difícil concebê-lo como um momento normal da vida republicana. No que diz respeito à crise presidencial em torno de Dilma Rousseff, o papel conferido à imprensa fenômenos desse tipo encontra guarida em relações já pouco amistosas entre as grandes empresas de comunicação e as administrações petistas. Relacionamento que se deteriora com o envolvimento do PT em escândalos de corrupção e à medida em que a estabilidade alcançada no país começa a se erodir no que o jornalismo convencional passa a anunciar como um dos piores momentos, senão o pior, da história brasileira.

Capítulo 2. O impeachment de Dilma Rousseff: a crise presidencial e a sua cobertura pela mídia impressa

2.1 Estabilidade e crise do sistema político brasileiro contemporâneo

Ao longo das últimas décadas, o Brasil desenvolveu progressivamente suas instituições democráticas, o que, contudo, não ocorreu livre de desafios. É possível afirmar que, durante esse período, a democracia brasileira contemporânea se consolidou em termos procedimentais como também proporcionou avanços substantivos para a qualidade de vida da sua população. No entanto, ao considerar as recentes instabilidades no âmbito do sistema político nacional e os limites da participação política nesse cenário, desenham-se dúvidas quanto à sustentabilidade das instituições democráticas brasileiras. A conjuntura crítica que eclodiu no país durante os últimos anos é permeada por densos fatores estruturais que, em última instância, criam novas fissuras ao concerto social e à capacidade das instituições políticas em canalizá-las.

Voltado às especificidades das instituições brasileiras, Sérgio Abranches (1988) distingue o regime nacional pela combinação de cinco definições político-constitucionais principais: presidência forte; federalismo; bicameralismo; representação proporcional; e multipartidarismo. Ao considerar democracias liberais estáveis, o autor aponta como especificidade brasileira a concatenação entre presidencialismo e um sistema representativo proporcional e multipartidário. Sob essa composição, a obtenção de maiorias legislativas relativamente estáveis seria atingida por meio do recurso sistemático a coalizões governamentais formadas por diferentes partidos. Em referência aos períodos democráticos anterior e imediatamente posterior à ditadura militar, Abranches percebe o *presidencialismo de coalizão* como padrão dominante nas políticas de nível nacional e nele identifica a fonte principal para estabilidade ou instabilidade do Estado. Articuladas em meio ao processo constituinte de 1988, as conclusões teóricas de Abranches antecipam dinâmicas centrais da política brasileira das últimas três décadas ao presente como também um largo espectro da sua enunciação teórica, como algumas das abordagens elencadas na última seção.

No que se refere aos sistemas eleitoral e partidário e à sua compreensão, o autor argumenta algum exagero por parte da literatura quanto à fragmentação parlamentar no país, que considera mediana se comparada a outras democracias proporcionais. Em primeiro lugar, o número de partidos efetivamente operando no parlamento é menor do que aquele presente nas eleições, cujas dinâmicas induziriam à autorregulação da competição partidária. Em segundo plano, o sistema proporcional, embora decorra em certa profusão de atores no Legislativo,

melhor se adequaria à profunda heterogeneidade brasileira. Para Abranches, o acesso de minorias ao fórum parlamentar não inviabiliza maiorias estáveis, mas, sim, aumentam também a sua própria heterogeneidade.

Sob o horizonte do presidencialismo de coalizão, o apoio Legislativo ao Executivo se sustentaria por meio da participação de atores no governo sob dois eixos, um partidário e outro regional. As pastas de direção política do Executivo seriam formadas sob critérios partidários; aquelas relativas ao bem-estar social a partir de critérios regionais; e, no caso de ministérios política e economicamente estratégicos, uma combinação de ambos. Sob tais arranjos, os ministérios menos estratégicos se tornam jurisdição mais ou menos cativa de partidos e estados de modo a gerar a possibilidade de que lideranças políticas gerem redes burocrático-clientelistas que elevem prêmios à ocupação dos ministérios.

Quanto à estrutura de divisão de poderes que sustenta a institucionalidade brasileira, Abranches destaca uma tendência à instabilidade, porém enfatiza padrões estruturais que precedem e, ao mesmo tempo, influenciam o arcabouço institucional. Em consonância às interpretações linzianas, o autor percebe um conflito cíclico entre Executivo e Legislativo, que considera historicamente crítico para a estabilidade democrática. Contudo, a difusão de poder articulada pelo desenho institucional e a fragmentação partidário-eleitoral estariam, sobretudo, ancoradas em diferenças entre as bases sociais, políticas e econômicas mais profundas. O desenvolvimento assíncrono do capitalismo no Brasil teria estimulado uma reprodução multidimensional das desigualdades sociais, que aumenta os níveis de conflito social, tanto reais quanto potenciais. Nesse contexto, o crescimento do Estado e sua progressiva burocratização não teria logrado acompanhar o ritmo do aumento da pluralidade de interesses conflitivos e processar as demandas deles resultantes.

Em contextos menos heterogêneos, afirma Abranches (1988), as coalizões demandam menos parceiros e possibilitam mais proximidade ideológica entre os seus componentes. Já em casos circunscritos por maiores patamares de conflitualidade, forças centrífugas de fragmentação e polarização dificultariam essa coadunação política. Sob este marco, por um lado, coalizões de maior fracionamento viabilizam maior espaço para que presidentes manipulem posições e interesses dos parceiros; por outro, torná-los-iam prisioneiros de compromissos múltiplos e vulneráveis a contestações de outras autoridades partidárias ou regionais.

Argelina Figueiredo e Fernando Limongi (2000) demonstram que o sistema político brasileiro logrou produzir resultados previsíveis por meio de processos decisórios altamente centralizados. Os autores expõem que, por um lado, a Constituição de 1988 expandiu

significativamente os poderes de agenda do Executivo, inclusive incorporando inovações do período autoritário, e, por outro lado, os regimentos internos das duas casas congressuais ampliaram os recursos legislativos dos líderes dos partidos para impor disciplina aos demais membros. A Presidência detém iniciativa exclusiva nas áreas cruciais de matérias orçamentárias, fiscais e de administração pública; a capacidade de decretar dispositivos legais e acelerar o processo deliberativo do parlamento (BRASIL, 1988; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2000). Dessa forma, a Presidência teria capacidade para determinar *quais e quando propostas serão apreciadas* por um legislativo organizado sob princípios partidários.

Já os líderes dos partidos seriam imbuídos de ampla concentração de direitos procedimentais no processo, dentre eles, Figueiredo e Limongi (2000, p. 57) destacam a capacidade de forçar a apreciação imediata de projetos de leis, favorecendo, significativamente, a sua chance de aprovação. Para esses autores, os parlamentares individuais não dispõem de mecanismos institucionais para buscar interesses particularistas, de modo que a sua melhor estratégia eleitoral se resume a cooperar com os partidos. Os líderes das bancadas, por sua vez, seriam os responsáveis por negociar recursos com a patronagem e influência política com o Executivo (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2000). Tal padrão de cooperação se mostrou tão consistente ao longo da década de 1990 que 86% das leis promulgadas foram introduzidas pela presidência e 78% das leis apresentadas pelo Executivo foram aprovadas (CHEIBUB; LIMONGI, 2002). Já quanto aos congressistas, em 85% das votações os parlamentares votaram de acordo com a recomendação pública de seus líderes (CHEIBUB; LIMONGI, 2002).

Não é à toa que, ainda no início da década de 1990, antes do período de maior solidez do presidencialismo de coalização no país, a presidência brasileira já era considerada como uma das mais poderosas do mundo (SHUGART; CAREY, 1992). É, principalmente, sob este ponto que O'Donnell (1994) critica os padrões institucionais do Brasil ao considerá-lo uma democracia delegativa. O autor entende que o sistema político produz resultados, porém por meio de processos disfuncionais e, enfim, pouco salutares sob parâmetros democráticos. Sob essa ótica, o presidente é empoderado enquanto indivíduo que, por certo período, corporifica e interpreta os interesses das nações, isolado das instituições políticas e interesses organizados (LLANOS; MARSTEINTREDET, 2010b, p. 13). Entre diversas incongruências, os principais problemas do sistema político brasileiro residem na incapacidade dos poderes Legislativo e Judiciário em limitar a preponderância do Executivo (O'DONNELL, 1994).

No que tange aos potenciais atos judiciários para o exercício do *accountability* horizontal, ao longo das últimas décadas, tem-se percebido que as trajetórias assumidas pelas cortes brasileiras vão de encontro à interpretação de O'Donnell. Observou-se que, no país,

houve uma expressiva expansão das faculdades e do protagonismo do Poder Judiciário (cf. ARANTES, 2005; VIANNA et al., 1999). Esse processo pode ser compreendido como um movimento de *judicialização da política*, em que órgãos judiciais passam a assumir prerrogativas tradicionalmente exercidas por outras instituições (cf. TATE; VALLINDER, 1997). No contexto nacional, tal fenômeno pode ser lastreado à expansão do texto constitucional, a partir de 1988, condicionado à atribuição da faculdade de revisão judicial a diferentes atores.

No Brasil existe um modelo híbrido de revisão constitucional que combina características de descentralização e centralização na tomada de decisão, no qual o Supremo Tribunal Federal (STF) detêm a capacidade de revisão judicial, mas não o seu monopólio (ARANTES, 2005). Em cenários de transição democrática, Ginsburg (2003) afirma que, caso nenhum grupo político se torne hegemônico e, assim, impere incerteza quanto à futura posição dos atores, a revisão judicial assume o papel de salvaguarda política. Nesse caso, o espaço das cortes superiores se torna um fórum alternativo para disputas políticas mais receptivo a agentes minoritários. Jack Knight (2001) defende que tais contextos constituintes, por um lado, estimulam que a revisão judicial tenha maior escopo e seja acessível a mais sujeitos e, por outro, favorecem constituições mais detalhistas e mais restritivas quanto à possibilidade de emendas.

A atual Constituição Brasileira (1988), de fato, figura entre as maiores do mundo e, frente às anteriores, cresceu tanto em termos quantitativos quanto qualitativos (ARANTES; COUTO, 2009; 2009; SOUZA, 2008). Rogério Arantes e Claudio Couto (2008) destacam que a carta se caracteriza, principalmente, pelo aumento da cobertura de direitos e por uma massiva constitucionalização de políticas públicas. O que poderia ser explicado pela combinação entre um crescimento inercial (devido ao acúmulo histórico de constituições nacionais) e a descentralização do processo constituinte, caracterizado pela fragmentação parlamentar e por sua abertura a múltiplos grupos sociais. No esforço de desconstrução da experiência autoritária precedente, o documento decorreria de um movimento “de baixo para cima” proporcionando vazão a uma enorme gama de demandas reprimidas (ARANTES; COUTO, 2008).

Segundo Arantes e Couto (2008), o elevado número de garantias de direitos na carta exige que o Executivo articule constantemente super maiorias para conseguir operacionalizar a sua agenda (ARANTES, 2005; ARANTES; COUTO, 2008). Isso, por sua vez, implica a necessidade de coalizões governistas muito grandes e, potencialmente, menos coesas. Todavia, em contraste a Knight, os autores consideram que as exigências brasileiras para alteração da Constituição impõem um grau mediano de dificuldade. De qualquer forma, os governos que

operaram sob esse marco foram capazes de induzir reformas relativas a regras fundamentais, e, principalmente, a políticas públicas constitucionalizadas.

Apenas entre 1992 e 2009, a CF foi emendada 62 vezes, mais que dobrando o texto original e resultando em uma das maiores taxas de emendamento do mundo (ARANTES; COUTO, 2008; SOUZA, 2008). Muitas leis complementares previstas em 1988 não foram positivadas, o que talvez possa ser explicado pela necessidade sistemática de alterar a constituição para governar (ARANTES; COUTO, 2008, p. 57). Tanto o governo de Fernando Henrique Cardoso e de Luís Inácio Lula da Silva obtiveram expressivo sucesso nessa tarefa (ARANTES; COUTO, 2008, p. 57).

Durante as décadas de 1990 e 2000, o sistema eleitoral brasileiro se organizou, principalmente, em torno da oposição entre os seus partidos, PSDB e PT, razoavelmente esteados sobre o eixo ideológico direita-esquerda (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2000; AVRITZER, 2016). Os dois mandatos de Cardoso foram marcados pela expansão das políticas neoliberais e por seu sucesso na estabilização da moeda (BRESSER PEREIRA, ANO). Após a crise econômica, ao fim do mandato daquele, os termos de Lula se destacam, principalmente, por seus êxitos na inclusão social vinculados a um expressivo sucesso econômico (SINGER, 2017; VALENTE; 2017). Os dois chefes de Estado contaram com amplas maiorias no Congresso, em que se pese, em ambos os casos, o apoio parlamentar oferecido pelo PMDB (NOBRE, 2013a, 2013b). Sob esse horizonte, a arena constitucional também se tornou fórum alternativo para a contestação dos seus opositores (ARANTES, 2005; ARANTES; COUTO, 2008).

O Judiciário – e, principalmente, o seu órgão superior – passou a ser frequentemente acionado para o controle de constitucionalidade de leis e outros atos normativos, também especialmente relacionados a políticas públicas (ARANTES; COUTO, 2008). A carta de 1988 concedeu amplo acesso a uma grande gama de atores à revisão judicial e, assim, possibilitou que atores políticos minoritários usassem esse espaço como mais um canal de oposição a políticas governamentais (ARANTES, 2005; ARANTES; COUTO, 2008). A ampliação de direitos constitucionalizados e de acesso ao sistema judicial também se coloca para as cortes inferiores e resultou em expressivo aumento de processos durante as últimas décadas (ARANTES, 2005). Na esfera da justiça eleitoral, a enorme proliferação de caos apresenta consequências muito específicas, sugerindo a participação do Judiciário inclusive na definição das regras do jogo político (ARANTES, 2005).

Arantes (2005) defende que a explicação do fenômeno de judicialização da política no país incide sobre os elementos de ordem institucional elencados, porém, combinados a fatores

burocráticos e pessoais. Segundo o pesquisador, os órgãos judiciários e seus agentes têm se inclinado a atuar de forma mais assertiva sobre conflitos sociais e sobre disputas entre a sociedade e o Estado (ARANTES, 2005). De fato, o modelo constitucional brasileiro delega ao Judiciário a tarefa de proteger uma ampla carteira de direitos individuais e coletivos (ARANTES, 2005; COUTO; ARANTES, 2008; CF, 2018). Contudo, segundo Arantes, os novos procedimentos de ampliação do acesso à justiça decorrem principalmente de um movimento endógeno ao Poder Judiciário. O Sistema Judiciário e, especialmente, o seu subsistema, o Ministério Público, passaram a assumir o papel de “garantidores de políticas sociais e defensores da sociedade” (ARANTES, 2005).

Carlos Santiso (2004) percebe que a justiça brasileira se excetua da maior parte das experiências latino-americanas por alcançar parâmetros de independência muito elevados e por ter se colocado como freio eficaz aos outros poderes. Em contrapartida, essa atribuição se funda sobre um paradoxo central, qual seja, o Judiciário teria se tornado instituição central de *accountability* horizontal enquanto é desprovido de mecanismos de *accountability* vertical. (SANTISO, 2004). Enquanto esse quadro reflete o dilema contramajoritário identificado na experiência democrática norte-americana, no caso brasileiro, o Judiciário também é praticamente desprovido de mecanismos de contenção e responsabilização horizontais, inclusive internos (ARANTES, 2005; AVRITZER, 2016; 2017; FIGUEIROA, 2012; SANTISO, 2011). Santiso conclui que a independência do Judiciário não é condição suficiente para garantir a sustentabilidade do Estado de Direito. Para o autor, o ambiente econômico e político contemporâneo oferece incentivos para que o Judiciário se torne uma instituição autárquica não responsiva a demandas sociais e se constitua em um “poder acima da lei” (SANTISO, 2004, p. 24, 29).

Diante da conhecida preponderância da Presidência em matérias legislativas e do crescente ativismo por parte dos órgãos judiciários, Leonardo Avritzer (2016; 2018) aponta que o Legislativo acaba por se espremer entre a força dos outros dois poderes. Por um lado, é possível argumentar que o Parlamento tem conseguido exercer suas prerrogativas de contenção do Executivo (ALMEIDA, 2014), que apresentariam seu caráter mais extremo nas duas remoções presidenciais ocorridas sob o marco da Constituição de 1988 (NUNES; MELO, 2017). Por outro lado, o mesmo dificilmente poderia ser dito quanto ao controle do Judiciário – mesmo por parte do Executivo. Mas, para além dessas tarefas de fiscalização, Bruno Reis (2008) destaca que, no que se refere à sua competência típica – a confecção de leis –, o Congresso Nacional foi relegado à mera chancela ou veto da produção legal da Presidência.

O autor sugere que a aparente funcionalidade do sistema político brasileiro tem operado sobre bases disfuncionais e se assenta, na verdade, em um processo de progressiva alienação do apoio popular. Em contraste a Figueiredo e Limongi, Reis (2008) entende que o parlamento brasileiro é caracterizado por baixo protagonismo partidário, atores coletivos fracos e pouco poder concentrado. Sob a sua visão, ao passo em que a contínua atualização da divisão de poderes dispersa capacidades entre os diversos atores institucionais, concentra capacidades extraordinárias no topo da cadeia hierárquica (REIS, 2008). Enquanto aquele remete às extravagantes prerrogativas executivas, Avritzer (2016) salienta que o Judiciário acabou por assemelhar competências comparáveis às da Presidência.

Apesar do papel cada vez mais central do STF através da cadeia judiciária, e no sistema político como um todo (VIEIRA, 2008; VIEIRA ET AL., 2013), as autoridades extraordinárias detidas por esse Poder são compartilhadas por diversos agentes e órgãos (SANTISO, 2004). Enquanto o Executivo presidencialista foi historicamente relacionado à imagem monárquica, as capacidades judiciárias e a sua distribuição através desse ramo poderiam ser figuradas pela comparação ao tipo de governo aristocrático. Entre essas duas ilustrações de formas políticas de coloração não popular, o Congresso não conseguiu efetivamente se colocar para a sociedade brasileira como o bastião da democracia entre os poderes institucionais. Avritzer (2016) aponta que, quando o Legislativo executou a suas prerrogativas fundamentais, isso frequentemente se deu pela relação a interesses corporativistas ou para instituir privilégios, pouco consciente quanto à opinião pública ou à responsabilidade fiscal.

Reis (2008) advoga que a população tende a identificar os congressistas como os principais beneficiários das disfunções do processo eleitoral. Essa percepção, contudo, refletiria uma crise de legitimidade mais ampla relacionada à conexão eleitoral entre representantes e representados. Percebido de forma difusa, esse processo comporia um desgaste generalizado do sistema representativo, segundo o autor, vinculado principalmente à descentralização do sistema partidário-eleitoral e ao financiamento de campanhas políticas.

No Brasil, as eleições se dão por meio da representação proporcional em 27 distritos e contam com um sistema de listas de votação abertas em um contexto de alta competição entre os candidatos (CHEIBUB; LIMONGI, 2002; REIS, B., 2008). Por um lado, o princípio de lista aberta acabaria por ascender eleitoralmente representantes individualizados e, a despeito das consequências positivas aos números de assentos por cada partido, enfraqueceria o lastro representativo dos partidos diante da sociedade (REIS, B., 2008). Por outro lado, as exigências da competição acabariam por levar ao encarecimento das campanhas em proporções geométricas, o que, por sua vez, proporciona a mobilização de recursos privados por emprego

em larga escala de recursos não contabilizados nas campanhas (REIS, B. 2008). A corrupção está presente em todos os sistemas políticos do globo, mas, no país, desde meados do século XX, parece ter assumido um caráter progressivamente sistemático e estruturante das dinâmicas político-institucionais (STARLING, 2017).

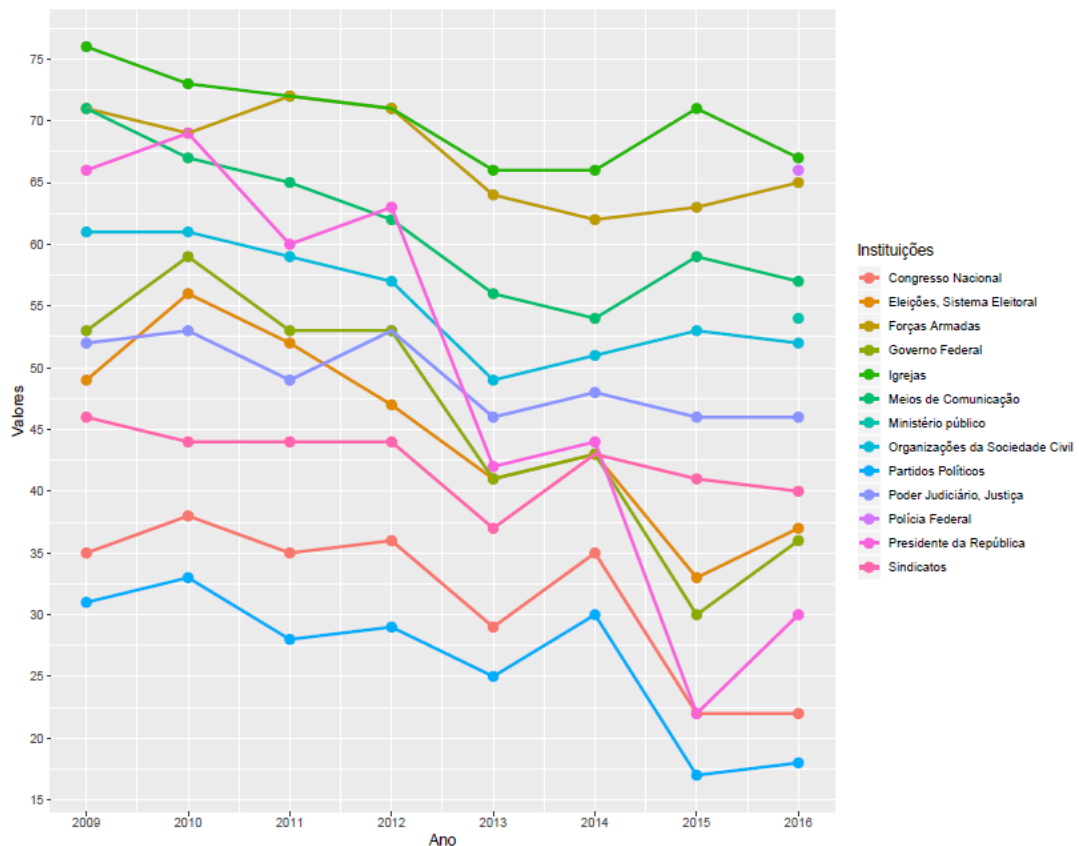
Embora mitigada pelo sucesso econômico do país e pela altíssima popularidade do então presidente Lula, a crise do mensalão teria originado resultados profundos para as estruturas centrais das instituições representativas. Reis (2008) estabelece que, desse evento, emergiu o reconhecimento por parte dos agentes públicos de que a democracia brasileira é incapaz de controlar abusos do poder econômico nas políticas representativas. Isto é, a admissão oficial de que o sistema institucional nacional não consegue impedir que as imensas disparidades econômicas entre a sociedade seja traduzida sistematicamente na assimetria de acesso e permanência no poder político (REIS, B. 2008).

Apesar da funcionalidade do sistema político-institucional brasileiro entre a década de 1990 e o início do segundo decênio dos anos 2000, Avritzer (2016) sugere que a sua capacidade de gerar decisões estáveis e promover inclusão social foram erodidas pelos custos crescentes dos governos de coalizão, limites da participação popular e assimetrias disfuncionais entre os poderes soberanos. Ainda que, a atual crise política favoreça a recuperação de abordagens como a de Linz ou de Abranches, principalmente destaca algumas limitações por parte da literatura como também pela prática política institucional. Qual seja, as restrições de tomar o sistema político sem o recurso sistemático às sociedades que o compõe. Embora flutuações econômicas e as dinâmicas no nível das instituições tendam a ocupar papéis importantes para a erupção de momentos críticos, as dinâmicas na tessitura social e como elas conectam-se às organizações políticas dificilmente podem ser obliteradas de empreendimentos que concernem relações sustentáveis.

Ao pensar as dinâmicas no interior do Estado e na sua interação com a sociedade, é possível argumentar que os meios e comunicação, tomados como instituição, ocupariam uma posição bastante singular nas estruturas e relações de *accountability* no contexto brasileiro à época da crise em torno de Dilma Rousseff. Em complementações ao sistema delineado por O'Donnell (1994; 1998), Catalina Smulovitz e Enrique Peruzzotti (2000) apresentem a imprensa como ator fundamental ao exercício da *accountability* societal junto dos atores da sociedade civil. No entanto, ao resgatar a ideia da mídia comparável a um quarto poder, fora da institucionalidade estatal, é possível repensar analiticamente em como os meios de comunicação interagem com as demais instituições, dado que suas atividades afetam potencialmente todo o conjunto de *accountability*.

Em consonância ao diagnóstico de uma crise interna às democracias em nível global (cf. BROWN, 2015; FRASER, 2019; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2018; RUNCIMAN, 2018), ao longo desta década, a posição dos órgãos midiáticos e, também, judiciários no Brasil se relaciona a um movimento generalizado e cada vez mais expressivo de perda da legitimidade das instituições, principalmente das democraticamente eleitas (AVRITZER, 2018). Como apontam dados do IBOPE Inteligência (2018), há em curso, em um primeiro plano, uma grande perda de credibilidade do sistema eleitoral, Governo Federal, Congresso, partidos políticos e, especialmente, Presidência da República (Gráfico 1). Em paralelo, Forças Armadas, mídia e Poder Judiciário, acompanhado do Ministério Público, respectivamente, são declaradas pela população como as instituições “públicas” mais confiáveis. Em referência a discussão federalista, estas três instituições, Forças Armadas, mídia

Gráfico 2. Confiança nas instituições (2009 a 2016).



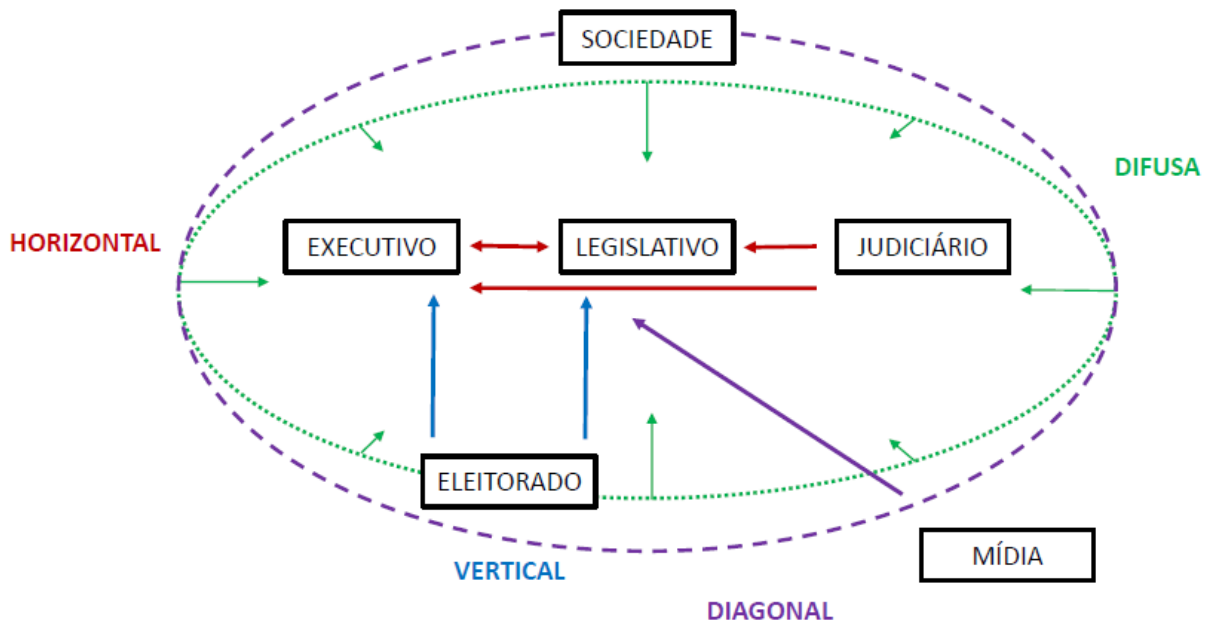
e Justiça, externas ao processo eleitoral, podem ser percebidas como independentes o suficiente para se isolar dos processos eleitorais característicos da democracia representativa. A alta confiança nas Igrejas pode ser interpretada como parte desse movimento que se afasta do coletivo democrático e se volta ao privado. Embora sejam organizações coletivas institucionalizadas e, inclusive, atuantes na política representativa, em última instância, dizem respeito a valores e sociabilizações que marcam o campo do privado. Ao verificar uma crise

democrática que aparenta se constituir a partir de dentro, Wendy Brown (2015) identifica exatamente um processo de desidratação das identidades e práticas políticas coletivas que se submetem a lógicas de privatização da vida social e política. Na trajetória brasileira destacada pelo gráfico, fora do campo do Estado e vinculadas a iniciativas individuais e de grupos particulares, as organizações da sociedade civil e confiabilidade a elas atribuídas podem ser lidas como outro aspecto desse deslocamento mais amplo rumo a esfera privada.

No que se refere às Forças Armadas, entre 2015 e 2016, parecia seguro afirmar que os militares não dispunham de força, interesse ou oportunidade para mediar a política (PÉREZ-LIÑÁN, 2017). Já o Judiciário e seus agentes permaneceriam como o poder estatal capaz de oferecer validade e legitimidade aos diferentes cursos da política nacional como também atuar sobre os outros ramos do Estado. Muito longe de exercer as virtudes passivas preconizadas por Bickel (1988), as atividades judiciárias se tornaram de fato mais próximas da opinião pública sob o estímulo da midiaticização, mas interagindo de forma difusa com humores de partes da sociedade, e não necessariamente condicionadas a objetivos de longo prazo. Sobre a imprensa, por sua vez, é possível argumentar uma relação análoga com a população e um papel ainda mais amplo na condução e legitimação dos processos políticos.

Mobilizando as compreensões sobre as dinâmicas da atividade midiática, seria razoável compreender que os discursos jornalísticos influem, por um lado, sobre as dinâmicas comunicativas referentes à sociedade e ao Estado e, por outro, sobre a sua própria legitimação enquanto instituição. No horizonte recente da institucionalidade brasileira, junto e em analogia ao Poder Judiciário, a mídia poderia ser vislumbrada como um “poder acima dos poderes”. Como a outra instituição, a imprensa desfruta de uma independência quase irrestrita sem a contrapartida de mecanismos controle democrático compatíveis às suas prerrogativas. Enquanto o Poder Judiciário pode ser caracterizado por sua inserção assimétrica no sistema de freios e contrapesos, a mídia, embora dita quarto poder, pode ser analisada como uma potência que se localiza fora de ambas as estruturas de *accountability* verticais e horizontais (Figura 4).

Figura 4. Estruturas e relações de *accountability* no Brasil contemporâneo.



Fonte: elaboração própria.

Considerando a dicotomização das relações de *accountability* em nível horizontal e vertical, seria possível afirmar que a mídia incide de forma *diagonal* nessas estruturas combinadas. Para este fim analítico, melhor compreendido sob a forma de ator institucional, os veículos de comunicação, por um lado, seriam determinantes para os repertórios de significação da sociedade e para a amplificação dos seus discursos. Em sua relação com coletividade social, a imprensa assumiria uma posição ambígua, já que parte da sociedade, mas dispõe de arranjos institucionais e capacidades bastantes específicas que dela a deslocam. Por outro lado, em razão dessas mesmas características, também influenciariam o repertório de ação política dos poderes constitucionais dentro de um marco tido como legítimo no âmbito do debate público e cujas ações são premiadas ou penalizadas pela opinião pública informada e mediada pela imprensa.

Sob uma perspectiva inicial, é possível compreender que a remoção de presidentes responsiva ao ultraje público revela certo amadurecimento institucional da experiência democrática (PÉREZ-LIÑÁN, 2003a, p. 122). Embora dirigido a situações excepcionais da tessitura política, o instituto de impeachment é um dispositivo constitucional para a resolução de conflitos que parece ter operado de forma funcional no horizonte latino-americano (MARSTEINTREDET; BERNTZEN, 2008, p. 91). Para Liev Marsteintredet (2008), o colapso presidencial é submetido a um padrão dual de *accountability*, já que passa pelas ruas e pelo Congresso e, assim, aumenta o nível de *accountability* tanto em termos verticais quanto horizontais. Pérez-Liñán, contudo, ressalta que o *timing* da sua execução pode comprometer a tensão entre *accountability* e estabilidade, pois se for instituído prematuramente pode prejudicar

a primeira, enquanto se mobilizado de modo tardio pode impactar ambas, apenas atuando de forma a legalizar uma solução que já ocorreu *de fato* (PÉREZ-LIÑÁN, 2003a, p. 122-124).

As novas Constituições presidencialistas usualmente definem uma assimetria entre as prerrogativas máximas dos poderes, isto é, em última instância, a destituição de outro ramo institucional. Congressos dispõem de instrumentos constitucionais para remover presidentes e, salvo raras exceções, presidentes não têm autoridade legal para dissolver congresso (PÉREZ-LIÑÁN, 2003b, 158). As transformações engendradas pela redemocratização indicam que, no caso de conflitos interinstitucionais extremados, as capacidades do Executivo teriam sido reduzidas diante da prevalência do Legislativo (PÉREZ-LIÑÁN 2003b, p. 159-160; 2005). O que, porém, não necessariamente altera as faculdades legislativas em momentos políticos normais ou, especificamente, a sua influência na formulação de políticas públicas (CAREY, 2002). Hotchstetler (2007, p. 39), também faz a ressalva de que, em ocasiões contenciosas, o parlamento se torna capaz de enfrentar presidentes somente se aliado da sociedade civil.¹⁸

Enfatizando os protestos populares, a autora (2007, p. 17, 38) conclui que os processos de impeachment mostram quão vulneráveis os presidentes se tornam caso sua legitimidade especial lhes seja subtraída. Nesse sentido, a população se faria apta a retirar mandato que conferiu. Já mais filiados ao exame das instituições, Liev Marsteintredet e Einar Berntzen (2008) afirmam que as quedas presidenciais mudaram o funcionamento do presidencialismo em crises políticas, mitigando as falhas percebidas por Linz. Esses regimes teriam assumido mais flexibilidade por meio da adoção de novas práticas para constitucionais comparáveis a dispositivos parlamentaristas (HOTCHSTETER, 2006, p. 40; MARSTEINTREDET; BERNTZEN, 2008). Em uma postura consoante, porém mais enfática, Hotchstetler (2006, p. 41) defende que os regimes da América do Sul se transformaram, na prática, em sistemas quase-parlamentaristas.

Hotchstetler (2006, p. 11) sugere que a emergência regular de desafiantes que exigem términos prematuros dos termos presidenciais indica que as eleições diretas na região não oferece legitimidade suficiente para o período definido constitucionalmente. Dessa forma, a autora atesta que os mandatos presidenciais não são tão rigorosamente fixados como a teoria pressupõe (HOTCHSTETER, 2006, p. 40-41). No que se refere a delimitação de mandatos, Ana María Mustapic (2005; 2010) complementa que a real distinção de regimes presidencialistas se esteia em incumbência temporalmente determinadas apenas para o congresso, e não para presidentes. Aquela autora sustenta que o subcontinente sul-americano

¹⁸ Casos com o impeachment paraguaio 2012 evidencia que apenas movimentos no âmbito do Parlamento podem ser suficientes para levar a diante uma remoção presidencial (PÉREZ-LIÑÁN, 2015).

desenvolveu um sistema híbrido entre presidencialismo e parlamentarismo e que, na verdade, esta seria a razão para explicar a ausência de movimentos em direção ao autoritarismo (HOTCHSTETER, 2007, p. 40-41).

Esse tipo de aproximação analítica de regimes constitucionalmente presidencialistas a modelos parlamentaristas, em certa medida, *normalizam* impedimentos e remoções presidenciais (cf. BOSOER, 2006; CAREY, 2005; HOTCHSTETER, 2006; MARSTEINTREDET; BERNTZEN, 2008; MUSTAPIC, 2005; PÉREZ-LIÑÁN, 2005; SCHAMIS, 2002). Sob tal aporte, surge, então, um enorme descompasso entre o arcabouço constitucional que circunscreve as dinâmicas político-institucionais legais e a real apropriação do sistema por seus atores. De fato os sistemas políticos se comportam como organismos vivos, em constante atualização, porém um padrão sistemático dessa dimensão iria de encontro às estruturas representativas que legitimam o Estado por meio da sua conexão à soberania popular. Tamanha fissura no Estado de Direito aviltaria as garantias de previsibilidade procedimental instituídas pelas definições mais minimalistas de democracia (cf. SCHUMPETER, ANO; DAHL, ANO; BOBBIO, ANO).

Considerando a acepção do sistema democrático esteada sobre o eixo Shumpeter-Dahl, vale a máxima de que não se mudam as regras do jogo durante o jogo. Essa compreensão se fortalece, ao apreender ausência do consentimento formal da população por meio de processos eleitorais ou de consultas institucionais diretas. Se observada a partir desse prisma, a aparente funcionalidade do sistema se sustentaria, na realidade, em uma profunda disfuncionalidade. Outras leituras, entretanto, oferecem visões lastreadas em princípios semelhantemente realistas, porém se perdem de vista as atribuições dos princípios constitucionais na estruturação das instituições e práticas democráticas.

Michael Álvarez e Liev Marsteintredet (2010, p. 34, tradução nossa) entendem os impeachments ou ferramentas análogas como processos “extraordinários” exatamente na medida em que excluem “mudanças regulares estabelecidas por um calendário eleitoral”, como, por exemplo, “mudanças permanentes aos termos presidenciais por meio do emendamento constitucional”. De acordo com Pérez-Liñán (2003a, p. 123), impeachments podem ser tomados como equivalentes funcionais a golpes de Estado, de modo que criação da expectativa de instabilidades governamentais acaba por “prejudicar todos os políticos democráticos – inclusive aqueles que inicialmente se beneficiaram do processo”. Para Álvarez e Marsteintredet (2010, p. 33), que se pesem os diferentes atores e consequências para o regime democrático, ambos – golpes e impeachments – decorrem de conflitos políticos profundos e são destrutivos para os regimes em que se inscrevem.

Claro que, no segundo quadro, a democracia, enquanto um tipo de regime, sobrevive, e assim os dois fenômenos apresentam resultados qualitativamente distintos (ÁLVAREZ; MARSTEINTREDET, 2010, p. 33). Ainda assim, embora ocorra em um marco constitucional democrático, esses autores asseveram que colapsos presidenciais variam quanto ao seu grau de constitucionalidade e de natureza democrática.

Integrado a essa discussão, Pérez-Liñán (2000, p. 1) argumenta que se em democracias ideais, Congressos só promoveriam processos de impedimento mediante evidências suficientes da comissão de altos crimes, os legisladores *reais* são incapazes de se decolar da ambiência sociopolítica em que as crises presidenciais estão inscritas. Em processos de remoção, os parlamentares costumam distorcer as regras que guiam um impeachment de duas formas, boquear investigação ou impedir julgamento apesar das reivindicações da sociedade ou promover processos e condenações contra adversários políticos, mesmo não havendo sustentação material a seu favor (PÉREZ-LIÑÁN, 2000, p. 1; KADA, 2001, p. 5-6). Para Kada (2001, p. 7), ambos podem tornar difícil para sociedade distinguir legitimidade de um caso e exercer efeitos corrosivos sobre a capacidade de *accountability* entre representantes e representados.

Pérez-Liñán (2003b, p. 162) também afirma que, embora o novo presidencialismo tenha gerado condições para maior sobrevivência da democracia, o mesmo não se deu quanto a maior estabilidade política que beneficie os governos eleitos. O autor sugere que os impeachments traduzem formas espasmódicas do exercício de freios e contrapesos responsivas a pressão popular, porém que muito diferem dos meios institucionalizados de *accountability* que caracterizam democracias mais desenvolvidas. Llanos e Marsteintredet (201b, p. 216) apontam que a ocorrência de processos de impedimento não provocam grandes alterações nas dinâmicas habituais de interação política que pudessem estimular maiores avanços para fortalecer o Estado de direito e a qualidade da democracia. Já que parte da explicação das quedas presidenciais incide sobre a ingerência inábil de crises, políticas impopulares e oposições legislativas (VALENZUELA, 2004), os colapsos presidenciais estariam imbricados ao redirecionamento da agenda política do governo que possivelmente pode assumir a compleição de reformas abruptas e dramáticas (LLANOS; MARSTEINTREDET, 2010b, p. 226; STOKES; 2001).

Embora O'Donnell tenha criado o conceito de *accountability horizontal* e processos de impeachment caibam nas suas delimitações iniciais (1994; 1997; 1999, p. 38), Philippe Schmitter (2004) advoga que esse tipo de fenômeno representa uma forma falha de *accountability*. Para além de seus resultados, como indicam Kada e Pérez-Liñán, elementos importantes para o seu potencial democrático podem ser percebidos ao longo do seu desenrolar.

Nesse sentido, este autor (2003a, p. 123) sugere impedimentos presidenciais que demandam transparência e sólida vinculação ao texto constitucional. Mesmo se um processo é tecnicamente legal, a transparência, por exemplo, pode levar protagonistas e observadores a identificá-lo como um golpe (PÉREZ-LIÑÁN, 2003a, p. 123). Em última instância, Pérez-Liñán (2000, p. 14, tradução nossa) aponta que esse dispositivo institucional “pode ser usado como uma mera ferramenta para legalizar a saída forçada do presidente, ao invés de uma instituição democrática promovendo *accountability* presidencial”.

O *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, devido ao seu cenário institucional, já introduz implicações distintas para o sistema político daquele investido contra Collor. Enquanto o governo deste se deu em um momento de rearticulação das forças democráticas (SALLUM JUNIOR, 2015), a remoção de Rousseff denotaria o esgotamento de um ciclo democrático virtuoso iniciado a partir de 1994¹⁹ (AVRITZER, 2017). O impedimento da presidente refletiria um aprofundamento da crise política iniciada em meados de 2013 (AVRITZER, 2016; 2017; NUNES; MELO, 2017) e, sob diferentes lentes analíticas, esse processo pode ser explicado tanto por movimentos conjunturais quanto por deslocamentos nas bases estruturais da ordem política.

Em paralelo às compreensões de Pérez-Liñán, Felipe Nunes e Carlos Ranulfo Melo (2017) percebem, no contexto de crise econômica e do escândalo da Operação Lava Jato, os protestos populares e a atuação da legislatura como os mecanismos causais que levaram à remoção de Rousseff. No que se pese um engajamento popular pouco representativo e que, ao final, perdeu magnitude, a incapacidade de articulação presidencial, face à capacidade de mobilização no âmbito do Congresso, provocaria a derradeira ruptura da coalizão governista e, por conseguinte, o impedimento (NUNES; MELO, 2017). Leonardo Avritzer (2017) também enfatiza a movimentação política no Parlamento, na ascensão de um grupo conservador liderado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, porém a relaciona ao desgaste da qualidade do sistema brasileiro de representação – enraizado no crescimento sistemático do financiamento ilegal de campanha – e ao colapso de todo o sistema de presidencialismo de coalizão. Enquanto, para aqueles autores, tal quadro seria consequente à crise, para Avritzer, consistiria na própria causa do fenômeno.

¹⁹ Em oposição a prognósticos pessimistas (cf. AMES, 2001; LINZ, 1990; LINZ; VALEZUELA, 1994; MAINWARING, 1999; MAINWARING; SCULLY, 1995), a partir de 1988, mas, especialmente, a partir de 1994, a democracia brasileira teria se caracterizado por sucessos tanto procedimentais quanto substantivos – estabilidade de do sistema político e a sua capacidade redistributivos (AVRITZER, 2016, 2017; CAREY; SHUGART, 1992; 1995; FIGUEIREDO; LIMONGI, 1998; KINGSTONE; POWER, 2008; MONTEIRO, 2014).

Além disso, Avritzer identifica nos dispositivos nacionais de separação de poderes fissuras que geraram consequências para a ordem política, em geral, como também para o *impeachment*, em particular. Avritzer (2016; 2017) e Wanderley Guilherme dos Santos (2017) destacam o ativismo do judiciário e de órgãos complementares, que extrapola suas prerrogativas legais, como determinantes para esse desfecho político. No que se refere à Suprema Corte, embora no processo de impedimento em si tenha se limitado a decisões procedimentais (ARGUELHES; FALCÃO; PEREIRA, 2017), a sua atuação no âmbito da Lava-Jato, ou mesmo no processo do Mensalão que a precedeu, teria implicações diretas sobre a crise política que, por sua vez, culminou na remoção de Rousseff (AVRITZER, 2017; SANTOS, 2017).

Embora reconheça as influências de características pessoais, como falta e excesso de virtude política ou oportunismo, e fatores do sistema, seja dinâmicas do presidencialismo de coalizção ou um sistema judiciário politizado desprovido de mecanismos de controle, Féres Junior (2016, 2017a²⁰) argumenta que “é difícil imaginar como todos esses elementos assumiram sinergia sem a colaboração ativa da mídia” (FÉRES JUNIOR; SASSARA, 2016a, p. 183, tradução nossa). Ao remeter às capacidades midiáticas básicas de enquadrar e mediar virtualmente toda a política contemporânea (BIROLI; MIGUEL, 2012; CASTELLS, 2000), o autor defende a premência analítica, para o caso desse *impeachment*, do ativismo dos conglomerados oligopolistas da mídia nacional conservadora. Os veículos da grande imprensa e a culpabilização seletiva de Rousseff, do PT e suas lideranças pela crise econômica e práticas de corrupção, baseando-se em muitas deduções e, frequentemente, fatos sem fundamento (FÉRES JUNIOR; SASSARA, 2016a; VAN DIJK, 2017). Em uma medição valenciada, os picos de negatividade da cobertura coincidem com os eventos que culminaram na deposição de Rousseff (FÉRES JUNIOR; SASSARA, 2017).

2.2 Do Mensalão à Lava Jato: à construção da falha moral do PT a partir da construção de escândalos políticos

O caso Mensalão surge a partir de uma reportagem da revista *Veja*, de maio de 2005, que relatava um esquema de propina do qual participava um funcionário de baixo escalão dos Correios, gravado recebendo dinheiro de empresários (PRIOR; GUAZINA; ARAÚJO, 2015, p. 178, 183). Apesar dos contornos da história já terem sido de início delineados, foi cerca de um mês depois, a partir de duas matérias publicadas pela Folha de S. Paulo, que essa situação

²⁰ Se refere à publicação em coautoria com Luna Sassara (FÉRES-JUNIOR; SASSARA, 2016).

ganha o grande relevo de escândalo e, inclusive, o seu apelido de “mensalão” (AZEVEDO, 2010, p. 17; MOTA; GUAZINA, 2010, p. 135; PRIOR; GUAZINA; ARAÚJO, 2015, p. 177, 184). Após um texto que denunciava uma suposta tentativa de abafar o processo no Congresso, o então deputado Roberto Jefferson, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no dia 6 de junho, concedeu uma entrevista explosiva em que relata uma “mesada” do PT a parlamentares em troca de votos para aprovação de projetos do governo (AZEVEDO, 2010, p. 17; MOTA; GUAZINA, 2010, p. 135; PRIOR; GUAZINA; ARAÚJO, 2015, p. 184).

Luis Felipe Miguel e Aline Coutinho (2007, p. 119) entendem que a cobertura midiática geral atribuída ao *affair* ao longo de 2005, e também em 2006, foi particularmente “dura”. Uma especificidade desse escândalo é justamente a sua coincidência com as eleições presidenciais deste ano (AZEVEDO, 2010, p. 17). A esse respeito, Fábio Vasconcelos aponta certa dissonância entre um noticiário centralizado sobre o PT de forma largamente desfavorável e a opinião pública expressa por meio das urnas. Considerando a expressiva vitória de Lula e a perda de apenas algumas cadeiras de seu partido na Câmara dos deputados, embora questione os potenciais efeitos do jornalismo sobre as dinâmicas sociopolíticas, o autor assinala movimentos tectônicos no interior da sociedade brasileira durante aquele momento.

Quanto a esta dimensão, André Singer (2012) toma 2006 como um ano paradigmático não apenas para o PT, mas para a política brasileira em geral. O cientista político sublinha que, nesse período, emerge um “duplo deslocamento de classe” que rearticula a sociedade em termos econômicos, políticos e culturais, e cujos efeitos tenderiam a longa duração. Como parte desse processo, afirma Singer (2012, p. 10), o *lulismo* que toma forma a essa época é

O encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excruciante tanto social quanto regionalmente, por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se concentra no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital. Ao mesmo tempo, também decorre do realinhamento o antilulismo que se concentra no PSDB e afasta a classe média de Lula e do PT.

Ao passo que Singer enfatiza a redefinição de um conflito estrutural e estruturante da política brasileira, essa dimensão de conflituosidade *também* atravessa os discursos midiáticos que relatam e representam o período. Embora a vida política seja rica de práticas, experiências e valores, algumas clivagens tomam o conflito como a sua força motriz, que a caracteriza pela coadunação de múltiplos antagonismos (SCHMITT, 1996; WALTZ, 2004). Essa perspectiva do político também é mobilizada por grande parte dos discursos jornalísticos produzidos para abordá-la (MOTA; GUAZINA, 2010). São muitas as autoras e ou autores que percebem que o

signo da disputa constitui o enquadramento típico do jornalismo político (ENTMAN, 1992; PORTO, 2001; 2007; SCHEUFLE, 1999; De VREESE et al, 2001; ROTHBERG, 2010).

Luiz Motta e Liziane Guazina (2010, p. 33) observam que suas narrativas tendem assumir uma “visão dualista do conflito no mundo fático da política e o adapta como categoria estruturadora da sua retórica dramatizada”, como se dá, por exemplo, na dramaturgia e na literatura. Para o autor e a autora, essa fórmula se torna um procedimento cômodo para que os profissionais simplifiquem as complexidades e contradições da realidade política sob um formato assimilável e atrativo para as audiências (MOTTA; GUAZINA, 2010, p. 147).

Daniel Hallin (1986, p. 116-117) estabelece que, quando aportam o dissenso, os meios de comunicação o limitam ao espaço da “controvérsia legítima”. No interior do texto midiático, as contestações usualmente se resumem a oposições delimitadas a perspectivas bastante restritivas quanto às interações políticas (BIROLI, 2013). Isto é, a acordos e desacordos entre *atores em espaços sobre temas* do que se entende como propriamente político. Confinados, em geral, “às dobras internas da política, ou ao cotidiano das disputas político-partidárias” (BIROLI, 2013, p. 137).

No que se refere especificamente ao Mensalão, ao analisar as abordagens da revista *Veja* em uma fase inicial de estruturação do escândalo²¹, Prior e colaboradores (2015, p. 178) frisam que o semanário “posiciona personagens uns contra os outros, projectando [sic] sequências lógico-temporais e concatenando enredos mais ou menos completos ao longo das edições”. Nesta sequência entre os números da publicação, a autora e os autores percebem que a lógica do conflito é combinada ao recurso à personalização em uma narrativa que aponta a corrupção como problema endêmico ao governo. No entanto, se, desde o início do caso, a responsabilidade sobre os acontecimentos era atribuída de forma difusa ao governo Lula, à medida que o escândalo e a sua narrativa tomam uma forma mais organizada a partir das acusações de Jefferson, a *Veja*, segundo Prior, Guazina e Araújo, desloca a autoria do Mensalão para o PT e, pessoalmente, o Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu (PRIOR; GUAZINA; ARAÚJO, 2015, p. 178, 179, 184).

Por fim, no que se refere à autoimagem da mídia em meio ao “jogo entre a representação e a realidade” que caracteriza a sua atividade, Motta e Guazina (2010, p. 147) alegam que o próprio jornalismo político, em última instância, também se institui “como protagonista da própria narrativa que conta”. Aldé e Mendes (2007, p. 153) apontam que, em diversos estudos sobre o caso (cf. MIGUEL, 2006; LIMA, 2006; WEBER, 2006; LIEDTKE, 2006), as próprias

²¹ Sete edições entre 18 de maio de 2005 e 29 de junho de 2005.

mídias analisadas se tornaram protagonistas da campanha anticorrupção mais ampla, e exerceram seu papel de “investigar, denunciar e responsabilizar” o governo e o partido que o encabeçava. E, nesse contexto, Lula teria ocupado um duplo papel na cobertura jornalística, sendo registrado tanto nas suas atribuições como mandatário e na figura política que despontava como candidato às eleições que se aproximavam. (ALDÉ; MENDES, FIGUEIREDO, 2007, p. 145).

Voltando-se ao mesmo jornal televisivo que Motta e Guazina analisam, porém em um período mais largo que compreende 30 edições do Jornal Nacional em cinco semanas, entre maio e novembro de 2015, Fábio Vasconcellos (2014) identifica enquadramentos de responsabilização que imputam participação direta ao PT e a seus representantes bem como a empresários. No entanto, nas referências a Lula, os enquadramentos personalistas reproduziram, em grande medida, os pronunciamentos presidenciais sobre o acontecimento e enfatizariam seu mandato e suas qualidades pessoais (VASCONCELLOS, 2014). No entanto essa imagem apreendida pelo autor reflete semanas do Jornal Nacional construídas de acordos com cinco pronunciamentos públicos ou entrevistas concedidas pelo presidente durante a crise.

Ainda assim, Aldé e colaboradores (2007, p. 154) afirmam que a dupla visibilidade assumida por Lula se reflete em uma cobertura principalmente negativa, na qual se amplificam questões relacionadas à corrupção e que se tornou impermeável à agenda presidencial. Tavares et al (2016) partem de um número emblemático da revista *Veja*, uma semana antes do primeiro turno eleitoral de 2006, para elencar os inúmeros ataques ao candidato à reeleição e a seu partido e as variadas tentativas de vincular a sua imagem a práticas de corrupção. Ao mobilizar um período razoavelmente consoante àquele usado por Vasconcellos, maio a dezembro de 2005, Miguel e Coutinho (2007) encontram que mais da metade dos editoriais da *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* acusou não apenas o PT e o Governo, de forma mais abstrata, pela práticas de corrupção, mas também o Presidente da República.

Ao examinar os editoriais dos três periódicos, Miguel e Coutinho (2007) observam um padrão discursivo que individualiza as práticas de corrupção e as toma como comportamentos desviantes. Esse tipo de aproximação acaba por simplificar a questão e afasta a crise dos aspectos disfuncionais nos alicerces do sistema sociopolítico (MIGUEL; COUTINHO, 2007). Miguel e Coutinho (2007) apontam que os editoriais desses jornais enquadram o caso como o descumprimento de regras legais e de normas morais implícitas que deveriam orientar o comportamento dos atores políticos, de modo que a corrupção e o fisiologismo expressos no Mensalão poderiam ser solucionados pelas devidas investigações e punições dos responsáveis, acompanhadas de modificações pontuais das regras vigentes com sentido profilático.

Pedro Mundim (2014) aponta que o tom desfavorável a Lula na cobertura política dos principais meios de comunicação brasileiros observável desde o Mensalão se manteve e marcou as eleições presidenciais de 2006. Ao analisar a cobertura da Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo ao longo de pleito, Aldé, Mendes e Figueiredo (2007) observam uma larga convergência entre os três jornais no tocante ao comportamento e ao programa de Lula tanto no papel de governante como no de candidato à reeleição. Esse alinhamento se mostraria nos segmentos opinativos dos periódicos, mas também em seu conteúdo informativo, em sua maioria impermeável ou, se poroso à agenda do presidente, assumindo uma abordagem bastante crítica (ALDÉ; MENDES; FIGUEIREDO, 2007). À exceção de certa abertura à pluralidade da Folha, de acordo com a autora e os autores, outros dois jornais ignoraram os índices eleitorais favoráveis ao presidente ao pautar a sua cobertura.

De forma mais pontual, para além ou aquém das redefinições estruturais que teriam marcado 2006, a bonança econômica do Governo Lula teria mitigado os efeitos da crise provocada pela eclosão do escândalo midiático no ano anterior (REIS, 2008; RENNÓ, ANO).

Biroli e Mantovani (2014) recorrem à cobertura proferida pela Folha de S. Paulo em 30 edições durante o percurso de julgamento dos envolvidos, já em 2012, sob a Ação Penal 470 no âmbito do STF. Embora a análise se situe a partir dos dados desse periódico, as autoras defendem que a Folha não foi exceção entre jornais de circulação nacional ao abordar enfaticamente o quanto esse processo judicial fora “um grande evento político-midiático” que marcaria a história nacional²² (BIROLI; MANTOVANI, 2014, p. 207). Este também é o tônus de uma das narrativas encontradas por Mads Damgaard (2015) ao analisar, entre outros, os veículos mencionados por Biroli e Mantovani²³. De acordo com o autor, essa narrativa apresenta o caso criminal como um *marco* ao combate à corrupção, que modifica as “regras do jogo” da política nacional ao estabelecer a primazia da lei e a responsabilização judicial sobre todos (DAMGAARD, 2015, p. 213). Damgaard (2015, p. 213) esclarece que esse formato narrativo parte de uma temporalidade progressiva sob a ideia de que “a nação brasileira tem se tornado próspera mas foi comprometida pela corrupção” e que se ancora em concepções disseminadas de boa governança, de burocracia racional e de democracia liberal.

²² Alguns dos exemplos trazidos pelas autoras: “maior escândalo de corrupção ocorrido no país desde o Collorgate”; “o caso mais importante da história política do país” (BIROLI; MANTOVANI, 2014).

²³ O autor mobiliza dados de mídias em diferentes formatos e pertencentes a empresas preponderantes no setor. As revistas *Veja* e *Carta Capital*, os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* e o portal *G1*, considerando os critérios de penetração pública; variação de propriedade; e variação de orientação política (DAMGAARD, 2015, p. 199). Embora, não estude o impresso *O Globo*, uma das publicações a que Biroli e Mantovani fazem referência, Damgaard entende que o portal *G1* opera como uma fonte análoga ao diário impresso da mesma corporação.

O autor aponta que, organizados sob essa matriz simbólica, os noticiários sobre o julgamento instituem o Supremo Tribunal Federal como o devido lócus da justiça e inscrevem os próprios jornalistas como protagonistas na busca por transparência e democratização. Em sentido análogo, Biroli e Mantovani (2014) sublinham que a Folha endossa, explícita e repetidamente, a isenção e a pluralidade como valores basilares a sua prática jornalística. No entanto, observam que esse ideal normativo encontra limites bastante restritivos no material empírico averiguado. A partir dos textos analisados, as autoras atestam que o “pluralismo” expresso pelo conteúdo do jornal “seria mais bem definido como a garantia de *espaços circunscritos* para a defesa de indivíduos determinados (BIROLI; MANTOVANI, 2014, p. 210, grifo nosso).

Para Biroli e Mantovani, a pluralidade de fatos e versões não comporia a narrativa que orienta os textos noticiosos e opinativos. Sob sua leitura, o elemento do contraditório identificado no ponto de vista dos réus, em geral, restringir-se-ia às estratégias de defesa e às falas dos seus advogados, tomadas como posicionadas e dispostas em contramão aos fatos que norteiam a narrativa jornalística que vai se organizando ao longo do processo (BIROLI; MANTOVANI, 2014). Os contrapontos aos enquadramentos dominantes não se expressariam como o “outro lado de um lado”, mas “o outro lado diante dos fatos” (BIROLI; MANTOVANI, 2014, p. 210). Os *contra fatos* não gerariam enquadramentos alternativos colocados em competição às perspectivas predominantes (BIROLI; MANTOVANI, 2014). Ao contrário, estariam sujeitos a elas.

Em que se pesem pequenas diferenças de ênfase entre editoriais, colunas e reportagens quanto ao emprego de aspectos técnicos e jurídicos ou referências à atuação e trajetória do PT, o que, a partir da análise dos dados, parece mais relevante às autoras pela análise dos dados, são as semelhanças entre os diferentes gêneros jornalísticos. Biroli e Mantovani (2014, p. 215) ressaltam “que se estabelece uma continuidade entre os enquadramentos, e sobretudo entre os enquadramentos nos textos noticiosos e opinativos”. Assim, constitui-se através dos textos diários, uma espécie de consenso entre os diferentes segmentos do diário e seus variados operadores sobre como se situa o PT na controvérsia e quanto às expectativas para o julgamento (BIROLI; MANTOVANI, 2014, p. 215). O enfoque editorial do periódico – também presente nas colunas e reportagens – exige julgamentos adequados pautados pela preponderância da técnica (BIROLI; MANTOVANI, 2014, p. 212).

Neste caso, mais do que a defesa de procedimentos isonômicos que produzam resultados justos (cf. RAWLS, 1978), Biroli e Mantovani esclarecem que, aqui, o “técnico” diz respeito à liberdade dos juízes frente às pressões do PT e do Governo e que “adequado” se refere à

condenação dos réus. Sob tais exigências, o jornal salienta os riscos à imagem do Supremo Tribunal Federal caso a conclusão do caso não seja “adequada”: enquanto julgam, os Ministros do STF também assumem o lugar de réus no tribunal midiático, no qual a imprensa julga e a opinião pública executa a pena (BIROLI; MANTOVANI, 2014). Ambos os conjuntos de textos noticiosos e os opinativos antecipariam as sentenças do tribunal e, ao enquadrar suas composições sob uma *rationale* de culpabilidade consumada, estariam a condenar enquanto fazem notícia (BIROLI; MANTOVANI, 2014).

Biroli e Mantovani alegam que sua avaliação não se restringe a como o jornal refletiu esse período em si, mas também remete à relação histórica entre a grande imprensa e o PT por mais de três décadas. As pesquisadoras aventam uma hipótese sobre os padrões dessa interação tornados mais salientes pelo caso. O realinhamento programático do partido e seus anos de governo, com políticas centristas e que favorecem grandes proprietários (HUNTER, 2010; SINGER, 2012), não teria sido suficiente para eliminar a desconfiança na organização, ainda mais permeável a interesses de classes diferentes daqueles que constituem outros partidos do centro e centro-direita, formados, estes sim, pelas elites socioeconômicas brasileiras (BIROLI; MANTOVANI, 2015). Além disso, a reativação dessas suspeições poderia ser explicada pela incorporação de novas bases oriundas de outras camadas desfavorecidas pelo sucesso das políticas sociais de Lula (SINGER, 2012). Por fim, a partir do Mensalão e seu julgamento em face das décadas anteriores, a mudança no teor e no tom do discurso midiático em relação ao PT poderia ser caracterizada por um “trabalho moral” (cf. ETTEMA; GLASSEE, 1998, p. 62), que normaliza a narrativa jornalística e substituiria, de forma eficaz, uma oposição conservadora à organização partidária de esquerda por oposições éticas moralizantes (BIROLI; MANTOVANI, 2015, p. 221).

Para além desse discurso assemelhado pelas duas autoras que mobiliza uma espécie de moralidade unificada, Damgaard (2015) identifica quatro narrativas concorrentes em torno desse mesmo processo judicial, estas atravessadas por preceitos morais e ideológicos distintos e organizadas até mesmo sob estruturas temporais diversas. O autor salienta que as quatro histórias constituem três matrizes discursivas básicas, interconectadas, e que, por vezes, negam-se ou se complementam. Inscritas em quadros sociais mais amplos, a reconstituição das narrações serve ao seu objetivo de delinear como elas se relacionam com atores institucionais, políticos e sociais e as possíveis linhas de ação em que elas implicam (DAMGAARD, 2015). Embora também se dirija empiricamente à cobertura midiática da Ação Penal 470, Damgaard também toca no caso Mensalão em si.

Enquanto a primeira narrativa já foi associada aos achados de Biroli e Mantovani, o segundo tipo básico de história evoca esquemas profundos e se vincula a “motivações sinistras”, sugerindo que o julgamento serve ao seu encobrimento (DAMGAARD, 2015). O que toma formas opostas por meio de como as revistas Carta Capital e Veja o mobilizam. Esta ressaltaria redes de corrupção mais extensas, ainda não reveladas, passando pelo PT até chegar ao topo da hierarquia, isto é, a Lula (DAMGAARD, 2015). Já para aquela, as inconsistências em torno da apreciação do caso evocariam uma farsa institucional – construída pela mídia, executada pelo judiciário e que beneficia certos empresários – que poderia ser traçada até o topo do STF e dos conglomerados midiáticos, e que beneficiaria empresários ao deslocar a atenção pública (DAMGAARD, 2015). Para Damgaard (2015), essas duas clivagens discursivas encontram respaldo em traços marcantes da política brasileira, como a desconfiança no governo e tendências populistas, e ambas negam a primeira forma narrativa, tomada como simplificadora.

A última narrativa articulada pelo autor sugere que o Poder Judiciário iniciou um deslocamento tectônico nas bases de poder social: uma luta “dramática” travada entre Congresso e Judiciário, na qual os juízes saíram fortalecidos. Segundo Damgaard (2015), esta versão terceira propõe um prospecto que avança e, em certa medida, reverte a balança de poder salientada pela primeira concepção. Tal abordagem estaria inscrita sob as mesmas diretrizes políticas que a primeira narrativa, mas, enquanto esta privilegia mecanismos de controle, a outra adota uma ótica clássica de conflito – simplificado, dramatizado e personalizado – que suplanta as questões de corrupção. Sob esta perspectiva, a corrupção não é causa do conflito, mas consequência das disputas por poder e legitimidade entre instituições democráticas.

Esta matriz discursiva promove um certo deslocamento da legitimidade constituinte do sistema democrático. A legitimidade do governo não mais se instituiria por meio do voto, mas pela primazia da Constituição mediada pelo Judiciário, fonte e garantidor da justiça se sustentam justamente pelas vantagens políticas que conferem a alguns autores e pela justiça. Estendida a um contexto mais amplo, essa narrativa sobre o mensalão potencializa as tensões em torno do impulso contra majoritário que permeia as democracias constitucionalistas, já acirrado por processos de judicialização da política no país. Damgaard (2015, p. 221) sustenta que essas configurações narrativas plausíveis por se assentarem tanto nas reproduções cotidianas do discurso midiático como também pelas práticas rotineiras que se dão na arena política institucional.

Esse macroenquadramento proporciona subsídios à rearticulação conceitual das estruturas e relações de *accountability* proposta na última seção. Na primeira narrativa, a mídia se insere como protagonista em seus relatos sobre a vida política e se autolegitima como “cão

de guarda” da democracia, fiscalizando e pressionando os poderes constitucionais. Já o terceiro modo narrativo fornece mais substância para o entendimento da Operação Lava-Jato, abordada no primeiro capítulo, e também para a discussão que se seguirá na próxima seção em torno da cobertura midiática acerca da força-tarefa no contexto do impeachment de Dilma Rousseff. Mas, principalmente, essa construção discursiva chama atenção para a crise estrutural das relações de representação no país salientadas pelo caso Mensalão e expressa de forma cada vez mais explícita ao longo dos anos que o sucederam até o presente.

Biroli e Mantovani argumentam que, ao privilegiar aspectos técnicos e as vinculações do PT, o noticiário “relega a permeabilidade do poder político ao poder econômico como um fenômeno estrutural. Ao passo que as autoras analisam o julgamento sobre o escândalo, e Miguel e Coutinho (2007) enfocam o escândalo em si, é essa também a perspectiva destes autores. Sobre a natureza do caso, Bruno Reis (2008) argumenta que a criticidade deflagrada pelas denúncias e investigações do Mensalão marca o reconhecimento público e oficial de que a democracia brasileira é incapaz de detectar ou impedir o emprego, em larga escala, de recursos não contabilizados nas campanhas eleitorais. Isto é, o sistema democrático nacional seria incapaz de impedir que as profundas desigualdades socioeconômicas resultem, automaticamente, em assimetrias sistemáticas de acesso ao poder político (BIROLI; MANTOVANI, 2015; MIGUEL; COUTINHO, 2007).

A partir de 2014, já a cobertura dos escândalos em torno das apurações da Operação Lava-Jato ocorrem em cenário sociopolítico muito distinto daquele percebido à época do primeiro grande escândalo petista. Em um momento já de maior erosão da confiança nas instituições representativas; crescimento das expressões à direita no país *vis-à-vis* grande polarização política; percepção de crise econômica; e a contestação dos resultados da reeleição de Rousseff pela parte derrotada no peito.

Partindo do exame dos semanários Carta Capital, Isto É e Veja entre 2014 e 2016, Érica Baptista (2017) busca associar o número de notícias acerca dos escândalos da Petrobras e pesquisas de opinião acerca da gestão Rousseff durante o mesmo período. Embora não encontre evidências de que a cobertura sobre práticas de corrupção associadas ao governo podem impactar em como a população o avalia, Baptista (2017, p. 14, 16-17, 21) identifica que, conforme a Lava-Jato se tornou mais frequente nas publicações e associada à menção de Rousseff, os índices de confiança na presidenta diminuíram. Nos textos avaliados, além da governante, nomes importantes ligados a ela e a seu partido, como Lula, José Dirceu e Delcídio Amaral, foram regularmente citados (BAPTISTA, 2017), compondo um quadro mais amplo de possíveis ilicitudes ao seu redor. A autora destaca que a divulgação midiática recorrente de

casos relacionados à ideia de corrupção tende, de um modo geral, a estimular que as atenções da sociedade de voltem à questão e, assim, tornam a imagem da administração mais sensível.

A menção a atores e tópicos em textos midiáticos é de grande relevância para compreensão da visibilidade que lhes é conferida pela pauta dos meios de comunicação e que é potencialmente transposta ao debate público. A presença e o espaço ocupado na produção jornalística faz referência ao dispositivo de agendamento, mas os padrões não apreendem *como* essas personagens e questões são abordados pela agenda midiática. Entre outras ferramentas usualmente empregadas para qualificar conteúdos produzidos pela imprensa, uma das estratégias metodológicas consolidadas nos estudos voltados à intersecção entre comunicação e política é a Metodologia de Análise de Valência MAV). Apesar de críticas quanto aos seus limites e implicações²⁴, esse método busca descrever como o objeto referido textualmente é abordado sob um espectro de representação mais favorável ou desfavorável.

A partir da mobilização desse recurso analítico, Cletiane Araújo, Saulo Costa e Ítalo Fittipaldi (2016) também abordam possíveis influências da cobertura noticiosa acerca de episódios de corrupção sobre a administração de Rousseff. Averiguando os 17 meses iniciais do primeiro mandato da presidenta, entre 2011 e 2012, nos dois diários paulistas e no carioca, a autora e os autores verificam que, mediante configuração da Câmara dos Deputados no momento e o grau de proximidade ideológica do acusado, o número de notícias envolvendo determinado ministro do governo são determinantes à perda do seu cargo. Ao investigar os artigos publicados nos mesmos jornais entre janeiro de 2014 e agosto de 2018, Féres Junior e Sassara (2016a), mediante o contexto de hostilidade dirigido à presidente após a sua reeleição, identificam os picos de negatividade da cobertura coincidem com os eventos que culminaram na sua deposição. Junior e Sassara (2016a, p. 179) refutam a ideia de que a conjuntura de elevada tensão política implicaria naturalmente discursos mais negativos por parte da mídia, já que os principais fatos ao longo do processo de impeachment refletiriam “profundos desacordos morais e práticos” (FÉRES JUNIOR; SASSARA, 2016a, p. 179, tradução nossa).

Ao examinarem conjuntos de dados diferentes separados por alguns anos, mas de autoria dos mesmos periódicos, os dois grupos de autores chegam a conclusões muito distintas quanto aos papéis exercidos por esses veículos de comunicação. Araújo, Costa e Fittipaldi (2016, p. 93-94, 112) destacam o exercício da mídia como fiscalizador que o ocupa papel central nas relações de *accountability* horizontal e societal: maior intensidade dos escândalos midiáticos corresponde a mais ações de responsabilização no alto escalão do governo. Já Féres Junior e

²⁴ O debate entre Miguel (2015; 2016) e Féres Junior (2016) esclarece essa questão.

Sassara (2016a, p. 179-180, 182, tradução nossa) notam o reforço a um viés contrário a candidaturas de esquerda, principalmente do PT, evidência de um nível de militância da imprensa “incompatível com a democracia moderna”. Esta avaliação é reforçada pelo estudo da cobertura do Jornal Nacional nas eleições de 2014 e, também, pela comparação com as valências conferidas ao opositor de Rousseff nesse pleito (2016a, p. 181-181; 2016b, p. 57).

Quanto ao desenvolvimento de escândalos políticos, Giulia Fontes, Paulo Ferracioli e Rafael Sampaio (2016, p. 241) afirmam que “há evidências de que as revistas semanais podem ser o seu epicentro, tanto iniciando-os (desvelando malfeitos da elite política ou empresarial) quanto alimentando-os, vulgo, mantendo-os na esfera de visibilidade pública e, conseqüentemente, na discussão pública. Esse pode ter sido o caso em outros episódios em um histórico recente do país, mas essa posição não foi cotejada a dados empíricos relativos aos casos ocorridos durante os últimos anos. No entanto, ainda assim, devido ao seu formato (cf. TAVARES, 2000), os informativos semanais teriam uma função específica de organizar e potencializar a repercussão das notícias de cada semana (FONTES; FERRACIOLI; SAMPAIO, 2016, p. 240). Além disso, argumenta-se que esse tipo de meio de comunicação tem uma saliente capacidade em “agendar outros veículos jornalísticos e a discussão pública (FERRACIOLI; FONTES; RIZOTTO, 2016, p. 261).

Com o objetivo de apreender os enquadramentos destinados aos escândalos de corrupção envolvendo a Petrobras, Fontes, Ferracioli e Carla Rizotto (2016) examinaram as matérias destacadas pela capa de duas revistas de grande relevância no jornalismo nacional e com posicionamentos políticos tidos como antagônicos, *Veja* e *Carta Capital*. De início já é possível entrever uma diferença entre o espaço editorial conferido pelos dois semanários ao tema, já que o *corpus* empírico da pesquisa foi composto por 9 reportagens desta e 19 daquela, o total de capas voltados à operação Lava-Jato publicados por cada um deles entre o início de 2014 e meados de 2015 (FERRACIOLI; FONTES; RIZOTTO; 2016, p. 14). Em geral, a *Veja* condena o PT, frequentemente personificado em Dilma ou Lula, como responsável exclusivo, ou ao menos mentor, pelas improbidades ocorridas na estatal devido a um protejo de perpetuação no poder (FERRACIOLI; FONTES; RIZOTTO; 2016). Já na *Carta Capital*, o que se sobressai é a percepção de um problema político mais amplo que se manifesta em um processo de responsabilização seletiva (FERRACIOLI; FONTES; RIZOTTO; 2016) com maiores ou maiores graus de otimismo ou ceticismo, ambas as mídias, no entanto, dão crédito a força-tarefa e apostam na continuidade das investigações sob a tutela de Moro (FERRACIOLI; FONTES; RIZOTTO, 2016, p. 21).

Dois dos responsáveis pelo estudo, Fontes e Ferracioli, em parceria com Sampaio (2016, p. 24) rearticulam as estruturas de enquadramento identificadas pelo outro trabalho e as estendem também às revistas IstoÉ, Época e Carta Capital. A partir de 82 matérias produzidas entre abril de 2014 a setembro de 2015, a autora e os autores percebem uma baixa pluralidade de enquadramentos nas publicações e, de acordo com o perfil dos veículos, consideram que as discussões não foram suficientemente exploradas. Segundo sua avaliação, esse padrão se explicaria por uma “falta de capacidade do próprio jornalismo em avaliar sua função” em uma operação de tamanho porte (FONTES; FERRACIOLI; SAMPAIO, 2016, p. 263). Dentre os periódicos examinados, Fontes, Ferracioli e Sampaio (2016) encontram grande confluência de abordagens entre as revistas Veja, IstoÉ e, em menor medida, Época, enquanto na Carta Capital verificam uma cobertura mais diversificada.

Nas três primeiras revistas, enquadra-se como problema principal a “relação promíscua entre empresas e partidos”. No entanto, Veja e IstoÉ o relacionam ao “projeto de poder do PT”, enquanto para Época a causa se trata do “envolvimento de todos os partidos na corrupção”, um problema que se difunde por todo o sistema político (FONTES; FERRACIOLI; SAMPAIO, 2016, p. 260). No que se refere ao julgamento moral atribuído às questões, a mesma diferenciação se manifesta: IstoÉ e Veja enfatizam a “condenação do PT” e Época aborda a esperança de “punição de todos os envolvidos no esquema” (FONTES; FERRACIOLI; SAMPAIO, 2016, p. 260). Os três semanais não oferecem uma solução ao problema ou depositam sua confiança, de forma personalizada, no trabalho de Moro e Janot – especialmente Época e IstoÉ (FONTES; FERRACIOLI; SAMPAIO, 2016).

Para a pesquisadora e os pesquisadores, no caso da Carta Capital, a delimitação do problema se pulveriza em diversas subcategorias, porém há um maior destaque ao quadro de “envolvimento de todos os partidos” e, em seguida, a “efeitos da operação no mundo político e na economia” (FONTES; FERRACIOLI; SAMPAIO, 2016). Este, em menor medida, também cabe à Época, porém a outra revista encontra as causas do imbróglio na falta de punições adequadas, disfunções no judiciário e uso político das delações, que acabam por afetar o governo e o setor de construção civil (FERRACIOLI; FONTES; RIZOTTO, 2016; FONTES; FERRACIOLI; SAMPAIO, 2016). Os julgamentos à questão operados pela Carta Capital passam pela “defesa do patrimônio nacional”, defendendo a recuperação da Petrobrás e alertando para o respaldo às obras das empreiteiras envolvidas ao mesmo tempo que assume “esperança de punição” aos responsáveis (FERRACIOLI; FONTES; RIZOTTO, 2016; FONTES; FERRACIOLI; SAMPAIO, 2016).

Ao examinar a cobertura dos semanais *Veja* e *IstoÉ* nos meses inicial e final do seu primeiro ano de mandato de Rousseff, em 2015²⁵, Marcos Silva e Raquel Jeronymo (2017) percebem recursos similares a estratégias retóricas de simplificação, amplificação²⁶, personificação e dramatização nas duas publicações. No entanto, principalmente destacam semelhanças nos processos de seleção e tratamento das fontes utilizadas para a construção do texto jornalístico. Nos dois semanários, o autor e a autora identificam padrões de “enquadramento hegemônico”, conceito tomado emprestado de Gitlin (2003). O que consiste no silenciamento sistemático de atores políticos e de perspectivas, sem concessão de margens ao dissenso (GITLIN, 2003, p. 257; SILVA; JERONYMO, 2017).

A partir dessa análise bibliográfica, é possível perceber que padrões da cobertura do Petrolão se esteiam em sentidos disseminados pelos meios de comunicação ao longo das gestões petistas anteriores aos governos de Dilma Rousseff. Isto é, desde o caso do Mensalão ocorrido durante os termos executivos de Luiz Inácio Lula da Silva. No entanto, devido ao tempo do seu encaminhamento judicial, a sombra desses esquemas de corrupção se estendem ao primeiro mandato da governante, não muito depois seguidos pelas divulgações da Operação Lava Jato. Desse modo, o signo do fisiologismo político se espriam sobre as presidências do PT de forma difusa e, em certa medida, continuada.

Através desses escândalos, do jornalismo convencional emergem imagens que atribuem à legenda e seus membros falhas morais que se aproximam de traços essencializados que denotam a exacerbação de aportes sectários e predatórios diante do Estado. A exposição escandalosa de acontecimentos tais quais os descobertos na Petrobrás são enfatizados pelo corpo teórico especializado como fator frequentemente necessário para a ocorrência de impeachments ou demais quedas constitucionais de presidentes. No entanto, lhes falta compreensões mais amplas quanto a participação da mediação jornalísticas nessas crises, para além da exposição de práticas de corrupção. A partir dos estudos voltados a coberturas acerca do Mensalão e da Lava Jato, pode-se destacar padrões que permeiam os quadros utilizados por grandes veículos midiáticos para abordar outros aspectos do impedimento de 2016 e da crise que o antecedeu.

²⁵ As autoras selecionaram matéria de cada edição do período, considerando menções à personagem e a relevância do texto no conjunto da edição (SILVA; JERONYMO, 2017, p. 110).

²⁶ 116 A combinação entre simplificação e amplificação se refere à dotação de valores simbólico para um acontecimento, atribuindo-lhe sentidos e relevância unívocas, como no exemplo: “saída de Dilma Rousseff seria a solução salvadora para todos os problemas políticos e econômicos instaurados no Brasil no momento apresentado” (SILVA; JERONYMO, 2017, p. 116).

2.3 O impeachment de Rousseff sob grande veículos da imprensa brasileira

Nas coberturas jornalísticas em torno dos demais elementos da crise impeachment, também ressalta-se a dimensão conflituosa da política, marcada por interesses sectários e privados nas relações partidárias, e as falhas sistemáticas do PT e das suas lideranças. Nos estudos mobilizados, o déficit moral petista ressaltado nos escândalos de corrupção se espalha para a condução do governo de forma geral e a figura da presidenta Dilma Rousseff é frequentemente associada a incapacidades pessoais. Como destacado na seção anterior, ênfases valorativas são abordadas como fatos e a pluralidade do dissenso muitas vezes se perde em processos ambíguos que enunciam conflitos enquanto desidratam a sua complexidade. Se, para alguns trabalhos, tudo que do orbita as ações do Planalto e da sua mandatária parece se elevar ao nível de escândalos, em boa parte deles se percebe fluxos discursivos que normalizam a remoção de Rousseff.

Sintetizando as atribuições dos meios de comunicação diante desse fenômeno, Camila Becker, Camila Cesar, Débora Gallas e Maria Helena Weber (2016, p. 98) apontam que cabe à imprensa o registro sobre “a disputa de autoridade e legitimidade entre os poderes estatais, manifestações de rua, a luta contra a corrupção e os conceitos e procedimentos políticos e jurídicos sobre o *impeachment*”. Ao observar, contudo, os relatos e discussões articulados pela grande imprensa brasileira através da iniciativa de impedimento à Rousseff, as agências e agentes midiáticos não se debruçaram com o mesmo afã sobre os variados aspectos relevantes a esse processo político-jurídico ou sobre as diferentes personagens e clivagens sociais que dele participaram. Em um caso como esse, a visibilidade ocupada por temas, questões e atores é um componente basilar de como se dá a cobertura jornalística. Mas, para além desse fator, *como* as narrativas midiáticas em torno do acontecimento mobilizam tais elementos pode ocupar um papel tão importante quanto ou ainda maior para que se compreenda o momento histórico em si e, também, a atuação específica dos meios de comunicação em seu desenvolvimento.

Em grande medida, o inquérito instituído contra Rousseff não foge aos traços básicos observados pela literatura nos processos de quedas presidenciais ocorridas na América Latina desde a década de 1990. Este padrão de continuidade também se manifesta especificamente no caráter relacional e dialógico das dinâmicas ocorridas entre a atuação dos meios de comunicação e seus profissionais diante do Poder Legislativo e da sociedade brasileira. As potenciais particularidades quanto ao impeachment de Rousseff se expressam no interior dessas interações. Para além de críticas à imprensa sob padrões normativos do jornalismo profissional, autoras e autores sugerem que a grande mídia nacional participou da trajetória de remoção da

presidente de forma diferente do que sucedeu tanto no caso Collor como também em relação às ondas pregressas de crises presidenciais ocorridas na região (FAUSTO NETO, 2016; LEITÃO; GUAZINA, 2018; PÉREZ-LIÑÁN, 2017).

A menção a uma característica basilar à análise do conteúdo da cobertura jornalísticas em torno do episódio servirá como norte a uma discussão inicial sobre o relacionamento mais amplo da imprensa com alguns dos componentes do processo de impeachment. Os trabalhos empíricos que serão abordados em seguida fazem diferentes usos de fontes, metodologias e perspectivas, mas esta pesquisa prioriza aquelas abordagens que, por sua vez, privilegiam a análise dos enquadramentos noticiosos e outras aproximações qualitativas que enfatizam a construção das imagens e narrativas do discurso midiático.

Desde estudos que precedem a aceitação da denúncia por Eduardo Cunha até os mais recentes, as pesquisas que examinam os enquadramentos delineados pela grande imprensa em suas abordagens sobre o impeachment costumam convergir em alguns pontos. Em face de um desses aspectos, a grande maioria das autoras e autores aqui analisados, se não todos, identificam que a lógica do conflito político foi o principal condutor da maior parte das coberturas jornalísticas ao longo de todo o processo. Apesar do hiato entre a realidade social e a sua representação discursiva, tomando essa interpretação dos movimentos em torno e no interior do impeachment, pelo menos entre 2015 e 2016, é importante enfatizar que toda contenda política também decorre em disputas em nível simbólico. Apesar de usualmente se colocar como uma narradora autônoma diante dos fatos, a imprensa enquanto instituição ou ator sociopolítico não consegue se descolar dos conflitos existentes no sistema em que está inserida. As divergências da sociedade atravessam as fronteiras porosas do campo específico da atividade midiática e as operações discursivas produzidas pela mídia atravessam e, também, compõem as demais arenas sociais e políticas.

Apensar da relevância dos veículos de imprensa para os variados percursos que convergiram na remoção da presidente, Biroli (2016) sugere que “por mais que a grande mídia tenha trabalhando para construir um significado único para essa situação, ela não tem um significado único”. A trajetória da queda de Dilma Rousseff se deu sob um longo horizonte temporal e ocupou um espaço de excepcional centralidade tanto no debate público nacional, de forma mais abstrata, como também, em um plano mais palpável, na vivência de grande parte da sociedade brasileira. Para além de argumentos teóricos sobre a gravidade do recurso ao impeachment na democracia brasileira, o tema não só foi predominante na pauta jornalística, mas frequentemente se fez presente nas agendas políticas e institucionais; condicionou oscilações da economia; e literalmente tomou as ruas do país sob a forma das grandes

manifestações populares. Irrestrito à espera pública, as discussões chegaram aos âmbitos mais privados da política, adentrando almoços de família, leitos de casais, conversas de corredor e mesas de bar.

Durante esse longo período, diferentes setores sociais produziram suas próprias narrativas sobre o acontecimento, sempre, porém, traspostos por diversas “injunções” de processos de midiaticização (FAUSTO NETO, 2016a, p. 33). Com esse sentido, Fausto Neto (2016a, p. 9) conclui que “o impeachment da presidenta é, portanto, um acontecimento que se gesta em várias agendas e operações de inteligibilidades de diversos campos sociais” de modo que se cria “um contexto no qual o jornalismo perde a centralidade do ‘poder dizer’ diante de tantas narratividades públicas e privadas” – formuladas através de campos como o político, o judiciário, o econômico, o policial e também o senso comum. Ao passo em que perdem certa hegemonia para enunciar o discurso público, os meios de comunicação assumiram também novas prerrogativas.

O autor argumenta que, se no impedimento de 1992, as mídias constituíam uma arena de amplificação dos outros campos sociais, tal qual o jurídico ou o político, em 2016, “as mídias rivalizaram” com ambos os domínios “por operações de protagonismos” na produção do discurso (FAUSTO NETO, 2016b, p. 65). Apesar das distintas ancoragens ontológicas que sustentem as duas interpelações, ao tomar a noção de “campo” e equiparar o que é midiático ao que é jurídico e ao que é político, Fausto Neto evoca a compreensão da mídia como um quarto poder que interage com os demais em processos institucionais que integram a estruturação do sistema político como um todo. De todo modo, sobre o segundo momento de impedimento presidencial, em que se pese as diferenças e complementariedades entre as três instâncias, Teun van Dijk (2017) entende que a imprensa deve ser entendida como componente crucial do movimento político e legal mais amplo que resultou na destituição de Rousseff (DIJK, 2017)

No que tange ao contato entre os meios de comunicação e a líder do governo em si, Fernanda Dantas e Linda Rubim (2018) destacam que estabeleceu uma “difícil relação (...) entre a presidenta Dilma Rousseff e a imprensa brasileira, em especial a partir do segundo mandato iniciado em 2015 até o julgamento final do impeachment”. Esse entrosamento pode ser considerado particularmente combativo mesmo em face do relacionamento histórico, pouco amistoso, entre os principais veículos midiáticos do país e o PT ou seus representantes. Ao se voltar aos periódicos Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo, Féres Junior e Sassara (2016a) verificaram um tratamento bastante hostil à campanha de Rousseff, que, contrariando expectativas teóricas, teria se recrudescido depois da eleição até o julgamento da presidente. O “período de lua mel” em que usualmente ocorre um abrandamento da cobertura

jornalística, após o acirramento das eleições (cf. JOHNSON, 1983; NORPOTH, 1984) teria sido revertido em pautas mais rigorosas.

Por essa razão, os autores abordam o impeachment como uma espécie de “terceiro turno” das eleições. Ivana Bentes (2016) afirma que houve uma “tempestade midiática” em torno da presidente, que obedeceu a padrões bastante singulares de velocidade e intensidade e foi desacelerada apenas “a partir de 13 de maio de 2016, com Dilma já afastada pelo rito do impeachment”.

Quirino e Guazina (2018) se voltam à cobertura da Folha de S. Paulo em torno o que nomeiam como as “Manifestações de Março”, em março de 2015, e sobre os dias em torno da aceitação do pedido de impeachment pelo presidente da Câmara dos Deputados, em dezembro desse ano. No que se refere aos aspectos formais das notícias estudadas, as autoras constataam que muitas das matérias não se utilizaram de fontes diretas e análises e entrevistas feitas por especialistas. Quanto ao conteúdo desses textos, Quirino e Guazina (2018, p. 186) notam que, embora as reportagens enfatizem recorrentemente o impeachment, em boa parte delas não constava o crime que de fato a presidente teria cometido para justifica-lo, mas sim os contornos políticos da questão e a falta de aptidão da governante.

Analisando capas relativas a manifestações sociais a favor e contra o impeachment, em março de 2015, e à votação de abertura do processo pelo plenário da Câmara dos Deputados²⁷, Camila Becker e coautoras (2016, p. 112) argumentam que, para os três jornais, predomina uma abordagem que “desqualifica a política, minimiza questões de interesses públicos vinculadas ao *impeachment*, naturaliza o conflito e superficializa as informações”. As quatro autoras notam que os diários trataram o fenômeno, majoritariamente, sob uma narrativa superficial e fragmentada, na qual impera a personalização e a ausência de espaço para todos os lados envolvidos nas controvérsias. O principal enquadramento verificado foi também o de um conflito político polarizado, que, no entanto, não concede visibilidade para alegações contrárias ao impeachment ou às perspectivas dos atores relacionados aos casos de corrupção. Sobre a cobertura de diferentes eventos deliberativos centrais à democracia brasileira, Becker e as demais autoras (2016) afirmam que, ao descartar a complexidade das questões em voga e projetar seu foco sobre Rousseff, os veículos negligenciaram as implicações caso o impedimento se sucedesse e os aspectos democráticos dessas controvérsias.

Prates e Pozobon (2016) examinam edições da Folha e do Globo voltadas a votação de abertura do processo na Câmara dos Deputados e a votação final do processo no Senado. As

²⁷ Capas dos quatro jornais nos dias 14/03/2016, 19/03/2016, 17/04/2016 18/04/2016 (BECKER et al., 2016, p. 98)

autoras entendem que o evento público foi transformado em um “espetáculo-político midiático” (WEBER, 2011). Sob este prisma, ambos os impressos teriam mobilizado o recurso de “vulgarização” da narrativa (cf. CHARAUDEAU, 2006), simplificando e dramatizando os fatos de modo a torná-lo acessível a diferentes audiências e apelando as suas afetividades. Não obstante da sua vulgarização o fato se torna deformado (CHARAUDEAU, 2006). Ambos os diários teriam conferido aos erros do governo a responsabilidade exclusiva pela abertura do processo e pela cassação do mandado, deixando de problematizar as questões que levaram ao impeachment ou procurar apresentar análises mais aprofundadas sobre as decisões econômicas do governo (PRATES; POZOBON, 2016).

Diversos dos trabalhos que se debruçam sobre a análise de conteúdos produzidos pela grande imprensa destacam que a simplificação narrativa dos complexos processos que levaram à remoção presidencial assumiu a forma de conflitos enquadrados por meio de ângulos bipolares. Nesse sentido, Becker e coautoras (2016) identificam abordagens maniqueístas entre indivíduos relacionados ao governo, a presidente, o ex-presidente Lula e seu partido diante dos personagens, grupos e instituições favoráveis à destituição nos três jornais pesquisados, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo. Leitão e Guazina (2018, p. 203-204) percebem que essas oposições dicotômicas posicionaram principalmente governo contra oposição em mais da metade do corpus para os três impressos e, também, no diário de Brasília. Seguinte em termos de frequência, é o antagonismo entre Rousseff e o vice-presidente, mas também se destaca o embate entre manifestantes contrários e favoráveis ao impedimento (BECKER et al., 2016; LEITÃO; GUAZINA, 2018, p. 203). No âmbito institucional, enquanto as outras autoras destacam opositores ao polo governista no Legislativo e no Executivo, Becker e coautoras (2016, p. 112, grifo nosso) observam que parte da oposição, aqueles em quem “se deposita a esperança de *soluções morais*, políticas e econômicas”, também se situa no Poder Judiciário, e, particularmente, no STF e no juiz de primeira instância Sérgio Moro.

Rizzotto e Prudencio (2017) alegam que o potente personalismo nos enquadramentos que predominaram na cobertura do impeachment provoca um deslocamento das atenções desde os processos institucionais até “duelos” entre indivíduos e, dessa forma, projeta “uma visão antipolítica da política”. Considerando o histórico de representação simbólica da vida política em termos gerais e, especificamente no Brasil, torna-se um tanto questionável a extensão da validade desta afirmação. Mas afirmar que esses movimentos discursivos levaram a uma desidratação do campo político nas narrativas jornalísticas é perfeitamente cabível (cf. LEITÃO; GUAZINA, 2018). Leitão e Guazina (2018) percebem que a polarização midiática entre Rousseff e seu vice personificaram dois amplos campos políticos, o PT e seus apoiadores

naquela conjuntura e a sua oposição. O recurso à personificação não se expressou apenas por meio desse tipo de ambivalência, também se deu em um plano que almeja o unilateral: a ideia de que a responsabilidade pelo processo de remoção compete à pessoa de Dilma Rousseff (LEITÃO; GUAZINA, 2018).

Em outro estudo, Rizzotto, Prudencio e Sampaio (2017, p. 126-127; 2018, p. 32) percebem que a narrativa jornalística dos grandes diários não concedeu espaço para que Dilma Rousseff ocupasse o papel de heroína – uma “heroína que lidera a resistência ao ataque dos adversários”. O que lhe coube seriam, principalmente, as imagens de vítima ou vilã, e ambas pela mesma razão: a sua incompetência (PRUDENCIO; RIZOTTO; SAMPAIO, 2018, p. 32). Enquanto na análise dos periódicos diários as autoras e o autor alegam que a ex-presidente transitou entre os dois polos como “vilã responsável pela crise política e/ou vítima sendo agredida pelos opositores” RIZZOTTO; PRUDENCIO; SAMPAIO, 2017, p. 126-127), na análise de revistas, as autoras chegaram a outra interpretação. Rizzotto e Prudencio (2017) afirmam que o papel de vilã não conseguiu se sustentar, e que Rousseff foi retratada ao menos como um tipo de anti-heroína.

Em certo contraste aos estudos que perceberam fortes tendências à dramatização simplificadora nos jornais, Prudencio, Rizzotto e Sampaio (2018, p. 32) observam que, na Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo, o recurso ao conflito pessoalizado no qual as personagens ocuparam papéis de vilã, vítima ou heroína se reduz a menos de 15% do material investigado. O que sua pesquisa mostrou é que as diferentes partes ou campos envolvidos nas controvérsias retratadas ocupavam posições de igualdade na disputa e dispunham de motivações, argumentos e evidências em patamares comparáveis (PRUDENCIO; RIZOTTO; SAMPAIO, 2018, p. 32). A partir desses dados, parece que os jornais trataram de tornar todos os fatos e perspectivas em competição equivalentes. Desse modo, não existiriam argumentos normativamente superiores, assentados em bases factuais ou valorativamente prioritárias, apenas o conflito político *per se*, todo o sistema político e as normas que o institui entram em disputa.

Ana Paula Leitão e Liziane Guazina (2018) consideram os três grandes jornais, somados ao Correio Braziliense, também no momento em que a Câmara votou pela continuidade dos trâmites no Senado, porém, em 2016 assim como em 1992, no processo investido a Collor. Leitão e Guazina concluem que tanto no caso Collor quanto no Rousseff o jornalismo político operou a dimensão de conflito como um “gestor de consensos”, definindo quais as disputas que merecem visibilidade e desidratando os efeitos sociais que poderiam seguir as remoções. O grande destaque dessa comparação é que, enquanto na primeira ocorrência, prevaleceria a ideia

de certo consenso entre atores sociais, políticos e institucionais, a potencial destituição de Rousseff é retratada como uma disputa acirrada centrada na figura de Rousseff e que reflete uma polarização histórica no país (LEITÃO; GUAZINA, 2018, p. 213). Ao menos no limite dessas publicações e dessas datas, as autoras concluem que enquadramentos personificados na figura de Chefe do Estado foram significativamente maiores no segundo episódio de impeachment presidencial.

Levando em conta que a confecção narrativa de imagens públicas responde a dinâmicas relacionais e contextuais (LIMA; SIMÕES, 2017), essas diferenças podem ser atribuídas a múltiplos fatores. Em que se pesem diversos padrões semelhantes, mesmo entre os principais veículos midiáticos do país, os noticiários acerca da longa trajetória entre as eleições de 2014 e o afastamento definitivo da mandatária não se expressam de forma homogênea, há entre eles competições entre enquadramentos e representações (RIZZOTTO; PRUDENCIO, 2017; LIMA; SIMÕES, 2017, p. 26). Essas controvérsias podem ser ainda maiores se considerados veículos que partem de posicionamento políticos e dinâmicas editoriais mais diversos. Dentre a multiplicidade de representações que participaram da articulação da imagem de Rousseff no horizonte do impeachment, Lima e Simões (2017) percebem significativas disputas simbólicas nos produtos textuais dos semanais *Veja* e *Carta Capital*.

Tais dissensos talvez possam ser simplificadas nos dois campos reduzidos, em algumas ocasiões, pelos diários da presidente e o seu vice, mas provavelmente atravessam de forma heterogênea a ambos. Lima e Simões (2019, p. 26) apontam que a presidente pode ser tomada “brava, inflexível e inábil” ou “resistente, corajosa, ‘pulso firme’”. De certo, nenhuma dessas características costuma ser associada à mística feminina. Se bem que caibam a arquétipos mais ou menos rearticulados de “heróis” ou “vilões”, o seu encaixe ao papel de vítima se faz mais difícil. Cientes dessas divergências, Rizzotto e Prudencio (2017) encontram uma coadunação para papel ocupado por Dilma Rousseff nas narrativas midiáticas como a “a personagem principal, aquela que é a vítima dos seus adversários, mas uma vítima difícil de abater”.

Como a representação da participação das mulheres na política é sempre perpassada por aspectos de gênero, torna-se um tanto difícil separar a articulação midiática da imagem da presidente de estruturas discursivas mais amplas e profundas que imputam características e exigências diferenciadas a homens e mulheres. Se o contexto opera como uma “chave hermenêutica” para avaliar uma personagem, a imagem da presidente é inscrita sob uma sociedade altamente machista (LIMA, SIMÕES, 2017, p. 26). Para além dos escândalos relacionados a corrupção e movimentos econômicos, Fernanda Dantas e Linda Rubim (2018) apontam que “a categoria gênero também balizou a construção simbólica da narrativa da crise”.

Nesse sentido, Leitão e Guazina (2018) afirmam que os enquadramentos centrados na personalidade nas produções jornalísticas em torno do impeachment foram quase todos dirigidos à personalidade de Rousseff e ancorados em regimes discursivos generificados.

Biroli (2016) afirma que as diferentes representações sobre a governante ao longo do processo de impedimento se inserem um quadro maior de violências políticas sistemáticas contra as mulheres no Brasil contemporâneo. Em que se meça a permanência de estereótipos de gênero como estruturantes da cobertura política (MIGUEL; BIROLI, 2011; DANTAS; RUBIM, 2018), a autora avalia que a “campanha aberta” dos principais jornais e revistas contra Rousseff, desde a sua primeira eleição, descortina registros discursivos que se supunha já terem sido ultrapassados (BIROLI, 2016, p. 571). É no mínimo razoável supor que, se as mídias já lançavam violências simbólicas à líder do governo, já em sua alçada ao poder e um cenário de prosperidade do país, no contexto crítico em o impeachment emergiu, haveria uma escalada das agressões.

Nos impressos examinados, Biroli (2016, p. 575) indica que a imagem de “mulher perdendo controle” é a mais evocada, mas também se destacam as suas caracterizações como uma “mulher grossa” e “esgotada”. Leitão e Guazina (2018) apontam que os jornais salientam, principalmente, a sua inabilidade política e seu temperamento forte, julgamentos frequentemente acionados quando se trata de uma mulher na esfera política formal. Perfis de liderança enérgicos e determinados são muitas vezes elogiosos a líderes políticos masculinos, mas, na verdade, usualmente ignorados ou naturalizados no caso de homens, visto que sua personalidade, em cenários usuais, não passa pelo escrutínio público que todos os comportamentos expressos pelas políticas (MIGUEL; BIROLI, 2011).

Algo notável na cobertura jornalística sobre o período foi a adoção, por veículos como a Veja, do bordão “tchau, querida” utilizado por movimentos populares favoráveis ao impeachment (MOURA BRASIL, 2016). Adriana Salles Gomes (2016) alega que “intimidade não autorizada dessa frase” não seria empregada a um homem (VIYUELA, 2016) e deslegitima a figura pública da presidente. Em matéria da Folha, assinada por Igor Gielow, a “presidente incidental” é caracterizada por meio de metáforas religiosas, pelas quais erros e traços atribuídos à sua personalidade seriam os seus “sete pecados capitais” (LEITÃO; GUAZINA, 2018, p. 208). A emblemática capa “Presidente fora de si” e a reportagem que segue, do semanário IstoÉ, chama atenção para a ocorrência de deslocamento da apuração jornalística para uma construção narrativa fragmentada e teatral que busca demonstrar a “incapacidade mental de Dilma” (CARDOSO; SOUZA, 2016).

Por mais que os registros mencionados salientem padrões específicos da cobertura política esteados em estereótipos machistas, talvez seja importante articular essas representações ao relacionamento histórico da grande imprensa e o PT. O gênero marca o desvio de Dilma, assim como a origem socioeconômica, associada a aspectos geográficos, de Lula marca o seu. Apesar dos sucessos do seu governo e do prestígio internacional por ele adquirido, o ex-presidente foi repetidamente retratado midiaticamente, de forma mais ou menos sutil, como analfabeto, ignorante, iletrado ou mesmo como bêbado (AZEVEDO, 2017). Até a sua deficiência física foi permanentemente mobilizada pela sociedade de forma mais evidente, mas também por discursos da imprensa (AZEVEDO, 2017).

Em uma cultura capacitista, a ausência de um membro constitui uma performance desviante que se manifesta no próprio corpo. Mas, ainda assim, provavelmente não teria sido a falta de um dedo a origem do discurso violento contra Lula. O desvio original expresso pelas discursividades presentes na corporificação de uma identidade, de uma trajetória, parece autorizar abordagens violentas, verbalizadas quanto são percebidos traços ou condutas que, em qualquer medida, refletem o seu pecado original. Lula, nordestino pobre, e Dilma, mulher, compartilham da inserção política partidária e institucional de quem normalmente está nas suas margens, o que se soma ou atravessa uma outra transgressão. Ambos são do PT.

Ao examinar a cobertura de a Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo em todo o período entre a aceitação da denúncia de impedimento e a destituição de Rousseff, Prudencio, Rizzotto e Sampaio (2018) percebem que o processo foi abordado majoritariamente sob enquadramentos que enfatizam o conflito entre adversários e o situam como resultado do jogo político rotineiro. Devido à combinação entre a adoção de uma postura de pretensa neutralidade por parte dos veículos midiáticos e dos seus esforços em retratar o impeachment como um evento corriqueiro da vida política, as autoras enxergam um processo de *normalização* do fenômeno e, por isso, avaliam que esses expoentes principais da grande mídia brasileira se posicionaram favoravelmente à remoção da presidente. Subsidiando essa leitura, por meio de recursos textuais os três meios de comunicação teriam acabado “por naturalizar o golpe como impeachment e o impeachment como acontecimento aceitável em uma democracia e, especialmente, como um evento corriqueiro como qualquer outra votação política” (PRUDENCIO; RIZOTTO; SAMPAIO, 2018).

A partir do exame dos editoriais da Folha de S. Paulo e de O Estado de S. Paulo durante os anos de 2015 e 2016, sob o contexto do impeachment, Jamil Marques, Camila Mont’Alverne e Isabele Mitozo (2018) observam padrões semelhantes quanto ao uso desse espaço de opinião institucionalizada. O autor e as autoras verificam um esforço permanente de ambos os jornais

para defender a necessidade do afastamento da presidente e de justificá-lo como legítimo, sem que haja dedicação semelhante para discutir as suas consequências. Pela pesquisa, nota-se que o recurso a “argumentos legitimadores” ocupou 85% da atenção editorial ao acontecimento (MARQUES; MONT’ALVERNE; MITOZO, 2018). Essa acentuada busca por reafirmar a legitimidade do processo também foi identificada por Guazina, Prior e Araújo (2017) nos editoriais desses dois impressos e também de O Globo.

Ambos os diários paulistas teriam construído a ideia de legitimidade do processo em sincronia ao seu desenrolar nas arenas institucionais, ancorando seus argumentos, principalmente, em questões econômicas (MARQUES; MONT’ALVERNE; MITOZO, 2018). Embora o Estadão sublinhe o “crime de responsabilidade” e a Folha, “normas legais”, defendendo o respaldo do procedimento na constituição, o teor jurídico fica em segundo plano em face da ênfase à crise econômica como principal “argumento legitimador” (MARQUES; MONT’ALVERNE; MITOZO, 2018). De acordo com Marques, Mont’Alverne e Mitozo (2018), haveria uma tendência predominante de descolar a narrativa do campo político e jurídico e voltá-la ao econômico. Em certa consonância às visões da “política anti-política” (RIZZOTO, PRUDENCIO E SAMPAIO (2017; 2018) ou de “desidratação a política” (LEITÃO; GUAZINA, 2018), o autor e as autoras arguem, embora tenha implicações jurídicas e socioeconômicas, o processo que inscreve sobretudo na política passa a ser fundamentado em fatores a ela externos.

Não que a economia deixe de se constituir como uma dimensão basilar da vida política, mas é central ao sistema democrático que os resultados políticos não sejam submetidos aos interesses econômicos. Ou, ao menos, que isso não ocorra fora do seu devido espaço em procedimentos decisórios e deliberativos. Esta era uma reocupação central para alguns autores no caso Mensalão: a fragilidade das normas que regulam a operação do Estado brasileiro diante da permeabilidade do sistema político a interesses econômicos em detrimento dos interesses de toda a sociedade (BIROLI; MANTOVANI, 2015; MIGUEL; COUTINHO, 2007; REIS, 2008). O movimento aqui enfatizado no âmbito do impeachment de Rousseff pode ser relacionado a deslocamentos tectônicos percebidos não apenas no Brasil, mas também ao redor do mundo. Embora a imbricação entre considerações econômicas e os processos políticos seja uma dimensão permanente das organizações sociopolíticas nacionais, parece haver em curso um processo de tecnização da vida política e a sua subordinação a lógicas econômicas particulares (BRONWN, 2015; FRASER, 2019).

Sob a narrativa de O Estado de S. Paulo, “questões econômicas” e a “voz do povo” legitimariam a deposição e, ainda que preteridas, as “pedaladas fiscais” teriam substância

suficiente para sustentar o recurso ao impedimento em meio ao contexto de “corrupção e fisiologismo”. Já na Folha, a caráter político do julgamento se esteia apenas nos altos índices de rejeição à presidente e no largo apoio popular a sua remoção. Apesar de compartilhar com o outro jornal paulista o entendimento de que o afastamento de Rousseff da presidência seria crucial, a Folha de S. Paulo teria hesitado a aderir a defesa pelo impeachment, salientando que a melhor alternativa seria a renúncia de ambos governante e vice, seguida de novas eleições (MARQUES; MONT’ALVERNE; MITOZO, 2018,). Relacionando esta abordagem à baixa menção a “crime de responsabilidade” na Folha, Marques, Mont’Alverne e Mitozo (2018) aventam que talvez o veículo duvidasse quanto a suficiência da substância das pedais fiscais para sustentar uma remoção presidencial e, assim, inicialmente, optaram por pressionar pela renúncia.

Voltando-se aos momentos finais do julgamento pelo Senado e à deposição em si, Guazina, Prior e Araújo (2017) indicam que a afirmação da legitimidade do processo foi alicerçada sobre dois polos argumentativos centrais. Por um lado, os editoriais buscaram demonstrar que os ritos constitucionais foram devidamente cumpridos e, por outro, partiram para a refutação da tese da presidente e seu campo político de que o impeachment se tratava de um golpe de Estado (GUAZINA; PRIOR; ARAÚJO, 2017, p. 23). Especialmente, O Estado de S. Paulo e O Globo teriam apostado em um aporte particularmente “adversarial em relação a Dilma Rousseff, caracterizando a presidente, nas palavras de Guazina, Prior e Araújo (2017, p. 23) por meio de um “processo de adjetivação profundamente disfórico”²⁸. Apesar de percebidas como especialmente assertivas, as qualificações apresentadas por esses editoriais não fogem aos eixos gerais da representação midiática quanto à mandatária ao longo do processo.

Segundo Marques, Mont’Alverne e Mitozo (2018), nem Estado de S. Paulo nem Folha de S. Paulo sugeriram soluções para a crise em curso que não passassem pela substituição da presidente e se eximiram de discutir sobre as possíveis consequências do impeachment fora da esfera econômica. É possível que esses periódicos, de fato, não vislumbrassem nenhum outro tipo de solução aos graves impasses percebidos e representados pela ótica do conflito através das publicações ao longo do processo de impedimento. Isso parece um tanto simplista ao considerar que se trata de veículos bem estruturados e muito qualificados, que tiveram trajetórias profissionais especialmente marcantes à democracia brasileira. Recursos retóricos

²⁸ O Estado de S. Paulo a tratou como “sectária”, “incompetente”, “arrogante”, “despreparada”, “piegas” ou voluntarista”, e em O Globo, predominaram adjetivações como “irritadiça”, “confusa”, “autoritária” com também associando o seu comportamento o “que seria uma atitude stalinista” (GUAZINA; PRIOR; ARAÚJO, 2017, p. 23).

simplificadores presentes na cobertura noticiosa ao longo do processo, teriam sido mobilizados para tornar o contexto especialmente complexo da época mais facilmente assimilável. O que pode ser tomado como uma estratégia comercial que também atenderia a certas perspectivas de democratização de informações de evidente interesse público.

Parece razoável supor que os editores e *publishers* dos jornais, ao processar toda complexidade envolvida na conjuntura do momento, consideraram que a saída de Rousseff era a única alternativa viável ou vantajosa para sociedade, política e economia brasileiras. É bastante evidente que os editores e os jornalistas dos veículos tiveram acesso a concepções sobre soluções ao impeachment, que não passassem pela remoção presidencial e abordagens que considerassem os possíveis efeitos deletérios da sua aprovação. Como espaços em que se expressam as opiniões dos meios de comunicação, os editoriais não obedecem exatamente às mesmas exigências ao contraditório que o noticiário, é razoável concluir que, nesse segmento, os seus responsáveis deliberadamente suprimiram encaminhamentos alternativos ao impeachment e as percepções negativas sobre suas consequências. As ênfases e ausências discursivas dos editoriais brasileiros ficam mais evidentes se tomados os enquadramentos produzidos pela imprensa internacional sobre o caso no mesmo tipo de seguimento textual.

Ao examinar diários internacionais²⁹ ao longo do mês de agosto, Guazina, Prior e Araújo (2017, p. 23) afirmam que “nenhum dos jornais analisados considerou que a queda de Dilma tenha sido motivada pelos atos de que era acusada, os quais não teriam proporcionalidade suficiente para uma pena tão dura”. Entre outros aspectos, os periódicos enfatizaram o papel de Eduardo Cunha no processo de desestabilização do Governo e impressos como El País, Le Monde, The Guardian e The New York Times a discrepância moral entre a acusada e seus julgadores, muitos deles envolvidos em diversos processos de corrupção ao passo que a presidente não enfrentava nenhuma acusação do tipo (GUAZINA; PRIOR; ARAÚJO, 2017, p. 24). Enquanto Le Monde caracterizou o processo como uma “farsa”, The Guardian como uma “injustiça” e El País como um “golpe baixo”, New York Times fez um “apelo ao respeito pelas instituições democráticas” e o Público concluiu que tal desencadeamento teria poucas chances de sucesso em democracias mais consolidadas (GUAZINA; PRIOR; ARAÚJO, 2017, p. 24).

Analisando especificamente os editoriais do El País, entre dez de 2015 e agosto de 2016, os resultados de Renato Tolentino da Silva e Rafael Sampaio (2018) respaldam essas compreensões gerais quanto aos jornais estrangeiros, mas ampliam o entendimento quanto à postura do impresso espanhol, que classificou o evento como um “golpe institucional”. A

²⁹ O português Público; o espanhol El País; o britânico The Guardian; o francês Le Monde; e o americano The New York Times (GUAZINA; PRIOR; ARAÚJO, 2017, p. 7).

narrativa que se sobressai em suas páginas é de que uma presidente idônea foi removida por um processo irregular, motivado pela combinação entre recessão econômica e escândalos de corrupção relacionados a seu grupo político, cujos potenciais efeitos abrangem “a corrosão da democracia, o aumento da divisão política, a degradação das instituições e a piora na crise política” (SILVA; SAMPAIO, 2018, p. 96). Sobre a cobertura da imprensa francesa, Anita Hoffman (2017, p. 4, 13) examina, além de *Le Monde*, os textos de *Le Figaro* e *Libération* sobre a destituição da governante brasileira e conclui que, embora passem por diferentes enquadramentos, “todos os três foram unânimes em afirmar o tratamento espetaculoso, nebuloso e parcial dado pelo Legislativo Brasileiro às ditas pedaladas fiscais que culminaram com sua destituição”. Se o diário posicionado à esquerda, *Libération*, foi o único a se posicionar abertamente contrário à deposição, qualificada como “um golpe de Estado parlamentar” (HOFFMAN, 2017, p. 14), a autora não encontrou semelhanças significativas entre o centro-direita *Le Figaro* e os impressos brasileiros cujas tendências políticas são análogas.

A despeito de particularidades substantivas às inclinações dos jornais da grande imprensa brasileira, há também certos padrões que se referem a como o tratamento jornalístico ao impeachment tomou forma. Ivana Bentes (2016) alega que a vasta cobertura jornalística em torno do impedimento respondeu a estratégias editoriais quanto ao número de notícias publicadas de acordo com o calendário dos eventos que compuseram o processo. Essa ideia de paralelismo entre fatos e relatos foi identificada por Marques, Mont’Alverne e Mitozo na pauta dos principais jornais paulistas. A explicação mais evidente para essa relação estaria relacionada a uma lógica básica do jornalismo de conceder maior visibilidade a eventos considerados muito relevantes pelas sociedades às quais os meios de comunicação se referem e se dirigem, acontecimentos que têm potencial de maior repercussão social. No caso específico dos segmentos editoriais, Pastora Espinosa (2003) argumenta que também esses gêneros textuais são constrangidos pela dinâmica de eventos que se impõem como extraordinários em seus contextos.

Não parece ser exatamente o que correu na Folha de S. Paulo e no Estado de S. Paulo. Como ambos os jornais colocaram o impeachment em evidência desde o início do segundo mandato da presidenta, seria de se esperar que, conforme o processo avançasse no Congresso, a atenção editorial dos periódicos ao caso aumentasse ou, no mínimo, permanecesse equivalente (MARQUES; MONT’ALVERNE; MITOZO, 2018). O que não aconteceu. Marques, Mont’Alverne e Mitozo (2018) apontam que, a partir da votação pelo plenário da Câmara dos Deputados que deu continuidade do caso, nos jornais predomina a compreensão de que a queda da presidente é quase certa e há uma grande queda da ênfase ao impedimento nos editoriais. O

autor e as autoras concluem que “dois dos mais importantes jornais do país (...) lançaram mão de seus editoriais a fim de atuarem como agentes políticos” (MARQUES; MONT’ALVERNE; MITOZO, 2018).

Esta conclusão é congruente à compreensão de Fausto Neto (2016b) sobre a participação política da grande imprensa, em geral. No que se refere à percepção daqueles pesquisador e daquelas pesquisadoras sobre o *timing* da cobertura dos jornais paulistas em seus editoriais, resultados análogos foram encontrados por trabalhos. Após a remoção o afastamento provisório de Rousseff e o início da presidência interina de seu vice, a cobertura jornalística sobre o caso teria se desacelerado e o número de notícias sobre o caso, diminuído (BENTES, 2016; CORREIA, 2011; PRUDÊNCIO; RIZZOTO; SAMPAIO, 2018).

Sobre a cobertura combinada entre Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo, Prudêncio, Rizzoto e Sampaio (2018, p. 15) apontam que ao longo do período de 165 dias, desde a aceitação do pedido de impeachment por Cunha até à votação na Câmara do Deputados que afastou Rousseff temporariamente do cargo, houve uma média 9,17 notícias por dia. Já no período imediatamente seguinte, do afastamento até a cassação do mandato, a média foi de 6,37 notícias em cada dia (PRUDÊNCIO; RIZZOTO; SAMPAIO, 2018, p. 15). As autora e o autor interpretam que “com Dilma já fora da presidência, o impeachment deixa de ser pauta frequente, uma vez que existiriam, seguindo essa tese, baixas chances de reverter a situação” (PRUDÊNCIO; RIZZOTO; SAMPAIO, 2018, p. 15). Sobre esse padrão, Bentes (2016) sugere que abordagem da grande imprensa sobre o impedimento foi uma “tempestade midiática (...) calibrada e modulada”, cujas velocidade e intensidade teriam sido coordenadas.

Sobre o período que segue a conclusão do impedimento, Prates e Pozobon (2016, p. 866) salientam uma mudança abrupta na abordagem da Folha de S. Paulo e de O Globo quanto ao governo Temer. Se até a conclusão do impeachment a posição de Temer à frente do Governo Federal seria a “melhor solução” ou a “única solução possível”, já a partir do 1º de setembro os jornais passam a questionar a sua capacidade de aprovar as medidas prometidas e a enfatizar a sua baixíssima popularidade (PRATES; POZOBON, 2016, p. 866).

Bentes (2016) e também Eduardo Correia (2017) relacionam esses padrões, por eles entendidos como parte de uma estratégia racional, à ideia de um “jornalismo de guerra”. Analisando o Globo entre abril e maio de 2016, Correia (2017, p. 189) mobiliza uma série de narrativas secundárias e afirma que, consideradas sob uma perspectiva narrativa geral do jornal, “apontam para um flagrante desequilíbrio editorial em prol de um lado” do processo. Teun van Dijk (2017) percebe na atuação não apenas de O Globo, mas as Corporações Globo, em geral, a adoção do papel de porta-voz de uma classe média conservadora e de uma oligarquia de direita

economicamente dominante. Em tom bem mais contundente que o de Correia, van Dijk imputa aos enquadramentos produzidos pelos diferentes veículos da empresa a operacionalização de uma manipulação sistemática da opinião pública para promover e legitimar a deposição de Rousseff como um impeachment embasado constitucionalmente.

Capítulo 3. Securitizando o impedimento de Dilma Rousseff: o espiral entre a normalidade e a excepcionalidade da política na cobertura midiática

Concatenando a mobilização de diferentes literaturas realizada nos dois primeiros capítulos, este segmento do texto se volta à interpretação analítica das construções discursivas em torno do impeachment de Dilma Rousseff promovidas, entre fins de 2014 e meados de 2016, pelos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo. A partir da cobertura a 12 acontecimentos durante esse período, argumenta-se que um macro enquadramento de *xadrez político*, por um lado, é constituído através do recurso a enquadres particulares em diferentes campos temáticos e, por outro, articula-os sob uma narrativa comum em torno da crise presidencial. Por meio do prisma da securitização, tanto as abordagens particulares quanto a sua coordenação retórica participariam de um movimento discursivo ambíguo: por um lado, normalizam o impedimento como uma decorrência orgânica dos processos políticos em curso enquanto, por outro, substanciam o seu deslocamento discursivo para a esfera da politização excepcional. Desse modo, tensionada pelo encontro da normalidade e da excepcionalidade políticas, a remoção de Rousseff é enunciada e legitimada como a única saída viável para o cenário de crise generalizada e progressiva.

Com o objetivo de desenvolver esse argumento em conexão com os dados textuais, este capítulo final da dissertação de mestrado se divide em quatro seções. Na primeira delas, serão apresentadas as principais diretrizes teórico-metodológicas que nortearam a investigação empírica para, em seguida, pontuar-se as estratégias que orientaram a estruturação, coleta e sistematização do corpus documental que embasam o exame dos três diários. Exibindo os seus resultados, à segunda seção caberá discutir os enquadramentos identificados por meio da análise qualitativa. Tomando emprestados os marcos hermenêuticos desenvolvidos pela teoria de securitização e propondo-lhes alguns ajustes, a terceira parte do capítulo articulará os enquadres discutidos sob interpretações discursivas mais amplas. Por fim, o segmento subsequente abordará recursos comuns às duas grandes chaves argumentativas discutidas nas seções anteriores.

Enquanto a noção de xadrez político se aproxima de sentidos identificados em estudos anteriores, a perspectiva da securitização se volta ao jogo entre textos e *subtextos* que permeia os textos avaliados, abordando os pontos nevrálgicos dos quadros sob outro enfoque narrativo. Em uma caracterização mais simplista sobre o contexto crítico a partir dos impressos, por um lado, a Rousseff (seu governo e seu grupo político) é atribuída responsabilidade direta ou

indireta sobre todos os ângulos da conjuntura crítica enunciada; e, por outro, demonstra-se a incapacidade desses atores em superar a crise generalizada e em permanente progressão. Delineado um impasse decisório e todas soluções dentro da política normal apontadas como inviáveis, percebe-se um duplo movimento discursivo que se entrelaça: a *normalização* do impedimento presidencial vis-à-vis a sua *securitização*. Apesar da aparente incongruência entre eles, do espiral constituído pela sua combinação a remoção de Rousseff emerge no discurso público como única alternativa à virtual destruição do país e de sua sociedade.

3.1 Análise qualitativa de enquadramento do impeachment de Rousseff: estratégias metodológicas e recursos interpretativos

O exame das coberturas da Folha de S. Paulo; O Estado de S. Paulo; e O Globo em torno de temas relacionados ao Governo Federal, publicadas entre dezembro de 2014 e setembro de 2016, enfatizam um cenário abrangente de crise no país, canalizada em torno da gestão Dilma Rousseff, e a falta de aptidão da presidenta e do seu grupo político em administrá-la. O estudo foi operacionalizado a partir de textos noticiosos e opinativos, destacados por 12 edições de cada um dos três impressos e voltados a acontecimentos que atravessam os campos da (i) justiça; da (ii) economia; da (iii) sociedade; e da (iv) política representativa a nível nacional. Por meio da análise desses documentos, identificou-se padrões no recurso aos enquadramentos promovidos para abordá-los, e que sustentam o argumento de um movimento securitizador. Sob as propostas interpretativas de Gamson e Modigliani (1989), com subsídios de Entman (1994; 2004), os enquadres específicos mapeados se esteiam em três quadros centrais: a (CI) *incapacidade de Rousseff/PT para governar*, de amplitude (Ci) *técnica*, (Cii) *política* e (Ciii) *moral*; a situação de (CII) *progressiva crise generalizada* a ela associada; e a combinação entre ambos na (CIII) *incapacidade de Rousseff/Governo/PT para superar/controlar a progressiva crise generalizada*.

No que diz respeito aos marcos teórico-metodológicos desta empreitada analítica, as abordagens qualitativas de enquadramento foram utilizadas para explorar o corpus empírico e, em seguida, substanciar o uso das ferramentas heurísticas da securitização. No âmbito do primeiro veio interpretativo, Gamson e Modigliani (1989) propõem que o discurso midiático pode ser concebido por meio de “pacotes interpretativos”. Isto é, chaves de sentido de teor mais amplo se organizam em torno de alguns lances argumentativos principais. Este segundo grupo, por sua vez, trata-se de compreensões mais específicas em torno do da questão interpelada

(GAMSON; LASCH, 1983). Aqui, tal papel é conferido às três ideias elencadas ao fim do parágrafo anterior.

Invertendo o vetor dessa relação, aqueles eixos significantes operariam como matrizes temáticas ou argumentativas a partir das quais se articulam enquadres voltados a aspectos fulcrais da discussão que ensejam. No entanto, a sua especificidade deve ser limitada a categorias suficientemente amplas para acomodar argumentos antagônicos (FERREE et al., 2002; MENDONÇA; SANTOS, 2009). Ao considerar os dois tipos de quadros ou enquadramentos mencionados, pode-se entender que é principalmente por essa dimensão de amplitude, o seu grau de abrangência, que eles se diferenciam.

No seu emprego heurístico, os pacotes interpretativos podem ser “montados” e “desmontados” em níveis distintos de abstração. Decompondo tais camadas, sob um patamar mais abstrato, encontram-se os próprios pacotes, também chamados de macro enquadramentos ou grandes quadros. Os quais, à título de ilustração didática, podem ser tomados como um idioma. Seguindo a mesma analogia da língua, em seu núcleo, os argumentos centrais operariam como uma espécie de gramática, permitindo que, a partir de léxicos comuns, orações diversas possam ser enunciadas e produzir significados compartilhados.

Desmembradas essas estruturas, ou levadas a casos particulares, é possível apontar outros enquadres, de teor mais explícito quanto aos temas ou aspectos dos assuntos em questão, e, aqui, chamados de “enquadramentos subsidiários”. Nos termos do paralelo ao vernáculo, seriam as dinâmicas gramaticais percebidas no uso em si da linguagem. Nesse jogo entre categorias mais ou menos amplas, pode-se ressaltar uma quarta categoria do discurso. Tanto naqueles eixos significantes fulcrais ou nestes mais específicos, em seu interior, podem ser identificados dispositivos simbólicos que compõem o que pode ser explicado como a sua semântica e a sua sintaxe.

Na gramática, enquanto a sintaxe se refere a como se constituem as relações entre as palavras para que os seus sentidos sejam produzidos, a semântica remete ao próprio significado das falas. Conectando as figuras de linguagem à literatura utilizada, este segundo exemplo alude aos *dispositivos de enquadramento*, enquanto o primeiro, aos *dispositivos de racionalização* ou *justificação* formulados por Gamson e Lasch (1982), e refinados pela parceria entre Gamson e Modigliani (1989).

Segundo tais pesquisadores, os elementos de racionalização são responsáveis por articular as relações causais em torno do tópico que está em foco: atribuindo as suas (i) origens ou causas; (ii) possíveis consequências; e (iii) apelos a princípios (GAMSON; LASCH, 1983; GAMSON; MODIGLIANI, 1989). Já os expedientes de enquadramento ocupariam um papel

de condensação: sugerindo a própria posição central do argumento. São eles: (i) metáforas; (ii) exemplos; (iii) slogans ou chavões; e (iii) representações (GAMSON; LASCH, 1983; GAMSON; MODIGLIANI, 1989; MENDONÇA; SANTOS, 2009). Exercerem, assim, certo papel de metonímia: a parte que exprime o todo.

Já a abordagem utilizada por Entman (1994; 2004) não abarca este segundo tipo de dispositivo, mas aborda conceitos com funções análogas aos mecanismos de justificação apresentados. De acordo com o autor, as categorias de análise são: (i) definições de problemas; (ii) interpretações acerca das suas causas; (iii) avaliações morais; e (iv) recomendações de tratamentos para as questões em pauta (ENTMAN, 1994, p. 294). O pesquisador faz uma ressalva importante, destacando que, enquanto nem todos os textos apresentam os quatro elementos, uma mesma frase pode somar todas essas funções (ENTMAN, 1994). Os nortes metodológicos utilizados por Gamson e Modigliani, nomeados no parágrafo anterior, foram complementados pelas essas ferramentas analíticas de Entman (1994, 2004), e elencados na tabela abaixo (Tabela 1)³⁰.

Tabela 1. Operacionalização e fontes da análise de enquadramento

Recurso analítico		Fonte	
1 Pacotes Interpretativos		<i>Gamson; Modigliani (1989)</i>	
2 Enquadramentos centrais (C)		<i>Gamson; Modigliani (1989); Mendonça; Santos, (2009)</i>	
3 Enquadramentos subsidiários		<i>Elaboração própria</i>	
4 Dispositivos de enquadramento	4.1 Metáforas	<i>Gamson; Modigliani (1989)</i>	
	4.2 Exemplos	<i>Gamson; Modigliani (1989)</i>	
	4.3 Slogans/chavões	<i>Gamson; Modigliani (1989)</i>	
	4.4. Representações	<i>Gamson; Modigliani (1989)</i>	
5 Dispositivos de racionalização	5.1 Dispositivos causais	5.1.1 Problemas	<i>Entman (1994; 2004)</i>
		5.1.2 Origens / Causas	<i>Entman (1994; 2004); Gamson; Modigliani (1989)</i>
		5.1.3 Consequências	<i>Gamson; Modigliani (1989)</i>
	5.2 Soluções		<i>Entman (1994; 2004)</i>
	5.3 Apelo a princípios		<i>Gamson; Modigliani (1989)</i>
	5.4 Julgamento morais		<i>Entman (1994; 2004)</i>

³⁰ A categoria 4.2, de origens ou causas, é entendida como correspondente entre as duas clivagens analíticas.

Fonte: elaboração própria com base em Entman (1994; 2004) e Gamson e Modigliani (1989).

Devido ao argumento básico da pesquisa, a sua operacionalização analítica foi estruturada pelo exame de diferentes temas relacionados ao impedimento presidencial e a crise que o antecedeu, expressos em gêneros jornalísticos distintos e sob um reconto temporal relativamente longo. Citados no capítulo precedente, os trabalhos voltados a representações do jornalismo convencional em torno da crise presidencial de 2016, não sem razão, utilizam-se de fontes empíricas cujo teor é mais restrito. Não se diz, aqui, sobre números de observações, mas de textos midiáticos acerca de um ou poucos temas como também referentes a episódios específicos. Quando não delimitados por tópicos como, por exemplo, “corrupção” ou “impeachment” (em sentido estrito), as peças se restringem a uma quantidade pequena de veículos e/ou episódios.

Sem dúvidas, são balizas pertinentes, mas, como quaisquer desenhos de pesquisa, implicam em limitações. Nesta dissertação, buscou-se reconstituir narrativas em torno do contexto de instabilidades que culminou na remoção de Dilma Rousseff, delineadas pelos jornais tanto através de uma mesma edição – e, assim, cruzando diferentes temas – como também ao longo do tempo. Considerando essa demanda, as estratégias de amostragem utilizadas visaram reduzir o escopo do corpus documental sem que se perdesse a representatividade das tendências discursivas que, no período delimitado, atravessassem os campos temáticos e os tipos de textos publicados pelos impressos estudados. Ainda assim, o conjunto textual que baseou a interpretação empírica se tornou extenso e a sua análise resultou no registro de muitos padrões particulares.

Por essa razão, no manejo das fontes ao longo deste capítulo, não procurou-se efetuar uma análise de enquadramento extensiva da combinação entre os dois marcos teórico-metodológicos, aquele proposto por Gamson e Modigliani e o estabelecido por Entman. Isto é, a discriminação ponto a ponto de cada um dos seus itens para cada quadro delimitado em todas as questões estudadas. Diferente disso, foram mobilizados alguns dos elementos desse arcabouço composto de acordo com os padrões identificados nos textos, considerando o seu gênero e o conteúdo temático, e devido à como tais pacotes, enquadres ou dispositivos são relevantes para os argumentos desenvolvidos pela dissertação. A necessidade de agregar os subsídios analíticos de Entman aos dois outros autores ficará mais clara na seção final do capítulo.

Enquanto os três eixos argumentativos apresentados no início desta seção se referem aos enquadramentos centrais mencionados, a sua articulação sob um mesmo pacote interpretativo será discutida na seção subsequente. Antes disso, serão expostos os enquadres

subsidiários identificados pela análise das quatro áreas temáticas interpeladas. Isto é, as categorias que qualificam elementos particulares da conjuntura crítica ou da inaptidão petista para governar e para lidar com os efeitos da instabilidade indicada. Alguns deles derivam da aplicação direta daqueles termos basilares a um campo específico, como percebido no jornalismo econômico; e outros têm um caráter mais diverso – caracterizando, explicando ou complementando determinados aspectos das ideias principais.

No que se refere à tramitação do impeachment, a maioria das notícias descreve e contextualiza as suas (1) regras e ritos; (2) as acusações que substanciam a denúncia; (3) as disputas por números de votos em suas diferentes fases; e, eventualmente, (4) o dissenso quanto ao seu mérito e à sua legitimidade. Os gêneros opinativos abordam tais elementos, mas também, sob o enquadramento do impedimento como um *processo jurídico e político*, explora-se de forma mais aprofundada as diferentes posições a seu respeito, buscando respaldar ou contestá-lo de acordo com especificidades técnicas e diferentes entendimentos sobre legitimidade.

Os variados quadros, e os elementos que os constituem, podem ser coadunados em uma narrativa comum por meio do pacote interpretativo do xadrez político. Os enquadres e o seus respectivos dispositivos de enquadramento e de racionalização serão melhor esclarecidos na seção subsequente, mediante à sua associação analítica com os dados providos por edições da (i) Folha de S. Paulo; (ii) O Estado de S. Paulo; e (iii) O Globo. Esta parte do capítulo detalhará as estratégias metodológicas usadas para a coleta; sistematização; e interpretação do corpus empírico. Antes de elucidar o recurso metafórico ao jogo de xadrez como instrumento para orientar a análise qualitativa de enquadramento, o início do texto descreve a construção da amostra de dados que a embasa para, em sequência, relatar como se deu o processo de interpretação dos discursos selecionados.

O texto jornalístico é a unidade documental básica da análise de fontes primárias promovida por esta dissertação. Devido à imensa profusão desse tipo de dado estabelecida pelo objeto temático da pesquisa³¹, a triagem das fontes primárias exigiu estratégias de amostragem que adequassem o potencial corpus ao escopo da investigação. Buscando certo equilíbrio entre os objetivos de estudo e a sua viabilidade, a construção do corpus documental contou com seis critérios: (I) tipo de mídia jornalística; (II) veículo midiático; (III) subgênero textual; (IV) conteúdo dos textos; (V) ênfase editorial; e (VI) delimitação temporal. Definida a partir desses aspectos, a coleção que baseou a fase empírica do trabalho foi composta por notícias e

³¹ Existe uma enorme profusão de textos jornalísticos voltados ao impeachment de Dilma Rousseff e aos aspectos da crise que o caracterizaram e o antecederam. Dados acerca dessa informação serão abordados no decorrer desta subseção.

opinativos publicados com destaque, por três dos principais jornais do país, em momentos específicos entre o fim de 2014 e meados de 2016.

Ocupando de certo patamar histórico em nível de institucionalização corporativa e editorial, os periódicos selecionados são (I) impressos diários de abrangência nacional e com os maiores índices de circulação ao longo do tempo: (II) Folha de S. Paulo (i); O Estado de S. Paulo (ii); e O Globo (iii). Estes três foram escolhidos devido à combinação entre dois fatores: aspectos formais que os caracterizam e a potencial repercussão das informações e opiniões por eles publicadas. Isto é, por um lado, o seu formato e a sua periodicidade e, por outro, a sua possível influência na pauta de outros meios de comunicação. Como expresso pela seção 1.2 e reforçado pelos exames empíricos mencionados no capítulo subsequente, os *quality papers* brasileiros são usualmente convencionados nessa tríade.

Selecionados os meios de comunicação, a sua análise contou com (III) notícias (i); colunas (ii); editoriais (iii); entrevistas (iv); e análises (v), da sua versão impressa, disponibilizada em formato digital nos acervos online dos próprios jornais³². Para além da origem e do tipo dos documentos, também foram considerados parâmetros que dizem respeito ao (IV) conteúdo dos textos e à (V) estrutura específica dos veículos em formato impresso. Quanto ao primeiro elemento, foram coletados textos publicados nos três jornais que mencionam (i) Dilma Rousseff; (ii) o PT; (iii) o Governo Federal, (iv) atores ligados a Rousseff; (v) impeachment; e (vi) questões políticas, econômicas e sociais mais gerais, vinculadas à Gestão Rousseff e ao escopo do seu mandato. Dentro do vasto universo material que caberia neste corte, foram coletados e examinados (i) os textos destacados editorialmente pela capa de cada diário, e desenvolvidos no interior da publicação – captados de acordo com as referências a página, conjunto de páginas ou caderno atreladas a cada um deles nas respectivas capas. Em adição a esses objetos textuais, foram também utilizados (ii) os demais textos presentes nessas páginas e que abordam os tópicos supracitados³³.

Esta dissertação de mestrado visa a estudar o processo de construção discursiva do impedimento de Dilma Rousseff, segundo aqueles três jornais, por meio de balizas temporais que consigam abranger a delimitação da crise presidencial e a articulação do impeachment como uma solução viável e legítima. Para tanto, a seleção dos dados foi delimitada pelo período que se estende da contestação formal à reeleição da presidenta, ainda em dezembro de 2014, até a

³² Foram majoritariamente utilizados os cadernos que tratam especificamente da política e da economia no Brasil, mas também, eventualmente, aqueles voltados à cultura e a questões cotidianas.

³³ Isto é, se a referência de localização, no interior da publicação, ao texto anunciado pela capa é de um caderno inteiro, sem especificação de página, todos as unidades textuais pertinente as temas de pesquisa publicadas pela seção foram consideradas.

repercussão sobre a sua remoção definitiva, em setembro de 2016. Para operacionalizar a sua análise de modo a apreender diferentes momentos da cobertura midiática; no interior dessas divisas, foram definidos 12 episódios considerados especialmente relevantes para o curso da conjuntura crítica e da sua respectiva representação jornalística. Tais acontecimentos e suas respectivas datas foram detalhados abaixo, na Tabela 2.

Tabela 2. Delimitação das datas para coleta de dados e análise de enquadramento.

Nº	Ano	Mês	Dia	Evento	Data da cobertura
1	2014	Dez.	18	PSDB pede cassação da candidatura de Rousseff ao TSE	19/12/2014
2	2015	Mar.	13	Manifestações em defesa da Democracia e de apoio ao mandato de Rousseff	14/03/2015
3		Mar.	15	Primeiras grandes manifestações pelo Impeachment	16/03/2015
4		Out.	7	TCU recomenda reprovação das contas de 2014	08/10/2015
5		Dez.	2	Cunha autoriza abertura de processo de impeachment	03/12/2015
6	2016	Mar.	13	Maiores manifestações pelo impeachment	14/03/2016
7		Mar	17	Formação da Comissão Especial da Câmara dos Deputados; suspensão da nomeação de Lula como ministro	18/03/2016
8		Mar.	18	Manifestações contrárias ao impeachment	19/03/2016
9		Abr.	11	Comissão instaura processo de impeachment	12/04/2016
10		Abr.	17	Votação pela abertura de processo de impeachment pelo plenário da Câmara dos Deputados	18/04/2016
11		Mai.	12	Plenário do Senado aprova continuidade do processo e determina afastamento provisório de Rousseff	13/05/2016
12		Ago	31	Julgamento e remoção de Rousseff	01/09/2016

Fonte: elaboração própria.

Como fonte da repercussão dos periódicos sobre esses eventos, definiram-se os textos publicados nas 12 datas imediatamente posteriores aos episódios. Segundo os protocolos de amostragem delineados, a coletânea destinada ao exame empírico foi composta por 634 textos. Findas a coleta dos dados e a sua sistematização em pastas e planilhas (APÊNDICE 1), a aplicação da análise qualitativa de enquadramento às peças textuais se deu em duas fases principais. Ambas foram norteadas pelos parâmetros teórico-metodológicos de Gamson e Modigliani (1989), com complementações de Entmann (1994; 2004), tal qual expresso na seção anterior.

Dos dois momentos mencionados, o primeiro deles corresponde à captação e à elaboração dos enquadramentos, buscando identificar e exprimir padrões comuns ao estruturá-los. Utilizando o princípio de comparação constante (VAN GORP, 2007), essa fase não foi constituída por leituras únicas de cada unidade documental. Considerando o conjunto de gêneros noticiosos e opinativos presentes em todas as edições examinadas, fez-se necessária, no mínimo, uma apreciação linear de todo o acervo. Mas, além disso, realizou-se um número virtualmente incontável de novos estudos a muitos dos textos; diversas vezes, por meio de observações simultâneas a matérias e artigos publicados em diferentes páginas; jornais; e datas.

Já o segundo estágio se refere à verificação dos enquadres no mesmo corpus documental que baseou a sua articulação e, também, aos eventuais ajustes a estes quadros conforme se refinava a análise por meio das mais interpelações aos dados. Após esclarecer as estratégias metodológicas que orientam o exame empírico e os cuidados em torno dos dados que o embasam, resta apresentar a categoria analítica que qualifica a conexão entre esses dois polos e com os enquadramentos centrais e subsidiários identificados. Esse é o papel do pacote interpretativo, macro enquadramento ou grande quadro do xadrez político. Resultante da primeira fase de exame das fontes, esse recurso heurístico guiou o refinamento dos enquadres encontrados e proporcionou uma matriz que sustenta os aportes particulares sob um discurso mais abrangente.

Empregada como dispositivo para a interpretação discursiva, a imagem de um jogo de xadrez consegue dotar de sentidos compartilhados os quadros identificados através dos diários acerca de diferentes aspectos da crise presidencial. Embora o recurso ao jogo de tabuleiro para abordar percepções sobre a política partidária e institucional possa ser considerado um clichê, o apelo analítico do *xadrez político* para o caso estudado se contrapõe ao que talvez lhe falte de plasticidade ou inovação. Além disso símbolos e representações de um lugar-comum não se disseminam e perduram, na cultura, sem razão. Justamente como se dá com os enquadramentos, a ressonância cultural de certos signos ocorre devido à sua coesão interna e por seus vínculos a percepções sociais sobre a realidade, assentadas no imaginário da coletividade em questão (SNOW; BENDFORD, 2000).

Na sua interação com as fontes empíricas da pesquisa, a analogia ao enxadrismo se faz pertinente por uma série de características dessa prática e, também, da sua dimensão simbólica. Destarte, o jogo tem uma clara inspiração política e parece ressaltar um dos seus aspectos: o conflito, especialmente sob a forma de disputas estratégicas pautadas por termos de poder. A princípio esta constatação torna as ressalvas aos enquadres motivados no confronto, apresentadas no fim do capítulo anterior, frívolas ou mesmo contraditórias. No entanto, avaliando as

dinâmicas semióticas que permeiam o xadrez, as alianças ou formas associativas ocupam um papel intrínseco aos combates que nele ocorrem.

Dividido em duas frentes opostas, cada uma delas é constituída por um conjunto de peças que representam diferentes atores, setores ou instituições sociais e que, por isso, desempenham partes distintas nas partidas. Os movimentos possíveis no interior do tabuleiro são múltiplos: retos sob referenciais verticais ou horizontais como também mais sinuosos, sob a forma de L; em diagonal; ou em qualquer direção que respeite as divisas do quadriculado bicolor que segmenta o tabuleiro. Entretanto, os sentidos e as amplitudes dos deslocamentos são, também, delimitados segundo as condições de cada pedra. Enquanto algumas peças se limitam pelo andar de casa a casa, outras têm capacidades de movimento quase irrestritas, limitadas somente pelas balizas do tabuleiro e pela localização das demais pedras ou por certas composições assumidas entre elas.

Ainda que partam de posições diferentes, detenham competências variadas e, por esta razão, disponham de valores inicialmente díspares, isso não se traduz de forma direta nos pesos causais que as peças assumem para o resultado final de uma partida. É o desenrolar da partida como um todo – ou uma série delas, no caso de um campeonato mais amplo – que dota de sentido tanto o papel das pedras quanto dos lances para uma eventual vitória ou derrota. Dessa discussão duas compreensões principais podem ser sublinhadas. Por um lado, é possível perceber uma relação de múltipla interdependência entre peças, mesmo de frentes rivais e, também, entre passos.

E, por outro, embora possa se dizer que alguns desfechos são mais prováveis, o xadrez é uma modalidade marcada por certo caráter de abertura, já que os resultados e as próprias trajetórias são moldados conforme o curso das jogadas. Assim, representando cenários multifacetados, o jogo de xadrez em si mesmo carrega um caráter de simplificação. Isto é, reduz o que parece ser um conjunto sociopolítico heterogêneo de relações complexas à interação entre algumas figuras arquetípicas (peões; torres; cavalos; bispos; rainhas; reis) e converte um número virtualmente infinito de ações a movimentos – por mais oblíquos e livres que seja – a linhas retas definidas pautadas pela divisão da tábula em quadrados. Por essas qualidades, mais do que inspirado em contendas estratégicas, o jogo parece materializar uma espécie de análise sociológica de relações políticas.

Na Ciência Política, o recurso à análises de comportamentos, conflitos e processos decisórios por meio de jogos estratégicos não é algo novo ou pouco usual (ALMOND, 1996; GOODIN; KLINGEMANN, 1996; HINICH; MUNGER, 1997). Essa referência também se faz

presentes nas clivagens voltadas à interação entre mídia e política³⁴ (PORTO, 2004). Nesse horizonte, Regina Lawrence (2000) propõe, especificamente, o *enquadramento de jogo* para abordar o discurso jornalístico, que, segundo a autora, interpela as práticas políticas sob termos estratégicos, enfatizando as ações dos atores e suas motivações. Apesar do pacote interpretativo do xadrez político realçar uma dimensão estratégica da política, aqui se parte de uma noção de interesses que não se limita a modelos expressos por atores racionais a partir de uma *rationale* virtualmente compartilhada.

Uma racionalidade não apenas cartesiana, mas auto interessada e que flerta com a racionalidade da economia de mercado (AREND, 2004, p. 318-319; WEBER, 2000; p. 142-147). Toma-se por interesse algo que vai além do processamento técnico que visa a maximização de ganhos e a minimização de perdas tal qual exemplificado pelas teorias de jogos (cf. AXELROD, 1984; ERIKSON, OLSON, 1999; SCHARPF, 1997; SKYRMS, 2004; TAYLOR, 1987). Mas que, também, pode manifestar um caleidoscópio de formas de se pensar e passa pelos afetos como determinantes para a configuração das demandas de sujeitos individuais e coletivos. Parte-se da premissa que traços da personalidade, emoções, sentimentos e elementos inconscientes também assume papel constituinte na delimitação dos interesses de alguém ou da sua organização enquanto agrupamento social (ARCHEN; BARTELS, p. 213-231).

No xadrez, embora muitas das jogadas assumam uma trajetória retilínea, os resultados são pautados por diferentes tipos de recuos e perdas ao longo do processo, de modo que os sentidos gerais dos jogos não são assinalados por um caráter exatamente linear. Ainda assim, ao longo das partidas, é possível produzir racionalizações ou interpretações a seu respeito com maior ou menor amplitude. Mas, especificamente, ao fim de um único jogo ou também de competições mais extensas, é possível dotar de significados os percursos dos jogadores sob perspectivas antes indisponíveis. Uma dinâmica de construção de narrativas que depende de quem observa e da sua posição, no estudo de caso em questão, das jornalistas e das autoras e autores convidados a expressar suas opiniões nos jornais e que podem, eventualmente, atribuir de ímpar visão estratégica o que se tratou de apenas um impulso, de um golpe de sorte ou, simplesmente, do que se fazia possível no momento daquele lance.

À esteira dessas especificações quanto ao teor estratégico do recurso heurístico a jogos para este trabalho, é preciso salientar no que mais a analogia adotada diz respeito especificamente ao objeto desta pesquisa. Como apontado na Seção 2.2, o curso crítico que

³⁴ Porto (2002) menciona, por exemplo, o enquadramento de “corrida de cavalos”, recorrente em análises sobre a cobertura de eleições.

culminou na remoção de Rousseff pode ser entendido como produto da confluência entre diferentes cadeias causais de temporalidades mais estreitas ou mais amplas. Embora organizados analiticamente sob um mesmo eixo argumentativo, a complexidade do fenômeno se espalha para os aportes midiáticos que a eles se referem. Na série documental examinada, contudo, isso se revela mais pela pluralidade de eventos, movimentos e motivações relatados do que por uma multiplicidade de narrativas ao abordá-los.

No que se refere à sua dimensão temporal, considerando as coberturas dos três periódicos, o xadrez do impeachment pode ser melhor entendido pela sucessão de muitas rodadas até que houvesse um resultado final e oficial. O que já se exemplifica pelo recorte amostral usado, iniciado ainda em 2014, entre a reeleição de Rousseff e a sua posse, até fim do julgamento de denúncia de crime de responsabilidade até o afastamento definitivo da presidente, no segundo semestre de 2016. Já pensando no *timing* de seus acontecimentos, vale o que foi dito sobre a causalidade do processo político, isto é, ocorrem tanto jogadas arrastadas que permeiam todo o período quanto lances travados em uma única e rápida sequência.

Segundo o argumento deste trabalho, o pacote do xadrez político é mobilizado através de diferentes campos temáticos ou *tabuleiros* particulares: da justiça; da economia; da sociedade; e da política institucional. No que tange à dinâmica do jogo levada ao estudo, cabe considerá-lo como uma grande competição travada ao curso de diversas partidas – esporádicas, subsequentes ou simultâneas – dispostas nesses domínios. Se a prática enxadrística apresenta um conjunto de regras compartilhadas, sob a metáfora analítica, sublinha-se, também, os parâmetros particulares a cada tabuleiro. Embora esteadas sobre estruturas comuns, expostas aos mesmos ventos e com arcabouços gerais similares, cada uma das tábulas tem a sua própria moldura como também normas e práticas que lhes distinguem.

No que diz respeito à interação entre as abordagens do jornais e o pacote interpretativo do xadrez político, este e os seu enquadramentos centrais proporcionam um fio condutor que associa, sob uma narrativa comum, os enquadramentos subsidiários característicos a cada tabuleiro e apresentados ao longo da seção anterior. Embora os quadros que norteiam as abordagens específicas expressem as principais ideias do pacote, o caráter mais distintivo do xadrez político talvez esteja na dinâmica narrativa a ele associada. Isto é, a narração de jogadas; as suas motivações; e consequências sob um foco sequencial. Pelo qual todas ações e aspectos da crise parecem se interligar em processos menores, as partidas, ou de grande escopo, a competição finda com a remoção de Dilma Rousseff.

Mencionados na outra seção, os enquadres derivados ou complementares e os seus dispositivos constituintes, mesmo quando interpelados sob enfoques próprios, eles se

atravessam mutuamente. Isto é, os movimentos efetuados em uma instância se espraiam para acontecimentos que se passam em outra e todas as ações afetam os cálculos e condutas dos demais jogadores, podendo gerar novos desdobramentos e assim por diante. Disposta à análise, a analogia do enxadrismo assume uma configuração um tanto paradoxal. As trajetórias parecem ocorrer em aberto, acionadas por mínimas variações ou grandes mudanças, mas o desfecho é certo: um rei cai e outro se mantém, uma frente perde e outra é vitoriosa, e, aí, jogo termina.

Quanto a interação entre os quadros subsidiários, por um lado, por exemplo, ações do Judiciário afetam o Governo e as suas interações no Parlamento; as condições da economia; e as mobilizações da sociedade, que, por sua vez, também afetam todos esses campos, por diante. Ou, sobre mais um exemplo, o quadro de *concerto em torno da política fisiológica* compreende atuações de personagens e instituições do tabuleiro da justiça; da sociedade; e da política institucionalizada. Por outro lado, a maioria dos enquadramentos subsidiários se repetem em domínios distintos e mesmo agentes que seriam, a priori, identificáveis a um tabuleiro, atuam também em outros. Por todas essas razões, além de possível, torna-se pertinente abordá-los por meio veios interpretativos que os coadunam.

Vale ressaltar que, na medida que trata de domínios virtualmente separados, a divisão em tabuleiros complementa, mas, em certa medida, também tenciona o eixo narrativo básico. No interior dessas ramificações, os diferentes enquadramentos e as posições por eles abarcadas pressionam as divisas dessa categoria heurística. O que, sob a perspectiva deste trabalho, não ocorre a ponto de estirá-la, mas, ao contrário, contribui para a compreensão de textos em torno de fenômenos complexos.

Talvez subvertendo uma organização mais linear da escrita, já que, primeiro, descreveu-se a luta; em seguida, a terra que delimita as suas dinâmicas; cabe ainda promover algumas aparas à metáfora heurística no que ela diz respeito às muitas peças do xadrez e aos jogadores cujos interesses foram mencionados. Depurando o prisma analítico segundo os jornais examinados e, em sua consonância, enfatizando o papel das agências diante das estruturas, toma-se as próprias peças como os agentes da disputa, sem a intervenção de cima para baixo de pares de mãos, visíveis ou não. Ou isso vale para algumas delas, já que, em alguns momentos, diz-se que “peões” ou mesmo pedras maiores são controlados por alguns dos jogadores. A ressalva sobre as peças no processo como um todo não visa eliminar os efeitos de alguns movimentos e intenções sobre outras jogadas, mas excluir interpretações estratégicas que o organizam o seu fluxo desde fora.

Consideradas as próprias peças como jogadores, seria mais razoável vislumbrá-las para além da variação entre preto e branco. Como antes elucubrado, se a análise de fenômenos

sociais couber nessa estreita e contundente cartela de cores, certamente não é o caso da presente abordagem, principalmente se tratando da crise em torno da queda presidencial de 2016. Caberia melhor pensar as peças sob as variações entre os dois polos, em gama de uma cinzas e, ainda, ponderar que as pedras podem mudar de coloração ao longo das jogadas.

De modo geral, por meio de enquadramentos, jornalistas buscam dar sentidos mais facilmente tangíveis à um mundo social de assimilação frequentemente complexa e, a seu turno, também é essa a tarefa de pesquisadoras e pesquisadores. O que, muitas vezes resultada em empreitadas pouco triviais para ambos os grupos profissionais. Sob um horizonte empírico cuja interpretação pode passar por uma gama de significados, virtual ou literalmente, infinita, ao se voltar para contextos empíricos especialmente turbulentos em termos sociopolíticos, interpretá-lo por meio do uso de ferramentas analíticas concisas tende a ser muito bem-vindo. No entanto, como bem colocado por uma obra audiovisual bastante popular nesta década³⁵, “o caos é uma escada” ou, corrigindo a já acertada frase, o caos *pode ser* uma escada.

Se a citação alude à possibilidade de ascensão política mediante a erupção de crises intensas, certa dose de caos pode ser considerada como uma escada epistemológica. Independentemente das intempéries subsequentes, é particularmente razoável afirmar que o cenário político do Brasil entre 2014 e 2016 foi especialmente caótico e, após este exame documental, pode-se afirmar algum nível de espalhamento desse padrão nas coberturas jornalísticas estudadas, permeadas por uma grande multiplicidade de acontecimentos e juízos sobre eles. Embora a concisão e a simplicidade sejam o objetivo final desta dissertação, certa multiplicidade de quadros foi necessária para entender a profusão que permeia as fontes sem que se promovesse simplificações pouca responsivas aos documentos estudados. Desde a potencial confusão gerada pela combinação entre marcos hermenêuticos e pela pluralidade de quadros e dispositivos elencado, espera-se que, através das próximas duas seções, seja possível “subir” o suficiente para alcançar compreensões mais claras sobre o objeto de pesquisa.

Os eixos significantes elaborados a partir do exame do corpus empírico e organizados sob a matriz interpretativa da crise presidencial como um jogo de xadrez serão apresentados a seguir, na seção 3.2. No entanto, como se discutirá no segmento textual subsequente, a seção 3.3, são essas mesmas estruturas discursivas que embasam a análise das peças jornalísticas como fontes de declarações de segurança. Ambas as etapas foram embasadas na averiguação integral de todas as publicações elencadas no Apêndice 1, porém, vale destacar, as citações incorporadas ao corpo deste capítulo não desempenham o papel de representar todo o acervo

³⁵ Frase dita na primeira temporada do seriado televisivo, *Game of Thrones*, produzido pela HBO, e adaptada de livro homônimo, editado em português como *A Guerra dos Tronos* (MARTIN, ANO).

documental. Enquanto os quadros e narrativas mais amplas se referem a todo o material, as referências diretas foram selecionadas segundo dois critérios.

No que coube à aplicação do arcabouço de securitização, pelo primeiro deles, amealhou-se trechos de notícias e opinativos assinalados na primeira etapa de avaliação dos dados. Já o outro critério se refere à um padrão mais próximo da aleatoriedade. Depois de tabuladas as chamadas e manchetes de cada uma das observações, como consta no anexo referido, integrou-se, à nova base de dados, textos cujos contornos gerais escapavam das informações pontuadas na tabela. As citações que substanciam parte dos argumentos desenvolvidos, ao longo do capítulo, foram retiradas do conjunto de documentos distinguidos dos dois modos.

A narrativa elaborada a partir dos instrumentos teórico-metodológicos da securitização não negam os lances argumentativos que sustentam a abordagem do impeachment como um xadrez político. Ao contrário, utiliza-se dos mesmo quadros centrais determinados e, em certa medida, dos enquadramentos subsidiários que desenvolvem tais argumentos a aspectos específicos. Encadeamentos lógicos similares são mobilizados das duas formas. Contudo, são as retóricas gerais que surgem de cada um desses usos – da articulação dessas cadeias de raciocínios e símbolo – que assumem significados de aparente oposição: o caráter excepcional do contexto do impeachment e a normalidade dos processos em curso.

3.2 Normalizando o impeachment: a crise presidencial como um xadrez político

Como mencionado na seção precedente, o pacote interpretativo do xadrez político diz mais respeito às *dinâmicas* narrativas percebidas nas coberturas de cada um dos periódicos examinados ao longo do tempo ou também dos três se tomados em conjunto. Neste estudo de caso, o macro enquadramento articula, pela metáfora do jogo, os quadros centrais (CI; CII; e CIII) acerca das incapacidades de Rousseff e do seu partido à frente do Governo e a criticidade multifacetada que teria marcado a sua gestão. Ainda assim, a chave do enxadrismo esclarece principalmente os padrões discursivos utilizados para compor e qualificar tais aportes e os enquadres específicos que lhes dão substância. Através das 36 edições avaliadas da Folha de S. Paulo; O Estado de S. Paulo; e O Globo³⁶, de dezembro de 2014 a setembro de 2016, as

³⁶ Seguindo as técnicas de amostragem delineadas na seção precedente, os textos no interior da edição de O Estado de S. Paulo de 14 de março de 2016 não foram considerados. Isto porque a capa não apresentava indicativos de textos; páginas; cadernos, mas apenas uma imagem dos protestos pró-impeachment realizados no dia anterior e a sua data (13/03/2016) como manchete. Essa decisão editorial singular será abordada adiante.

diferenças observadas entre os periódicos se referem principalmente às posições expostas sob as balizas argumentativas identificadas, e não ao seu recurso em si.

Embora tratem de processos, os três veículos informativos – provavelmente devido à sua natureza diária – enfatizam movimentos pontuais ou *jogadas*. A dimensão processual dos conteúdos relativos à crise presidencial se dá pela contextualização dos acontecimentos, mas principalmente pela dotação de sentidos sequenciais ou consequenciais às questões enquadradas. Embora muitas das ações reportadas ou comentadas tenham um caráter propositivo, os textos, em geral, sublinham a sua faceta reativa: como *apoio*; *contestação*; *obstrução*; *adaptação* ou *inadaptação* diante dos lances dos demais jogadores ou às mudanças nas correlações de força produzidas pela sucessão destes atos. Além de qualificar as jogadas em curso, o relato de episódios costuma ser acompanhado por diagnósticos acerca das suas (i) motivações, sob medidas estratégicas; dos (ii) recursos possuídos por seus autores *vis-à-vis* aqueles de outros atores; e das suas (iii) consequências, bem como prognósticos quanto (iv) a possíveis desfechos de curto a longo prazo.

Na maioria das notícias, análises, entrevistas e opinativos especialmente voltados à política, considerando todo o corpus documental (APÊNDICE 1), organizações e personagens partidários e estatais assumem maior protagonismo. Na referência aos Poderes Eletivos e aos seus componentes, majoritariamente, os dois domínios se coadunam à medida que agentes partidários participam do Estado ou representam parte dele. Nas demais instituições da sua burocracia, destacam-se as instituições da Justiça e os seus membros, integrados de forma mais passiva ou ativa ao xadrez político. Nas peças midiáticas examinadas, agentes econômicos e sociais também tomam parte fundamental na disputa em curso, mas, principalmente, como vetores de informação, pressão e reação à política formal.

Muito frequentemente os atores desses dois campos são abordados por meio das figuras coletivas do mercado ou da sociedade e da população. Em ambos, agentes individuais são mencionados para exemplificar tendências gerais dos seus segmentos ou para expressar as posições dos grupos organizados da qual fazem parte. No campo da economia, estes, eventualmente, assumem o papel de jogadores no xadrez do impeachment, mas as organizações da sociedade, como centrais sindicais e movimentos sociais, mesmo que assumam um espaço de destaque detêm um peso semelhante ao dos indivíduos que lhes compõem. Isto é, a salvo de entidades como a Organização dos Advogados do Brasil (OAB), peças desprovidas de agência própria que influa sobre o jogo político, ocupando o estatuto de *players*, se tanto, como sociedade ou uma de suas clivagens.

São, porém, usualmente os setores da economia e da sociedade junto à segmentos da Justiça que, nos periódicos, buscam *a promoção do interesse público* e às suas ações, em parte dos eventos reportados, atribui-se uma dimensão mais propositiva. No âmbito econômico, tem-se o ímpeto do empresariado e agentes financeiros por rumos mais eficientes para a administração pública e para a sua relação com a iniciativa privada que sustentariam um panorama mais vantajoso para o país, de um modo geral. Sob o enquadre do *concerto em torno da política fisiológica*, por um lado, postura extrativa diante do Estado das gestões anteriores do PT; e, por outro, certo pacto firmado entre sociedade e Justiça que combatê-lo. Ainda, assim, esta iniciativa e as propostas para a reabilitação da economia guardam certa reação ao passado de (CI) *incapacidades morais, política e técnicas para governar* das lideranças petistas e, ao presente dos textos, as medidas tomadas na tentativa de obstruir os esforços de realinhamento da condução da coisa pública.

Ao longo de todo o recorte temporal, os três jornais evidenciam as falhas de Rousseff e do seu partido em mediar conflitos, satisfazer as demandas da população e de setores econômicos, como também concretizar respostas *suficientes* à crise em voga. No período, são observadas contestações e obstruções sistemáticas ao exercício do Governo Rousseff e crescentes contestações ao seu mandato. Apesar de apresentarem divergências quanto à diversos tópicos da crise presidencial, do conjunto de praticamente todos os textos que abordam às competências do Planalto ou retratam impressões de terceiros quanto a elas³⁷, emerge uma espécie de *consenso crítico à gestão Rousseff*, tanto à direita quanto à esquerda do espectro político. Ocorrem críticas mesmo dentro da sua base eleitoral e, inclusive, erros são admitidos pelos ministros petistas e pela própria presidenta.

No que se refere ao comportamento da governante do Executivo, por uma face, promove-se políticas de ajuste fiscal consoantes às críticas predominantes na imprensa, busca-se concerto no Parlamento e apresenta-se medidas de combate à corrupção. No entanto, essas iniciativas são, em geral, avaliadas como insuficientes ou inadequadas. Pela outra face, em um movimento inverso às tentativas de conciliação, os jornais apontam contestações e obstruções também da parte do Governo e do PT a iniciativas contrárias aos seus interesses e, também, condutas da Presidenta dissonante com as suas falas e com a realidade tal qual entendida pelos jornalistas e colunistas dos diários. Todavia, não somente os movimentos governistas são enquadrados como auto interessados, mas, pela maioria dos textos, também a política institucionalizada e as ações de seus representantes são dessa forma assinaladas.

³⁷ Em geral, a exceção de falas de membros do Governo e do PT.

Uma partida tensa, estuada em crise e aprofundamento, jogo truncado por inúmeras sucessivas jogadas, sem levar a algum resultado capaz de mudança do status quo crítico. Uma boa representação da paralisia decisória, ou seja, muitos movimentos em um jogo tenso e extenuante, sem que ocorram resultados decisivos, devido à incapacidade de Rousseff, de sua legenda e o Governo por eles conduzidos, termina como remoção de atores da mesa ou, ao menos, do deslocamento a uma posição ou pedra diferente. O impeachment emerge como solução viável, constitucional e legítima, em que se pese o dissenso ao seu respeito, para tentar solucionar a crise. Remover a incapacidade de lidar com a situação é única solução é recomeçar o jogo, na expectativa da resolução da instabilidade, tendo vista à já comprovada não solução se mantidas as condições.

Quanto às coberturas jornalísticas a acontecimentos de tabuleiros específico, na esfera da Justiça, destacam-se três assuntos principais: (i) a apuração e a responsabilização dos esquemas de corrupção investigados pela Operação Lava-Jato; (ii) a participação das instituições desse campo e de seus operadores em conflitos políticos; e (iii) o papel do Judiciário nos trâmites do impeachment. A análise desta última questão foi separada daquelas e integrada ao exame dos aportes específicos ao avanço institucional da denúncia de crime de responsabilidade contra Dilma Rousseff. Do estudo das outras duas, por um lado, identificou-se dois enquadramentos que sublinham ângulos funcionais e finalidades das atividades judiciais. E, por outro, já pela ênfase ao tema da corrupção, foi elaborado um terceiro quadro que trata de um movimento sociopolítico mais amplo, do qual as instituições e agentes da justiça tomam parte junto de outros atores.

Os dois primeiros eixos interpretativos são a (J1) *judicialização da política*, aplicada à atuação do Judiciário, e (J2) *politização da justiça* que, além do poder julgador contempla o Ministério Público e, também, as Polícias Federal e Militares. Embora estes órgãos componham o sistema de segurança e se submetam aos seus respectivos governos executivos, sob os relatos midiáticos verificados, estão usualmente imbricados aos processos judiciais, executando a Justiça. Além disso, nas reportagens sobre as manifestações da sociedade e nos discursos de alguns setores, parecem ocupar uma posição semelhante à conferida às organizações judiciais e procuradoras³⁸.

Por mais que o Governo, o PT, os representantes de um ou de ambos, outras legendas e membros desses partidos assumam protagonismo nesses textos, tais atores são, em geral, situados como objetos das ações executadas pelos órgãos e ofícios da justiça. Em razão de, *a*

³⁸ Esta questão será abordada no trecho da seção voltado aos protestos.

priori, esperar-se deles certa independência diante dos conflitos desenrolados nos outros campos, os enquadramentos empregados neste tópico têm um caráter distinto dos demais. Porém, em alguns dos seus dispositivos se esteiam parte muito significativa das causas atribuídas, pelos jornais, às instabilidades econômicas e políticas diagnosticadas. Isto é, o envolvimento daqueles atores político-partidários e/ou estatais nos casos de corrupção divulgados pela Lava-Jato.

Dentre os três quadros mencionados, o terceiro deles propõe uma espécie de (J3) *concerto em torno do fisiologismo político*, no qual predominam posições de que (J3.a) *as instituições da justiça e seus agentes atuam como promotores do interesse público* no (J3.1) *combate à política fisiológica*. Embora comprometessem um grande número de parlamentares pertencentes a siglas diversas, o impacto dos escândalos políticos irrompidos pela força tarefa teria deteriorado, especialmente, a legitimidade do Governo. Tanto para setores da população, evidenciada pelas coberturas dos protestos pró-impeachment, quanto sob os referentes mais abstratos da opinião pública e do mercado, ou ainda como um elemento não relacional.

No que se refere aos aportes sobre a economia, nas três gazetas, prevalece a aplicação mais direta dos enquadres centrais, ajustados em seus recortes temáticos. Isto é, a (E.I) *incapacidade técnica e política de Rousseff/PT/Governo em gerir a economia*, a (E.II) *progressiva crise econômica e a* (E.III) *incapacidade técnica e política do Rousseff/PT/Governo em superar/controlar a progressiva crise econômica*. Mais precisos quanto às singularidades do assunto, os dispositivos de racionalização causal identificados são combinados de diversas formas nos textos em si, isto é, problemas, origens e consequências são intercambiados sob diferentes eixos de causalidade focando em um ou outro ponto das questões destacadas pelas autoras e autores.

Dentre eles cabe destacar a (E1) *gestão da política econômica tecnicamente incompetente*, o (E2) *compromisso político da racionalidade econômica* ou, especificamente, a (E2.1) *submissão da eficiência técnica a projeto político* e a (E3) *adesão a fórmulas políticas ultrapassadas*, o que compreende (E3.1) *práticas de corrupção*. Esses diferentes aspectos podem ser aglutinados sob a ideia de (E4) *submissão da racionalidade econômica a fórmulas políticas ultrapassadas*, que, no entanto, só eventualmente reflete os recursos verificados em uma mesma peça do corpus documental.

Como ocorre também na economia, a atuação do Planalto, em geral, é frequentemente permeada por tensões entre a percepção da sua (G2.1) *reatividade e erraticidade de Rousseff/Governo* e a (G2.2) *incapacidade de Rousseff/Governo para a mudança*. Quando se relata alterações na atuação do Governo, caso não assinaladas pelo signo da incompetência ou

da inconstância, muitas vezes são abordadas como (E5) *medidas insuficientes* ao contexto e falhas em responder às suas demandas. Nas amostras voltadas ao jornalismo econômico, observam-se menções a princípios de governança como (E7) *eficiência* e (E8) *transparência de gestão* como, também, (E8) *responsividade* à sociedade, e, especialmente, aos agentes econômicos. No entanto, tais noções costumam ser mediadas por evocações valorativas a padrões da (E9) *lógica de mercado* e da (E10) *gestão econômica privada*, em detrimento de elementos mais distintivos de políticas públicas.

Além dos problemas e erros apontados na condução da economia, sublinham-se padrões mais amplos da configuração do Executivo sob o comando de Dilma Rousseff e da articulação necessária no âmbito no Congresso para respaldar e viabilizar as iniciativas presidenciais. No que se refere ao primeiro desses dois aspectos, além da incompetência da presidenta, sistematicamente enunciada, ressalta-se a (G1.1) *divisão do Governo*, em relação aos (G1.2) *partidos da coalizão governante*, mas, também, (G1.1.1) *no interior do PT*. Já no que tange ao segundo tópico, o comportamento errático e reativo do Planalto no Parlamento também é explicado pela (P1) *flutuação da composição e do posicionamento da Base Aliada* e a sua recorrente (P2) *obstrução a iniciativas do Governo*.

Embora a falta de habilidade da mandatária e, por vezes, da sua legenda seja frequentemente diagnosticada em termos absolutos, a incapacidade da Presidência, também, se constitui mediante à relação com a (P3) *competência política do PMDB e de suas lideranças*. Além da legenda como um todo, o principal parceiro do PT nas dinâmicas do presidencialismo de coalizão, figura-se especialmente a articulação de Eduardo Cunha contra o Governo e, partir do acirramento da crise, a do vice-presidente e presidente da sigla, Michel Temer.

Embora os textos direcionados à economia sejam permeados pela racionalidade mercadológica, como objeto da administração é público, a sua implementação passa pela por dinâmicas políticas. No entanto, os princípios de governança referenciados em ambas as searas – do mercado e da política – parecem se opor as tendências imputadas ao projeto político petista. É pela falta de incongruência com a racionalidade da boa gestão pública que se explica ou representa-se o (E11) *inchaço do Estado* e o (E12) *desequilíbrio fiscal*. Centrais à cobertura midiática sobre a instabilidade econômica e acerca da própria denúncia de impedimento, os dois pontos são qualificados como fatores fundamentais para a emergência, no país, do (E12) *cenário de incerteza econômica* enunciado constantemente.

Em análises e artigos de opinião, a (E13) *deterioração das condições da economia* é frequentemente esclarecida pela combinação entre falhas técnicas e por apostas ideológicas em um Estado mais abrangente e disfuncional. Por uma face, os dois termos se mesclam e, por

muitas vezes, as decisões políticas são tomadas com equívocos técnicos. Pela outra, o modelo de gestão que caracteriza os mandatos petistas é, por outras ocasiões, associado à um projeto de perpetuação no poder. Isto é, a (G3.1) *instrumentalização/aparelhamento do Estado e de prerrogativas institucionais* para satisfazer (G4.1) *interesses particulares*.

Nesses casos, o que revelaria os germens da (E14) *crise econômica* como, também, do próprio declínio dos seus articuladores, devido à (E16) *deterioração dos recursos econômicos do Rousseff/Governo/ PT*. São diversas as colunas que sublinham, especificamente, o fenômeno da corrupção como uma das origens estruturais das turbulências na economia. Sob essa perspectiva, as práticas corruptas denotariam apenas a expressão criminosa do modo petista de governar e, para parte de suas autoras e autores, algo intrinsecamente vinculado ao projeto de um “Estado grande”.

Junto das condições da economia, o recurso à ações criminosas na condução do Governo ou o conhecimento sobre a sua ocorrência são apontados como fatores principais para o enfraquecimento da Presidência e, combinados à capacidade de articulação de outras legendas no Congresso, para a perda da sua capacidade relativa diante dos demais atores partidário-institucionais. Inclusive, as ilicitudes ocorridas na Petrobras foram mobilizadas pela oposição para contestar judicialmente os resultados das eleições de 2014, exemplo em que a politização da justiça torna o Judiciário (J1.1) *canal alternativo para disputas políticas*.

Dentre as jogadas arrastadas vale ressaltar a própria contestação judicial da chapa presidencial, cuja cobertura sobre a sua formalização assinala a primeira data do corpus documental. Marcado por diversas idas e vindas institucionais esse processo foi usado com pressão ao PMDB durante seu longo flerte entre oposição, por um lado, e Governo, por outro, e se manteve tramitando na Justiça até depois do afastamento da presidenta. Os recursos às instâncias julgadoras foram significativamente recorrentes como ativos estratégicos para as interações partidárias nas instituições representativas.

A outra faceta da judicialização da política é o papel um pouco mais ativo do Judiciário como (J1.2) *árbitro da democracia* ou, especificamente, como fiscalizador das condutas dos outros Poderes. Da qual um bom exemplo é a reprovação das contas de 2014 do Executivo pelo TCU em outubro do ano seguinte. Enquanto esse aspecto ainda exemplifica a *validação de procedimentos formais*, papel que caracteriza o seu enquadramento, já se aproxima ao ativismo que permeia a *politização da justiça*, cujo expediente central é o da *apuração e responsabilização*. Deste segundo quadro, a avaliação predominante nas fontes é a atuação das *instituições e agentes da justiça como promotores do interesse público*.

Enquanto o primeiro eixo argumentativo salienta os *procedimentos formais como fonte de legitimidade*, o segundo assinala uma *legitimidade técnico-institucional e/ou conferida pela agenda*. Um estatuto atribuído pela sua mediação institucional e pessoal ao se executar Justiça em certas matérias e em nome da sociedade. Não é apenas o PT, mas a política representativa de cunho partidário de um modo geral – apesar do seu status democrático vinculado ao voto – é usualmente enquadrada segundo a *promoção de interesses particulares*, sejam *sectários* ou *individuais*. Embora expresso de forma mais evidente nos textos de opinião, os relatos mais descritivos dos noticiários também tendem a outorgar esse caráter às práticas políticas tidas como convencionais.

Na análise conjunta entre os textos dos diferentes temas estudados – à exceção de parte dos opinativos sobre o impeachment – preponderam nos três periódicos dispositivos de enquadramento que apontam para a *primazia da técnica sobre a política institucionalizada*. Há, na área econômica, em muitas ocasiões, uma tensão entre a técnica e a política, mas, quando se pende para um desses polos, também é para a superioridade do técnico. No caso da judicialização da política ou da politização da justiça, essa relação implica em alguma *superioridade das instituições da justiça sobre os Poderes Eletivos*. Estes apontariam para a divisão e o particular, mesmo quando representam grandes números de pessoas e aquelas, para a unidade e o coletivo.

Isso no que diz respeito às relações de representação, já que as manifestações políticas da sociedade, no caso das clivagens pró-impeachment, são muitas vezes associados à *expressão do interesse público*. Ao contrário da inaptidão para a mudança que marca o campo governista também nos atos populares, os protestos de oposição à Rousseff são majoritariamente enquadrados como *engajamentos orgânicos da sociedade*, representados por maior espontaneidade e horizontalidade, e, em certa medida, tomados como mais genuínos. A dimensão coletiva dos interesses por eles representados faz sentido na medida que os diferentes campos temáticos são atravessados pelo quadro de um *consenso crítico acerca do Governo Rousseff*. O que é ressaltado mesmo nas reportagens e artigos sobre manifestações de apoio ao mandato Rousseff ou contra a sua remoção, especialmente quanto aos rumos econômicos trilhados pelo Executivo.

O quadro de *erraticidade/reatividade do Governo* também se expressa na abordagem a esses protestos devido aos tipos de processos neles percebidos. Mais uma verificação da (E3) *adesão a fórmulas políticas ultrapassadas* pelo Planalto, pois aqui, o *engajamento institucionalizado e hierárquico*, coordenado pela Presidência ou pelo PT. Enquadrado como a incidência do comportamento de instrumentalização e aparelhamento das instituições para a

promoção de interesses paroquiais, sob a forma de *instrumentalização/aparelhamento das organizações da sociedade*. Do modo em que a maior parte dos textos sobre os episódios é construída pelos três jornais, as críticas à administração petista presentes nesses movimentos não confeririam indícios das intenções de segmentos da população irem às ruas, apesar de suas ressalvas, pela *defesa do mandato de Rousseff e da democracia* – como alegavam os participantes.

Os desacordos com as políticas governistas indicariam, por um lado, o ponto da vocalização da agência dos manifestantes em meio à um apoio “forçado” devido às estruturas das centrais sindicais e dos movimentos sociais vinculados à legenda. E, por outro, revelariam sinais da *deterioração dos recursos políticos do PT/Rousseff/ Governo*, ou, em particular, a *perda de alinhamento entre Governo e bases eleitorais*. Enquanto argumenta-se que o apego do PT a modelos esgotados para a articulação política e para a gestão da economia abrange práticas de corrupção, um processo análogo é delineado nas reportagens e colunas sobre os atos de apoio à presidenta. Na contramão da participação individual de cidadãs e cidadãos nos eventos pró-impeachment, as organizações sociais teriam utilizado, além de recursos logísticos, expedientes financeiros para promover os atos, consoante a certa *corrupção dos protestos pró-Rousseff*.

A aglutinação de elementos que vão desde a própria presença de movimentos sociais e a mobilização da estrutura organizacional das centrais sindicais até o emprego de subsídios monetários para indivíduos sem vínculos aparentes com estas associações favorece um duplo movimento discursivo. Por uma face, contribui para o apagamento das fronteiras entre quais as práticas legítimas de canais políticos mais institucionalizados e aquelas práticas tidas como ilegais ou imorais e, assim, sem validade como expressão democrática. Isto é, a disseminação de alguma equivalência entre a política de maior formalização, especialmente, as relações de representação partidária que atravessam o Estado e crimes de corrupção. Pela outra face, o transbordamento dessa percepção que permeia os enquadramentos midiáticos sobre as dinâmicas no interior dos Poderes Eletivos para o espaço do associativismo da sociedade civil.

O ativismo social contrário ao impeachment é, principalmente, representado por sua *homogeneidade*, a *unidade* forjada e que, porém, decorre na *diferença* e no *particular*. Tanto por sua pauta ambígua marcada por apoios e críticas à Presidência, mas, também, pela defesa do que seriam interesses do campo governista, mas não de toda a sociedade. A essa *diferença na unidade*, contrapõe-se a *unidade na diferença* pela qual são representados os movimentos pelo impeachment de Rousseff.

Os grupos que contestam o mandato presidencial tomam as ruas enquanto indivíduos, em sua pluralidade e com pautas diversificadas, sem incorrer a dispositivos que impõem a sua centralização. Ainda assim, da sua diversidade emerge um discurso comum contra o Governo, pela moralidade da democracia e da defesa do interesse público. Este aspecto, inclusive, faz-se ver pela adoção massiva das cores da bandeira nacional em oposição ao vermelho dos outros protestos, associado a nomes de organizações sociais, trabalhistas e partidárias.

Além dessas representações, as *disputas por números* são um aspecto central no enquadramento sobre as mobilizações da sociedade. Sob a forma da busca por votos (Xgeral), esse elemento, também, permeia a maioria dos relatos sobre a política parlamentar e sobre o curso institucional do impeachment. Nos eventos que defendem o mandato presidencial são interpelados como uma reação ou uma espécie de *obstrução a iniciativas contrárias aos interesses do Governos*, tal qual o Planalto opera no Congresso ou em recursos à judicialização da política. Nas ruas, esse padrão geral se daria pelo fomento à um escudo social que se contraponha aos engajamentos frontalmente críticos à Rousseff, ao Executivo e ao PT.

Uma tentativa falha e uma disputa sucessivamente perdida pela presidenta e o seu *entourage*. Ocorre grande disparidade numérica na adesão entre as duas clivagens protestantes que é ainda amplificada pelas representações dos jornais sobre as mobilizações pró-impeachment. Quantitativamente, estas são muito superiores àqueles e são qualificadas como marcos históricos. Mediante o seu crescimento, concomitante ao acirramento da crise, de maiores protestos do Brasil pós-redemocratização se tornam os maiores atos políticos da história brasileira. O que demonstraria a debilidade do Governo e a tendência nacional das reivindicações da população pela destituição de Rousseff.

Muito pautadas pelo ultraje diante dos escândalos de Lava-Jato, as manifestações de contestação ao Executivo e à mandatária, por um lado, reforçam a associação do fenômeno com as gestões petistas. Posicionando-se *contra a corrupção das gestões petistas, do partido e das suas lideranças*, a então Chefe de Estado e especialmente o ex-presidente Lula, que enfrentava acusações criminais. Por outro, promoviam *exaltação das instituições e agentes da justiça no combate à corrupção*, especialmente a força tarefa do MPF e o juiz Sérgio Moro.

As coberturas acerca dos processos judiciais e dessa clivagem das mobilizações sociais como, também, a crise presidencial como um todo sugerem certa (J3.1.1) *composição entre instituições e agentes da justiça com a sociedade* ou, especificamente, (J3.1.2) *com setores pró-impeachment*. No qual seria um grande esforço nacional ou (J3.1) *concerto pelo combate à política fisiológica*, opondo-se à outra espécie de pacto, um (J3.2) *concerto pela perpetuação da política fisiológica*.

Já este é permeado por diferentes percepções quanto à sua constituição, mas todas envolvendo o (J3.2.1) *Governo e lideranças petistas*. As posições identificadas nos diários apontam para o protagonismo desses atores nas práticas de corrupção, dividem a responsabilidade sobre os episódios entre eles (J3.2.2) *e setores da classe política* ou determinam que os casos são produto da (J3.2.3) *classe política* de modo geral. Ou mesmo, em alguns momentos do corpus documental que contam, também, com a participação de (J3.2.4) *agentes do Judiciário*.

Nos opinativos, ao longo do período abrangido pela amostra empírica, colunistas mobilizam o quadro de *politização da justiça* para criticar a (J2.2) *seletividade das instituições e agentes da justiça*. No interior do acirramento da crise presidencial, em março de 2016, além das colunas e entrevistas, notícias, majoritariamente da Folha de S. Paulo, sugerem o uso político de processos judiciais e evidenciam a (X) *subversão dos procedimentos formais* por Moro. Nos textos examinados, a ideia da seletividade do judiciário é, principalmente, utilizada por autoras e autores críticos aos aspectos da Lava-Jato e, também, ao impeachment de Rousseff. No entanto, por vezes, em um único texto são combinadas as duas dimensões do enquadramento, a saber, o ativismo pelo interesse público e a seletividade da execução da Justiça.

À ocasião da divulgação dos grampos telefônicos da presidenta com Lula, o editorial da Folha reconhece os méritos republicanos da operação e da conduta usual de Moro, mas critica a politização indevida do juiz nesse caso. Na cobertura ao episódio, parece haver certa associação entre a opinião institucionalizada dos veículos, expressa por esse gênero textual, e o noticiário. Já que os editoriais dos outros dois jornais assumiram posição de apoio às ações do magistrado, e às suas notícias não mobilizam os dispositivos de seletividade das instituições e agentes da justiça e de *subversão dos procedimentos formais* por esses atores, atribuindo este elemento, principalmente, às condutas de Lula e Rousseff, associadas ao *aparelhamento/instrumentalização das instituições e prerrogativas institucionais* e ao *concerto pela perpetuação da política fisiológica*.

Veiculada nos dias 16 e 17 de março de 2016, a questão dos áudios ocorre justamente na semana em que o acirramento das tensões em torno da Presidência assume uma nova proporção e cadência. Sob lentes ampliadas, o período entre meados de março e abril daquele ano se destaca como o momento de acirramento da crise e da respectiva intensificação do seu relato e discussão nos impressos, correspondendo à maior parte dos dados do acervo. Durante esse intervalo, estão cinco datas (14/03; 18/03; 19/03; 12/04; 19/04) das 12 utilizadas ao longo de mais de 20 meses. As primeiras três delas se dão no intervalo de menos de uma semana, no

interior do qual ocorrem, nos quatro tabuleiros e em íntima inter-relação, cinco dos principais eventos que marcaram a crise presidencial e também inúmeros de seus desdobramentos, dados em grande velocidade³⁹.

Usualmente, quando se defende de modo mais assertivo os méritos da força-tarefa, as críticas ao campo da justiça se esteiam no entendimento da utilização de meandros dos *procedimentos formais como fonte de impunidade* e do *tecnicismo judicial como obstáculo à execução da Justiça*. Embora esse tipo de argumento se alinhe com opiniões favoráveis ao impedimento presidencial, neste caso, o devido cumprimento dos trâmites é sistematicamente enunciado como vetor da sua legitimidade. A partir da análise do conjunto das produções midiáticas ao longo do tempo nos três periódicos, e, por vezes, considerando os padrões argumentativos de algumas de suas colunas, emerge um eixo de questionamento do Sistema Judiciário concomitante à exaltação da Lava-Jato. A superioridade da Justiça sobre os Poderes Eletivos, a primazia da técnica jurídica sobre a política e a própria legitimidade das instituições julgadoras parece – em parte significativa dos opinativos e das posições da sociedade relatadas – condicionar-se por quais são bandeiras em questão e por quais são os resultados concretizados.

Sob esse polo, as censuras à esfera da justiça integram um argumento mais amplo de *crítica/oposição à institucionalidade*. Em parte do conteúdo estudado, nas representações acerca da sociedade ou nos eixos argumentativos que organizam os textos, identifica-se tendências ao *repúdio à política institucionalizada* ou mesmo à sua (X) *criminalização*. Esses dispositivos de enquadramento, porém, também se espraiam para os relatos e comentários sobre a participação social organizada, como antes mencionado, e sobre a atuação do Judiciário. Dessa forma, é possível reuni-los sob uma rejeição à institucionalização ou ao sistema institucional como um todo.

Ao tocar nesses pontos, as reportagens dos jornais, em geral, limitam-se e a descrever os movimentos ocorridos em cada um dos Poderes, na sua interação entre si e com a sociedade. Tais relatos podem ser significados, principalmente, por meio do quadro aqui convencionado como xadrez político e mobilizado em três formas básicas, frequentemente interconectadas na redação de matérias. São elas: a (i) *narração das jogadas* em curso, contextualizadas pelas

³⁹ Quatro selecionados para amostragem, e um quinto fora dessa lista, mas cuja repercussão foi coberta pelos dados: entre as duas maiores manifestações pró e contra impeachment, respectivamente no dia 13 e 18 março, ocorreu, no dia 16, a divulgação dos grampos telefônicos com diálogos da presidenta com o ex-presidente Lula (o desconsiderado pela lista), e, no dia 17, houve a formação da Comissão Especial da Câmara dos Deputados e algumas das várias suspensões da nomeações de Lula como ministro da Casa Civil.

partidas específicas em que se inserem e pela grande competição que integram; a (ii) *contabilização* ponto a ponto *dos resultados*, sejam as parciais ou prognósticos finais para cada uma delas e acerca do “torneio” como um todo; e, por fim, (iii) a *apresentação das regras do jogo*, discriminando todos os trâmites processuais do impeachment. Enquanto as duas primeiras detalham movimentos políticos, os atores que nele tomam parte e suas consequências diretas, o teor descritivo enfoca aspectos legais e institucionais.

Já nos gêneros opinativos, sob o enquadramento do impedimento como (IX) *processo jurídico e político*, explora-se de forma mais aprofundada as diferentes posições a seu respeito, as quais buscam respalda-lo segundo especificidades técnicas e evocando diferentes tipos de legitimidade. Algumas das colunas relativas à aceitação da denúncia de impeachment e à sentença da presidenta, e favoráveis ao impedimento, parecem mostrar que, para seus autores e autoras, a ênfase a anuência a ritos e ao papel das instâncias parlamentares são restritas pela medida em que resultam nas reivindicações desejadas.

Ou seja, além do Judiciário, também nos Poderes Eletivos a (L1) *legitimidade procedimental* é, por vezes, condicionada à (L6) *legitimidade conferida pelos resultados*, avaliado por sua pertinência ao interesse público. Por uma face, de forma um tanto generalizada no noticiário e, também, em parte dos textos de opinião, os jornais promovem certo reforço de percepções convencionais sobre “política como ela é”, dada em termos de poder e desprovida de valores. O que parece exprimir buscas por redações objetivas e imparciais, mas que se restringem “às dobras internas da política” (BIROLI, 2013), a movimentos de correntes dominantes nas instituições de representação partidária. Por outra face, os periódicos integram práticas políticas aos relatos jurídico-criminais e apresentam, em outros opinativos, críticas duras à “velha política”, não infreqüentemente assinaladas por fortes juízos morais.

Sob essa representação truncada, parece emergir um entendimento razoável de que a política feita pelo cumprimento auto interessado de ritualísticas formais pode ser mobilizada para a satisfação de demandas majoritárias da sociedade e da “opinião pública”. Embora sejam utilizados por jornalistas de inclinações diversas, os valores intrínsecos às estruturas e procedimentos democráticos são mais recorrentes nas abordagens que os mobilizam para argumentar contra o impeachment. A pluralidade de posições em torno da legitimidade e da legalidade do impeachment, entretanto, descola-se dos fatos e da urgência de soluções exigidos pelo (CII) *progressiva crise generaliza*, cujas dimensões são acentuadas nas fontes textuais ao decorrer do tempo.

Ao longo desse recorte temporal, diversas soluções foram propostas para lidar com os diferentes aspectos da criticidade enunciada e canalizada em torno do Governo Federal. As

medidas diagnosticadas como caminhos a serem adotados pela presidência podem ser divididas em quatro grupos de ações: (SI) *recuperar a governabilidade*; (SII) *controlar/superar a crise econômica*; (SIII) *recuperar a confiança da sociedade*; (SIV) *recuperar a legitimidade*. Quando não apontadas de imediato como inviáveis ou pouco prováveis, as resoluções da conjuntura crítica são paulatinamente apresentadas como ineficazes e há incongruências fundamentais entre elas. Essas questões serão retomadas na seção final do capítulo. Em oposição a um horizonte futuro de crescente deterioração das condições brasileiras, em que a conjuntura crítica em si também se torna uma ameaça, o (R2) *impeachment* passa a ser delineado como única solução factível aos desafios de então.

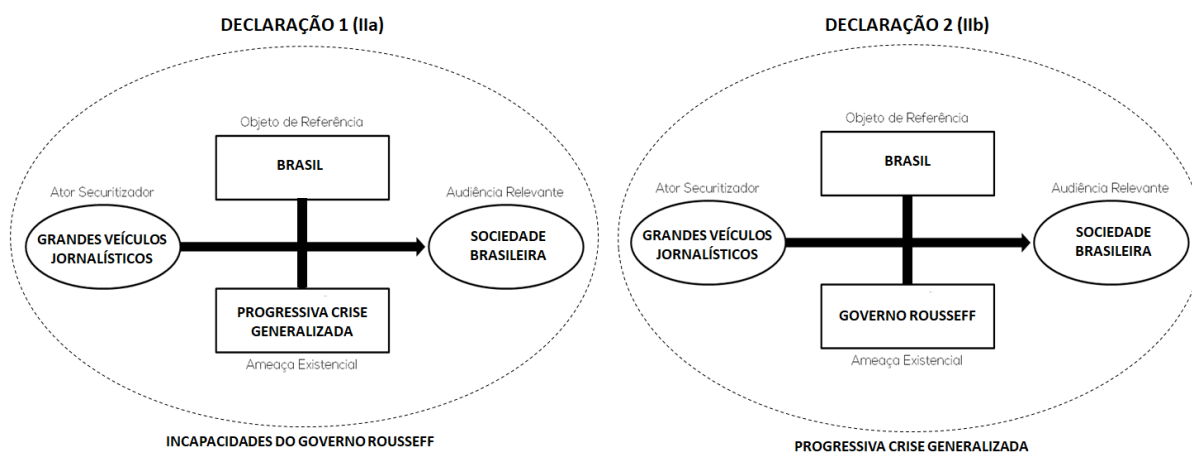
3.3 Tornando o impeachment excepcional: o Governo Rousseff e a crise brasileira como ameaças existenciais ao país

Pautada nos quadros centrais do xadrez político, a declaração de segurança estende os seus vínculos argumentativos à um plano emergencial e lança o impedimento de Dilma Rousseff como um dispositivo excepcional dentro do repertório democrático. Enquanto aquele pacote interpretativo normaliza o expediente ao impeachment presidencial como uma sequência natural aos movimentos em curso, a securitização desse recurso, por um lado, enfatiza a gravidade extraordinária dos desafios enfrentados pelo país e pela sua população e, por outro, uma necessidade impreterível de resoluções imediatas aos problemas diagnosticados. Segundo esta perspectiva, o movimento securitizador delinea duas ameaças imbricadas em uma mesma narrativa: o (IIa) *Governo Rousseff* e o próprio contexto (IIb) *progressiva crise generalizada*. O argumento aqui proposto é que a normalização discursiva das medidas promovidas pela securitização não ocorre em seu paralelo, mas é, ao contrário, a outra face necessária à construção de uma questão de segurança em contextos democráticos.

Restrito a análise da sua emissão, o movimento securitizador advogado por este trabalho pode ser dividido em três empreendimentos retóricos inter-relacionados que compartilham dos mesmos elementos senão naquele aspecto mencionado, o vetor principal dos riscos enunciados (FIGURA 3.3.1). Nesses atos de fala coincidem (I) *atores securitizadores*; (III) *objetos de referência*; e (IV) *audiências relevantes*, e, como mencionado, diferenciam-se pelas (II) *ameaças existenciais* que mobilizam. Em ambos casos, a veiculação dos discursos cabe aos (I) *grandes veículos jornalísticos* – ou, estritamente, Folha de S. Paulo; O Estado de S. Paulo; e O Globo. Referenciado na saúde ou mesmo na própria existência do (III) *Brasil*, é à sua população,

de forma difusa, a (IV) *sociedade brasileira*, que os meios de comunicação se dirigem, mas, evidentemente, em termos específicos adereçam ao público leitor dos jornais.

Figura 5. Declarações de segurança: crise (IIa) e Governo Rousseff como ameaças existenciais (IIb).



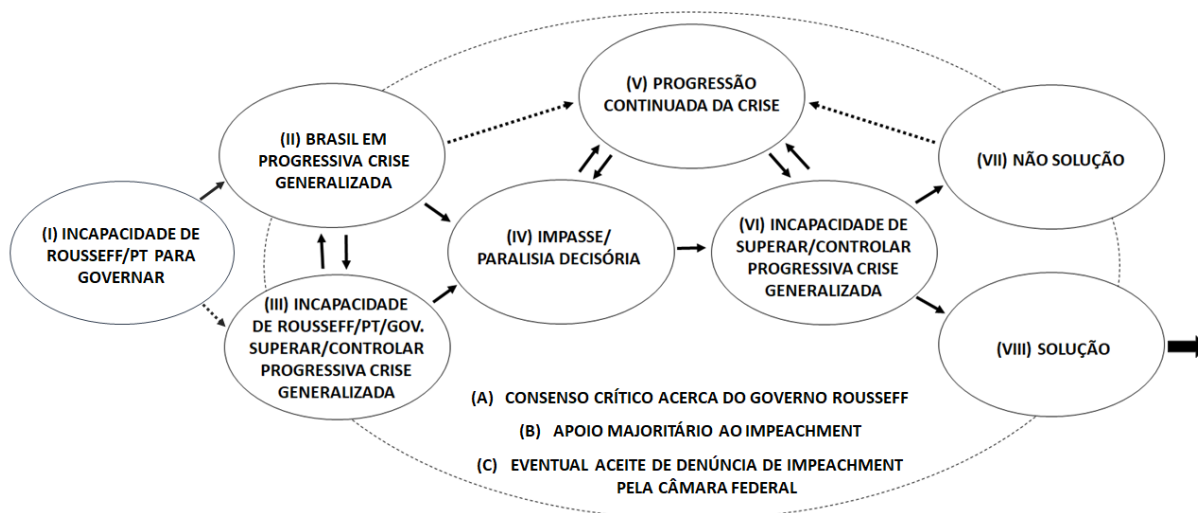
Fonte: elaboração própria.

Todas são circunscritas pelos três enquadres centrais relacionados ao xadrez político e às suas ramificações bem com a eles se referem. Além de mobilizar os seus aportes, cabe ressaltar que as dinâmicas comunicativas vinculadas ao curso de securitização não se opõem àquele grande eixo signficante. Na interação entre os dois marcos argumentativos, o que talvez as declarações de segurança fazem é, principalmente, adicionar uma camada de sentido a outra abordagem. É possível falar em um único movimento securitizador articulado pela combinação de declarações de segurança específicas, porque elas são intimamente imbricadas e esteiam sobre uma mesma narrativa, esquematizada na Figura 6, diferenciando pelas ênfases atribuídas a algum ou alguns dos seus elementos.

Na narrativa de securitização, (N.I) *incapacidade de Rousseff/PT para governar* opera, principalmente, como uma remissão ao passado que, por um lado, explica o (N.II) *Brasil e a sociedade brasileira em progressiva crise generalizada*, e, por outro, sob este contexto, expressa-se pela (N.III) *incapacidade de Rousseff/PT/Governo para superar/controlar progressiva crise*. Da interação entre a falta de capacidade petista e a criticidade, emerge um (N.III) *impasse decisório/paralisia decisória* que, em compasso à (N.V) *progressão continuada da crise*, geram uma (N.VI) *incapacidade de superar/controlar progressiva crise generalizada*. Esta se refere não apenas ao campo governista, mas a de quaisquer atores, mantidas constantes condições do sistema sociopolítico, de lidar com os efeitos e causas das turbulências, e os três fatores se retroalimentariam em um ciclo vicioso. Precisamente o processo desgastante que

caracteriza as instabilidades caracterizadas pelo impasse ou paralisia decisória, como analisado por Wanderley Guilherme dos Santos (1986) sobre o cenário que precedeu o golpe de 1964.

Figura 6. Síntese das declarações de segurança



Fonte: elaboração própria.

As ações efetuadas pela Presidência são caracterizadas pelo seu lastro ao *passado* e as demais soluções propostas com real potencial de lidar com os problemas vigentes que apontam para o *futuro*. Independente da temporalidade pelas quais são qualificadas as ações e soluções apresentadas, nos jornais e, também, no que pode se chamar de realidade objetiva, impera um rumo inexorável em direção ao futuro. Caso não se encontrem meios factíveis de promover qualquer (NS.VI) *solução*, o processo caminha para a (NS.V) *não-solução*. Na impossibilidade de composição de forças suficiente para modificar o *status quo* crítico ou sem a incidência de um fator *ex-machina*, que surja desde fora ou desde dentro, o efeito lógico dessa configuração é o da destruição dos objetos de referência, a saber, do país e da sua comunidade tal qual então concebidos ou sob termos idealizados, do que *foi*, do que *poderia ter sido* ou do que *poderia vir a ser*.

Além de engajar diretamente quadros e dispositivos de enquadramento do xadrez político (NA.IV), os atos de fala de segurança e essa narrativa causal mais geral se estreitam em dois movimentos securitizadores e se esteiam tanto no (N.A) *apoio majoritário ao impeachment* quanto na ideia de certo (N.B) *consenso crítico acerca do Governo Rouseff*, a qual perpassa os diferentes tabuleiros analisados anteriormente. Em um primeiro plano, são as (X) *contestações* da oposição, dos agentes econômicos, das instituições da justiça e seus operadores, dos setores sociais pró-impeachment e, inclusive, das bases eleitorais petistas. Em um segundo,

a admissão de erros por parte do próprio alto escalão do Executivo e de lideranças petistas. Já em um terceiro, *a flutuação da composição e posicionamento da Base Aliada* e o eventual *abandono das siglas que compunham o Executivo e a coalizão governista no Parlamento*.

A crise abordada em si como ameaça existencial ao país ressalta a periculosidade que permeia a própria conjuntura e os riscos estabelecidos pelas dinâmicas da sua progressão generalizada. O que não passa pela abstenção de responsabilidade à presidente e à sua legenda, mas o processo em curso se torna ameaçador em si à revelia de quais sejam as suas origens. Assim, esse primeiro elemento do discurso securitizador se dá de forma mais consoante aos sentidos gerais do pacote interpretativo do xadrez político. Sob este eixo significativo, o impeachment emerge como um desdobramento quase natural às jogadas das disputas políticas travadas tanto como fonte quanto resultado do ciclo crítico. Já pela ênfase à dimensão de segurança, a gravidade excepcional da questão implica na demanda imperativa de tratamentos.

Diante dos grandes protestos de março de 2015, em artigo para O Estado de S. Paulo, Sergio Fausto (2015, p. A2, grifos nossos) percebe, já então, o contexto político marcado por uma instabilidade “*grave, profunda e complexa*”, com diferentes origens e ramificações. Mais de um ano depois, sem que os ânimos tenham sido amainados, uma análise da Folha de S. Paulo resume alguns dos seus fatores e o que deles resulta: “*dívida pública recorde, resistência a ajuste fiscal, recessão econômica, crise política e corrupção epidêmica* formatam um **quadro desolador**” (JANONI, 2016, p. 7, grifos nossos). Embora outros elementos para além desses compõem a tela multifacetada da crise presidencial, tomando este movimento como vetor da narrativa de segurança, destacam-se, principalmente, os ângulos da economia e da política, por mais abrangente que este possa ser. Os escândalos de corrupção e o ultraje diante deles ocupam papel de maior centralidade na análise do Governo Rousseff enquanto ameaça, e, aqui, são aspectos que participam do movimento crítico em geral ou daquelas duas instâncias.

No que diz respeito à economia, os diagnósticos de todos são bastante pessimistas desde a primeira data analisada até, ao menos, algumas das diversas fases de avanço institucional dos trâmites para impedimento presidencial. O que não é necessariamente pautado por estratégias editoriais, já que ocorrem variações positivas do mercado quando novas etapas do processo são galgadas ou mesmo quando acontecimentos sinalizam nessa direção. De qualquer modo, antes de empossada a chapa reeleita, “o *diabo* de 2014” já toma forma: “os efeitos da *ruína* da Petrobras e da Lava Jato, foram *enormes*, mas na maior parte *a partir do fim de 2014*”

(FREIRE, 2016)⁴⁰. Vale sublinhar que a “ruína” está relacionada os efeitos da Operação Lava Jato e não ao alvo em si das investigações.

Em editorial de março de 2015, já naquele momento, o Estado de S. Paulo (2015, p. A3; grifos nossos) já expressa, naquele a abrangência do “*amplo fiasco* apontado pelos **dados oficiais** da produção, do investimento, dos preços, do comércio exterior e também do emprego.” Devido à “*gravidade do que aconteceu na economia*” (LEITÃO, 2016, p. 22), Mesmo em crônicas de cadernos voltados ao cotidiano afirme-se a necessidade de se “assumir que a nossa economia virou motivo de alerta e chacota internacional” (BERNARDI, 2016, p. B2, grifos nossos).

O segundo elemento das declarações de segurança mobiliza o (Iib) *Governo Rousseff* como ameaça existencial ao país e à sociedade, esteando-se, especificamente, no contexto crítico enunciado (Figura 5). Esse processo discursivo coaduna, sob o governo instituído pela presidenta e o seu partido, os quadros em torno das incapacidades de ambos para governar e enfrentar as graves instabilidades então percebidas. Embora o outro vetor ameaçador também seja baldado pelos aspectos do “desgoverno” de Dilma (GOIS, 2015, p. 6), é mais fácil encontrar e articular trechos que exemplificam a securitização do contexto crítico, do que recursos que abordem a presidenta, a sua administração e/ou o seu grupo político sem referência à crise. Justamente porque, sob as lentes da excepcionalidade, tanto o campo governista toma parte fundamental das turbulências delineadas como, também, a gravidade da conjuntura salienta a periculosidade da gestão petista.

Se a incapacidade de Rousseff e do PT, de modo geral, em governar é falha e problemática *per se*, diante de um cenário em que o país estaria imerso em um estado crítico generalizado e em permanente progressão, essa característica assume contornos e consequências muito mais graves. Por um lado, a crise seria, principalmente, fruto da incompetência pessoal da presidente e de seus auxiliares como, também, do governo por ela instituído, porém as turbulências seriam também alimentadas por suas próprias dinâmicas internas.

Por outro lado, embora diversos atores e fatores tenham influído para insuflar a criticidade vigente, se as competências e capacidades relativas da presidência, da sua administração e de seu campo político fossem maiores, os desequilíbrios econômicos, políticos e sociais poderiam ter sido superados ou, ao menos, mitigados. A interação da incapacidade para o governo de Rousseff e do seu entourage político e o horizonte de esfacelamento da

⁴⁰ A referência fala do período em retrospectiva, mas textos publicados à época serão mobilizados adiante.

coalizão governista no parlamento adicionado às insatisfações, desconfianças ou ultrajes dos atores sociais e econômicos inviabilizariam medidas que pudessem impedir novos desdobramentos deletérios.

Como antes mencionado, a construção do Executivo liderado pela presidenta enquanto ameaça mais frequentemente faz menção direta à conjuntura, como exemplificam estes excertos do editorial e de uma coluna de O Globo publicados em 12 de maio de 2016. Comentando a instauração do processo de impedimento por decisão da Comissão Especial da Câmara Federal no dia anterior, o jornal caracteriza o momento vivenciado no Brasil como “um quadro de uma ***dramaticidade ímpar***, cuja origem e desenvolvimento não podem deixar de ser atribuídos tanto à ação quanto à inação da presidente Dilma Rousseff”. Já uma das principais articulistas do impresso, Leitão (2016, p. 22, grifos nossos) qualifica aspectos econômicos desse cenário atribuindo o seu encargo a um Executivo indiferente ao contexto e às próprias responsabilidades: “a dívida pública seguirá uma ***perigosa trajetória***, empregos estão sendo ***queimados***, mas nada disso parece importar a um governo que ***despreza*** o ordenamento fiscal do país”. Como é possível entrever já aqui, a ênfase ao papel da Administração Federal na deterioração das condições do país não diminui o status de ameaça conferido ao curso crítico, mas, pelo contrário, ambos se reforçam mutuamente.

Esse aporte do movimento securitizador, centrado no Governo Rousseff, tem um teor mais explicitamente moral, pois associa as ameaças ao país e à sociedade a atores específicos, e, dessa forma, promove a identificação de inimigos de forma mais explícita e assertiva. Unindo os aspectos (C.Ia) *técnicos*; (C.Ib) *políticos*; (C.Ic) e *morais* atribuídos à gestão ou às gestões petistas, ou seja, a incompetência da (E.I; E.II) *gestão econômica* e os (E.II) *resultados deletérios a ela associados*, a *articulação política insuficiente* expressa no *impasse decisório* e, também, a *falha moral*, buscando *interesses particulares* por meio de *práticas fisiológicas*.

Para além de Dilma Rousseff e do Executivo por ela instituído, os editoriais de O Globo e de O Estado de S. Paulo relacionam as turbulências então percebidas a uma trajetória geral das presidências petistas. No dia seguinte à decisão pelo afastamento temporário da presidenta, esse segundo periódico sublinha os desafios prementes para superar a “intrincada crise em que o lulopetismo jogou o País” (OESP, 2016, grifos nossos, p. A3). Já o outro diário, repercutindo a votação pela admissibilidade do recurso, associa a conjuntura crítica ao “mais longo período na República de um grupo político no poder, por meio de eleição direta”. Mas ***patrocinador*** de uma ***catástrofe ética*** e uma ***hecatombe econômica***.” (OG, 2016, p. 18, grifos nossos). Naquele mesmo texto, o jornal paulistano, também, eleva o seu tom afirmando que caberá à equipe interina

Fazer com que o **governo federal** trabalhe com **seriedade** e **competência** na promoção dos genuínos interesses nacionais, resgatando o País do nefasto domínio do populismo irresponsável que provocou a maior crise política, econômica, social e moral da história republicana (OESP, 2016, p. A3, grifos nossos).

No primeiro trecho, a legitimidade conferida pelo voto parece ser limitada pelas balizas de um projeto de perpetuação política pouco democrático, devido à sua natureza sectária, pela ausência de alternância de poder e, principalmente, por seu papel coordenativo na destruição material e moral do Brasil, em dissonância a princípios que norteiam a gestão da coisa pública e ao próprio espírito republicano. Já no segundo, características semelhantes são apresentadas, mas adicionadas da falta de “seriedade”, “competência” e “responsabilidade”, como, também, marcadas pela produção de uma crise generalizada sem paralelo em *toda a República* brasileira.

Enquanto a passagem de O Globo se limita aos governos eleitos, já no Estadão, tal qual ocorre na outra menção à ideia de “república” na securitização da crise em si como ameaça, não se sabe quais episódios tomam parte ou não na comparação. Embora de forma ambigualmente ampla no Estadão, ambos os editoriais evidenciam a incomensurabilidade daquela crise em relação a trajetórias completas da história do país e, aqui, com lastro direto nos termos petistas.

Através do corpus documental, por vezes esse tipo de compreensão aglutina a administração de Rousseff àquelas do ex-presidente Lula e à atuação do partido e dos seus representantes para sustentá-las. No entanto, com maior frequência, chama-se atenção para fatores anteriores aos mandatos dela, no que lhe cabe, os focos vão para a sua incompetência. O segundo tipo de explicação é exemplificada pelo artigo de Sergio Fadul (2016, p. 22-23, grifos nossos) no Globo, no qual, por um lado, “Dilma foi *assombrada* pelas **heranças malditas**” das gestões petistas anteriores; e, por outro, “Lula a elegeu, mas, para isso, *liberou a senha para aventuras na economia*”. Embora a idoneidade da presidenta seja explicitamente refutada por muitos opinativos dos três jornais ou de forma mais sutil em parte das notícias, parece guardar-se reservas quanto às atribuições de Dilma Rousseff no fisiologismo da governança petista.

O que não consiste em eximi-la de responsabilidade nas práticas auto interessadas e corruptas que teriam corroído, desde dentro, o Estado brasileiro. No entanto, como o *pacto em prol da política fisiológica* precede a governante, como pontuado na seção anterior e expresso pela passagem de Fadul como, também, é maior do que ela. Considerando a centralidade conferida às dinâmicas diretivas em torno da Petrobras, frequentemente se destaca, como na “análise” de Gielow (GIELOW, 2015, p. A2, grifos nossos) para a Folha, “a **gestão** e a **corrupção** ocorridas na **era Lula/Dilma**”, de um modo geral, levando a companhia “*para o*

buraco”. Ainda em dezembro de 2014, observando as mesmas causas, Marcos Troyjo (2014, p. A20, grifos nossos) afirma que “Petrobras é a nossa Ucrânia”, isto é, à semelhança da intervenção militar para a Rússia, a condução da estatal teria gerado enormes prejuízos ao país – “**perdas inestimáveis** de recursos e tempo.”

Além da mobilização retórica de uma guerra para esclarecer o caso nacional, os próprios termos estabelecidos no interior da comparação lhes são desfavoráveis, pois “**o tônus direto da aventura na Ucrânia parece pequeno diante da desventura brasileira com a Petrobras**” (TROYJO, 2014, p. A20, grifos nossos). Esse texto foi publicado na mesma data em que a notícia da outra gazeta paulistana que coteja a situação do real e a de moedas de Estados envolvidos em conflitos armados (cf. CASTRO, 2015, p. B3). Aqui, também, o contraste assume significados literais que denotam, porém, a gravidade do que se passaria na conjuntura da crise presidencial. Se a referência à guerra, em geral, evoca danos tanto materiais quanto humanos, este segundo aspecto, no contexto do impeachment, refere-se ao desperdício do tempo do Brasil e da sua população que mantém o país como um lugar de um “*futuro que não chega nunca*” (RONAI, 2016, p. 22-23, grifos nossos).

Além do signo das disputas bélicas tradicionais, uma outra figura evoca mais precisamente a ideia de guerrilha: os atentados. Esses grandes atos de violência são usualmente caracterizados por sua desproporcionalidade e por seus “danos colaterais”, acometendo vítimas sem ligação direta com as questões em disputa – inclusive tomados como uma forma “covarde” de se guerrear. Para Leitão (2016, p. 22, grifos nossos) as ações de Rousseff em 2014, “do ponto de vista econômico”, configuram “**o grande atentado à Lei de Responsabilidade Fiscal**”. Já nas palavras do procurador-chefe da Lava Jato de Curitiba, Deltan Dallagnol, os diálogos interceptados entre a mandatária e Lula demonstram “**atentados à investigação**” e “**revelam a extensão do abuso de poder e do descaso com o estado democrático de direito**”.

Isto é, atentados tanto no âmbito da gestão econômica como nas prerrogativas funcionais e morais esperadas da Presidenta de República. Embora o termo, também, seja mencionado pontualmente para criticar o dispositivo constitucional de impeachment em si⁴¹, essa noção é usualmente empregada para interpelar a atuação presidencial de Rousseff, que atuou na luta clandestina contra a ditadura civil-militar instituída em 1964, época em que “*a guerrilheira* [de

⁴¹ “O impeachment de Dilma é um atentado à democracia, mas o atentado se faz à sombra da lei, da Constituição, é um atentado legalizado. Tentar esconder este fato e mergulhar na discussão jurídica é perder de vista que um presidente sofre impeachment por considerações de ordem política; argumentos e contra-argumentos jurídicos sempre serão esgrimidos, mas são folhas de parreira para esconder a vergonha. E a vergonha é que há aí um câncer antidemocrático — o impeachment é este câncer. Uma reforma política democrática deverá extirpar o mecanismo da Constituição” (Daniel Aarão Reis; 31/08/2016 - 15:12 / Atualizado em 31/08/2016 - 16:10).

codinome] “Wanda” rezava pelo catecismo do comunismo” (CASADO, 2016, p. 26-27, grifo nosso). A imagem de combatente também é mobilizar para qualificar – ou desqualificar – o exercício do cargo, pois “a essa conjuntura [da crise], somou-se o aspecto pessoal, onde a *guerrilheira* sobressaiu-se de forma crescente à presidente. Em vez de liderar e convencer, exigia e impunha” (FADUL, 2016, p. 22-23, grifo nosso). A atos de guerrilha parecem se imiscuir ao comportamento partidário para desviar, gravemente, as funções institucionais:

Com o país conflagrado, a presidente Dilma fez um *discurso incendiário*, usando o Palácio do Planalto como se fosse escritório partidário e o clima, obviamente, se elevou mais. A presidente Dilma falou em “**conjuração**” e afirmou que “**é assim que começam os golpes**”. O vocábulo “**golpe**” serve como *palavra de ordem para militância*, mas na boca de um chefe de governo passa a ter *extrema gravidade* (LEITÃO, 2016, p. 24, grifos nossos).

Representando uma grande clivagem dos textos opinativos⁴², a jornalista lança a denúncia do impeachment como uma posição aceitável apenas enquanto uma bandeira política descolada de uma realidade objetiva e, ao mesmo tempo, deslegitima essa postura como uma posição cabível no plano político-institucional e com os devidos embasamentos factuais e jurídicos. Isto é, retirando tal entendimento ou reivindicação do espaço do dissenso legítimo ao passo que, também, delimita as instituições do Estado como espaços que não devem ser permeáveis a todas as agendas de quaisquer clivagens sociopolíticas.

Enquanto algumas pautas são, de fato, legalmente vedadas tanto aos cidadãos quanto ao arcabouço institucional brasileiro⁴³, aqui, trata-se do jornalismo definindo quais aspectos das disputas políticas são suficientemente legítimos e da própria demarcação de divisas entre o discurso e o real. Essa passagem exemplifica tendências que perpassam, ainda que sob formas e medidas distintas, os três jornais examinados. O “trabalho moral” de tornar juízos valorativos como elementos objetivos (ETTEMA; GLASSER, 1998, p. 62, 71) pelo qual meios de comunicação gerem consensos sobre a validade de conflitos políticos e das demandas em seu interior (BIROLI, 2013, p. 137-138; BIROLI; MIGUEL, 2012, p. 25, 31-34, 41-42, cf. BIROLI; MANTOVANI, 2014; LEITÃO; GUAZINA, 2018; MIGUEL; COUTINHO, 2008).

No editorial *Vergonha! Vergonha!* do Estado de S. Paulo, publicado na mesma data que a coluna de Miriam Leitão, 18 de março de 2016, o periódico apresenta uma leitura semelhante

⁴² Essa questão é um dos pilares que sustenta o argumento da próxima seção, e nela será melhor desenvolvida mediante o suporte de um conjunto maior de dados empíricos.

⁴³ Por exemplo, destaca-se a legislação nacional que positiva crimes relativos a preconceitos “de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” (BRASIL, 1989), que é reforçado por diferentes pactos internacionais dos quais o Brasil é signatário (CANÇADO TRINDADE, 2013; PIOVESAN, 2017), e também tipificado, no caso do injúrias raciais, pelo Código Penal brasileiro (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS CNJ, 2015). Mais próximo do objeto analisado, a Lei de Segurança Nacional (BRASIL, 1983) criminaliza ações que atentem contra o regime e instituições democráticas.

da “estratégia” do “lulopetismo”, mas a eleva a outro patamar. O diário paulistano desidrata a validade da acusação da governante à medida que lhe figura como uma violência direta e de caráter autoritário contra a sociedade brasileira:

Dilma Rousseff deu *mais um tapa na cara dos brasileiros* ao *decretar* que devem *calar a boca* aqueles que se insurgem nas ruas contra seu governo, *acusando-os* de *agir sob o efeito de emoções artificialmente criadas* e *assim se tornarem instrumentos de uma conspiração armada contra os interesses do povo*” (OESP, 2016, p. A3, grifos nossos).

Já na segunda parte do trecho, que qualifica a primeira, ocorre um giro argumentativo que desloca o vetor usual de um dos alicerces dos enquadramentos predominantes nos aportes ao campo governista através do corpus documental.

A noção de instrumentalização associada à um concerto pela promoção de interesses particulares é, aí, utilizada para apresentar, criticamente, o teor do pronunciamento presidencial. Não só o seu estatuto de legitimidade é esvaziado, mas a fala perde a própria plausibilidade factual se considerados o conjunto de textos publicados ao longo do tempo. Já que o conteúdo atribuído à declaração de Rousseff colide com as narrativas predominantes através do corpus documental. No mesmo opinativo, mais um rodopio discursivo pode ser percebido quando o Estadão comentar a controvérsia em torno da nomeação de Lula como Ministro.

Elevado ainda mais o tom, Dilma Rousseff é acusada de “ter praticado **um autêntico golpe de Estado em favor de seu mentor**” (2016, p. A3, grifos nossos). Se Leitão advertia a periculosidade da menção a tal termo, nesse editorial a noção de ameaça e da sua gravidade também são reforçada, mas recorre-se à denúncia de ruptura institucional com um sentido inverso: quem efetua “golpes de Estado” é a presidenta, não os seus opositores. Na contramão da cautela com o uso da linguagem defendida pelo outro texto, nessa passagem o periódico associa às instituições e seus atores ao extremo e desloca as palavras de seus significados habituais. Se “decretar” é utilizada para se referir a um pronunciamento, uma questão controversa em termos políticos e jurídicos é tomada como um assalto à institucionalidade e, intensificado pelo adjetivo “autêntico”, sem margem para dissenso.

Na verdade, a moderação previdente defendida por essa jornalista na coluna publicada em março talvez só caberia a representantes institucionais ou especialmente à detentora do mais alto cargo da República, devido ao estatuto conferido pela faixa presidencial. Na edição de O Globo do dia 12 do mês seguinte, na semana que procedeu a votação pela admissibilidade dos trâmites de impedimento pelo plenário da Câmara Federal, Miriam Leitão (2016, p. 22, grifos nossos) combina “golpe” a “*demolição sistemática*” e a “*conspiração*” para abordar o manejo da economia sob o Governo Rousseff:

As questões econômicas são áridas e pouca gente tem *na memória a sequência dos eventos*. Mas o que trouxe a presidente a este momento foi a *demolição sistemática dos princípios fiscais*, a *conspiração contra a ordem monetária*, o *golpe nas estatísticas públicas*.

Como a colunista menciona a “memória” sobre a “sequência” dos episódios, provavelmente o uso da noção de ruptura institucional autoritária não se deu à escalada da crise no curto intervalo entre os dois textos. A partir da ideia de reciprocidade argumentativa em um debate público polarizado (MENDONÇA, SANTOS, 2009), como ocorreu de forma contundente na discussão sobre o impeachment, é razoável pensar na incorporação do “golpe” sob vínculos argumentativos próprios à medida que essa ideia ganhava ressonância por meio de narrativas críticas ao processo.

Antes relacionada aos aspectos econômicos da crise presidencial, a imagem dos conflitos armados convencionais, também, é empregada para se referir de modo mais direto ao Governo e às lideranças petistas. Reposicionando os discursos das partes envolvidas nos conflitos entre as instituições e a agentes da Justiça e o Executivo, notícia da Folha de S. Paulo da mesma data afirma que Deltan Dallagnol “disse que as interceptações telefônicas que envolvem o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a presidente Dilma Rousseff (...) *evidenciam* uma *‘guerra desleal travada nas sombras’*” (ROCHA, 2016, p. A8). Fala que parece expressar a posição institucional da Lava Jato, já que Dallagnol é “o coordenador da força-tarefa (...) em Curitiba”, lócus central da operação, e até mesmo representar a Justiça Federal de modo geral⁴⁴.

No trecho, a metáfora bélica é mobilizada com um sentido similar ao promovido pela comparação literal entre a gestão da Petrobrás e a intervenção russa na Ucrânia, pois é tratada como um dado, mas o seu teor não banaliza o termo como identificado sob o macro enquadramento do enxadrismo. Além do recurso à dramatização, a ideia de uma ameaça oculta de grandes proporções, “desleal” e orquestrada “nas sombras” mobiliza uma trama narrativa consolidada historicamente nos mais diversos contextos políticos (BUZAN; WÆVER; DE WILDE, 1998; ECO, 2011⁴⁵; GINZBURG, 2014; MAVELLI, 2013).

O seu teor muito frequentemente se associa a movimentos discursivos que podem ser lidos por meio das lentes da securitização de forma bastante intuitiva, como mostram estudos que voltam esse arcabouço à “guerra ao terror” que procede os ataques de 11 de setembro de

⁴⁴ Se pronunciou “em um discurso duro em frente à sede da Justiça Federal de Curitiba” (ROCHA, 2016, p. A8)

⁴⁵ Anne Begent-Neuschäfer (2013) contextualiza a pesquisa historiográfica que embasa as liberdades ficcionais de Eco na obra que, inclusive, mobiliza um grande número de documentos históricos. Na sua dimensão historiográfica, o livro aborda justamente a reincidência recorrente desse mote e estrutura narrativa, adaptado a cada contexto, através de um longo horizonte temporal.

2001 (BUZAN, 2006; VULTEE, 2007; 2010a; 2010b). Sob termos diferentes, é o mesmo mote que perpassa os “atentados” mencionados, e relacionados às facetas guerrilheira e/ou autoritária da presidenta.

Novamente tornado fatos, os seus ataques “armados” pela criação de narrativas falsa precedem, inclusive, o mandato então em vigor e adicionam mais uma camada ao seu “estelionato eleitoral”, pois “na reeleição, a arma foi o medo. Usado em escala e associado à mentira, consumiu em poucos meses a credibilidade política que ainda restava” (FADUL, 2016, p. 22-23, grifos nossos). A dimensão factual das iniciativas de Rousseff com o objetivo de “semear pânico” é reforçada pelo editorial de O Globo (2016, p. 18). Isto é, o seu *terrorismo*, que, assim como os “crimes orçamentários”, se perpetua no seu segundo termo:

Até porque, como ficou exposto no vídeo que a presidente Dilma difundiu sexta-feira pela internet, ela retomou o discurso de campanha para tentar semear o pânico na população, como em 2014 com seu marqueteiro, João Santana, hoje preso, exibindo filmes em que a comida desaparecia do prato das famílias humildes se adversários ganhassem a eleição (OG, 2016, p. 18).

Sob o macro enquadramento do xadrez político, as falas da governante são evidenciadas como confusas e inverossímeis, parecendo resultar não de vínculos ideológicos, compromissos políticos e incapacidades de adaptação, mas inclusive de dificuldades cognitivas. Por essa chave significativa, são apresentadas suas mentiras e, embora criticadas, elas são consoantes a todo um contexto de práticas políticas auto interessadas em um jogo de poder. Já sob as lentes da securitização, a *realpolitik* assume outro nível de gravidade e um apelo moral diferente, isto é, além de eticamente condenáveis, elas se tornam perigosas. Sobre essa combinação entre inverossimilhança se esteia o repúdio mais ou menos contundentes à denúncia de golpe.

Embora não depreenda a tomada autoritária do poder estatal, O Globo (2016, p. 20, grifos nossos) também se manifesta de forma contundente acerca do *status* da mandatária e do seu antecessor e quanto ao predatismo ilimitado de ambos: “vale-tudo empurra Dilma e Lula para a ilegalidade”. Ainda que se reconheça algum dissenso em torno da questão, um lado é respaldado pela técnica e pela lei e o outro simplesmente “discorda”⁴⁶, mas, por fim, a controvérsia é eliminada e os juízos a seu respeito são objetivados:

Seja como for, gravações legais de conversas telefônicas de Lula liberadas na noite de quarta pelo juiz Sérgio Moro implicariam de forma evidente o ex e a atual presidente em gestões para barrar a Lava-Jato, consideradas atos de obstrução da Justiça. Ficou estabelecido então que, para Dilma e Lula, vale mesmo tudo para se manterem no poder (OG, 2016, p. 20, grifos nossos).

⁴⁶ “Haverá desdobramentos judiciais, no Supremo, sobre se Moro poderia ter divulgado um diálogo de que participava alguém com foro privilegiado, a presidente Dilma. O juiz tem toda uma argumentação técnica, com base na Constituição, em favor da sua decisão de liberar os grampos. O Planalto discorda, e tudo será decidido no tribunal” (OG, 2016, p. 20, grifos nossos).

Lula também é, “por inteiro”, “virulento” e “autoritário”, mas uma “essência” imutável de todo partido governante: “**na essência**, a manobra carrega **o DNA petista de usar o Estado em proveito próprio**” (OG, 2016, p. 20, grifos nossos). Precisamente a “ideologia que **justifica o aparelhamento da máquina pública**, uma das formas *mais deletérias de privatização do Estado*”⁴⁷ (OG, 2016, p. 20, grifos nossos).

O tipo de abordagem exemplificado por esse trecho reflete os enquadramentos predominantes, também, sob o pacote do Xadrez para abordar a presidenta e o seu campo político, ou seja, certas características intrínsecas aos petistas ou ao seu modo de governar. Embora a gravidade da ameaça ou a periculosidade dos inimigos sejam fundamentais à construção de uma declaração de segurança, a impossibilidade de alternativas para além da eliminação das ameaças *existenciais* ocupa um papel igualmente central para a configuração desse tipo de processo discursivo. Não dá para solucionar por caminhos adaptativos, de meios termos e compromissos, o que é, por natureza, impassível de mudanças. Em um caso como esse, duas reações seriam possíveis para lidar com a situação, isto é, nada, aguardar que o tempo cumpra o seu curso, ou fazer algo. Isto é, eliminar o problema.

Isto é, o caráter existencial das questões políticas securitizadas não se esteia unicamente nos riscos alegados à sobrevivência do objeto de referência, mas também na imbricação desses perigos à existência dos fatores ou atores que exercem a ameaça. No primeiro elemento do movimento securitizador argumentado, é da natureza da crise se espriar e destruir o país e a sociedade brasileira. Já neste segundo, é da natureza de Dilma Rousseff e/ou do seu governo petista – tanto por erros quanto por seu fisiologismo – destruir o país e a sociedade brasileira. E, fala-se aqui de busca quase orgânica por sobreviver, sobreviver politicamente, isto é, manter-se no poder.

No que se diz respeito à Chefe de Estado, no âmbito mais estrito da corrupção, embora muitas acusações sejam a ela dirigidas, o seu comportamento é, principalmente, identificado de duas formas, uma mais passiva e outra de ímpeto mais ativo. Aquela se refere à continuidade mais passiva dos padrões estruturados ao longo das administrações Lula; e esta, à perpetuação dessas dinâmicas vinculada à sua própria sobrevivência, como destacado pela análise do pacote interpretativo do xadrez político. Algo que explica ações passadas e a condução do presente, à luz de características essencializadas dos petistas, mas que também aponta, perigosamente para o futuro:

⁴⁷ Entre esta passagem e a anterior: “Por ser um companheiro e *líder supremo*, Lula merece toda a proteção, e às expensas dos contribuintes”. (OG, 2016, p. 20, grifos nossos).

O PT resolveu literalmente comprar a base parlamentar, para viabilizar um **projeto de eternização no poder**. Para isso, **assaltou a Petrobras, outras empresas públicas** e se enredou em um novelo do qual está *longe* de se livrar nos tribunais. **Sempre guiado pela máxima dos ‘fins que justificam os meios’** (OG, 2016, p. 16, grifos nossos).

Este editorial de o Globo delinea um panorama de domínio autoritário, marcado pelas tendências fisiológicas de “sempre”, as mesmas que resultaram na progressiva corrosão do país naquele presente.

Como abordado na seção anterior, “*o descompasso de Dilma*” trata-se de uma dessincronia com a realidade e, também, com tempo (OESP, 2015, p. A3, grifo nosso). Um eixo interpretativo que atravessa os principais enquadramentos identificados para abordar a presidenta e o seu campo político através dos diários através do corpus documental examinado. Se o processo institucional do impeachment de Rousseff foi baseado em matérias de responsabilidade fiscal, os sentidos gerais do “atentado à cultura fiscal” (LEITÃO, 2016, p. 22) também se expressa na incapacidades da presidenta e do seu campo político em administrar a contabilidade do tempo. Um “descontrole” (GRIBEL; LEITÃO, 2016, p. 36) que se dissemina pelas relações do governo com o país e com a sociedade brasileira, afetando-lhes sob a forma da progressão da crise generalizada.

Além das remissões ao passado para apontar os erros e desmandos das presidências petistas, a interação entre o Governo Rousseff e o contexto crítico impactaria Brasil às épocas das sucessivas publicações dos textos examinados, mas cuja sombra também se insinua sobre o futuro. Neste horizonte do por vir, há, por um lado, uma dimensão quase inercial do projeto de perpetuação política, mas, outro, a escalada dos ímpetus nocivos do Planalto mediante o aprofundamento da crise. Deles, projeta-se uma contínua deterioração das condições do país.

Ao passo que os jornais propagam um cenário desalentador para o país, de modo geral, o ritmo cadenciado da conjuntura instável parece corroer sistematicamente a própria Administração. Em março de 2015, o editorial da Folha de S. Paulo (2016, p. A2) traz esse tipo representação que delinea um movimento de destruição sincopada, pois “a arrecadação de impostos do governo federal cai em velocidade cada vez maior”. A Receita Federal divulgou nesta sexta-feira (18) dados que indicam uma alarmante perda de recursos”. Além dos aspectos já observáveis, o jornal apresenta aqueles prováveis ou praticamente certos em um próximo momento, pois “nesse ritmo, sobrevirá uma escassez que levará a presente administração à beira da paralisia ou a déficit ainda mais assustadores” (FSP, 2016, p. A2).

Em retrospecto do segundo termo de Rousseff, reportagem de O Globo deixa essa mesma impressão de destruição sequencial no tempo, mas que ainda sugere a sua aproximação

em termos de espaço: “a Operação Lava-Jato (...) trazia para *cada vez mais para perto do governo o foco da crise. A economia desacelerava em ritmo frenético. A popularidade de Dilma despencava. Tudo* indicava que o **governo se dirigia ao colapso** (GAMA, 2016, p. 16)”. Nesses excertos, trata-se do rumo ao “colapso” do Governo, mas se sustenta em todas as implicações que isso acarreta para a progressiva erosão o país. O que foi apresentado ao longo desta seção, mas se imbricada aos problemas, em diversas configurações causais possíveis, e às avaliações apontados pelo segmento anterior.

O que foi dito na página anterior sobre a possibilidade de condutas ativas ou passivas frente às ameaças enunciadas guarda, principalmente, a função retórica de emparelhar a resolução da questão de segurança com a não resolução. E, dessa forma, jogar com duas trajetórias de futuro. Em meio a um cenário representado pela tendência à destruição, a miríade de possíveis trajetórias pode ser resumida a dois caminhos simples: a solução para esse quadro, ou para a sua progressão, e a alternativa de não solução.

No que se refere ao jogo entre os diferentes textos que compõem os diferentes jornais averiguados, mas também os seus subtextos, deles emerge uma sequência lógica básica, a saber, qual seria o resultado de uma crise generalizada e em contínua progressão caso nada ou ninguém interrompa o seu desenrolar? No mínimo, a trajetória da incerteza e da insegurança.

A incerteza da conjuntura, cuja continuidade por vezes não tem limites, é sistematicamente enunciadas através do corpus documental, contrabalanceada, porém, pela certeza quanto ao caráter permanente das instabilidades e à conseqüente deterioração das condições. Ainda em março de 2015, no Estadão, Sergio Fausto (2015, p. A2, grifos nossos) anunciava: “a crise será longa”. No que diz respeito à questão de corrupção central às turbulências, o “escândalo da Petrobrás”, era vaticinado como “uma *novela que ainda terá muitos capítulos*” (FAUSTO, 2015, p. A2). Em O Globo, Miriam Leitão (2016, p. 22, grifos nossos) acentua o aspectos temporal dessas compreensões, afirmando que, ao menos na economia, “o país levará anos para se *reequilibrar*”.

No mesmo artigo a colunista complementa a sua previsão, expondo que, ausentes desfechos no plano político, enquanto isso “a incerteza permanecerá no país”, sob a égide da sua “**era da incerteza**” (LEITÃO, 2016, p. 22, 12.04.16). No jornalismo econômico, praticamente todos os textos estudados dos três periódicos indicam que a falta de clareza quanto à estabilidade do sistema é um elemento corrosivo para o mercado. A manchete de uma entrevista com um grande empresário ilustra esse ponto: “a insegurança é a pior coisa que existe” (OMETTO, 2016, p. B5.). Apresenta-se a ausência de soluções em curto ou médio

prazo, que reforça essa percepção: “**sem solução rápida à vista, o País terá de operar em modo de crise por um período longo**” (FAUSTO, 2015, p. A2)

Em coluna para o jornal carioca à respeito da aceitação da denúncia de crime de responsabilidade contra Dilma Rousseff, Ricardo Noblat (2015, p. 11) vaticina que “o país **ainda** não atingiu **o fundo do poço**”, mas que seguem “**O país e Dilma na direção do fundo do poço**”. Já em editorial sobre a votação da admissibilidade da processo de impedimento, O Estado de S. Paulo esclarece que, mesmo “**a um passo do impeachment**”, ainda “**é ilusório achar que o pior passou, que se bateu no ‘fundo do poço’**” (OESP, 2015, A3). Além dessa tela sombria, sem possibilidades de reversão da crise sob a administração Rousseff, o cenário resultante da sua gestão parece ter trazido elementos do passado ao presente das brasileiras e brasileiros.

O “**retrocesso que o Brasil vive desde 2009**”, “**a volta do Brasil velho**” em razão da tamanha deterioração econômica, em um nível que se pensava superado (LISBOA, 2016, p. A18). Não só as iniciativas e o pensamento da Presidência petista são carregadas ultrapassadas, mas esse padrão resultaria, ao país, em certa reversão ciclo natural do tempo, do devido andamento das coisas. Sem nomear diretamente, mas em perceptível referência a um otimismo anterior quanto às gestões de Lula, Ana Maria Machado (2016) se indaga em artigo para o Globo acerca do momento: “**a que ponto chegamos... A frase se repete nas conversas sobre a crise moral, econômica e política do país. Como foi possível? Como nos deixamos iludir desse modo?**”. Fazendo uma retrospectiva sobre o processo de impeachment, Cora Rónai (2016, p. 22-23) desenvolve uma reflexão com um sentido semelhante, mas tocando exatamente na relação disfuncional do governo com o tempo evidenciada pela crise: “a impressão que me ficou foi a de uma **profunda melancolia**, a melancolia **do que poderia ter sido mas não foi**, de **constatar que, tantos anos passados, continuamos a ser o país de um futuro que não chega nunca**”⁴⁸.

⁴⁸ “Brasil, um país do futuro” é o título que nomeia a livro do austríaco Stefan Zweig (2013), publicado originalmente em 1941, no qual o escritor percebe os contrastes que marcam o país e a sua sociedade seriam permeados pela tendência ao concerto, e não ao conflito. É, assim, consoante a Gilberto Freyre (2019 [1933]), que atribui à “mestiçagem” brasileira um “ideal harmônico” que “encerra a capacidade de se conciliar as contradições” (BASTOS, 2005 apud ORTIZ, 2013, p. 615). Naquele caso, não livre de incongruências no interior da própria obra (CARVALHO, 2006), esse veio interpretativo incorre no apagamento das disputas assimétricas e violentas que marcam a história brasileira (SCHWARCZ; STARLING, 2016). Apesar das críticas recebidas mesmo à época de seu lançamento (DIMES, 1981), a representação elaborada por Zweig permeou a articulação da auto imagem brasileira através da segunda metade do século XX, e no terceiro milênio (BUARQUE; 2017; ORTIZ, 1985; 2013). A mobilização desse signo assume, porém, contornos ambivalentes: a catalisação de todos os potenciais de desenvolvimento conferidos ao país ou a um potencial sucesso que acaba por se manifestar por fracassos consecutivos.

Apesar da ambiência de ceticismo ou pessimismo estabelecida na grande maioria do textos do corpus documental utilizado, mas justamente em associação a ela, emergem defesas de que são necessárias *quaisquer* soluções capazes de alterar a acomodação de forças vigente que “sufoca” todas as alternativas capazes de romper com o estado crítico. Na sua coluna para o Estadão, ainda nos “*idos de março*” de 2015, José Roberto de Toledo (2015, p. A6 grifos nossos) havia selado que o Planalto encarava o seu “ponto de não retorno”. Já em dezembro daquele ano, em publicação sobre o aceite de Cunha à denúncia de impedimento, o jornalista celebra a possibilidade de qualquer resolução ao impasse, pois “***qualquer que seja o final da história, haverá um desfecho, e não uma crise permanente como ocorre hoje***” (TOLEDO, 2015b, p. A6, grifos nossos). O editorial do outro periódico paulistano, em março de 2016, complementa essa ideia com um senso de urgência para a recuperação dos potenciais da nação, pois “apesar de sua extensão e força, o país permanece dividido — e numa crise que, ***de uma forma ou de outra, é urgente superar***” (FSP, 2016, p. A5, grifos nossos), porque “o país tem *pressa*” (FSP, 2016, p. A2, grifos nossos).

Pressa para eliminar as barreiras do impasse decisório para que, aí, só então a crise em si possa ser interpelada com tão rápido quanto possível por “***quem quer que esteja no poder*** ao final do processo de impeachment deverá apresentar, ***de forma urgente***, um plano de emergência”. E para isso, a Folha adiciona: “é preciso elaborar desde já ***um programa de ação imediata*** a ser implementado ***assim que o tumulto diminuir.***” (FSP, 2016, p. A2, grifos nossos). No artigo que compara a invasão da Ucrânia aos escândalos na Petrobrás, publicado por esse mesmo diário, o autor ressalta ideias semelhantes, mas faz uma interessante ressalva de metalinguagem e associa o paralelo à velocidade de reorganização ou da eliminação, quando “***nesses casos, a lentidão é inimiga da perfeição. Quanto mais rápida for a faxina, menor será a tentação de comparar custos de erros estratégicos e corrosão moral centrados numa grande empresa aos de um conflito internacional de perigosas proporções.***” (TROYJO, 2014, p. A20, grifos nossos).

Embora o incerto seja o elemento que distingue conjunturas críticas (DOBRY, 2014), aqui trata-se de seu desenvolvimento ilimitado, isto é, a possibilidade do mais completo caos. Além da “paralisia” do país, é essa característica que o editorial de O Globo (2016) ressalta ao também expressar a necessidade veloz de quaisquer soluções aos entraves políticos:

Seja qual for o desfecho do processo de impeachment, ele precisa vir o mais rapidamente possível. O somatório da crise política com a crise econômica, semeada em parte durante uma campanha eleitoral em que a presidente vendeu um futuro fantasioso, apenas para conquistar a reeleição — enquanto *aprofundava os equívocos* do “novo marco macroeconômico” —, *paralisa o país há quase um ano e meio. E projeta um indevassável horizonte de incertezas.* (OG, 2016)

Na mesma edição, publicada na semana anterior da votação pelo plenário da Câmara Federal, Leitão (2016, p. 22) afirma que “há *ainda um longo caminho antes da decisão*” e que, nesse meio tempo, “o Brasil *continuará vivendo a sua era da incerteza*”.

Já a posição de institucional do Estadão se diferencia dos demais. Ao apontar a ilusão de se considerar que “o pior já passou”, o jornal deixa claro que o fim do processo de impeachment em si não é suficiente, é necessário que o seu resultado seja a remoção de Rousseff:

As coisas não funcionam assim numa **severa crise fiscal** e em que o governo *ainda no poder mantém os mecanismos que alimentam esta crise* — deseja continuar a elevar os gastos quando as receitas caem, puxadas pela recessão. E, como sempre em nome da defesa do pobre, também rejeita desindexar o Orçamento, cujas despesas crescem rumo ao infinito porque a inflação não para de subir, embora numa velocidade mais baixa. É receita infalível do agravamento ainda maior da crise fiscal, que tornará o pobre miserável. (OESP, 2015, A3, grifos nossos)”

Além disso parece haver uma sutil hierarquização do devido processo à urgência exigida pelo contexto: Ao se colocar acerca “aprovação da admissibilidade do pedido de impedimento, ainda a ser julgado pelo Senado. **Mas tudo precisa ser rápido**, devido à situação do país (OESP, 2015, A3, grifos nossos).

Em algumas peças é possível identificar um movimento discursivo nesse sentido um pouco mais nítidos, pelos quais a ordem constitucional do estado democrático de direito parecem ser submetidas à natureza do momento. Em O Globo, é o direito de defesa que ser ponderado a luz de um suposto interesse geral:

Espera-se, agora, que as ameaças feitas por diversas vezes pelo advogado-geral da União, ministro José Eduardo Cardozo, de recorrer ao Judiciário (STF) sempre que considerar que direitos da presidente estejam sendo desrespeitados, não se confirmem. É certo que a defesa tem absoluto lastro legal para usar de todos os recursos previstos em lei, e a qualquer momento que assim considerar necessário. **Mas, na crise grave por que passa o país, deve ser levado em consideração por todos, oposição e situação, que o tempo conspira contra a nação** (OG, 2016).

Mas, um artigo publicado pela Folha chama bastante atenção pela clareza que esse movimento assume. Retomando imbróglgio envolvendo a concessão do encargo ministerial ao ex-presidente, Oscar Vieira (2016, p. B2, grifos nossos), em artigo para a Folha, explicita a dimensão de excepcionalidade que permeia o encaminhamento jurídico à questão (VIEIRA, 2016, p. B2):

Na próxima semana o Supremo terá que decidir sobre a validade da nomeação de Luiz Inácio Lula da Silva como ministro de Estado do governo da presidente Dilma. ***Em circunstâncias normais, essa questão jamais seria submetida ao Supremo. Afinal, esta é uma competência privativa da presidente. Mas não há nada de normal na presente conjuntura.***

Exceção necessária ao contexto de exceção.

Se as dimensões principais das turbulências que assolariam o país e a sua sociedade são políticas, econômicas e morais, dessa forma, abrangem praticamente todas as facetas da vida em comunidade e da sua cultura. Uma crise envolta por um impasse decisório que não permite que se barre a perpetuação de seus efeitos e muito menos que se “pare a roda” dos fatores que os geram. À medida em que os problemas apresentam de formas difusas ou específicas para todos os âmbitos da vida social e os seus efeitos deixam de ser controláveis, o processo crítico se torna uma *ameaça existencial* à coletividade em questão. O que pode ser identificado em parte dos textos e, em muitos outros, afigura-se como a consequência lógica estabelecida pelo que é dito consiste na virtual dissolução do Brasil, e, conseqüentemente, da sua sociedade. Através dos três periódicos, as outras alternativas apontadas inviáveis, o impeachment como a única alternativa viável que se separa o país desse horizonte.

3.4 O encontro entre a normalidade e a excepcionalidade da política: o impeachment como única solução possível à crise

O impeachment foi uma entre as muitas soluções aventadas por Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo para a crise por eles reportada, dimensionada e avaliada desde seus momentos iniciais, quando ainda não apresentava uma proporção generalizante, e abarcava questões específicas. Entre o período que antecedeu a posse do novo mandato de Dilma Rousseff, ainda em 2014, e o seu afastamento provisório, tais questões ganharam proporção e cadência conforme o passo da *incapacidade* ou da *ineficiência* do Governo para respondê-las devidamente. Nas páginas dos jornais, as raízes desses problemas pontuais se mostraram profundas e eles cresceram, floresceram e frutificaram. Frutos apodrecidos, a saber, a deterioração das condições da economia e a queda da atividade, a diminuição de recursos e capacidades políticas da Presidência, o aprofundamento das apurações da Lava-Jato levado ao Planalto e as crescentes ondas de insatisfação e revolta populares.

Além da abrangência das soluções propostas, a pauta de soluções apresentadas pelos textos noticiosos e opinativos carrega dois tipos de impasses estruturais. Todas as soluções são condicionadas e se encavalam como medidas muito complexas, ao passo que são vinculadas à execução de outras propostas de tratamento. À despeito das divergências sobre o processo de impeachment e de críticas a ações que prejudicassem o Executivo ou a sua mandatária, impera nas gazetas uma espécie de consenso crítico, como antes mencionado, sejam às posturas relacionadas à direita ou à esquerda do espectro político.

Por um lado, entre as recomendações de tratamento existem demandas necessariamente conflitantes e, por outro, independente do curso adotado, Rousseff e a sua Presidência são sistematicamente cobradas e criticadas pelos jornais e por suas autoras e autores. Embora dificilmente sucessos sejam atribuídos ao Executivo Federal, quando as soluções propostas pelos periódicos são assumidas pelo Planalto e, eventualmente, realizadas, a divisão interna da Administração, os seus compromissos e ou as suas dificuldades para concerto político tornam a implementação dessas políticas aquém do necessário. Sob outro eixo de críticas, as medidas se fazem insuficientes *per se* devido aos novos cenários constantemente gerados pela progressão da crise. Por fim, se esses argumentos não são utilizados ou mesmo em seu complemento, sublinha-se a incongruência que caracteriza as reivindicações tornadas expedientes públicos.

Sobre a atuação governamental diante da conjuntura, dito de outro modo, lê-se a partir dos impressos um descompasso do *timing* entre a crise e as respostas a ela dirigidas, pois a velocidade do Governo é uma, a das exigências impostas pelo contexto, outra. Pelo corpus documental, parece desenhar-se uma corrida exaustiva e ineficaz por resultados que Rousseff, seu governo e seu campo político não conseguem galgar a tempo. A representação, metáfora ou *slogan* do “Governo sitiado” passa ser usado a partir (a partir da ou a princípio pela) pela Folha de S. Paulo em 18 de março de 2016, data seguinte à divulgação dos grampos telefônicos por Moro, que marca o momento de rápida escalada da crise em torno do Planalto. Somente nas impressões desse dia, do subsequente e de 12 de abril, o jornal utiliza a expressão como chamada para 22 das matérias analisadas. Essa imagem talvez já represente parcialmente os aportes em torno do Governo desde o início do corpus documental, em dezembro de 2014, mas, pelo menos a partir de março de 2015, reflete como os diferentes quadros posicionam Dilma Rousseff e a sua administração diante dos demais atores e elementos da conjuntura crítica.

O momento em que o chavão deixa de encabeçar as reportagens é tão importante quanto o seu uso disseminado nesse espaço de destaque. No conjunto amostral, a data que sucede o 12 de abril é o 18 do mesmo mês, edição de repercussão à votação sobre a admissibilidade do impeachment na Câmara Federal, cujo resultado é considerado pela maioria dos textos dos três periódicos como um grande indicativo da resultado final do processo e, em alguns casos, como um destino selado. O que parece encerrar o cerco pela definição da queda certa da presidenta.

Quando raramente as ações do Planalto conseguem coincidir com os efeitos da crise – isto é, incidem sobre os seus devidos aspectos –, o encontro nunca é abordado de forma vantajosa para Rousseff e seu *entourage*. O signo da incongruência que assinala as demandas exigidas da presidente é transposto à cobertura jornalística sobre a sua admissão e execução

dessas tarefas. Essas incongruências devem ser estendidas à das falhas morais que caracterizam, se não Rousseff, o seu partido. Quando não dito explicitamente, os textos parecem ser mediados por subtexto que assinala as falhas éticas ou morais que perpassam Governo e governante.

Nas gazetas, os diferentes tratamentos propostos à presidenta e ao seu governo para superar ou mesmo controlar a crise brasileira, podem ser aglutinados em quatro propostas genéricas, interconectadas, mas que dizem respeito a campos distintos da conjuntura crítica: a política; a economia; a sociedade; e o estatuto democrático. Como apresenta a Tabela 2, sob esse prisma, resumem-se à (I) *recuperação da governabilidade*, à (II) *superação da crise econômica*, à (III) *recuperação da confiança da sociedade* e à (IV) *recuperação da governabilidade e legitimidade*. Embora esta última possa ser entendida como uma combinação entre a primeira e a terceira reivindicação, a categoria é diferenciada por se tratar de um par usualmente abordado em conjunto quando se refere ao processo de impeachment e por abordar a confiança da sociedade pelo enfoque na democracia. Todas carregam aspectos objetivos e implicações morais, mas as duas últimas são atravessadas por eixos de ética ou de moralidade cujo caráter é estruturante, já que evocam mais especificamente percepções sociais.

Tabela 1. Grupos de soluções para a crise via mandato Rousseff

	MEIOS/CONDIÇÕES
(I) Recuperar governabilidade	(1) Mudança de comportamento de Rousseff
	(2) Mudança de comportamento do PT
	(3) Transferência das decisões a Lula e PMDB
	(4) Realinhamento interno do Governo
	(5) Abertura da Presidência ao diálogo e à negociação política
	(6) Barganha por apoios, cargos e orçamentos
	(7) Recomposição da Base Aliada
	(15) Queda de Cunha (<i>ex-machina</i>)
	(*) Interesses e composição da Base Aliada
(II) Controlar/superar crise econômica	(I) Recuperar governabilidade
	(8) Adaptação ou abandono do projeto de Estado Grande
	(10) Promoção de ajuste fiscal
	(11) Medidas econômicas paliativas e gasto social
	(12) Guinada à esquerda na política econômica
(III) Recuperar confiança da sociedade	(I) Recuperar governabilidade
	(II) Controlar/superar crise econômica
	(13) Combate à política fisiológica e transparência de gestão
	(14) Maior diálogo com a sociedade e responsividade às suas demandas
	(**) Abertura da sociedade para diálogo

(IV) Recuperar a legitimidade	(I) Recuperar governabilidade
	(II) Controlar/superar crise econômica
	(III) Recuperar confiança da sociedade
	(17) Processo de impeachment em si: (I); (I; II); (I; III); (I, II; III)
	(18) Fim do processo de impeachment: (I); (I; II); (I; III); (I; II; III)

Fonte: elaboração própria.

No âmbito da continuidade do mandato de Rousseff, todos os quatro alinhamentos de pretensas soluções para a crise presidencial têm uma “pedra de toque”: a recuperação da governabilidade pelo Planalto a nível das instituições. Isto é, basicamente, a (7) *recomposição da Base Aliada* do Governo no Congresso. Para além da (5) *abertura da Presidência ao diálogo e à negociação política*, contudo, esse movimento exige o recurso às ferramentas tradicionais do presidencialismo de coalizão, a (6) *barganha por apoios, cargos e orçamentos*. O que já guarda três grandes problemas que tangem tanto à viabilidade dessa cartada quanto as suas consequências para os outros ângulos da crise.

A recomposição da base em si já se trata de um processo bastante intrincado, o que é majoritariamente reconhecida pelos três impressos⁴⁹. Essa recomendação de tratamento se torna mais complexa considerando a contínua diminuição de recursos econômicos do Governo *vis-à-vis* pressões por cortes orçamentários e a ampla insatisfação popular diante dele, mas, principalmente, as diversas jogadas político-partidárias que buscavam obstruir as iniciativas executivas no Legislativo. Apesar desse contexto árido, a primeira ressalva à reorganização dos quadros governistas na Câmara e no Senado aponta para o interior da coalizão, da sua parcela formada pelos outros partidos além do PT. No que tange essa dimensão interna, os *Interesses e composição da Base Aliada* são constituídos pela interação multivariada de (a) *características, capacidades e interesses individuais* em nível (b) *coletivo*.

Dessa forma, um fator, em última instância, exógeno, sobre o qual o Governo não tem controle direto. O que ocorre apenas de modo virtual, sim, mas o que, na prática, sob uma conjuntura crítica, pode fazer com que a tarefa seja até impraticável. A definição clássica de Weber (1999, p. 33) acerca do poder reafirma a imposição da “própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências”. Tomando esse conceito básico, a dificuldade de recomposição da base parlamentar diz sobre os núcleos e indivíduos que dela participam, mas também sobre a capacidade faltante, falha ou ineficiente de Rousseff e do PT de então para o exercício do poder ou governo, em um sentido limitado. Se a tarefa de recompôr uma coalizão

⁴⁹ Como apresentado e discutido na subseção 3.2.4.

em meio a uma crise não é nada trivial, tão mais difícil ela se torna com o então PMDB, atual MDB, como sócio majoritário.

De forma mais ou menos formal, o grande partido participou de todos os mandatos do presidencialismo de coalizão desde a redemocratização até o Governo Rousseff e, com posse do vice-presidente Michel Temer, a legenda conseguiu empossar dois mandatários no Planalto sem que os tivesse eleito para o cargo (NOBRE; 2013a; BRASIL, 2016). Agregando uma grande quantidade de representantes no Congresso com interesses bastante diversos, a sigla é particularmente experimentada na mobilização de recursos e dinâmicas parlamentares (NOBRE, 2013a; 2013b). Em sua coluna para a edição do Estadão subsequente à votação pela admissibilidade da denúncia de impeachment, José Roberto de Toledo (2016a, p. A6) sugere os “mandamentos para um presidente terminar o mandato”: **“1 - Não amarás um vice com apetite; 2 - Não te deitarás com partido maior que o teu”; “3 - Não cobiçarás menos do que 172 deputados”; 4 – “Honrarás teu ministro da Fazenda”; e “5 - Não roubarás”.** Além das duas primeiras instruções fazerem referência à legenda e ao seu dirigente, **Temer, Toledo conclui o artigo com o “P.S.”:** “os mandamentos acima não se aplicam a peemedebistas na Presidência”.

O segundo fator abrange outros partidos, mas o PDMB é o mais relevante delas e diz respeito à confiabilidade e solidez da base parlamentar, pois a reorganização de uma coalizão é diferente de deter maiorias congressuais seguramente consolidadas. Como já indicado neste capítulo e no anterior, a gestão Rousseff foi marcada por constantes flutuações da sua coalizão no Parlamento, assinalada por dissidências em seu interior e, de acordo com o acirramento da crise, pela saída de partidos inteiros. Colunistas apontam que, não apenas acompanhar, mas ditar os fluxos do poder seria da natureza da legenda (TOLEDO, 2016), representada por metáforas como “o crupiê do poder”, que “dá as cartas” da política e que teria escrito a sua “a cartilha. Em latim”, e que, ainda em março de 2015, apenas PMDB teria força “para sustentar Dilma no cargo. Ou tirá-la” (TOLEDO, 2015b; 2016a; 2016b). As suas sinalizações estimulariam legendas menores com perfil mais ou menos análogo. Acusações de oportunismo à parte, em 2016 o partido esteve entre a possibilidade de assumir a Presidência da República e, em contrapartida, a possibilidade e a pressão exercida pela Oposição de uma eventual cassação de toda a chapa eleita.

Mediante às pretensas (1) *mudança de comportamento de Rousseff* e (2) *mudança de comportamento do PT*, percebidas como necessárias ao (4) *Realinhamento interno do Governo*, segundo os periódicos, Rousseff chegou a se afastar do centro decisório do Planalto para que houvesse uma (3) *transferência das decisões a Lula e PMDB* como solução aos impasses de

articulação política. Segundo a imprensa, adotado o “consórcio lulopeemedebista”, os seus resultados não são os almejados ou suficientes para lidar com a crise em sua dimensão político-institucional e, além disso, Rousseff é criticada por sua virtual perda do Governo. Como exposto na seção 3.2, na ocasião em que a presidenta integra oficialmente Lula ao núcleo da articulação da Presidência como Ministro-chefe da Casa Civil, a jogada é majoritariamente enquadrada como um crime da parte da mandatária. Na controvérsia provada pela divulgação da conversa entre os dois, o que antes foi por diversas vezes evocado como alternativa à inabilidade política da governante passa a ser enunciado como desvio de finalidade.

As proposições para reaver a governabilidade presidencial podem ser difíceis, talvez inviáveis ou consideradas improváveis, mas existe uma contradição fundamental entre *como* a sua execução é aventada e a recuperação da confiança da sociedade. As barganhas entre políticos são identificadas a práticas políticas tradicionais e ultrapassadas, remetem à continuação do passado, e não a um futuro de renovação. Nas percepções sociais transpostas à discursividade midiática, as dinâmicas do presidencialismo de coalizão são associadas a posturas predatórias e fisiológicas diante do Estado, isto é, o seu *aparelhamento*, a sua *instrumentalização*, a sua apropriação, norteadas por interesses paroquiais. Para a sociedade, as barganhas por apoios, cargos e orçamentos parecem se separar da corrupção criminal por fronteiras tênues e porosas – caso existentes.

O (13) *Combate à política fisiológica e [a] transparência de gestão* é justamente a bandeira levantada com mais veemência pela população em seus protestos de desagravo à Presidência e em apoio ao impeachment. De modo que as possibilidades entrevistas para a recuperação da governabilidade incide direta e negativamente nos potenciais já restritos do governo recuperar a confiança da sociedade. Como a própria articulação da coalizão, o (14) *maior diálogo com a sociedade e responsividade às suas demandas* depende de um fator sobre o qual a atuação do governo não consegue acessar diretamente, a saber, a (***) **Abertura da sociedade para diálogo**. Isto é, se as cidadãs e cidadãos se dispõem a participar dessa interação dialógica ou se a relação com o Governo e a sua legitimidade perante à comunidade sociopolítica já foi estirada a um ponto de esgarçamento.

A percepção de corrupção e a corrupção são fenômenos muito diversos e que não interagem de forma linear. No entanto, aceitando como premissa a ideia um tanto controversa de que sob à a gestão petista não se apurava e se responsabilizava devidamente práticas corruptas, assume-se a conjectura de que o Governo poderia assumir um papel assertivo de combate à corrupção e de que existiam mecanismos, sob sua competência, de traduzi-lo em resultados concretos de averiguação e punição (pois é de castigo que se trata). Isto posto, frente

às percepções dominantes de esquemas de desvios sistemáticos de recursos centrados no PT ou espraiados pela classe política, as novas atribuições do Planalto decorreriam em conflito direto com os agentes político-partidários e institucionais. Dessa forma, ocorre outra incongruência estrutural entre as soluções apresentadas que as tornam inviáveis, pois isso diminuiria significativamente qualquer possibilidade de concerto para consolidar apoio parlamentar seguro e recuperar a amplitude de ação no Congresso – inclusive no escopo do “combate à corrupção e à impunidade”.

Já no âmbito da crise econômica, as principais soluções apresentadas como alternativas nas notícias e defendidas nos opinativos foram ao menos parcialmente implementadas. De modo que o realinhamento do Governo ocorreu e, em termos de política econômica, direcionou-se em sentido consoante aos alinhamentos editoriais dos três periódicos. Para que isso ocorresse as prerrogativas presidenciais foram em alguma medida suficientes e razoavelmente bem utilizadas. No que tange a interação entre Executivos e Legislativo, como a (10) *promoção de ajuste fiscal* ocorreu e foi reportada pelos diários, ou essas prerrogativas da Presidência foram, na verdade, excepcionalmente bem utilizadas ou maiorias parlamentares provisórias foram asseguradas, como aconteceu.

Mas, de qualquer forma, o Planalto aderiu ao programa de saneamento orçamentário e, para tanto, seguiu a (8) *adaptação ou abandono do projeto de Estado Grande*. Entretanto, segundo Corsi (2017), as iniciativas assaz ortodoxas implementadas sob o comando de Joaquim Levy atingiram o seu resultado, mas os seus efeitos deletérios a curto prazo foram interpretados pelo empresariado e pelo jornalismo econômico como a necessidade de aportes mais agressivos da abordagem já em curso. O mau desempenho da economia, por sua vez, foi atribuído as divisões no interior do Governo, aos compromissos que impediram a adoção coerente da política econômica em proporção adequada e à falta de consolidação de maiorias sólidas o suficiente para implementá-las. Tudo isso lastreado à inabilidade e incompetência de Rousseff ou ao seu perfil e ao de seu partido, questionando-se o grau de adesão ao novo rumo em face das suas matrizes ideológicas.

Quanto as potenciais (12) *Guinada à esquerda na política econômica* e (11) *Medidas econômicas paliativas e gasto social* ou “medidas populistas”, os caminhos assumidos pelo Planalto teriam um sentido inverso. O recurso sistemático a iniciativas em rumo contrário ao programa eleitoral do Governo. Se as medidas ortodoxas tomadas foram consideradas pelos jornais difíceis e insatisfatórias, o aumento da atuação do Estado e guinadas à esquerda podem ter sido consideradas pelo próprio Planalto como inexecutáveis. Principalmente, nesse cenário

de contestação do mandato da presidenta, relações enfraquecidas com as bases sociais e com o status moral da Administração deteriorado.

No entanto, as soluções para cessar e superar a crise econômica tal qual propostas geram uma terceira incongruência estrutural, pois tornam inviável qualquer efeito de uma potencial recuperação atingir a sociedade a curto prazo e, assim, por este setor, apoiar o resgate da confiança social. Muito pelo contrário, porque se recomendações de tratamento consistem em rígidos mecanismos de saneamento fiscal, elas implicam, no geral, sistemáticos cortes e buscas pelo aumento da arrecadação. À revelia dos avanços nas políticas sociais durante as gestões Lula e de conquistas mais antigas da sociedade como o Sistema Único de Saúde (SUS), o Brasil de meados da década de 2010 estava bem longe de um Estado de Bem-estar Social denso e abrangente. Sob tal quadro estrutural, os sucessivos cortes de orçamentos, serviços e subsídios, dirigidos a uma comunidade já afetada pelo mau desempenho econômico, a rigor são prejudiciais à imagem do Governo.

Como saídas à conjuntura crítica mediante a continuidade de Dilma Rousseff como Chefe de Estado, o (17) *Processo de impeachment em si* e o (18) *fim do processo de impeachment* exigem, em algum momento de seu curso institucional, que as denúncias fossem invalidadas ou rejeitadas ou que, enfim, absolvessem a presidenta. Por esses dois tratamentos, o recurso ao dispositivo de impedimento ou, iniciado, a sua conclusão como um momento de reafirmação do pacto soberano contraído nas eleições e, assim, a retomada simultânea da governabilidade e da legitimidade. Todavia, para isso é necessário já deter certa amplitude mínima de governabilidade a nível congressional, o que se traduz em números de assentos ou de votos.

A despeito de invalidações pela Suprema Corte, e para além das interpretações e posturas ético-morais dos congressistas, desfechos favoráveis à Rousseff impõem, impreterivelmente, a recomposição da Base Aliada ou a articulação de nova coalização, o “escudo parlamentar” referido por Pérez-Linán (2007; 2014). De modo a garantir, na Câmara, “**172 deputados**”, o terceiro mandamento do articulista do Estadão (TOLEDO, 2016x, p. z), ou 28 senadores. Quantidade necessária para barrar o processo de impeachment, que requer maiorias qualificadas no plenário de cada casa. Obter os números necessários para “sobreviver” no cargo não reflete as quantidades quistas para que de fato alcancem resultados favoráveis em agendas propostas ao Congresso, mas já é um indício de governabilidade a nível parlamentar.

Desse modo, assegurar votos congressuais é condição necessária para todas as classes de soluções para a crise, a saber, a recuperação da governabilidade, da economia, da confiança popular e da legitimidade. E ao mesmo tempo dissonante ao resgate do apoio da sociedade,

assim como é a resolução dos problemas econômicos da forma como defendida pela imprensa e executada pelo governo. Como aborda Pérez-Liñán (2014), dentre outros autores, maiorias parlamentares são necessárias para barrar impedimentos presidenciais e também podem ser suficientes.

Desde a sua formação, a gestão de Rousseff se encontrava, em alguma medida, em um contexto de diminuição de seus recursos políticos e econômicos, potencializado progressivamente pelo andamento da crise. Quaisquer que sejam as dimensões materiais dessa situação, o signo de crise atravessa as construções discursivas sobre o Governo Federal ao longo de todo o período analisado, isto é, seja mais ou menos fiel à realidade, o mandato da presidenta foi ferreteado com essa marca. Embora grafada por meio do discurso, as palavras podem criar feridas mais profundas do que o ferro e fogo. Para a madeira, o couro ou a pele assinaladas pelo ferrete pode haver restauro quase completo, mas, sobre as palavras, depois de ditas ou escritas, há poucas chances de reparação total ou controle irrestrito.

Em meio à incongruência entre alternativas enunciadas para que se superasse a crise presidencial e ao contínuo estreitamento das possibilidades para que Rousseff se mantivesse como Presidenta da República, os recursos do Governo para a negociação política passaram a ter menores valores na tentativa de conquistar legendas, clivagens dentro de partidos e parlamentares individuais. Em caso de necessidade extrema, a venda de joias de família ou da prataria da casa raramente é feita a preço justo. Seja por determinação da presidenta ou por reivindicações de setores do partido, a votação do PT contra Cunha na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados foi justamente a imposição de um limite a trocas desproporcionais como essas, tentar recuperar algum controle da situação e manter certa dignidade.

Decisões tomadas, posições explicitadas e fronteiras demarcadas, o presidente da Câmara cumpriu com a sua parte e admitiu uma das diversas acusações de impedimento protocoladas junto à Casa, mas, ignoradas, devidos aos trâmites burocráticos definidos para esse tipo de dispositivo. Já que, por sua gravidade, há diversas barreiras institucionais para filtrar ou amortecer tentativas de impedimentos desde protocolizações de denúncias até uma remoção de fato. Se Cunha colocou em marcha a hipótese do impeachment, esta não era uma solução delineada em oposição aos tratamentos cabíveis dentro do curso normal do mandato Rousseff, mas uma entre as diversas saídas aventadas que passam pela destituição de Rousseff. Além dela, deve-se destacar: (1) *renúncia*; (3) *cassação do mandato de Rousseff e Temer*; (4) *convocação de novas eleições*; (5) *intervenção militar*.

Em seus editoriais, as três gazetas encorajam de modo explícito o recurso ao dispositivo de impedimento presidencial. Não se trata de conjuntos de declarações dispostas de forma

homogênea entre os jornais e nem diante do tempo. Como já expresso por Marques, Mont'Alverne e Mitozo (2018), entre o trio, a Folha de S. Paulo foi a última a aderir à alternativa do afastamento de Rousseff por meio de um impedimento presidencial. Considerado como um “movimento traumático” e cuja “legitimidade seria contestada”, esse jornal pedia pela renúncia da presidenta a ser seguida de novas eleições, mas, como Rousseff se recusou a aderir a esse rumo, optou-se pela “única solução viável”.

A trajetória dos posicionamentos publicados pela Folha exemplifica um pouco o movimento de algumas organizações e entidades patronais. Mudanças pelo mandado, pedido pela renúncia, impeachment com o acirramento da crise. Como a FIESP, O Estadão desde muito cedo se colocou pró-impeachment.

Ainda assim, todos eles concederam espaço opinativo para colunistas e autoras ou autores convidados com perspectivas críticas ao processo, passando por rejeições contundentes até os que o classificaram como um golpe. Essa pluralidade de visões foi assegurada desde quando o impeachment era considerado “extremo que poucos de fato desejam” até quando já era fato consumado nos autos institucionais e encerrado com a destituição de Rousseff (GIELOW, 2015, p. A2;). Entretanto, no que refere à distribuição de páginas e colunas, isso não significa que espaços para posições favoráveis e contrárias ao impeachment foram distribuídos de forma equivalente.

De todo modo, como sublinham Biroli e Mantovani (2014) sobre a cobertura da Folha para o julgamento do mensalão, é possível argumentar que as perspectivas contrárias ao impeachment são posicionadas contra os fatos dispostos pelos textos noticiosos. O noticiário se configuraria como o domínio de apresentação e discussão da realidade factual, e a sua narrativa, por sua vez, seria “colada aos fatos”, e, assim, “não posicionada” (BIROLI; MANTOVANI, 2014, p. 211).

Os pareceres que afirmam a ilegalidade ou ilegitimidade do impeachment e, por vezes, o classificam como um “golpe parlamentar” ou um “golpe de Estado” são validados enquanto posicionamentos políticos ou interpretações de um fenômeno político complexo e multifacetado. Os jornais reconhecem a complexidade da questão. Todavia, cada uma das alternativas para lidar com a crise apresentadas pelos impressos ao longo de seu curso foram paulatinamente demonstradas como inviáveis. Apesar de controvérsias jurídicas e políticas, de modo que a “opinião crítica” ao impeachment vai de encontro ao que se fez possível para interromper a progressiva crise que assolava o Brasil, eventualmente controlar os seus efeitos e, em algum momento, retomar o crescimento do país.

No noticiário, enquanto se apresenta a progressão dos problemas ao longo do tempo, silencia-se sobre possíveis soluções alternativas. Isso, por um lado, cria uma dimensão de não solução do problema, e, por outro lado, naturaliza as soluções que são apresentadas. A partir do enquadramento no xadrez político do noticiário, o impeachment é naturalizado como solução, como consequência natural dos movimentos em curso.

Também nas notícias, mas principalmente nos textos opinativos são identificados processos mais explícitos de legitimação do processo, como os argumentos apresentados na subseção anterior. No entanto, a progressão virtualmente infinita da crise mediante a hipótese de não solução, por si só engendra um plano discursivo no qual qualquer solução viável se torna expressivamente mais palatável. Ao longo de um grande percurso temporal, enquanto o impeachment é progressivamente articulado como solução, o seu contrário não se trata da simples manutenção de Rouseff no cargo, mas a virtual dissolução do objeto de referência.

O xadrez político abordado na seção 3.2 e as declarações de segurança discutidas na seção 3.3 devem ser compreendidos como dois lados de uma mesma moeda. A teoria de securitização enfatiza a construção da dimensão excepcional da politização retórica que alça uma questão a um espaço de exceção das discursividades e práticas democráticas. Embora esse aspecto diferencie uma matéria de segurança de uma questão política usual, aqui defende-se que discursos que normalizam as medidas de tratamentos ressaltadas são fundamentais para que um movimento securitizar seja cabível sob as balizas de uma democracia. O xadrez político e as declarações de segurança se encontram na eliminação na enunciação do impeachment como uma única solução possível no contexto da crise presidencial em torno de Dilma Rouseff, seja como sequência natural às jogadas políticas ou como tratamento impreterível às ameaças existenciais delineadas.

CONCLUSÃO

Os processos ou ciclos críticos podem ser caracterizados ou modelados pela forma de espirais, já que processos e categorias usualmente delimitados são movidos pelas turbulências de modo que suas fronteiras se tornam porosas e seus conteúdos interagem entre si de forma mais dinâmica. Se, nas narrativas específicas de securitização apresentadas, o objeto de referência é uma figura abstrata e idealizada do Brasil e da sua sociedade e ambos são ameaçados pela incapacidade de Rousseff/PT em governar ou pelo progressivo estado geral de crise, essas categorias podem ser rearranjadas para se aproximar melhor da realidade enunciada. Conforme indicada no Capítulo 1, a coadunação dessas duas ameaças é expressa pela *incapacidade de Rousseff/PT em superar o progressivo estado geral de crise*, no entanto, de qualquer modo, as duas formas mobilizam a mesma base pela mesma estrutura de racionalização.

A representação de sítio ou cerco usada frequentemente em torno da Presidência pode ser estendida ao país e à sociedade, também sitiados. Embora a atribuição de culpa à Rousseff e ao PT e a sua construção discursiva como inimigos, sob uma visão menos marcada por juízos morais, estariam todos em um mesmo barco que naufraga a olhos vistos. Inação ou paralisia decisória alimenta a crise em círculo vicioso e, historicamente, exigem uma grande mudança no concerto político para romper esse tipo de conjuntura (SANTOS, 1986). Isto é, a adoção de medidas extraordinárias. Em uma perspectiva complementar, se a presidenta já não consegue mais governar, não seria um curso tão excepcional tornar essa situação *de facto* em um padrão *de jure*, e, assim, desobstruir o funcionamento da máquina estatal e permitir o fluxo das demandas dos agentes econômicos e sociais antes que transbordem.

Como já discutido na análise dos discursos dos diários, ao longo do impeachment os parlamentares parecem ter sido poupados pela opinião pública, que canalizou seu descontentamento ou ultraje na direção de Rousseff e seu grupo político. Isto, embora, à ocasião do impeachment, 273 deputadas e deputados respondessem a algum processo judicial, pois 53 % da casa eram acusados de corrupção ou da gestão imprópria do orçamento público. (TRANSPARÊNCIA BRASIL, 2016; MENDONÇA, 2016). Se as críticas a parlamentares ocuparam um papel marginal nos protestos de rua pelo impeachment, a repercussão sobre essa votação nas redes sociais, ou especificamente no Twitter, foi massiva e teve um sentido inverso. Segundo, Fábio Milani (2016 *apud* Rossi, 2016), a polarização que dominava as redes deu lugar a críticas generalizadas ao Congresso e ao sistema político brasileiro.

Estimulada pelos agentes econômicos e apoiada majoritariamente pela população, para que a remoção de Rousseff via impeachment fosse bem sucedida necessitava de algum concerto e coesão em ambas as casas do Parlamento. A atribuição da condução do Governo ao vice-presidente e a implantação de sua “ponte para o futuro” representam o rearranjo do forças e programas políticos a nível do Executivo. Além disso, os números necessários para que um impedimento presidencial ultrapasse os “filtros” institucionais e chegue a um afastamento definitivo sugere graus de governabilidade potencialmente significativos no Congresso. Essa compreensão não pode ser generalizada, mas vale para o processo brasileiro de 2016, considerando que o vice era Michel Temer, presidente do PMDB, e o nível de esforço atribuído as negociações para garantir a consolidação de uma coalizão pró-impeachment.

O novo formato de governança e, em alguma medida, também o conteúdo programático oferecidos pelos substitutos da gestão petista pareciam ser mais atrativos aos partidos e parlamentares do que os movimentos críticos realmente em curso e o descontentamento da sociedade com o impasse decisório enunciado. Se algum tipo de mensuração entre o hiato do discurso e o factual não soe como um exercício trivial, a comparação entre o discurso ou o factual com um futuro apenas sugerido por narrativas, e contrafactual, talvez seja risível. Mas, com certeza, não é pertinente aos objetivos deste trabalho.

Ao abordar a crise presidencial e o impeachment da mandatária como disputas estratégicas, auto interessadas e estabelecidas em termos das capacidades dos seus atores, a própria chave argumentativa de xadrez político implica em concepções ambíguas acerca da natureza e da legitimidade do processo de destituição da presidenta. Por um lado, normaliza os trâmites e os resultados do impedimento como um resultado sequencial de um longo e complexo jogo travado ao curso de inúmeras jogadas. No entanto, por outro, ao descrever o processo como resultante de disputas estabelecidas em termos de poder proporciona subsídios para o entendimento do recurso como um golpe institucional. Opinativos dos diários abordam argumentos desse tipo, mas situados em certa polarização política já pré-estabelecida, também expressa nos jornais, e em oposição as narrativas predominantes no noticiário como também nos demais textos de opinião, em maior ou menor escala em cada diário.

É no mínimo curioso o paralelismo entre as manifestações polarizadas em março de 1964 e as ocorridas nos meses de março entre 2015 e 2016. As mobilizações de 1964 antecederam o golpe de Estado ocorrido no mês seguinte; e os maiores atos em torno do impeachment ocorridos em março de 2016 antecederam a votação da Câmara Federal que definiu os rumos da deposição de Rousseff. Como também foi exposto pelo capítulo citado, à revelia pela disputa em torno da nomeação “impeachment” ou “golpe”, Pérez-Liñán (2016;

2018) reforça que os impedimentos presidenciais na política da América Latina contemporânea assumem precisamente a mesma função que os golpes militares exerciam no contexto da Guerra Fria. São tamanhas as coincidências entre os termos e datas das mobilizações sociais e das sequentes remoções presidenciais, uma por golpe militar e outra por impeachment presidencial, que fica a impressão de um “eterno retorno” da política brasileira, ou, talvez melhor colocado, de certa tendência à repetição na história humana de tragédias que, eventualmente, regressam como farsas.

Uma leitura de Beckett sobre a diferença da dramaturgia antiga para a contemporânea pode ser útil para pensar a dicotomia entre a tragédia e a farsa na política desta era. “Racine, o teatro clássico, era a caminhada do sol ao meio dia para a escuridão absoluta: Fedra sai da iluminação plena para o porão.⁵⁰ Já a tragédia moderna é que a gente vive no cinza, na indefinição” (BECKETT apud ANDRADE, 2018). Na história política recente, do tempo presente, talvez faça mais sentido pensar que elementos trágicos e cômicos coexistem nessa escala imprecisa entre o preto e o branco, como ambos os aspectos se mesclam na peça de Beckett antes mencionada. É um pouco nessa chave de perda de clareza antigos conceitos em direção à ambiguidade do acinzentado que incide a onda recente de literaturas sobre a crise da democracia (cf. BROWN, 2015; CASTELLS; FRASER, 2019; LEVITSKY; ZIBLATT, 2019; RUNCIMAN, 2018; SNYDER, 2017)

Se, na segunda metade do século XX, o fim das democracias era usualmente delimitado por rupturas agudas sob a ocorrência de golpe militares, já no horizonte contemporâneo a corrosão e o potencial colapso de sistemas democráticos podem ser relacionados a movimentos que se expressam desde dentro e através das institucionalidades. Considerando a tradução de signos pretéritos para o presente, o discurso de golpe pode ressoar para segmentos da população, mas talvez não faça sentido para boa parte dela. Já a ideia de funcionamento de uma democracia formal, junto de outras narrativas, aglutinados sob o impeachment teria maior circulação entre outros setores. É nesse sentido que se fala de guerra de narrativas no contexto de polarização do impeachment (cf. CORREIA, 2017; ROUSSEFF, 2016).

Mencionando embates entre versões da realidade social, dentro dos campos de estudos da securitização, existe o conceito de “dessecuritização”, usualmente tratado por linhas de pesquisa específicas (ARADAU; 2004; SALTER, 2008). A securitização aborda os processos discursivos utilizados para retirar certas questões do espaço discursivo da excepcionalidade e/ou das práticas políticas consideradas extraordinárias. Isto, porque a construção de inimigos

⁵⁰ O autor do século XVII, Racine foi um dos mais maiores nomes do teatro clássico francês, e Fedra uma de suas mais importantes obras.

e ameaças existenciais constituída através da opinião pública brasileira, com a participação da veículos da imprensa como meio de reverberação ou informação das práticas políticas e sociais. Caso o processo de securitização argumentado tenha sido bem sucedido, as ameaças instituídas e o deslocamento da questão securitizada permanecem.

Segundo as compreensões da Escola de Copenhague e refinamentos teóricos às suas abordagens, não é porque a solução delineada foi executada que as ameaças criadas ao longo de um extenso e contundente processo discursivo “se desmancham no ar”. Eliminado ou não, o problema político securitizado continuaria num plano discursivo da excepcionalidade (BUZAN; WÆVER; DE JASP, 1998; WÆVER, 1993). Para que os atores ou questões abordados voltem a ser discutidos sob o espectro usual da politização, novo esforço discursivo deve ser empreendido para que a audiência relevante volte a encará-los sem o estigma do inimigo ou da ameaça (ARADAU; 2004; WÆVER, 1993). Uma vez securitizado, o esforço necessário para deslocar o objeto para a política democrática ordinária tende a ser mais difícil do que o movimento de segurança em si (ARADAU; 2004), é por isso que certos inimigos ou ameaças parecem sempre pairar sobre algumas culturas (ROE, 2004).

No horizonte brasileiro dos últimos anos, antigos inimigos têm sido ressuscitados e combinados com novas as ameaças em diversas roupagens Lilian Schwarcz e Heloísa Starling (2016, grifo nosso) argumentam que o Brasil não cabe em simples dicotomias: “o Brasil não é uma coisa *ou* outra, ele é uma coisa *e* outra”. A remoção presidencial de 2016 não necessariamente precisa ser entendida como um impeachment *ou* golpe. Como na tragédia moderna de Beckett, as crises recentes das democracias podem ser entendidas sob escalas de cinco, pela imprecisão de suas fronteiras. No entanto, na prática e no exercício analítico da democracia brasileira, talvez tanto Deus quanto o diabo estejam para além das possibilidades do meio do caminho, mas nos detalhes do seu redemoinho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMSON, Jeffrey B.; ARTETON, Chistopher; ORREN, Gary R. **The Eletronic Commowalth**. Nova York: Basic Books, 1990.

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, v. 31, n. 1, p. 5-38, 1988.

ACHEN, Christopher H.; BARTELS, Larry M. Very Basis of Reasons: Groups, Social Identities, and Political Psychology. *In*: ACHEN, Christopher H.; BARTELS, Larry M. **Democracy for realists: Why Elections Do Not Produce Responsive Government**. Princeton: Princeton University Press, 2016.

ACKERMAN, Bruce. **The failure of the founding fathers: Jefferson, Marshall, and the Rise of Presidential Democracy**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2005.

ACKERMAN, Bruce. **We the people: Foundations**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991.

AGÊNCIA CNJ DE NOTÍCIAS. **Conheça a diferença entre racismo e injúria racial**. 8 de junho de 2015. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/conheca-a-diferenca-entre-racismo-e-injuria-racial/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

ALBUQUERQUE, Afonso de. Um outro quarto poder: jornalismo e compromisso político no Brasil. **Contracampo**, v. 4, p. 23-57, 2000.

ALDÉ, Alessandra. **A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

ALDÉ, Alessandra. As eleições presidenciais de 2002 nos jornais. *In*: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.) **Eleições presidenciais em 2002: ensaios sobre mídia, cultura e política**. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

ALDÉ, Alessandra. As eleições presidenciais de 2002 nos jornais. **Alceu**, v. 3, n. 6, p. 93-121. 2003.

ALDÉ, Alessandra; MENDES, Gabriel; FIGUEIREDO, Marcus. Imprensa e eleições presidenciais: Natureza e Consequências da cobertura das eleições de 2002 e 2006. *In*: LIMA, V. A. (org.). **A mídia nas eleições de 2006**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007a.

ALDÉ, Alessandra; MENDES, Gabriel; FIGUEIREDO, Marcus. Tomando partido: imprensa e eleições presidenciais em 2006. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 6, n. 10, p. 153-172, abr. 2007b.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMOND, Gabriel. Political Science: The story of the discipline. *In*: GOODIN, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter (ed.). **A new handbook of political science**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

ALVAREZ, Michael E.; MARSTEINTREDET, Leiv. Presidential and democratic breakdowns in Latin America: similar causes, different outcomes. *In*: LLANOS, Mariana; MARSTEINTREDET, Liev (ed.). **Presidential breakdowns in Latin America**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2010. p. 33-52.

AMES, Barry. Os entraves da democracia no Brasil. Uma crise antevista? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 96, n. 31.817, 13 mai. 2016. Caderno passado/adiante, p.13.

AMORIM NETO, Octavio. The presidential calculus: Executive policy-making and cabinet formation in the Americas. **Comparative Political Studies**, v. 39, n. 4, p. 415-440, ago. 2006.

ARADAU, Claudia. Security and the democratic scene: Desecuritization and emancipation. **Journal of International Relations and Development**, v. 7, n. 4, p. 388-413, 2004.

ARANTES, Rogério B. Constitutionalism, the Expansion of Justice and the Judicialization of Politics in Brazil". *In*: SIEDER, Rachel; SCHJOLDEN, Line; ANGELL, Alan (org.). **The Judicialization of Politics in Latin America**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005. p. 231-262.

ARANTES, Rogério B. COUTO, Cláudio G. A constituição sem fim. DINIZ, Simone; PRAÇA, Sérgio. *In*: **Vinte anos de Constituição**. São Paulo: Paulus, 2008. p. 31-60.

ARANTES, Rogério B. COUTO, Cláudio G. Uma constituição incomum. CARVALHO, Maria Alice Rezende de; ARAUJO, Cícero Romão Resende de; SIMOÕES, Júlio Assis. **A constituição de 1988: Passado e Futuro**. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 17-51.

ARAÚJO, Cícero. República e democracia. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 51, p. 5-30, 2000.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

ARGUELHES, Diego Werneck. FALCÃO; Joaquim; PEREIRA, Thomaz (org.). **Impeachment de Dilma Rousseff: entre o Congresso e o Supremo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

Arruda, Lilian Rose. **O vôo das notícias: o jornal nacional e as eleições/94**. 1995. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

ASHAR, Deborah J. Democracy. Indigenous movements and the post liberal challenge in Latin America. **World Politics**, v. 52, n. 1, p. 76-106, out. 1999.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE IMPRENSA. ELEIÇÕES 2018: Orientações aos associados da ANJ. Disponível em: <https://anj.org.br/site/pdf/cartilha_anj_2018.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

AVELAR, Idelber. A Response to Fabiano Santos and Fernando Guarnieri. **Journal of Latin American Cultural Studies**, v. 26, n. 2, p. 341-350, 2017a.

AVELAR, Idelber. The June 2013 Uprisings and the Waning of Lulismo in Brazil Of Antagonism, Contradiction, and Oxymoron. **Luso-Brazilian Review**, v. 54, n. 1, p. 9-27, 2017b.

AVRITZER, Leonardo. 2016. A gravidade do impeachment. Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/02/1738716-a-gravidade-do-impeachment.shtml>>. Acesso em: 19 out. 2018.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 43-64, jun. 2008.

AVRITZER, Leonardo. O conflito entre a sociedade civil e a sociedade política no Brasil pós-autoritário: uma análise do impeachment de Fernando Collor de Mello. ROSENN, Keith S.; DOWNES, Richard. **Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: Uma análise da crise 2013-2018. **Novos Estudos**, v. 37, n. 2, p. 272-289, 2018.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **Dados**, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007.

AZEVEDO, Fernando Antônio. A imprensa brasileira e o PT: um balanço das coberturas das eleições presidenciais (1989-2006). **Revista Eco-Pós**, v. 12, p. 41-58, 2009.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, v. 12, n. 1, p. 88-113, 2006.

AZEVEDO, Fernando Antônio. PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014). **Opinião Pública**, v. 24, n. 2, p. 270-290, 2018.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **A grande imprensa e o PT (1989-2014)**. São Carlos: EdUFSCar, 2017.

AZEVEDO, Fernando. Corrupção, mídia e escândalos midiáticos no Brasil. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 14-19, mar. 2010.

AZEVEDO, Fernando. Eleições presidenciais, clivagem de classe e declínio da grande imprensa. **Revista USP**, n. 90, p. 84-101, 2011.

AZEVEDO, Fernando. Imprensa, campanha presidencial e agenda da mídia. In: RUBIM, Albino Canelas Rubim. **Mídia e eleições de 1998**. João Pessoa: Editora UFPB; Salvador: Edições Facom, 2000.

BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators**. 2017. Disponível em: <databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&country=BRA>. Acesso em: 2 jul. 2017.

BARBOSA, Flávia. Economia é campo minado para Temer. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.341, 1 set. 2016. País, p. 21.

BARBOSA, Leonardo; SANTOS, Fabiano. Questões da social democracia e o presidencialismo de coalizão brasileiro: pontos para o debate. Trabalho...

BARON, David P. Persistent media bias. **Journal of Public Economics**, v. 90, p. 1-36, 2006.

BARROS, Celso Rocha. Presidente Temer. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 96, n. 31.792, 18 abr. 2016. Poder, p. A9.

BATESON, Gregory. Steps to an ecology of mind. Nova York: Ballantine Books, 1972 [1955].
→ Chicago: University of Chicago Press, 2000 [1955].

BAUMGARTNER, Jody C. Introduction: comparative presidential *impeachment*. In: KADA, Naoko; BAUMGARTNER, Jody C. (ed.). **Checking Executive Power: presidential impeachment in comparative perspective**. Westport, CT: Praeger, 2003.

BECKER, C.; CÉSAR, C. M.; GALLAS, D.; WEBER, M. H. Manifestações e votos sobre impeachment de Dilma Rousseff na primeira página de jornais brasileiros. **Alaic – Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 13, n. 24, 2016. p. 96-113.

BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Framing processes and social movements: An overview and assessment. **Annual review of sociology**, 2000, vol. 26, no 1, p. 611-639.

BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Ideology, frame resonance, and participant mobilization. **International Social Movement Research**, v.1, n. 1, p. 197–217, 1988.

BERNARDI, Tati. Qual a sua certeza de hoje? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 96, n. 31.761, 18 mar. 2016. Cotidiano, p. B2.

BEZERRA, Heloisa Dias. **Mídia e política**. Goiânia: Editora da UFG, 2007.

BEZERRA, Heloisa Dias; MUNDIM, Pedro Santos. Qual foi o papel das variáveis midiáticas na eleição presidencial de 2010? **Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 452-476, nov. 2011.

BICKEL, Alexander M. **The least dangerous branch: the Supreme Court at the bar of politics**. New Haven: Yale University Press, 1986.

BIGNOTTO, Newton. **Matrizes do republicanismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BIROLI, Flávia. Autonomia, preferências e assimetria de recursos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.31, n.90, p. 39-57, 2016.

BIROLI, Flávia. Limites da Política e Esvaziamento dos Conflitos: o Jornalismo como Gestor de Consensos. **Revista Estudos Políticos**, v. 4, n. 7, p. 126-143, 2013.

BIROLI, Flávia. Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do jornalismo moderno no Brasil. **História**, v. 26, n. 2, p. 118-143, 2007.

BIROLI, Flavia; MIGUEL, Luis Felipe. Apresentação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 13-17, 2011.

BIROLI, Flavia; MIGUEL, Luis Felipe. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, no 73, 2010

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Orgulho e preconceito: a 'objetividade' como mediadora entre o jornalismo e seu público. **Opinião Pública**, v. 18, n. 1, p. 22-43, 2012.

BIROLI, Flavia; MIGUEL, Luis Felipe. Orgulho e preconceito: a 'objetividade' como mediadora entre o jornalismo e seu público. **Opinião Pública**, Campinas, v.18, n.1, pp.22-43, 2012.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe; MOTA, Fernanda Ferreira. Mídia, eleições e pesquisas de opinião no Brasil (1989-2010): um mapeamento da presença das pesquisas na cobertura eleitoral. **Compólitica**, v. 1. n. 1, p. 68-89, mar./abr., 2011.

BLOCH, Arnaldo. Golpes em série. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.175, 19 mar. 2016. Segundo Caderno, p. 8.

BLOCH, Arnaldo. Qual vai ser a nova narrativa a criticar? **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.341, 1 set. 2016. País, p. 21.

BOMBIG, Alberto. Desfecho do processo alimentará ódios e teorias conspiratórias. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 137, n. 44.879, 1 set. 2016. Política, p. A12.

BORBA, Felipe de Moraes. **Propaganda negativa nas eleições presidenciais brasileiras**. Opinião Pública, v. 21, p. 268-295, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. São Paulo: Ática, 1997.

BRADY, Henry E.; COLLIER, David (ed.). **Rethinking social inquiry: Diverse tools, shared standards**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 1997 de 30 de setembro de 1997**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1 out. 1997.

BRASIL. **Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17170.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 23.551, de 18 de dezembro de 2017**. Propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral nas eleições. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2017/RES235512017.html>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CALTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto; Edusp, 1988.

CARDOSO, Adalberto Moreira. Dimensões da Crise do Sindicalismo Brasileiro. **Cad. CRH**, Salvador, v. 28, n.75: 493-510, 2015.

CARDOSO, Sérgio. Que república? Notas sobre a tradição do governo misto. *In*: BIGNOTTO, Newton (org.). **Pensar a República**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

CAREY, John M. Presidentialism and representative institutions. *In*: CAREY, John M. **Constructing democratic governance in Latin America**. 2 ed. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2003a, p. 22-25.

CAREY, John M. Transparency vs. collective action: Fujimori's legacy and Peruvian Congress". **Comparative Political Studies**, n. 36, p. 983-1006, nov., 2003b.

CAREY, John M.; SHUGART, Matthew Soberg. *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral dynamics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

CASADO, José. Perdas e danos hoje, uma anistia amanhã. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.341, 1 set. 2016. País, p. 23

CASADO, José. Presidente e vice, da capela ao limbo. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.205, 18 abr. 2016, País, p. 26.

CASTILLO, Cecíli; WARD, Kenneth D. **The Judiciary and American Democracy: Alexander Bickel, the contramajoritarian difficulty and contemporary constitutional theory**. Albany: State University of New York Press, 2005.

CASTRO, Fabrício. Real é a moeda que mais perdeu valor. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 136, n. 44.342, 14 mar. 2015. Economia, p. B3.

CEOLIN, Adriano; DECAT, Erich. Michel Temer busca negociação em Renan Calheiros. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 137, n. 44.743. 18 abr. 2016. Política, p. A6.

CHAIA, Vera Lúcia Michalany. **Jornalismo e política: escândalos relações de poder na Câmara Municipal de São Paulo**. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

CHEIBUB, José Antonio. Minority governments, deadlock situations, and the survival of presidential democracies. **Comparative political studies**, v. 35, n. 3, p. 284-312, 2002.

COHN, Gabriel (org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

COLLIER, David; LEVITSKY, Steven. Democracy with adjectives: conceptual innovation in comparative research. **World Politics**, v. 49, n. 3, p. 430-451.

COLLING, Leandro. **Estudos sobre mídia e eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura**. 432f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

COLLING, Leandro. O “estado da arte” dos estudos sobre mídia e eleições presidenciais de 1989 a 2002. **Diálogos Possíveis**, v. 6, n. 2, p. 29-45, 2007.

COLLING, Leandro. O conceito de espetáculo e o telejornalismo. A seca e os saques do Nordeste no Jornal Nacional e as eleições de 98. *In*: RUBIM, Albino Canelas Rubim. **Mídia e eleições de 1998**. João Pessoa: Editora UFPB; Salvador: Edições Facom, 2000.

CONTI, Mario Sergio. Acusados, Dilma e Collor diferem em valores, fonte e apuração da corrupção. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 96, n. 31.792, 18 abr. 2016. Poder, p. A9.

CONTI, Mário Sérgio. **Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COOK, Timothy E. **Governing with the news: the news media as a political institution**. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

CURRAN, James; PARK, Myng-Jin. **De-Westernizing Media Studies**. Londres: Routledge, 2000.

DAHL, Robert. **Um Prefácio à Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989 [1956].

DALTON, Russell J.; BECK, Paul A.; HUCKFELDT, Robert. **The American Political Science Review**, v. 92, n. 1, pp. 111-126, 1998.

DANTAS, Fernanda Argolo; RUBIM, Linda Oliveira. TCHAU QUERIDA: Questões de gênero na cobertura da mídia sobre o governo Dilma. **Revista Observatório**, v. 4, n. 1, p. 466-491, 2018.

DANTAS, Tiago. Boneco de Judas ganha rosto de Moro em manifestação a favor de Lula e Dilma na Avenida Paulista. **O Globo Online**, Rio de Janeiro, 19 mar. 2016. País, n. 18914770.

DELLA VIGNA, Stefano; KAPLAN, Ethan. **The Fox News Effect: Media Bias and Voting**, *The Quarterly Journal of Economics*, v. 122, n. 3, p. 1187-234, 2007.

DRUCKMAN, James N.; PARKIN, Michael. **The Impact of Media Bias: How Editorial Slant Affects Voters**. *The Journal of Politics*, v. 67, n. 4, p. 1030-1049, 2005.

EDITORIAL. A missão de Temer. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 137, n. 44.768, 13 mai. 2016. Notas & Informações, p. A3.

EDITORIAL. A missão de Temer. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 137, n. 44.768, 13 mai. 2015. Notas & Informações, p. A3.

EDITORIAL. A missão de Temer. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 137, n. 44.768, 13 mai. 2016. Notas & Informações, p. A3.

EDITORIAL. Dentro da Lei, dentro da Constituição. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30199, 12 abr. 2016. Opinião, p. 18.

EDITORIAL. Desastre de receita. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 96, n. 31.762, 19 mar. 2016. Opinião, p. A2.

EDITORIAL. Desastre de receita. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 96, n. 31.762, 19 mar. 2016. Opinião, p. A2.

EDITORIAL. O descompasso de Dilma. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 136, n.44.344, 16 mar. 2015. Notas & Informações, p. A3.

EDITORIAL. O descompasso de Dilma. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 136, n. 44.344, 16 mar. 2015. Notas & Informações, p. A3.

EDITORIAL. O país tem pressa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 96, n. 31.792, 18 abr 2016. Opinião, p. A2.

EDITORIAL. Otimismo com o novo tom do Planalto. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.230, 13 mai. 2016. Opinião, p. 18.

EDITORIAL. Para que jamais haja outro impeachment. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.341, 01 set. 2016. Opinião, p. 16.

EDITORIAL. Recado cabal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 96, n. 31.757, 14 mar. 2016. Opinião, p. A4.

EDITORIAL. Um passo para o impeachment. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.205, 18 abr. 2016. Opinião, p. 18.

EDITORIAL. Vale tudo empurra Dilma e Lula para a ilegalidade. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.174, 18 mar. 2016. Opinião, p. 18.

EDITORIAL. Vergonha! Vergonha! **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 137, n.44.712, 18 mar. 2016. Notas & Informações, p. A3.

ENTMAN, Robert M. Framing Bias: Media in the Distribution of Power. **Journal of Communication**, v. 57, n. 1, p. 163–173, mar. 2007.

ENTMAN, Robert M. Framing U.S. coverage of international news: Contrasts in narratives of the KAL and Iran Air incidents. **Journal of Communication**, v. 41, n. 4, p. 6–28, 1991.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51–58, 1993.

ENTMAN, Robert M. Media framing biases and political power: Explaining slant in news of Campaign 2008. **Journalism**, v. 11, n. 4, p. 389–408, 17 ago. 2010.

ENTMAN, Robert M. **Projections of power**. Framing news, public opinion, and U.S. foreign policy. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.

ERIKSON, Robert S. Equilibria in campaign spending games: theory and data. **American Political Science Review**, New York, v. 94, n. 3, p. 595-609, sep. 2000.

ETTEMA, James S.; GLASSER, Theodore L. **Custodians of conscience**: investigative journalism and public virtue. Nova York: Columbia University Press, 1998.

ETTEMA, James; GLASSER, Theodore. A íntima dependência mútua entre fato e valor. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 6, 2011.

FADUL, Sergio. Problemas começaram no seu próprio partido. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.205, 18 abr. 2016. País, p.23.

FADUL, Sergio. Problemas começaram no seu próprio partido. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.341, 18 abr. 2016. País, p. 23.

FALCÃO, Joaquim. O QUEBRA-CABEÇA DO IMPEDIMENTO. *In*: ARGUELHES, Diego Werneck. FALCÃO; Joaquim; PEREIRA, Thomaz (org). **Impeachment de Dilma Rousseff**: entre o Congresso e o Supremo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

FALLOWS, James. **Detonando a notícia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FAUSTO NETO, Antônio. “TCHAU, QUERIDA”: LEITURA DO IMPEACHMENT-REVISTA. **Animus – Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 15, n. 30, 2016.

FAUSTO, Sergio. A crise será longa. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 136, n. 44.342, 14 mar. 2015. Espaço Aberto, p. A2.

FERES JÚNIOR, João Feres; *et al.* A (In)Clemente Mídia Das Eleições.” **Insight Inteligência**, v. 17, p. 46–59, 2014.

FERES JÚNIOR, João. Em defesa das valências: uma réplica. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 19, p. 277-98, dez. 2016.

FERES JÚNIOR, João; SASSARA, Luna de Oliveira. Corrupção, escândalos e a cobertura midiática da política. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 205-225, 2016.

FERES JÚNIOR, João; SASSARA, Luna de Oliveira. O terceiro turno de Dilma Rousseff. **Saúde em Debate**, v. 40, p. 176-185, 2016.

FÉRES JUNIOR, João; SASSARA, Luna. O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998. **Revista Compolítica**, v. 6, n. 1, p. 30-63. 2016.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. **Lua Nova**, v. 44, p. 81-106, 1998.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Instituciones políticas y gobernabilidad: desempeño del gobierno y apoyo legislativo en la democracia brasileña. *In*: ALCÁNTARA SAEZ, Manuel; MELO, Carlos Ranulfo. **La democracia brasileña – balance y perspectivas para el siglo XXI**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2008. p. 117-156.

FIGUEIREDO, R. R. 1996. “Mídia e eleições: um estudo de caso sobre o noticiário da campanha presidencial de 1994.” UFSCar.

FIGUEIREDO, Rubens e RIBEIRO, Ricardo. 1999. La elección presidencial de 1998 em el Brasil: la campaña de la reelección. In: PRIESS, Frank e SOLDEVILLA, Fernando Tuesta (orgs.) Campañas electorales y medios de comunicación en América Latina. Buenos Aires, Centro Interdisciplinario de Estudios sobre el Desarrollo Latinoamericano, volume 1, p. 81 a 134.

FIGUEROA, Julio Rios. 2012. "Justice System Institutions and Corruption Control. Evidence from Latin America". **Justice Systems Journal**, vol. 33, no. 3

FILGUEIRAS, Fernando; MENDONÇA, Ricardo Fabrino; PEREIRA, Marcus Abílio. Democracia Digital - Democracia digital - Publicidade, Instituições e confronto político. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

FLYNN, Peter. Collor, corruption and crisis: time for reflection. **Journal of Latin American Studies**, n. 25, p. 351-371, mai. 1993.

FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. The signs of deconsolidation. **Journal of Democracy**, v. 28, n. 1, p. 5-15, 2017.

FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 41-69, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas.. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

FRAGA, Érica; CARNEIRO, Mariana. Problema fiscal se agravou nas duas últimas semanas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 96, n. 31.786, 12 abr. 2016. Mercado, p. A 18.

FRANCO, Bernardo Mello. Os riscos de atacar Moro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 96, n. 31.761. Opinião, p. A2

FRANCO, Ilmar. O símbolo do impeachment. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.068, 3 dez. 2015. Página 2, p. 2.

FRIEDMAN, E. J.; HOCHSTETLER, K. 2002. "Assessing the third transition in Latin American democratization: civil society in Brazil and Argentina". *Comparative Politics*, nº 35, outubro, pp. 21-42.

GABEIRA, Fernando. Fim de jogo. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.341, 01 set. 2016. País, p. 22.

GALTUNG, Johan. Cultural Violence. **Journal of Peace Reseach**, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990.

GAMA, Júnia. O desejo íntimo de Temer, um vice à espreita do poder. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.341, 18 abr. 2016. País, p. 16.

GAMSON, W. A.; CROTEAU, D., HOYNES, W., & SASSON T. Media images and the social construction of reality. **Annual Review of Sociology**, 18, 373–393, 1992.

GAMSON, W. **Talking politics**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1995.

GAMSON, William A.; LASCH, Kathryn E. The political culture of social welfare policy. *In*: SPIRO, S.; YUCHTMAN-YAAR, E. (ed.). **Evaluating the welfare state**. Social and political perspectives. Nova York: Academic Press, 1983. p. 397–415.

GAMSON, William A.; MODIGLIANI, Andre. Media discourse and public opinion on nuclear power: A constructionist approach. **American Journal of Sociology**, v. 95, n. 1, p. 1–37, 1989

GANDY JR, Oscar H. Epilogue – Framing at the horizon: A retrospective assessment. *In*: REESE, Stephen D.; GANDY JR, Oscar H.; GRANT, August E. (ed.). **Framing public life: Perspectives on media and our understanding of the social world**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2001. p. 355–378.

GANS, Herbert J. **Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time**. Evanston: Northwestern University Press, 2004 [1979].

GANS, Herbert J. Objectivity, Values and Ideology. *In*: GANS, Herbert J. **Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time**. Evanston: Northwestern University Press, 2004 [1979]. p. X-Y.

GELMAN, Andrew; KING, Gary. Estimating Incumbency Advantage Without Bias. **American Journal of Political Science**, v. 34, p. 1142–1164, 1990.

GENTZKOW, Matthew. Television and voter turnout. **Quarterly Journal of Economics**, v. CXXI, n. 3, 2006.

GERRING, John. The case study: what it is and what it does. *In*: BOIX, Charles; STOKES, Susan. **The Oxford handbook of comparative politics**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André Arruda. **Economia brasileira contemporânea**. Elsevier Brasil, 2005.

GINER-SOROLA, R.; CHAIKEN, S. The causes of hostile media judgments. **Journal of Experimental Social Psychology**, v. 30, p. 165–180, 1994.

GINSBURG, Tom. (2003) **Judicial Review in New Democracies. Constitutional Courts in Asian Cases**. Cambridge University Press, 2003.

GITLIN, Todd. **The world is watching: Mass media in the making and unmaking of the new left**. 1980.

GOFFMAN, E. A reply to Denzin and Keller. **Contemporary Sociology**, v. 10, n. 1, p. 60–68, 1981.

GOFFMAN, E. **Frame analysis: An essay on the organization of experience**. Boston: Northeastern University Press, 1974.

GOIS, Ancelmo. Deus e o diabo na casa da mãe Joana. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.068, 3 dez. 2015. País, p. 6.

GOLDSTEIN, Ariel A. The contribution of the liberal-conservative press to the crisis of Dilma Rousseff's second term. *Goldstein, Cogent Social Sciences* (2016), 2:

GOMES, Ana Carolina Resende; ASSIS, Ana Luiza Fonseca Guimarães. Mídia e Protestos políticos: a cobertura jornalística sobre as manifestações contrárias aos governos Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB).

GOMES, Maria Carmen Aires; BARBARA, Leila. Mulheres, política e mídia: algumas incursões em torno da representação sociocultural de Dilma Rousseff. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, v. 27, n. 2, p. 311-335, 2011.

GOMES, W.; BARROS, S. Influência da mídia, distância moral e desacordos sociais: um teste do Efeito de Terceira Pessoa. *In: FRANÇA, V. V.; ALDÉ, A.; RAMOS, M. C. (ed.). Teorias da comunicação no Brasil*. Salvador: Edufba, 2014. p. 245–266.

GOMES, Wilson. Por que a mídia é tão parcial e adversária da minha posição? A hipótese da “hostile media perception”. **Revista Compolítica**, v. 6, n. 1, p. 7-29, 2016

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. Pia Sociedade de São Paulo-Editora Paulus, 2014.

GONÇALVES, E. M. 1996. A autonomia dos sentidos como conflito ético na comunicação política. *In: O indivíduo e suas mídias*, edited by A. F. Neto and M. J. Pinto, 47–64. Rio de Janeiro: Diadorim/Compós, 1996.

GONÇALVES, Marcos Augusto. Do “cara” de Barack Obama ao pixuleco das manifestações pelo impeachment, o reinado lulopetista teve símbolos de glória e decadência. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 96, n. 31.817, 13 mai. 2016. Caderno passado/adiante, p. 8.

GOODIN, R.; KLINGEMANN, H. D. Political Science: The Discipline. *In: GOODIN, R.; KLINGEMANN, H. D. (ed.), A New Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford University Press., 1996.

GROSECLOSE Tim e MILYO, Jeffrey. A Measure of Media Bias. **The Quarterly Journal of Economics**, vol.120, n.4, p. 1191-1237, 2005.

GUAZINA, L.; PRIOR, H.; ARAÚJO, B. Enquadramentos de uma crise: o impeachment de Dilma Rousseff em editoriais nacionais e internacionais. **Anais do VI Compolítica - Encontro da Associação dos Pesquisadores em Comunicação e Política**, 2017.

GUAZINA, Liziane Soares. 2001. **Alinhados com o Poder**: um estudo sobre a cobertura política do Jornal Nacional e do Jornal da Record (março-agosto/98). Brasília, Programa de Pós-graduação em Comunicação da UNB (dissertação de mestrado).

GUIMARÃES, Juarez. **Democracia e marxismo**: Crítica à razão liberal. São Paulo: Editora Xamã, 1998.

GUNTHER, A. C. Biased Press or Biased Public? Attitudes Toward Media Coverage of Social Groups. **Public Opinion Quarterly**, v. 56, n. 2, p. 147, jan. 1992.

GUNTHER, A. C. et al. Congenial Public , Contrary Press, and Biased Estimates of the Climate of Opinion. **The Public Opinion Quarterly**, v. 65, n. 3, p. 295–320, 2001.

GUNTHER, A. C. et al. Partisan Evaluation of Partisan Information. **Communication Research**, v. 39, n. 4, p. 439–457, 10 abr. 2012.

GUNTHER, A. C.; CHIA, S. C. Predicting Pluralistic Ignorance: The Hostile Media Perception and its Consequences. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 78, n. 4, p. 688–701, 1 dez. 2001. G

GUNTHER, A. C.; LIEBHART, J. L. Broad Reach or Biased Source? Decomposing the Hostile Media Effect. **Journal of Communication**, v. 56, n. 3, p. 449–466, set. 2006.

GUNTHER, A. C.; SCHMITT, K. Mapping Boundaries of the Hostile Media Effect. **Journal of Communication**, v. 54, n. 1, p. 55–70, 1 mar. 2004.

GUREVITCH, Michael; LEVY, Mark R. (ed.). **Mass communication review yearbook**. Sage Publications, Inc, 1985.

HALL, Peter. A. Aligning Ontology and Methodology in Comparative Research. In: MAHONEY, James, RUESCHEMEYER, Dietrich. **Comparative Historical Analysis in the Social Sciences**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2003, p. 373-204.

HALLIN, D. C., MANCINI, P. (org). **Comparing Media Systems**. Three Models of Media and Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HALLIN, D. C.; MANCINI, P. (org). **Comparing media systems beyond the western world**. Nova York: Cambridge University Press, 2012.

HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. **Sistemas mediáticos comparados: tres modelos de relación entre los medios de comunicación y la política**. Hacer, 2008.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. **O Federalista**. Brasília: UNB, 1984.

HAMILTON, James T. News that sells: media competition and news content. **Japanese Journal of Political Science**, v. 8, n. 1, p. 7-42, 2007.

HAMILTON, James T. **All the news that's fit to sell: how market transforms information into news**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

HARDY, Jonathan. **Western Media Systems**. Londres: Routledge, 2008.

HAUBERT, Mariana; BRAGON, Ranier; COSTA, Machado da; ÁLVARES, Débora. Policial se fere e manifestantes passam mal em ato contra o PT em Brasília. **Folha de S. Paulo Online**, São Paulo, 17 mar. 2016. Poder, n. 1750898.

HINICH, Melvin J.; MUNGER, Michael C. The Analysis of Politics. In: HINICH, Melvin J.; MUNGER, Michael C. **Analytical Politics**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1997. p. 3-20.

HOCHSTETLER, Kathryn. Repensando o presidencialismo: contestações e quedas de presidentes na América do Sul. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 72, p. 09-46, 2007.

HOCHSTETLER, Kathryn. Rethinking presidentialism: Challenges and presidential falls in South America. **Comparative Politics**, p. 401-418, 2006.

HOCHSTETLER, Kathryn. The fates of presidents in post-transition Latin America: From democratic breakdown to impeachment to presidential breakdown. **Journal of Politics in Latin America**, v. 3, n. 1, p. 125-141, 2011.

HOCHSTETLER, Kathryn; SAMUELS, David. Crisis and rapid reequilibration: the consequences of presidential challenge and failure in Latin America". **Comparative Politics**, v. 43, n. 2), p. 127-145, 2011.

HOCHSTETLER, Kathryn. Rethinking presidentialism: challenges and presidential falls in South America. **Comparative Politics**, v. 38, n. 4, p. 401-418, 2006.

HOLMES, Stephen. **Precommitment and the Paradox of Democracy**. In: ELSTER, Jon; SLAGSTAD, Rune. Constitutionalism and democracy. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1993, p. 199-221.

HOPKINS, Daniel; KING, Gary. A method of automated nonparametric content analysis for social science. **American Journal of Political Science**, v. 54, n. 1, p. 229-247, 2010.

IANONI, Marcus. Políticas Públicas e Estado: o Plano Real. **Revista Lua Nova**, 2009, n.78, p.143-183, 2009.

JANONI, Alessandro. Expectativa sobre Temer lembra Itamar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 96, n. 31.817, 13 mai. 2016. Caderno passado/adiante, p.7.

JERONYMO, Raquel de Souza; SILVA, Marcos Paulo. **Revista Compólitica**, v. 7, n. 1, 2017.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). **Por que Gritamos Golpe?** para entender impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016.

KADA, Naoko. 2003. The role of investigative committees in the presidential *impeachment* processes in Brazil and Colombia. **Legislative Studies Quarterly**, n. 28, pp. 29-54, 2003.

KADA, Naoko; BAUMGARTNER, Jody C. (ed.). **Checking Executive Power: presidential impeachment in comparative perspective**. Westport, CT: Praeger, 2003.

KAHN, Kim Fridkin; KENNEY, Patrick. The slant of the news: how editorial endorsements influence campaign coverage and citizens' views of candidates. **American Political Science Review**, v. 96, p. 381-394, 2002.

KING, Gary; PAN, Jennifer; ROBERTS, Margaret. How censorship in China allows government criticism but silences collective expression. **American Political Science Review**, v. 107, n. 2, p. 1-18, 2013.

KUCINSKI, Bernardo. O ataque articulado dos barões da imprensa: A mídia na campanha presidencial de 1989. *In*: KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica** - ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 105–114.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo**: Norte e Sul - Manual de Comunicação. São Paulo: EDUSP, 2002.

KUYPERS, Jim A. Framing analysis. *In*: KUYPERS, Jim A. (org.). **Rhetorical Criticism: perspectives in action**. Nova York: Lexington Books, 2009.

LAMOUNIER, B. A questão institucional brasileira. *In*: NOHLEN, D. (orgs.). **Presidencialismo ou parlamentarismo**: perspectivas sobre a reorganização institucional brasileira. São Paulo: Edições Loyola 1993.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de Abreu; CARNEIRO, Rogério. **A imprensa faz e desfaz um presidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LEITÃO, Míriam. Era da incerteza. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.199, 12 abr. 2016. Economia, p. 22.

LEITÃO, Míriam. Era da incerteza. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.199, 12 abr. 2016. Economia, p. 22.

LEITÃO, Míriam. O ponto fraco de Dilma. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.068, 3 dez. 2015. Economia, p.26.

LEITÃO, Míriam. O ponto fraco de Dilma. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.068, 3 dez 2015. Economia, p.26.

LEITÃO, Míriam. País em chamas. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.174, 18 mar. 2016. Economia, p. 24.

LEITÃO, Míriam; GRIBEL. O duro começo. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.341, 1 set. 2016. Economia, p. 36.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan. The rise of competitive authoritarianism. **Journal of democracy**, v. 13, n. 2, p. 51-65, 2002.

LEWIS-BECK, Michzol S. **Economic and Elections**: The Major Western Democracies. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1988.

LIJPHART, Arendt. Comparative Politics and the Comparative Method. **The American Political Science Review**, v. 65, n. 3, p. 682-293, 1971.

LIMA, Venicio Artur de. Sete teses sobre mídia e política no Brasil. Revista USP, n.61, São Paulo, 2004.

LIMA, Venicio Artur de. **Liberdade de expressão x Liberdade da imprensa**. São Paulo: Publisher, 2012.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 81-106, 1999.

LINZ, Juan J. **Crisis, breakdown, and reequilibration**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978

LINZ, Juan J. Presidential or parliamentary democracy: does it make a difference? *In*: LINZ, J.; VALENZUELA, A. (orgs.). **The failure of presidential democracy**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press. 1994.

LINZ, Juan J. The perils of presidentialism. **Journal of Democracy**, v. 1, n. 1, p. 51-69, 1990.

LINZ, Juan J.; VALENZUELA, Arturo (org.). **The Failure of Presidential Democracy**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1994

LISBOA, Marcos. Problema fiscal se agravou, diz presidente do Insper. [Entrevista concedida a] Mariana Carneiro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 96, n. 31.786, 12 abr. 2016. Mercado, p. A 18.

LOTT JR, John R.; HASSETT, Kevin A. Is Newspaper Coverage of Economic Events Politically Biased? **Public Choice**, p. 65-108, 2014.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O Império é que era a República: a monarquia republicana de Joaquim Nabuco. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, n. 85, p. 277-311, 2012.

MAHONEY, James. Strategies of causal assessment in comparative historical analysis". *In*: MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich. **Comparative Historical Analysis in the Social**. 2003.

MAINWARING, Scott. Presidentialism, multipartism, and democracy: the difficult combination". **Comparative Political Studies**, n. 26, p. 198-228, 1993.

MAINWARING, Scott; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. **Democracies and dictatorships in Latin America**: emergence, survival, and fall. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2013.

MAINWARING, Scott; SCULLY, T. **Building Democratic Institutions**: Party Systems in Latin America. Stanford: Stanford University Press, 1995.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan. **Democracy, Accountability, and Representation**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1999.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MONT'ALVERNE, Camila; MITOZO, Isabele Batista. O impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de folha e estado: Um estudo quanti-qualitativo sobre o posicionamento político dos jornais. **Anais do XXVI Compós** - Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2017.

MARSTEINTREDET, Leiv; BERNTZEN, Einar. Reducing the perils of presidentialism in Latin America through presidential interruptions". **Comparative Politics**, v. 41, n. 1, p. 83-101, 2008

MARTINS, Ives Gandra da Silva; SOUZA, Hamilton Dias. Lula ministro, para quê? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 96, n. 31.761, 18 mar. 2016. Opinião, p. A3.

MARX, Karl. **O XVIII brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MATOS, Carolina. **Mídia e política na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MCCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, v. 36, p. 176–187, 1972.

MCCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. The evolution of agenda-setting research: Twenty-five years in the marketplace of ideas. **Journal of communication**, v. 43, n. 2, p. 58-67, 1993.

MCCULLAGH, C. **Media power: A sociological introduction**. Houndmills: Palgrave, 2002.

MCQUAIL, D. **McQuail's mass communication theory**. Londres: Sage, 2005.

MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRAZIL. **Relatório**. 2018. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/>>. Acesso: 21 mar. 2019.

MELO, Carlos. **Collor: o ator e suas circunstâncias**. São Paulo: Ed. Novo Conceito, 2007.

MELO, Marcus André. 2016. *Impeachment, maconha e Guilhotina*. Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/01/1731744-impeachment-maconha-e-guilhotina.shtml>>.

MENDES, Gabriel Gutierrez. O impeachment de Dilma Rousseff e a instabilidade política na América Latina: a aplicabilidade do modelo de Perez-Liñan. **Revista de Ciências Sociais: RCS**, v. 49, n. 1, p. 253-278, 2018.

MENDES, Gabriel. Da Frente Brasil Popular à aliança capital/trabalho: as campanhas de Lula a Presidente de 89 a 2002. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SANTOS, Débora B. A cooperação na deliberação pública: um estudo de caso sobre o referendo acerca da proibição da comercialização de armas de fogo no Brasil. **Dados**, v. 52, n. 2, p. 507-542, 2009.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães.. Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, p. 187-201, 2012.

MIGUEL, L.F.; COUTINHO, A.A. A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais. **Opinião Pública**, v. 13, n. 1, p. 97-123, 2007.

MIGUEL, Luis Felipe. A eleição visível: a Rede Globo descobre a política em 2002. **Dados**, v. 46, n. 2, p. 289-310, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. DOSSIÊ “MÍDIA E POLÍTICA”. Apresentação. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 22, p. 7-12, jun. 2004.

MIGUEL, Luis Felipe. Mídia e eleições: a campanha de 1998 na Rede Globo. **Dados**, Rio de Janeiro, v.42, n. 2, 1999.

MIGUEL, Luis Felipe. Mídia e manipulação política no Brasil – a Rede Globo e as eleições presidenciais de 1989 a 1998. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, n.2/3, p.119-138, maio/dezembro 1999.

MIGUEL, Luis Felipe. Quanto vale uma valência? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 17, p. 165-178, 2015.

MIGUEL, Luis Felipe. Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)**, n. 49, p. 51-77, 2000.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 73, p.59-76, 2010.

MING, Celso. A crise continua. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 137, n. 44.879, 1 set. 2016. Economia, p. B2.

MORAES, Marcelo de. Risco de queda da presidente Dilma agora é real. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 136, n. 44.606, 3 dez. 2015. Política, p. A10.

MOTTA, Nelson. Último ato: drama e farsa. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n.30.341, 1 set. 2016. País, p. 23.

MOUNK, Yascha. **The people vs. democracy: Why our freedom is in danger and how to save it**. Cambridge, Estados Unidos: Harvard University Press, 2018.

MULLAINATHAN, Sendhil e SHLEIFER, Andrei. The market for news. **The American Economic Review**, v. 95, p. 131-153, 2005.

MUNDIM, Pedro Santos. Cobertura da imprensa e eleições presidenciais de 2006: Efeitos realmente limitados? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 86, 2014.

MUNDIM, Pedro Santos. Imprensa e voto nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 e 2006. **Revista de Sociologia & Política**, v.20, n.41, p. 123-147, 2012.

MUNDIM, Pedro Santos. O viés da cobertura política da imprensa nas eleições presidenciais brasileiras de 2002, 2006 e 2010. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 25, p. 7-46, Jan. 2018.

MUNDIM, Pedro Santos. Rediscutindo o papel da imprensa nas eleições presidenciais de 2006: os efeitos foram realmente “limitados”? **Encontro da Compolítica**, IV, Rio de Janeiro. Anais do IV Encontro da Compolítica, 2011.

MUSTAPIC, Ana María Inestabilidad sin colapso – la renuncia de los presidentes: Argentina en el año 2001. **Desarrollo Económico**, v. 45, v. 178, p. 263-280, 2005.

NEUMAN, W. Russell; JUST, Marion R.; CRIGLER, Ann N. **Common knowledge: News and the construction of political meaning**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

NICHOLS, B. W. A participação radicalizada relacionada a Aécio Neves e Dilma Rousseff nas fanpages de quality papers brasileiros em 2014. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

NOBLAT, Ricardo. O país e Dilma na direção do fundo do poço. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.068, 3 dez. 2015. País, p. 11.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**. Da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOBRE, Marcos. Pensando o *impeachment*. **Novos Estudos Cebrap**, nº 34, novembro, p. 15-19, 1992.

NOBRE, Marcos. **Choque de democracia**: razões da revolta. Editora Companhia das Letras, 2013.

NORDHAUS, William. The Political Business Cycle. **The Review of Economic Studies**, v. 42, n. 2, p. 169-190, 1975.

NORRIS, Pippa. Global political communications: good governance, human development and mass communication. *In*: ESSER, F.; PFETSCH, B. (org.). **Comparing Political Communication**: Theories, Cases and Challenges. Nova York: Cambridge University Press, 2004. p. 115-151.

NUNES, Felipe; RANULFO MELO, Carlos. Impeachment, political crisis and democracy in Brazil. **Revista de Ciência Política**, v. 37, n. 2, 2017.

O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova**, n. 44, p. 27-54, 1998.

O'DONNELL, Guillermo. Delegative Democracy. **Journal of Democracy**, v. 5, n. 1, 4, p. 55-69, 1994.

OLIVEIRA, Cristina Godoy B. de; SILVA, Rafael Meira. OPINIÃO PÚBLICA E IMPEACHMENT: PROXIMIDADE OU DISTANCIAMENTO? **Revista de Direito Brasileira**, v. 15, n. 6, p. 148 – 172, set./dez. 2016.

OLSON, Mancur. **A Lógica da Ação Coletiva**. SP, EDUSP, 1999 [1965].

PADILHA, José. E agora? **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n.30.341, 1 set. 2016. País, p. 23.

PADILHA, José. E agora? **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n.30.341, 1 set. 2016. País, p. 23.

PAN, Z. P.; KOSICKI, G. M. Framing analysis: An approach to news discourse. **Political Communication**, v. 10, n. 1, p. 55–75, 1993.

PEREIRA, Thomáz. QUAIS OS PODERES DE EDUARDO CUNHA NO *IMPEACHMENT*? *In*: ARGUELHES, Diego Werneck. FALCÃO; Joaquim; PEREIRA, Thomaz (org.). **O Impeachment de Dilma Rousseff**: entre o Congresso e o Supremo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

PÉREZ-LIÑAN, Aníbal Presidential crises and democratic accountability in Latin America, 1990-1999. *In*: ECKSTEIN, Susan E.; WICKHAM-CROWLEY, Timothy P. (orgs.). **What**

justice? Whose justice? Fighting for fairness in Latin America. Berkeley: University of California Press, 2003.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal, Instituciones, coaliciones callejeras e inestabilidad política: perspectivas teóricas sobre las crisis presidenciales. **América Latina Hoy**, v. 49, p. 105-126, 2008.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. IMPEACHMENT OR BACKSLIDING? Threats to democracy in the twenty-first century. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 98, 2018.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. O impeachment de 2016 no contexto das crises presidenciais da América Latina [Entrevista concedida a CHAGAS, Luã José Vaz]. **Revista Compólitica**, v. 6, n. 2, p. 105-120, 2016.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. **Presidential impeachment and the new political instability in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal; POLGA-HECIMOVICH, John. Explaining military coups and impeachments in Latin America. **Democratization**, v. 24, n. 5, p. 839-858, 2017.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal; SCHMIDT, Nicolás and VAIRO, Daniela, Power concentration and democratic instability in Latin America, 1925-2010. **Latin American Political Science Association** (Alacip), Montevideo, p. 26-28, jul. 2017.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. "Pugna de poderes y crisis de gobernabilidad: hacia un nuevo presidencialismo?". **Latin American Research Review**, n. 38, p. 149-164, out. 2003.

PERLOFF, R. M. Ego-Involvement and the Third Person Effect of Televised News Coverage. **Communication Research**, v. 16, n. 2, p. 236-262, 1 abr. 1989.

PERUZZOTTI, Enrique. **Civic Engagement in Argentina: From the Human Rights Movement to the Cacerolazos**. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2002.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.

PORTO, Mauro Pereira. **Televisão e política no Brasil: a Rede Globo e as interpretações da audiência**. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2007.

POSOBON, Rejane de Oliveira; PRATES, Andressa Costa. A crise no governo Dilma: enquadramentos propostos pela Revista Veja. **Rev. Estud. Comun.**, Curitiba, v. 17, n. 42, p. 4-22, jan./abr. 2016.

POTTER, J. **Representing reality: Discourse, rhetoric and social construction**. Londres: Sage, 1996.

PRIOR, H.; GUAZINA, L.; ARAÚJO, B. Corrupção e escândalo político: o enquadramento dos escândalos Face Oculta e Mensalão na imprensa portuguesa e brasileira. **Media & Jornalismo**, v. 14, n. 26, p.167-185. 2015.

PRUDENCIO, K.; RIZZOTTO, C.; SILVA, M. Muita cena e pouca comunicação política? A marcha das vadias nos portais de notícias e a questão do enquadramento. **Revista Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 13, n 1, p. 89-102, jan-jun 2016.

PRZWORSKI, Adam; TEUNE, Henry. **The Logic of Comparative Social Inquiry**. Nova York: Wiley-Interscience, 1970.

REESE, S. D. Introduction. *In*: REESE, Stephen D.; GANDY JR, Oscar H.; GRANT, August E. (ed.). **Framing public life: Perspectives on media and our understanding of the social world**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2001. p. 1-31.

REIS, Bruno P. W. Sistema eleitoral e financiamento de campanhas no Brasil: desventuras do Poder Legislativo sob um hiperpresidencialismo consociativo. *In*: OLIVEN, Ruben George; RIDENTI, Marcelo; BRANDÃO, Gildo Marçal (org.). **A Constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores; Anpocs, 2008. p. 57-90.

RIBEIRO, A.P.G. Memória de jornalista. **11o Congresso da Compós**, Rio de Janeiro, 4-7 jun. 2002.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 148 p.

RIBEIRO, Renato Janine. Democracia versus república. *In*: BIGNOTTO, Newton (org.). **Pensar a República**. Belo Horizonte: Humanitas, 2000. p. 13-25.

RIZZOTTO, C.; ANTONELLI, D.; FERRACIOLI, P. A política nas páginas dos jornais: uma discussão metodológica sobre o enquadramento noticioso. **Alaic – Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 13, n. 24, p. 84-95, 2016.

RIZZOTTO, Carla; PRUDENCIO, Kelly; SAMPAIO, Rafael Cardoso. TUDO NORMAL: a despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Comunicação & Sociedade**, v. 39, n. 3, p. 111-130, 2017.

ROBERTS, K. M.; WIBBELS, E. Party systems and electoral volatility in Latin America: a test of economic, institutional and structural explanations. **American Political Science Review**, n. 93, p. 575-590, set. 1999.

ROMERO, A. Rearranging the deck chairs on the Titanic: the agony of democracy in Venezuela. **Latin American Research Review**, n. 32, p. 15, 1997.

RÓNAI, Cora. A melancolia do futuro que não chega nunca. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n.30.341, 1 set. 2016. País, p. 23.

RÓNAI, Cora. A melancolia do futuro que não chega nunca. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n.30.341, 1 set. 2016. País, p. 23.

RÓNAI, Cora. Faltou respeito. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.205, 18 abr. 2016, País, p. 25.

ROSS, L.; LEPPER, M. R.; HUBBARD, M. Perseverance in self-perception and social perception: biased attributional processes in the debriefing paradigm. **Journal of personality and social psychology**, v. 32, n. 5, p. 880–92, nov. 1975.

RUBIM, Antonio Albino Canelas e AZEVEDO, Fernando. Mídia e política no Brasil: textos e agenda de pesquisa. **Lua Nova**, São Paulo, n. 43, p. 189-216, 1998.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; COLLING, Leandro. Mídia e Eleições Presidenciais no Brasil Pós-Ditadura. **Diálogos de la Comunicación**. n. 69, p. 74-87, Lima, 2004.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Editora Todavia, 2018.

SÁ, Nelson de. Cobertura mostra Brasil petrificado diante da votação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 96, n. 31.792, 18 abr. 2016. Poder, p. A32

SAFIOTTI, Heleieth I. B. **Gênero Patriarcado Violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SALLUM JR, Brasílio. Crise política e impeachment. **Novos estudos CEBRAP**, v. 35, n. 2, p. 183-203, 2016.

SALLUM JR, Brasílio. **O impeachment de Fernando Collor**: sociologia de uma crise. São Paulo: Editora 34, 2015.

SALLUM JR, Brasílio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova**: Revista de cultura e política, n. 82, p. 163-200, 2011.

SALTER, Mark B. Securitization and desecuritization: a dramaturgical analysis of the Canadian Air Transport Security Authority. **Journal of international relations and development**, v. 11, n. 4, p. 321-349, 2008.

SAMUELS, David J.; SHUGART, Matthew Soberg. Presidentialism, elections and representation. **Journal of Theoretical Politics**, v. 15, n. 1, p. 33-60, jan. 2003.

SANTISO, Carlos. Economic Reform and Judicial Governance in Brasil: balancing independence with accountability. *In*: GLOPPEN, Siri; GARGARELLA, Roberto; SKAAR, Elin. **Democratization and the Judiciary**. The Accountability Functions of Courts in New Democracies. Londres: Frank Cass, 2004.

SANTOS, Fabiano; GUARNIERI, Fernando. From protest to parliamentary coup: an overview of Brazil's recent history. **Journal of Latin American Cultural Studies**, v. 25, n. 4, p. 485-494, 2016.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida**: o Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Sessenta e quatro**: anatomia da crise. São Paulo: Vértice, 1986.

SARCINELLI, Ulrich. De la Democracia Parlamentaria y Representativa a la Democracia de Medios? **Contribuciones**, n. 54, p. 7-23, 1997.

SARTORI, Giovanni. Concept misformation in comparative politics. **American Political Science Review**, v. 64, n. 4, p. 1033-1053, 1970.

SARTORI, Giovanni. **Comparative constitutional engineering**. Nova York: New York University Press, 1994

SCARAMUZZO, Mônica. 'A insegurança é a pior coisa que existe'. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 137, n. 44.768, 13 mai. 2016. Economia, p. B5.

SCHARPF, Fritz W. **Games Real Actors Play: Actor-Centered Institutionalism in Policy Research**. Boulder: Westview Press, 1997. p. 1-50, 195-215.

SCHEINKMAN, José Alexandre. Eventual novo governo deveria desmontar medidas de Dilma, diz economista. [Entrevista concedida a] Érica Fraga. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 96, n. 31.792, 18 abr. 2016. Mercado, p. A19.

SCHEUFELE, D. A. Framing as a theory of media effects. **Journal of Communication**, v. 49, n. 1, p. 103–122, 1999.

SCHUDSON, Michael. Notes on scandal and the Watergate legacy. **American Behavioral Scientist**, v. 47, n. 9, p. 1231-1238, 2004.

SCHUDSON, Michael. **The power of news**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

SCHUDSON, Michael. **The sociology of news**. Nova York: Norton, 2003.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SHERER, Dom Odilo P. Bem comum e paz social. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 136, n. 44.342, 14 mar. 2015. Espaço Aberto, p. A2.

SHOEMAKER, Pamela J.; REESE, Stephen D. **Mediating the message: Theories of influences on mass media content**. Londres: Longman, 1996.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia**. São Paulo: Loyola, 2005.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas. **Novos Estudos-Cebrap**, v. 102, p. 39-67, 2015.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. Editora Companhia das Letras, 2012.

SKIDMORE, Thomas. A queda de Collor: uma perspectiva histórica. *In*: ROSENN, K. S.; DOWNES, R. (org.). **Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SKYRMS, Brian. **The Stag Hunt and the Evolution of the Social Structure**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2004.

SMULOVITZ, Catalina; PERUZZOTTI, Enrique. Societal Accountability in Latin America. **Journal of democracy**, 2000, vol. 11, no 4, p. 147-158.

SNOW, David A.; ROCHFORD JR., E. Burke; WORDEN, Steven K.; BENFORD, Robert D. . Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. **American Sociological Review**, v. 51, n. 4, p. 464-481, 1986.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da Notícia e do Jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

SOUZA, A. O impeachment de Collor e a reforma institucional no Brasil. In: ROSENN, K. S.; DOWNES, R. (org.). **Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

SOUZA, Celina. Regras e contexto: as reformas da Constituição de 1988. **Dados Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 791-823, 2008.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. A Matriz Norte-americana. In: BIGNOTTO, Newton (org.). **Matrizes do republicanismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

STARLING, Heloisa Murgel. **Ser republicano no Brasil Colônia: a história de uma tradição esquecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

STEPAN, Alfred. Parlamentarismo x presidencialismo no mundo moderno: revisão de um debate atual. **Estudos Avançados**, v. 4, n. 8, p. 96-107, 1990.

STEVENSON, Roger; GREENE, Mark T. A reconsideration of bias in the news. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 57, n. 1, p. 115-121, 1980.

STOKES, Susan C. What Do Policy Switches Tell Us About Democracy?. In: PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C.; MANIN, Bernard (ed.). **Democracy, Accountability, and Representation**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1999.

STOKES, Susan C. **Mandates and democracy: neoliberalism by surprise in Latin America**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2001.

SUZINA, Ana C. Popular media and the issue of plurality in the public sphere. **III Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades**. Brasília, 11-13 mai. 2016.

TANKARD JR, James W. The empirical approach to the study of media framing. In: REESE, Stephen D.; GANDY JR, Oscar H.; GRANT, August E. (ed.). **Framing public life: Perspectives on media and our understanding of the social world**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2001. p. 95–106.

TATE, C. Neal; VALLINDER, Torbjorn (ed.). **The global expansion of judicial power**. Nova York: NYU Press, 1997.

TAYLOR, Michael. **The Possibility of Cooperation**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1987.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia**. São Paulo: Editora Vozes, 2011.

THOMPSON, John B. **Political scandal: Power and visibility in the media age**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2013.

TOLEDO, José Roberto. 2014 vai acabar em 2016. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 136, n. 44.606, 3 dez 2015. Política, p. A6.

TRAQUINA, Nelson. Jornalismo 2000: o estudo das notícias no fim do século XX. **Revista de comunicação e linguagens**, Lisboa, n. 27, p. 15-31, 2000.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL [TSE]. **Eleições anteriores**. 2017. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antecedentes/eleicoes-antecedentes>>. Acesso em: 06/07.2017.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Os tribunais internacionais contemporâneos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

TROYJO, Marcos. Petrobras é a nossa Ucrânia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 94, n. 31.306, 19 dez. 2014. Mundo, p. 18.

TUCHMAN, Gaye. **Making news: A study in the construction of reality**. Nova York: Free Press, 1978.

TUCHMAN, Gaye. Objectivity as strategic ritual: an examination on newsmen's notion of objectivity. **American Journal of sociology**, v. 77, n. 4, p. 660-679, 1992.

VALENZUELA, Arturo. Latin American presidencies interrupted. **Journal of Democracy**, n. 15, p. 5-19, out. 2004.

VALLONE, Robert P.; ROSS, Lee; LEPPER, Mark R. The hostile media phenomenon: Biased perception and perceptions of media bias in coverage of the Beirut massacre. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 49, n. 3, p. 577-85, set. 1985.

VAN DIJK, Teun A. How globo media manipulated the impeachment of Brazilian president Dilma Rousseff. **Discourse & Communication**, v. 11, n. 2, p. 199-229, 2017.

VAN GORP, Baldwin. The constructionist approach to framing: bringing culture back in. **Journal of Communication**, v. 57, n. 1, p. 60-78, 2007.

VAN GORP, Baldwin. Where is the frame? Victims and intruders in the Belgian press coverage of the asylum issue. **European Journal of Communication**, 20, p. 485-508, 2005.

VERÍSSIMO, Luis Fernando. Das metáforas. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.341, 1 set. 2016. País, p. 22.

VIANNA, Luiz Werneck. **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999.

VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende de. República e civilização brasileira. In: BIGNOTTO, Newton (org.). **Pensar a república**. Belo Horizonte: Humanitas, 2000. p. 131-154.

VICTOR, Fabio. Crônica de SP: Separados por 3 km, 2 países, cheios de mendigos no meio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 96, n. 31.792, 18 abr. 2016. Poder, p. A 27.

VIEIRA, Oscar Vilhena. A chave. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 96, n. 31.762, 19 mar. 2016. Cotidiano, p. B2.

VOLTMER, Katrin. Comparing media systems in new democracies: East meets South meets West. **Central European Journal of Communication**, v. 1, p. 23-40, 2008.

VOLTMER, Katrin. **Mass Media and Political Communications in new Democracies**. Londres: Routledge, 2006.

VOLTMER, Katrin. **The media in transitional democracies**. Cambridge, Reino Unido: Polity Press, 2013.

WÆVER, Ole. **Securitization and desecuritization**. In: LIPSCHUTZ, Ronnie D. **On security**. Copenhagen: Centre for Peace and Conflict Research, 1993.

WAISBORD, Silvio R. Investigative journalism and political accountability in South American democracies. **Critical Studies in Media Communication**, v. 13, n. 4, p. 343-363, 1996.

WAISBORD, Silvio R. **Watchdog journalism in South America: News, accountability, and democracy**. Nova York: Columbia University Press, 2000.

WALTZ, Kenneth. O homem, o estado e a guerra. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WATSON, Scott. "Framing" the Copenhagen School: Integrating the Literature on Threat Construction. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 40, n. 2, p. 279-301, 2012.

WEBER, Maria Helena. Sobre a produção de comunicação pública de Estado e a disputa de opinião e visibilidade política. [Trabalho apresentado ao] **34º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)**, Caxambu, 25-29 out. 2010.

WEBER, Max. A dominação legal com quadro administrativo burocrático. In: WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. v. 1. Brasília: Editora UnB, 2000 [1920]. p. 142-7.

WEYLAND, Keith. Limitations of rational-choice institutionalism for the study of Latin American politics. **Studies in Comparative International Development**, n. 37, p. 57-85, jan. 2002.

WEYLAND, Keith. The rise and fall of president Collor and its impact on Brazilian democracy. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 35, n. 1, p. 1-37, 1993.

WHITEHEAD, Laurence. 2001. High anxiety in the Andes: Bolivia and the viability of democracy. **Journal of Democracy**, v. 12, n. 2, p. 6-16, abr. 2001.

YOUNG, Iris Marion. **Justice and the politics of difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 67, p.139-190, 2006.

ZAMOSC, Leon. Popular impeachments: Ecuador in comparative perspective. *In*: SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis; FORMENT, Carlos (ed.). **Shifting frontiers of citizenship**: The Latin American experience. Leiden: Brill, 2012, p. 237-266.

APÊNDICE 1

Catálogo de documentos analisados e respectivos textos de chamada e manchete								
A	B	C	D	E	F	G	H	I
Data	Jornal	Documento	Tipo	Tema	Capa		Texto	
					Chamada	Manchete	Chamada	Manchete
03/14/2015	FSP	14.3.15_FSP_Pg A4_Poder	Notícia	Protestos		Atos defendem Dilma, mas criticam governo	PROTESTOS DE MARÇO	Atos rejeitam impeachment, mas criticam governo Dilma
03/14/2015	FSP	14.3.15_FSP_Pg A2_Opinião	Coluna/Opinativo	Protestos		André Singer: Democracia pode passar a viver teste de estresse		Tensão democrática
03/14/2015	FSP	14.3.15_FSP_Pg A9_Poder	Notícia	Partidos e instituições		Planalto errou na comunicação com o país, diz ministro	PROTESTOS DE MARÇO	Falta dialogar com a sociedade, diz ministro
03/14/2015	FSP	14.3.15_FSP_Pg C1_Cotidiano	Notícia	Impactos sociais		Faculdades federais atrasam contas e cortam serviços		Corte de verba deixa universidades sem limpeza, transporte e aulas
03/14/2015	FSP	14.3.15_FSP_Pg B1_Mercado	Notícia	Economia		Dólar vai a R\$ 3,25 com manifestações e juros dos EUA		Protestos, ameaça de Levy e juros americanos levam dólar a R\$ 3,25
03/14/2015	OESP	14.03.15_Pg A4_Politica	Notícia	Impeachment		CUT, UNE e MST fazem atos pró-Dilma em 23 Estados		Manifestações contra impeachment de Dilma reúnem milhares em 23 Estados
03/14/2015	OESP	14.03.15_Pg A6_Politica	Notícia	Protestos				Saia do palácio e ouça o povo', diz Stédile à presidente
03/14/2015	OESP	14.03.15_Pg A2_Espaço aberto	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições	SERGIO FAUSTO		ESPAÇO ABERTO	A crise será longa
03/14/2015	OESP	14.03.15_Pg A2_Espaço aberto	Coluna/Opinativo	Protestos	DOM ODILO O. SCHERER		ESPAÇO ABERTO	Bem comum e paz mundial
03/14/2015	OESP	14.03.15_Pg A7_Politica	Notícia	Impeachment				Artistas aderem a movimento anti-Dilma
03/14/2015	OESP	14.03.15_Pg A15_Metropole	Notícia	Impactos sociais			EDUCAÇÃO	Uso de 'gatilho' do Enem no novo Fies atinge mais pobres
03/14/2015	OESP	14.03.15_Pg A16_Metropole	Notícia	Partidos e instituições				Tesouro emite R\$ 300 mi para o Fies
03/14/2015	OESP	14.03.15_Pg B1_Economia	Notícia	Economia		Dólar dispara e vai a R\$ 3,26, maior cotação em 12 anos		Dolar dispara e fecha em R\$ 3,26, maior cotação desde abril de 2003
03/14/2015	OESP	14.03.15_Pg B3_Economia	Coluna/Opinativo	Economia		José Paulo Kupfer: Câmbio voltou a flutuar		Real é a moeda que mais perdeu valor/Câmbio voltou a flutuar
03/14/2015	OESP	14.03.16_OESP_Pg A4_Politica	Notícia	Protestos				Estimativa varia, mas alcança até 3 milhões
03/14/2015	OGLOBO	14.03.15_Pag 3_País	Notícia	Protestos	PROTESTOS DE MARÇO	Manifestantes pró-Dilma vão às ruas em 24 estados	PROTESTOS DE MARÇO	Manifestações pró-governo por todo o país
03/14/2015	OGLOBO	14.03.15_Pag 4_País	Notícia	Protestos			PROTESTOS DE MARÇO	Nas ruas, a polarização vista nas urnas
03/14/2015	OGLOBO	14.03.15_Pag 25_Economia	Notícia	Economia		Dólar sobe a R\$ 3,25, alta de 22% no ano	SEM LIMITES	Dolar sobe 22% no ano, a R\$ 3,25

03/14/2015	OGLOBO	14.03.15_Pag 27_Economia	Notícia	Economia			SEM LIMITES	Inflação da Páscoa' chega a 25% em um ano
03/16/2015	FSP	16.3.15_Pg A4_Poder	Notícia	Protestos		Fora, Dilma' reúne 210 mil em São Paulo e multidões do país	PROTESTOS DE MARÇO	Multidão vai às ruas contra Dilma e assusta o governo
03/16/2015	FSP	16.3.15_Pg A2_Opiniao_Artigos	Coluna/Opinativo	Protestos		Vinicius Mota: República no Brasil convive mal com presidentes fracos		Vinicius Mota: Estrela solitária
03/16/2015	FSP	16.3.15_Pg A2_Opiniao_Artigos	Coluna/Opinativo	Protestos		Valdo Cruz: Resposta do Planalto às manifestações foi tímida e a de sempre		Valdo Cruz: Goleada das ruas
03/16/2015	FSP	16.3.15_Pg A2_Opiniao_Artigos	Coluna/Opinativo	Protestos		Aécio Neves: Protestos não dizem respeito ao passado, mas, sim, ao futuro		Aécio Neves: As ruas
03/16/2015	FSP	16.3.15_Pg A5_Poder	Coluna/Opinativo	Protestos			ANALISE: IGOR GIELOW	Ato com foco definido foi além do esteriótipo
03/16/2015	FSP	16.3.15_Pg A6_Poder	Notícia	Protestos				O dia 15 no Brasil
03/16/2015	FSP	16.3.15_Pg A7_Poder	Notícia	Protestos				Ato reuniu 210 mil em SP, diz Datafolha
03/16/2015	FSP	16.3.15_Pg A12_Poder	Coluna/Opinativo	Economia		Ricardo Melo: Obrigar milionários a dividir custos é a opção contra a crise		Ricardo Melo: Dilma, a hora é agora
03/16/2015	FSP	16.3.15_Pg A17_Entrevista da 2a	Entrevista	Partidos e instituições	ENTREVISTA DA 2a. : JOSE EDUARDO CARDOZO	Medidas vão agilizar punição de corruptos	ENTREVISTA DA 2a. : JOSE EDUARDO CARDOZO	Pacote do governo vai punir corruptos mais rapidamente
03/16/2015	FSP	16.3.15_Pg B7_Mercado	Coluna/Opinativo	Economia			MARCIA DESSEN	A inflação é inimiga de suas finanças
03/16/2015	FSP	16.3.15_Pg D1_Cotidiano	Notícia	Partidos e instituições		Conflitos por água batem recorde e envolvem 43 mil famílias no Brasil	Crise da água	Conflitos pela água batem recorde no país
03/16/2015	FSP	16.3.15_Pg A4_Poder	Notícia	Impeachment	Ato político é o maior registrado na capital paulista após Diretas Já	Fora, Dilma' reúne 210 mil em São Paulo e multidões no país	PROTESTOS DE MARÇO	Multidão vai às ruas contra Dilma e assusta o governo
03/16/2015	FSP	16.3.15_Pg A7_Poder	Notícia	Protestos				Ato reuniu 210 mil em SP, diz Datafolha
03/16/2015	FSP	16.03.15_FSP_Pg A8_Poder	Notícia	Protestos				Caras da avenida
03/16/2015	FSP	16.3.15_Pg A5_Poder	Notícia	Protestos				Ato com foco definido
03/16/2015	FSP	16.3.15_Pg A6_Poder	Notícia	Protestos	Milhares fazem protestos em todos os estados e no DF		O dia 15 no Brasil	Protestos ocorrem em todos os estados
03/16/2015	FSP	16.3.15_Pg A12_Poder	Coluna/Opinativo	Economia	Obrigar milionários a dividir custos é a opção contra a crise			Ricardo Melo : Dilma, a hora é agora

03/16/2015	FSP	16.3.15_Pg A2_ Opiniao	Editorial	Partidos e instituições	Editoriais: Leia 'Nas cordas', a respeito de manifestações contra o governo Dilma			Nas cordas
03/16/2015	FSP	16.3.15_Pg A2_ Opiniao	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições	República no Brasil convive mal com presidentes fracos			Vinicius Mota: Estrela solitária
03/16/2015	FSP	16.3.15_Pg A2_ Opiniao	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições	Resposta do Planalto às manifestações foi tímida e a de sempre			Valdo Cruz: Goleada das ruas
03/16/2015	FSP	16.3.15_Pg A2_ Opiniao	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições	Protestos não dizem respeito ao passado, mas, sim, ao futuro			Aécio Neves: As ruas
03/16/2015	FSP	16.3.15_Pg A17_ Entrevista da 2a	Entrevista	Partidos e instituições			Entrevista da 2a. : José Eduardo Cardozo	Pacote do governo vai punir corruptos mais rapidamente
03/16/2015	FSP	16.03.15_FSP_Pg B7_ Mercado	Coluna/Opinativo	Economia				Marcia Dessen : A inflação é inimiga de suas finanças
03/16/2015	FSP	16.03.15_FSP_Pg D1_ Cotidiano	Notícia	Partidos e instituições	Conflitos por água batem recorde e envolvem 43 mil famílias no Brasil		Crise da água	Conflitos pela água batem recorde no país
03/16/2015	O GLOBO	16.03.15_Pagina 2_ Opinião	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições	Dilma continuará fazendo o que seu mestre mandar	RICARDO NOBLAT		O que seu mestre mandar
03/16/2015	OESP	16.03.15_Pg A4_ Politica	Notícia	Protestos		Protesto contra Dilma é maior manifestação desde as 'Diretas Já'	DIA DE PROTESTOS	Manifestações contra Dilma levam multidão às ruas do País
03/16/2015	OESP	16.03.15_Pg A3_ Opiniao	Editorial	Partidos e instituições			NOTAS&INFORMAÇÕES	O descompasso de Dilma
03/16/2015	OESP	16.03.15_Pg A5_ Politica	Notícia	Protestos			DIA DE PROTESTOS	Cálculos da PM. São Paulo: 1 milhão
03/16/2015	OESP	16.03.15_Pg A6_ Politica	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições	ANÁLISES	José Roberto de Toledo: Idos com Março. Só o PMDB (e o baixo clero que orbita no seu entorno) tem força hoje para sustentar Dilma no cargo. Ou tirá-la.	DIA DE PROTESTOS	José Roberto de Toledo: Idos de Março
03/16/2015	OESP	16.03.15_Pg A6_ Politica	Notícia	Protestos			DIA DE PROTESTOS	Corrupção e 'Fora PT' unificam protestos
03/16/2015	OESP	16.03.15_Pg A7_ Politica	Notícia	Protestos			DIA DE PROTESTOS	Discursos contra Dilma tinham tons diversos

03/16/2015	OESP	16.03.15_Pg A8_Politica	JOSÉ ROBERTO TOLEDO	O crupiê do poder		01.09.16_OESP_Pg A6_Politica		José Roberto Toledo: Quem dá cartas é o PMDB
03/16/2015	OESP	16.03.15_Pg A9_Politica	Notícia	Protestos		Em meio a panelaço, governo promete pacote anticorrupção	DIA DE PROTESTOS	Governo se defende sob novo panelaço
03/16/2015	OESP	16.03.15_Pg A9_Politica	Coluna/Opinativo	Protestos		Marco Antonio C. Teixeira: Surpreendente. O desafio é construir mecanismos que possam canalizar a mobilização em prol de mudanças institucionais	DIA DE PROTESTOS	Marco Antonio C. Teixeira: Melhorar a política sem negar a política
03/16/2015	OESP	16.03.15_Pg A10_Politica	Coluna/Opinativo	Protestos	DEPOIMENTOS	Marcelo Rubens Paiva: Por que não fui	DIA DE PROTESTOS	Marcelo Rubens Paiva: Por que não fui
03/16/2015	OESP	16.03.15_Pg A10_Politica	Coluna/Opinativo	Protestos	DEPOIMENTOS	Marcelo Madureira: Por que fui	DIA DE PROTESTOS	Marcelo Madureira: Por que fui
03/16/2015	OESP	16.03.15_Pg A11_Politica	Notícia	Protestos				Redes sociais refletem 'disputa' de manifestantes
03/16/2015	OESP	16.03.15_Pg A4_Politica	Notícia	Protestos	Milhares vão às ruas em todos os Estados, no Distrito Federal e até em cidades do exterior.	Protesto contra Dilma é amior manifestação desde as 'Diretas Já'	Dia de protestos	Manifestações contra Dilma levam multidão às ruas do País
03/16/2015	OESP	16.03.15_Pg A5_Politica	Notícia	Protestos			Dia de protestos	Cálculos da PM
03/16/2015	OESP	16.03.15_Pg A6_Politica	Notícia	Protestos				Corrupção e fora PT unificam protestos
03/16/2015	OESP	16.03.15_Pg A6_Politica	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições	Só o PMDB (e o baixo clero que orbita no seu entorno) tem força hoje para sustentar Dilma no cargo. Ou tirá-la.			José Roberto Toledo: Idos com março
03/16/2015	OESP	16.03.15_Pg A7_Politica	Notícia	Protestos				Discursos contra Dilma tinham tons diversos
03/16/2015	OESP	16.03.15_Pg A8_Politica	Notícia	Protestos				Todas as capitais do Nordeste
03/16/2015	OESP	16.03.15_Pg A8_Politica	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições				Eliane Cantanhêde:

03/16/2015	OESP	16.03.15_Pg A9_Politica	Notícia	Partidos e instituições	A presidente Dilma Rousseff avalia que os atos de ontem são mais graves para seu governo do que as manifestações de junho de 2013. Ela vai fazer mudanças no Ministério, trocar interlocutores e lançar pacote com medidas de combate à corrupção. Enquanto os ministros José Eduardo Cardozo e Migiel Rossetto falavam, um panelaço ocorria em SP, Rio, BH, Brasília, Salvador e Curitiba	Em meio a panelaço, governo promete pacote anticorrupção		Governo de defende sob novo panelaço
03/16/2015	OESP	16.03.15_Pg A10_Politica	Notícia	Partidos e instituições	Não que Dilma Rousseff fez bom governo, e manifestação contra corrupção é válida. Mas o que se vê hoje? Todas as instituições estão mobilizadas para investigar escândalos	Por que não fui		Dia de protestos
03/16/2015	OESP	16.03.15_Pg A10_Politica	Notícia	Protestos	Saí com a alma lavada. A nossa questão não é o impeachment, mas nós não nos reconhecemos nesse Brasil do PT. Somos a favor de uma saída democrática dentro da Constituição	Por que fui		
03/16/2015	OESP	16.03.15_Pg A11_Politica	Notícia	Partidos e instituições				Redes sociais refletem disputa de manifestantes

03/16/2015	OESP	16.3.15_OESP_Pg A3_Politica	Notícia	Partidos e instituições	O mundo percebido pela presidente é muito distinto do mostrado pelo dia a dia e pelas melhores fontes de informações	O descompasso de Dilma		O descompasso de Dilma
03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina 3_País	Notícia	Protestos	A VOLTA DOS PROTESTOS	Democracia tem novo 15 de março	A VOLTA DOS PROTESTOS	Dois milhões nas ruas
03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina 2_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições		Ricardo Noblat: Dilma continuará fazendo o que seu mestre mandar		Ricardo Noblat: O que seu mestre mandar
03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina 4_País	Notícia	Protestos			A VOLTA DOS PROTESTOS	Manifestação reúne um milhão em São Paulo
03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina 5_País	Notícia	Protestos			A VOLTA DOS PROTESTOS	No Rio, uma Copacabana verde e amarela
03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina 6_País	Notícia	Protestos			A VOLTA DOS PROTESTOS	Atos reuniram milhares também no Nordeste
03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina 7_País	Notícia	Protestos			A VOLTA DOS PROTESTOS	Os novos caras pintadas nas ruas
03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina 8_País	Notícia	Protestos	Surpreendido, Planalto reage com promessas		A VOLTA DOS PROTESTOS	Dimensão de atos pega governo de surpresa
03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina 9_País	Notícia	Protestos			A VOLTA DOS PROTESTOS	Oposição comemora adesão em massa
03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina 10_País	Coluna/Opinativo	Protestos		Merval Pereira: Se fôssemos um regime parlamentar, o governo Dilma já teria caído	A VOLTA DOS PROTESTOS	Merval Pereira: Rumo à alternância de poder
03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina 10_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições		Ilmar Franco: Presidente terá que sacudir governo e anunciar medidas		Vem aí um novo governo Dilma
03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina 11_País	Coluna/Opinativo	Protestos		José Casado: Pacote anticorrupção anunciado por governo é mais do mesmo	A VOLTA DOS PROTESTOS	José Casado: Uma presidente atônita com a voz das ruas
03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina 11_País	Coluna/Opinativo	Protestos		Cora Rónai: A lição agora é olhar com sabedoria para este espelho múltiplo	A VOLTA DOS PROTESTOS	Cora Rónai: Uma grande lição de Brasil
03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina 11 A_País	Notícia	Protestos			A VOLTA DOS PROTESTOS	Por que eu fui
03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina 11 B_País	Notícia	Protestos			A VOLTA DOS PROTESTOS	Demandas variadas e algo em comum
03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina 3_País	Notícia	Protestos	Em todo o país, 2 milhões vão às ruas contra o governo	DEMOCRACIA TEM NOVO 15 DE MARÇO	A volta dos protestos	Dois milhões nas ruas

03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina 4_País	Notícia	Protestos			A volta dos protestos	Manifestacao reúne um milhão em SP
03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina 5_País	Notícia	Protestos			A volta dos protestos	No Rio, uma Copacabana verde e amarela
03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina 6_País	Notícia	Protestos			A volta dos protestos	Atos reuniram milhares também no Nordeste
03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina 6_País	Coluna/ Opinativo	Protestos	Congresso passou incólume nos protestos	JORGE BASTOS MORENO	A volta dos protestos	Protestos poupam Congresso
03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina 7_País	Notícia	Protestos		A NOVA FACE DOS CARAS-PINTADAS		Os novos caras pintadas nas ruas
03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina 8_País	Notícia	Protestos	Supreendido, Planalto reage com promessas		Esse link é o da matéria. Tá trocado no site do Globo	Dimensão de atos pega governo de surpresa
03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina 8_País	Notícia	Partidos e instituições	Panelação nas cidades vira resposta à fala de ministros		Batendo lata	Durante entrevista, panelação
03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina 9_País	Notícia	Protestos			A VOLTA DOS PROTESTOS	Oposição comemora adesão em massa
03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina 10_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições	Se fossemos um regime parlamentar, o governo Dilma já teria caído	MERVAL PEREIRA		Rumo à alternância de poder
03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina 10_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições	Presidente terá que sacudir governo e anunciar medidas	ILIMAR FRANCO		Vem aí um novo governo Dilma
03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina 11_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições	Pacote anticorrupção anunciado por governo é mais do mesmo	JOSE CASADO		Uma presidente atônita com a voz das ruas
03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina11_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições	A lição agora é olhar com sabedoria para este espelho múltiplo	CORA RÓNAI		Uma grande lição de Brasil
03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina 11 A_País	Notícia	Protestos				Por que eu fui
03/16/2015	OGLOBO	16.03.15_Pagina 11 B_País	Notícia	Protestos			ANÁLISE	Demandas variadas e algo em comum
10/08/2015	FSP	08.10.15_FSP_Pg A4_Poder	Notícia	Partidos e instituições	BRASIL EM CRISE	Governo Dilma é o 1o. a ter contas reprovadas no TCU desde Getúlio	BRASIL EM CRISE	Dilma sofre novas derrotas em tribunais e no Congresso
10/08/2015	FSP	08.10.15_FSP_Pg A4_Poder	Notícia	Impeachment	PAINEL	Ação do STF amplia adesão do PMDB ao impeachment		Lenha na fogueira

10/08/2015	FSP	08.10.15_FSP_Pg A2_Opiniao	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Bernardo Mello Franco: Presidente foi muito otimista ao falar em 'luz no fim do túnel'		Petista sofre nova derrota no Congresso
10/08/2015	FSP	08.10.15_FSP_Pg A8_Poder	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições	CHAMA OS AMIGOS	Leonardo Picciani, líder do PMDB na Câmara e aliado do governo, tenta obter quorum para a votação de vetos de Dilma, sem sucessos, da bancada peemedebista, 28 de 65 deputados se ausentaram da Sessão do Congresso	BRASIL EM CRISE	Petista sofre nova derrota no Congresso
10/08/2015	OESP	08.10.15_OESP_Pg A4_Politica	Notícia	Justiça		Por unanimidade, TCU rejeita contas de Dilma		Em decisão unânime, TCU rejeita contas do governo Dilma de 2014
10/08/2015	OESP	08.10.15_OESP_Pg A4_Politica	Notícia	Partidos e instituições		TSE é o fato novo, afirma Delfim		Pedalada é 'truque', mas TSE 'cria fato novo', diz Delfim
10/08/2015	OESP	08.10.15_OESP_Pg A4_Politica	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Marcelo de Moraes: Desastre para o governo	ANÁLISE	O fato concreto passa agora a existir
10/08/2015	OESP	08.10.15_OESP_Pg A6_Politica	Notícia	Partidos e instituições		Governo fracassa e pauta-bomba permanece		O fato concreto passa agora a existir
10/08/2015	OESP	08.10.15_OESP_Pg A5_Politica	Notícia	Partidos e instituições		Presidente reclama de 'variante golpista'		Presidente reclama de 'variantes golpistas'
10/08/2015	OGLOBO	08.10.15_OGlobo_Pg 3_País	Notícia	Justiça	DERROTAS EM SÉRIE	Por unanimidade, TCU rejeita contas de Dilma	CRISE POLÍTICA	Rejeição unânime
10/08/2015	OGLOBO	08.10.15_OGlobo_Pg 4_País	Notícia	Partidos e instituições		'Eu estou vendo uma luz no fim do túnel', diz Dilma	CRISE POLÍTICA	Para oposição, impeachment de Dilma ganha força; PT contesta
10/08/2015	OGLOBO	08.10.15_OGlobo_Pg 4_País	Notícia	Partidos e instituições				Dilma reclama de "variantes golpistas" no cenário
10/08/2015	OGLOBO	08.10.15_OGlobo_Pg 5_País	Notícia	Partidos e instituições		Aliados boicotam de novo votação de vetos	CRISE POLÍTICA	Governo fracassa de novo na votação dos vetos
10/08/2015	OGLOBO	08.10.15_OGlobo_Pg 4_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições	COLUNISTAS	Merval Pereira: Tom de repúdio	MERVAL PEREIRA	Processo em curso
10/08/2015	OGLOBO	08.10.15_OGlobo_Pg 20_Economia	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Míriam Leitão: Cultura fiscal	MÍRIAM LEITÃO	Preço da irresponsabilidade
12/03/2015	FSP	03.12.15_FSP_Pg A4_Poder	Notícia	Impeachment	BRASIL EM CRISE	Cunha retalia PT e acata pedido de impeachment contra Dilma. Presidente se diz indignada e atacou peemedebista: "Não paira contra mim suspeita de desvio"	BRASIL EM CRISE	PT se opõe a Cunha, que revida e aceita pedido de impeachment
12/03/2015	FSP	03.12.15_FSP_Pg A5_Poder	Notícia	Partidos e instituições			BRASIL EM CRISE	Acusações contra a presidente são 'gravíssimas', justifica peemedebista
12/03/2015	FSP	03.12.15_FSP_Pg A4_Poder	Notícia	Partidos e instituições		Todos sabem que não sou ladra', disse presidente a aliados	PAINEL	Com que roupa

12/03/2015	FSP	03.12.15_FSP_Pg A2_Poder	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Bernardo Mello Franco: Novidade rompe a paralisia que deixou país refém de Brasília	OPINIÃO	Os efeitos da bomba
12/03/2015	FSP	03.12.15_FSP_Pg A3_Opiniao	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições			OPINIÃO	Claudio Lottenberg: Prioridades em tempos de crise
12/03/2015	FSP	03.12.15_FSP_Pg A6_Poder	Notícia	Partidos e instituições			BRASIL EM CRISE	Como chegamos até aqui?
12/03/2015	FSP	03.12.15_FSP_Pg A7_Poder	Notícia	Partidos e instituições			BRASIL EM CRISE	Presidente se diz indignada e ataca Cunha
12/03/2015	FSP	03.12.15_FSP_Pg A11_Poder	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Janio de Freitas: O Brasil está posto numa encruzilhada, e o Brasil somos nós		Na encruzilhada escura
12/03/2015	FSP	03.12.15_FSP_Pg A8_Poder	Coluna/ Opinativo	Impeachment		Igor Gielow: Governo sabe que só conta hoje com 130 votos leis na Câmara	ANÁLISE	Dilma terá de reagrupar e coordenar suas tropas para barrar impeachment
12/03/2015	FSP	03.12.15_FSP_Pg A9_Poder	Notícia	Partidos e instituições			BRASIL EM CRISE	Grupo de Temer não freará impeachment. Vice almoçou com sete senadores da oposição no mesmo dia em que pedido de afastamento de Dilma foi deflagrado
12/03/2015	FSP	03.12.15_FSP_Pg A10_Poder	Notícia	Partidos e instituições		Congresso aprova nova meta fiscal que permite déficit	BRASIL EM CRISE	Congresso Nacional aprova texto-base da mudança da meta fiscal
12/03/2015	FSP	03.12.15_FSP_Pg 1_Mercado1	Notícia	Economia		Sócios tiram André Esteves do controle do BTG		Sócios do BTG tiram André Esteves do comando para blindar o banco
12/03/2015	OESP	03.12.15_OESP_Pg A4_Politica	Notícia	Impeachment		Cunha aceita pedido de impeachment, Dilma se diz indignada e nega ato ilícito	PRESIDENTE SOB RISCO	Eduardo Cunha abre processo de impeachment contra Dilma
12/03/2015	OESP	03.12.15_OESP_Pg A5_Politica	Notícia	Impeachment			PRESIDENTE SOB RISCO	Cunha vê 'participação' de Dilma em crime fiscal
12/03/2015	OESP	03.12.15_OESP_Pg A6_Politica	Notícia	Impeachment			PRESIDENTE SOB RISCO	Política: 2014 vai acabar em 2016
12/03/2015	OESP	03.12.15_OESP_Pg A6_Politica	Notícia	Impeachment			PRESIDENTE SOB RISCO	Não possui contas no exterior', afirma presidente
12/03/2015	OESP	03.12.15_OESP_Pg A7_Politica	Notícia	Impeachment			PRESIDENTE SOB RISCO	Nós apoiamos, isso não é golpe', afirma Aécio
12/03/2015	OESP	03.12.15_OESP_Pg A9_Politica	Coluna/ Opinativo	Impeachment	ANÁLISES	Eliane Cantanhêde: O governo entra agora numa briga de foice no escuro. O desfecho é imprevisível	ANÁLISE	Partido decidiu ir para o tudo ou nada, ou vai ou racha
12/03/2015	OESP	03.12.15_OESP_Pg A9_Politica	Notícia	Impeachment			PRESIDENTE SOB RISCO	Presidente do PT diz que 'golpistas não passarão'

12/03/2015	OESP	03.12.15_OESP_Pg A6_Politica	Coluna/ Opinativo	Impeachment		José Roberto Toledo: Em 2016, o Brasil poderá chegar, enfim, a uma nova acomodação de forças	PRESIDENTE SOB RISCO	2014 vai acabar em 2016
12/03/2015	OESP	03.12.15_OESP_Pg A6_Politica	Notícia	Impeachment			PRESIDENTE SOB RISCO	Não possuo contas no exterior', afirma a presidente
12/03/2015	OESP	03.12.15_OESP_Pg A10_Politica	Coluna/ Opinativo	Impeachment		Marcelo de Moraes: Dilma Rousseff agora corre risco real e vê o governo ainda mais fragilizado	ANÁLISE	Risco de queda da presidente Dilma agora é real
12/03/2015	OESP	03.12.15_OESP_Pg A10_Politica	Notícia	Impeachment			PRESIDENTE SOB RISCO	Documento destaca 'pedaladas' e Pasadena
12/03/2015	OESP	03.12.15_OESP_Pg A8_Politica	Notícia	Justiça		FGV Direito SP: Os controles previstos na Constituição não estavam preparados para uma crise sistêmica	ANÁLISE	Supremo terá papel decisivo para preservar legalidade
12/03/2015	OESP	03.12.15_OESP_Pg A8_Politica	Notícia	Impeachment			PRESIDENTE SOB RISCO	Autores do pedido defendem processo
12/03/2015	OESP	03.12.15_OESP_Pg B1_Economia	Notícia	Economia		Congresso aprova revisão da meta fiscal de 2015	SEM APAGÃO	Congresso aprova meta fiscal que prevê déficit de até R\$ 119 bi em 2015
12/03/2015	OGLOBO	03.12.15_OGlobo_Pg 3_País	Notícia	Partidos e instituições	CRISE E VINGANÇA	Cunha retalia o PT e abre impeachment de Dilma	CRISE E VINGANÇA	A retaliação de Cunha
12/03/2015	OGLOBO	03.12.15_OGlobo_Pg 3_País	Notícia	Partidos e instituições				Estratégia é jogar o foco da crise em Dilma
12/03/2015	OGLOBO	03.12.15_OGlobo_Pg 2_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Ilmar Franco: Planalto pode travar batalha do bem contra o mal	PANORAMA POLÍTICO	O símbolo do impeachment
12/03/2015	OGLOBO	03.12.15_OGlobo_Pg 4_País	Notícia	Partidos e instituições			CRISE E VINGANÇA	Dilma se diz 'indignada' e ataca Eduardo Cunha: 'Não ocultei bens'
12/03/2015	OGLOBO	03.12.15_OGlobo_Pg 4_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Merval Pereira: Nem Cunha nem Dilma podem posar de heróis	MERVAL PEREIRA	Fato novo consumado
12/03/2015	OGLOBO	03.12.15_OGlobo_Pg 6_País	Notícia	Partidos e instituições		PT vai ao Supremo e fala em 'guerra'	CRISE E VINGANÇA	Vamos para a guerra', reage líder do PT
12/03/2015	OGLOBO	03.12.15_OGlobo_Pg 6_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Ancelmo Gois: Uma casa da mãe joana chamada Brasil	ARTIGO	Deus e o diabo na casa da mãe joana
12/03/2015	OGLOBO	03.12.15_OGlobo_Pg 7_País	Notícia	Impeachment		Oposição apoia e espera mobilização maior das ruas	CRISE E VINGANÇA	Para oposição, processo é caminho sem volta
12/03/2015	OGLOBO	03.12.15_OGlobo_Pg 7_País	Notícia	Impeachment			CLIMA DE EUFORIA	A festa dos pró-impeachment
12/03/2015	OGLOBO	03.12.15_OGlobo_Pg 8_País	Notícia	Impeachment		Comissão especial que analisará pedido será criada hoje	CRISE E VINGANÇA	Ritual do processo de afastamento começa hoje
12/03/2015	OGLOBO	03.12.15_OGlobo_Pg 8_País	Notícia	Justiça				Nova meta pode fazer 'pedalada' não existir

12/03/2015	OGLOBO	03.12.15_OGlobo_Pg 8_País	Notícia	Partidos e instituições				Cunha acaba escrevendo certo por linhas tortas', diz Miguel Reale Jr
12/03/2015	OGLOBO	03.12.15_OGlobo_Pg 9_País	Notícia	Impeachment			CRISE E VINGANÇA	Aliados contabilizam ao menos 200 votos contra processo
12/03/2015	OGLOBO	03.12.15_OGlobo_Pg 9_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições		Lauro Jardim: Presidente não sabe lidar com o Congresso	ARTIGO	Uma presidente que não sabe fazer política
12/03/2015	OGLOBO	03.12.15_OGlobo_Pg 10_País	Notícia	Justiça		Para ministros do STF, Cunha não tem como ficar no cargo	CRISE E VINGANÇA	Para ministros do STF, Cunha deve deixar o cargo
12/03/2015	OGLOBO	03.12.15_OGlobo_Pg 10_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições		Jorge Bastos Moreno: A reação do sapo em meio A lagoa de lama	ARTIGOS	A reação do sapo
12/03/2015	OGLOBO	03.12.15_OGlobo_Pg 10_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições		Cora Ronai: Não há vencedores nesse jogo nojento	ARTIGOS	Jogo sem vencedores
12/03/2015	OGLOBO	03.12.15_OGlobo_Pg 11_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições		Ricardo Noblat: O país e Dilma rumo ao fundo do poço	ARTIGO	O país e Dilma na direção do fundo do poço
12/03/2015	OGLOBO	03.12.15_OGlobo_Pg 12_País	Notícia	Partidos e instituições			CRISE E VINGANÇA	Na internet, Cunha assume tom festivo evitado na entrevista
12/03/2015	OGLOBO	03.12.15_OGlobo_Pg 25_Economia	Notícia	Economia		No mesmo dia, Congresso aprova meta fiscal de 2015	CONTAS QUE NÃO FECHAM	Aval para mais um déficit
12/03/2015	OGLOBO	03.12.15_OGlobo_Pg 26_Economia	Notícia	Economia		Miriam Leitão: Risco para Dilma é ter repetido o erro este ano	MIRIAM LEITÃO	O ponto fraco de Dilma
03/14/2016	FSP	14.03.16_FSP_Pg A5_Opinção	Editorial	Partidos e instituições			EDITORIAIS	Recado cabal
03/14/2016	FSP	14.03.16_FSP_Pg A5_Opinção	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			ROGERIO CHEQUER	Um dia que valerá por anos
03/14/2016	FSP	14.03.16_FSP_Pg A6_Poder	Notícia	Protestos		Ato anti-Dilma é o maior da história	BRASIL EM CRISE	Ato em SP atrai 500 mil pessoas, supera Diretas e impulsiona impeachment
03/14/2016	FSP	14.03.16_FSP_Pg A7_Poder	Notícia	Protestos		Juiz Sérgio Moro, da Operação Lava Jato, é saudado como herói		Lava Jato incendeia Paulista e Moro é tratado como herói
03/14/2016	FSP	14.03.16_FSP_Pg A8_Poder	Notícia	Protestos			BRASIL EM CRISE	Atos atingem ao menos 121 cidades em todo o país
03/14/2016	FSP	14.03.16_FSP_Pg C6_Illustrada	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			Opinião: Luiz Felipe Pondé	A seita da jararaca
03/14/2016	FSP	14.03.16_FSP_Pg A4_Opinção	Coluna/Opinativo	Protestos	Multidão responde a inchaço do poder presidencial sob PT		VINICIUS MOTA	Nas ruas contra o monstro
03/14/2016	FSP	14.03.16_FSP_Pg A4_Opinção	Coluna/Opinativo	Impeachment	Desfecho está próximo, pode não passar de julho		VALDO CRUZ	Próximo do fim!?
03/14/2016	FSP	14.03.16_FSP_Pg A4_Opinção	Editorial	Protestos	Leia "Recado cabal", sobre manifestações ocorridas no domingo		EDITORIAIS	Recado cabal

03/14/2016	FSP	14.03.16_FSP_Pg A5_ Opinião	Coluna/ Opinativo	Impeachment	Povo e políticos devem convergir para o impeachment		ROGERIO CHEQUER	Um dia que valerá por anos
03/14/2016	FSP	14.03.16_FSP_Pg A6_Poder	Notícia	Protestos		Ato anti-Dilma é o maior da história	BRASIL EM CRISE	Ato em SP atrai 500 mil pessoas, supera Diretas e impulsiona impeachment
03/14/2016	FSP	14.03.16_FSP_Pg A7_Poder	Notícia	Protestos		Juiz Sérgio Moro, da Operação Lava Jato, é saudado como herói		Lava Jato incendeia Paulista e Moro é tratado como herói
03/14/2016	FSP	14.03.16_FSP_Pg A8_Poder	Notícia	Protestos			BRASIL EM CRISE	Atos atingem ao menos 121 cidades em todo o país
03/14/2016	FSP	14.03.16_FSP_Pg A8_Poder	Notícia	Partidos e instituições			ANÁLISE	Fernando Canzian: Enterro de gala do PT
03/14/2016	FSP	14.03.16_FSP_Pg A12_Poder	Notícia	Protestos				Festa de paulista
03/14/2016	FSP	14.03.16_FSP_Pg A13_Poder	Notícia	Protestos	Ato pode acelerar impeachment, diz vice-líder do PMDB			Atos foram positivos afirma vice do PMDB
03/14/2016	FSP	14.03.16_FSP_Pg C6_Illustrada	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições	PT hoje continua sendo uma seita, a seita da jararaca		Opinião: Luiz Felipe Pondé	A seita da jararaca
03/14/2016	OESP	14.03.16_OESP_Pg A4_Politica	Notícia	Protestos		13/03/2016	DIA DE PROTESTOS TERMÔMETRO	Maior manifestação da história do País aumenta pressão por saída de Dilma
03/14/2016	OESP	14.03.16_OESP_Pg A4_Politica	Notícia	Protestos				Estimativa varia, mas alcança até 3 milhões
03/14/2016	OESP	14.03.16_OESP_Pg A4_Politica	Notícia	Protestos		13/03/2016	DIA DE PROTESTOS TERMÔMETRO	Maior manifestação da história do País aumenta pressão por saída de Dilma
03/14/2016	OESP	14.03.16_OESP_Pg A4_Politica	Notícia	Protestos				Estimativa varia, mas alcança até 3 milhões
03/14/2016	OESP	14.3.16_OESP_Pg A5_Politica	Notícia	Protestos				Protesto na Paulista é o maior já registrado
03/14/2016	OESP	14.3.16_OESP_Pg A5_Politica	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições			ANÁLISE	Dora Kramer: Perda total
03/14/2016	OESP	14.3.16_OESP_Pg A9_Politica	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições				Jose Roberto de Toledo: Costurando Frankenstein
03/14/2016	OESP	14.3.16_OESP_Pg A9_Politica	Notícia	Protestos				Governo fica surpreso com tamanho da manifestação e aliviado com caráter pacífico
03/14/2016	OGLOBO	14.03.16_OGlobo_Pg 3_País	Notícia	Protestos	MAIOR MANIFESTAÇÃO DA HISTÓRIA	Brasil vai às ruas contra Lula e Dilma e a favor de Moro	O 13 DE MARÇO	A voz que ecoa das ruas
03/14/2016	OGLOBO	14.03.16_OGlobo_Pg 4_País	Notícia	Protestos			O 13 DE MARÇO	Em São paulo, 1,4 milhão de manifestantes

03/14/2016	OGLOBO	14.03.16_OGlobo_Pg 6_País	Notícia	Protestos			O 13 DE MARÇO	Políticos vão às ruas e também são hostilizados
03/14/2016	OGLOBO	14.03.16_OGlobo_Pg 7_País	Notícia	Protestos			O 13 DE MARÇO	Moro se diz 'tocado' com apoio das ruas
03/14/2016	OGLOBO	14.03.16_OGlobo_Pg 8_País	Notícia	Protestos			O 13 DE MARÇO	Irreverência marca protestos contra Lula
03/14/2016	OGLOBO	14.03.16_OGlobo_Pg 9_País	Notícia	Protestos			O 13 DE MARÇO	Aliados admitem que protestos fortalecem impeachment
03/14/2016	OGLOBO	14.03.16_OGlobo_Pg 10 e 11_País	Notícia	Protestos			O 13 DE MARÇO	No Nordeste, grito contra Dilma e Lula se amplia
03/14/2016	OGLOBO	14.03.16_OGlobo_Pg 10_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		José Casado: Dilma, assiste, impassível, a liquefação de seu governo	ARTIGO	A soma de todos os medos
03/14/2016	OGLOBO	14.03.16_OGlobo_Pg 12_País	Notícia	Protestos			O 13 DE MARÇO	As faces da manifestação
03/14/2016	OGLOBO	14.03.16_OGlobo_Pg 3_País	Notícia	Protestos	MAIOR MANIFESTAÇÃO DA HISTÓRIA	Brasil vai às ruas contra Lula e Dilma e a favor de Moro	O 13 DE MARÇO	A voz que ecoa das ruas
03/14/2016	OGLOBO	14.03.16_OGlobo_Pg 4_País	Notícia	Protestos			O 13 DE MARÇO	Em São Paulo, 1,4 milhão de manifestantes
03/14/2016	OGLOBO	14.03.16_OGlobo_Pg 4_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições	Protestos dão respaldo para processo de impeachment			Lauro Jardim: Três fatores que deixam o governo encrencado
03/14/2016	OGLOBO	14.03.16_OGlobo_Pg 6_País	Notícia	Protestos			O 13 DE MARÇO	Políticos vão às ruas e também são hostilizados
03/14/2016	OGLOBO	14.03.16_OGlobo_Pg 6_País	Notícia	Protestos	Moro, hoje, é o representante de fato das ruas			A Paulista transbordou
03/14/2016	OGLOBO	14.03.16_OGlobo_Pg 7_País	Notícia	Protestos			O 13 DE MARÇO	Moro se diz 'tocado' com apoio das ruas
03/14/2016	OGLOBO	14.03.16_OGlobo_Pg 7_País	Coluna/ Opinativo	Protestos	Uma rua cheia de brasileiros em coro contra a corrupção		O 13 DE MARÇO	Ancelmo Gois: Ancelmo Gois: A rua é do povo! Como o céu é do condor
03/14/2016	OGLOBO	14.03.16_OGlobo_Pg 8_País	Notícia	Protestos			O 13 DE MARÇO	Irreverência marca protestos contra Lula
03/14/2016	OGLOBO	14.03.16_OGlobo_Pg 9_País	Notícia	Protestos			O 13 DE MARÇO	Aliados admitem que protestos fortalecem impeachment
03/14/2016	OGLOBO	14.03.16_OGlobo_Pg 2_Opinção	Notícia	Protestos	O Brasil renunciou a Dilma. Cabe ao Congresso formalizar o ato			O Brasil renuncia a Dilma
03/14/2016	OGLOBO	14.03.16_OGlobo_Pg 11_País	Notícia	Protestos			O 13 DE MARÇO	No Nordeste, grito contra Dilma e Lula se amplia

03/14/2016	OGLOBO	14.03.16_OGlobo_Pg 10_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		José Casado: Dilma, assiste, impassível, a liquefação de seu governo	ARTIGO	A soma de todos os medos
03/14/2016	OGLOBO	14.03.16_OGlobo_Pg 12_País	Notícia	Protestos			O 13 DE MARÇO	As faces da manifestação
03/18/2016	FSP	18.03.16_FSP_Pg A4_Poder	Notícia	Partidos e instituições		Reações em série ampliam isolamento de Dilma e Lula	GOVERNO SITIADO	Dilma ataca Lava Jato
03/18/2016	FSP	18.03.16_FSP_Pg A2_Opinão	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Bernardo Mello Franco: Tornar magistrado alvo pode engrossar protestos nas ruas	EDITORIAIS	Os riscos de atacar Moro
03/18/2016	FSP	18.03.16_FSP_Pg A3_Opinão	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Wadih Damous: Como um justiceiro, juiz tenta levar de solapada os direitos	TENDÊNCIAS/DEBATES	A marcha da insensatez do juiz Moro
03/18/2016	FSP	18.03.16_FSP_Pg A3_Opinão	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Ives Gandra e Hamilton Dias: Gravação torna evidente o intuito de proteger petista	TENDÊNCIAS/DEBATES	Lula ministro, para quê?
03/18/2016	FSP	18.03.16_FSP_A5_Poder	Notícia	Partidos e instituições		Grampo ilegal evoca Estado de exceção, diz presidente	GOVERNO SITIADO	Presidente usa posse para atacar juiz
03/18/2016	FSP	18.03.16_FSP_A6_Poder	Notícia	Partidos e instituições			GOVERNO SITIADO	Lula vê família violentada por grampos ilegais da PF
03/18/2016	FSP	18.03.16_FSP_A7_Poder	Notícia	Partidos e instituições			GOVERNO SITIADO	Ofensa de Lula ao STF é 'torpe' e típica de mentes autocráticas, diz ministro
03/18/2016	FSP	18.03.16_FSP_A8_Poder	Notícia	Partidos e instituições			GOVERNO SITIADO	Lava Jato reage e vê guerra nas 'sombrias'
03/18/2016	FSP	18.03.16_FSP_A10_Poder	Entrevista	Partidos e instituições			GOVERNO SITIADO	Entrevistas: Cláudio Fonteles
03/18/2016	FSP	18.03.16_FSP_A10_Poder	Entrevista	Partidos e instituições			GOVERNO SITIADO	Entrevistas: Modesto Carvalhosa
03/18/2016	FSP	18.03.16_FSP_A11_Poder	Notícia	Impeachment			GOVERNO SITIADO	Cresce a pressão de entidades patronais por saída de Dilma
03/18/2016	FSP	18.03.16_FSP_A12_Poder	Notícia	Protestos		Ato pró-governo está marcado para esta sexta, às 16h	GOVERNO SITIADO	
03/18/2016	FSP	18.03.16_FSP_A13_Poder	Notícia	Protestos			GOVERNO SITIADO	Brasília registra protestos dos dois lados e confrontos
03/18/2016	FSP	18.03.16_FSP_A14_Poder	Notícia	Impeachment			GOVERNO SITIADO	Câmara instala a comissão que analisará impeachment
03/18/2016	FSP	18.03.16_FSP_A15_Poder	Notícia	Partidos e instituições			GOVERNO SITIADO	PMDB dá dois sinais de que pode romper com o governo de Dilma
03/18/2016	FSP	18.03.16_FSP_A18_Poder	Notícia	Partidos e instituições			GOVERNO SITIADO	PF acha minuta de venda de sítio de Atibaia para Lula
03/18/2016	FSP	18.03.16_FSP_A24_Mercado	Coluna/ Opinativo	Economia			VINICIUS TORRES FREIRE	Mercado espera anúncio da morte
03/18/2016	FSP	18.03.16_FSP_B2_Cotidiano	Coluna/ Opinativo	Impactos sociais			TATI BERNARDI	Qual a sua certeza de hoje?

03/18/2016	FSP	18.03.16_FSP_C10_Illustrada	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Vladimir Safatle: Moro se tornou tão indefensável quanto os que julga	VLADIMIR SAFATLE	O suicídio da Lava Jato
03/18/2016	OESP	18.03.16_OESP_Pg A4_Politica	Notícia	Impeachment		O dia em que o ex-presidente sofreu para virar ministro	O EX-PRESIDENTE NA ESPLANADA	Supremo decidirá sobre a posse de Lula; impeachment recomeça na Câmara
03/18/2016	OESP	18.03.16_OESP_Pg A3_Opiniao	Editorial	Partidos e instituições			NOTAS&INFORMAÇÕES	Vergonha! Vergonha!
03/18/2016	OESP	18.03.16_OESP_Pg A11_Politica	Notícia	Impeachment		Câmara instala comissão de impeachment	O EX-PRESIDENTE NA ESPLANADA	Aliado de Cunha vai relatar processo de impeachment
03/18/2016	OESP	18.03.16_OESP_Pg A7_Politica	Notícia	Partidos e instituições		Decano do STF chama fala de 'insulto'	O EX-PRESIDENTE NA ESPLANADA	Fala de Lula é 'gesto leviano', diz Mello
03/18/2016	OESP	18.03.16_OESP_Pg A5_Politica	Notícia	Partidos e instituições		Minuta de compra de sitio estava na casa de Lula	O EX-PRESIDENTE NA ESPLANADA	Sítio tinha minuta com opção de compra
03/18/2016	OESP	18.03.16_OESP_Pg A5_Politica	Notícia	Partidos e instituições				Estou na casa de Marisa Letícia', diz amigo de Lulinha sobre sítio
03/18/2016	OESP	18.03.16_OESP_Pg A14_Politica	Notícia	Protestos		Occupy Paulista	O EX-PRESIDENTE NA ESPLANADA	Protestos na Paulista duram mais de 24 horas
03/18/2016	OESP	18.03.16_OESP_Pg A8_Politica	Notícia	Partidos e instituições		Janot diz que Lula não está 'blindado' por ser ministro	O EX-PRESIDENTE NA ESPLANADA	Janot diz que Lula não será 'blindado'
03/18/2016	OESP	18.03.16_OESP_Pg A12_Politica	Notícia	Partidos e instituições		Temer não vai à posse e PMDB antecipa convenção	O EX-PRESIDENTE NA ESPLANADA	Após áudio, PMDB antecipa convenção
03/18/2016	OESP	18.03.16_OESP_Pg A10_Politica	Notícia	Justiça		Juristas divergem sobre decisões ligadas à Lava Jato	O EX-PRESIDENTE NA ESPLANADA	Juristas divergem sobre decisões judiciais
03/18/2016	OESP	18.03.16_OESP_Pg A6_Politica	Notícia	Partidos e instituições		Ausência de Temer foi mais estridente do que presenças	ELIANE CANTANHÊDE	Fim de festa
03/18/2016	OESP	18.03.16_OESP_Pg A12_Politica	Notícia	Partidos e instituições		O PT criminalizou a política. Agora, tenta politizar o crime	DORA KRAMER	O poder a serviço da ilegalidade
03/18/2016	OGLOBO	18.03.16_OGlobo_Pg 3_País	Notícia	Partidos e instituições	LIMINARES CONTRA A POSSE	Judiciário repudia ofensas e suspende manobra de Lula	LAVA-JATO NO PLANALTO	Conflito de poderes
03/18/2016	OGLOBO	18.03.16_OGlobo_Pg20_Opiniao	Editorial	Partidos e instituições		Editorial: Vale-tudo empurra Dilma e Lula para a ilegalidade	EDITORIAL	Vale tudo empurra Dilma e Lula para a ilegalidade
03/18/2016	OGLOBO	18.03.16_OGlobo_Pg 13_País	Notícia	Impeachment	PROCESSO POLÍTICO AVANÇA	Aliado de Cunha vai relatar impeachment de Dilma (Capa-segunda edição)	PROCESSO DE IMPEACHMENT	Os 65 integrantes da Comissão Especial
03/18/2016	OGLOBO	18.03.16_OGlobo_Pg 4_País	Notícia	Partidos e instituições			LAVA-JATO NO PLANALTO	Dilma ataca grampo e diz que golpes começam assim
03/18/2016	OGLOBO	18.03.16_OGlobo_Pg 4_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Grampo revela um Lula sexista e autoritário	MERVAL PEREIRA	Comportamento rasteiro
03/18/2016	OGLOBO	18.03.16_OGlobo_Pg 2_Pagina2	Notícia	Partidos e instituições			PANORAMA POLITICO	Lula virou inimigo de Lula
03/18/2016	OGLOBO	18.03.16_OGlobo_Pg 6_País	Notícia	Partidos e instituições			LAVA-JATO NO PLANALTO	Posse de Lula é suspensa e desencadeia guerra jurídica
03/18/2016	OGLOBO	18.03.16_OGlobo_Pg 6_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições			PERFIL: ITAGIBA CATA PRETA	Juiz é ativo contra o governo no Facebook

03/18/2016	OGLOBO	18.03.16_OGlobo_Pg 8_País	Notícia	Partidos e instituições			LAVA-JATO NO PLANALTO	Decano do STF reage a Lula: 'Ninguém está acima das leis'
03/18/2016	OGLOBO	18.03.16_OGlobo_Pg 8_País	Notícia	Partidos e instituições				Moro afirma que presidente não tem sigilo absoluto
03/18/2016	OGLOBO	18.03.16_OGlobo_Pg 10_País	Notícia	Partidos e instituições			LAVA-JATO NO PLANALTO	'Occupy' na Paulista e no Congresso
03/18/2016	OGLOBO	18.03.16_OGlobo_Pg 11_País	Notícia	Partidos e instituições			LAVA-JATO NO PLANALTO	Falta de decoro na linha
03/18/2016	OGLOBO	18.03.16_OGlobo_Pg 12_País	Notícia	Partidos e instituições			LAVA-JATO NO PLANALTO	PMDB antecipa reunião para rompimento e boicota posse
03/18/2016	OGLOBO	18.03.16_OGlobo_Pg 14_País	Notícia	Partidos e instituições			LAVA-JATO NO PLANALTO	Minuta de contrato de compra de sítio tem o nome de Lula
03/18/2016	OGLOBO	18.03.16_OGlobo_Pg 21_Opiniao	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			LISZT VIEIRA E MARIJANE LISBOA	Alternância de corrupção?
03/18/2016	OGLOBO	18.03.16_OGlobo_Pg 21_Economia	Notícia	Economia			LAVA JATO NO PLANALTO	Euforia nos mercados
03/18/2016	OGLOBO	18.03.16_OGlobo_Pg 24_Economia	Coluna/Opinativo	Economia			MIRIAM LEITÃO	País em chamas
03/18/2016	OGLOBO	18.03.16_OGlobo_Pg 25_Economia	Notícia	Impeachment			LAVA JATO NO PLANALTO	Empresários pedem impeachment de Dilma
03/19/2016	FSP	19.03.16_FSP_Pg A5_Poder	Notícia	Partidos e instituições		Ministro do STF devolve caso de Lula a Moro	GOVERNO SITIADO	STF tira Lula de pasta e devolve caso a Moro
03/19/2016	FSP	19.03.16_FSP_Pg A4_Poder	Notícia	Protestos		Ato pró-governo reúne 95 mil pessoas na Paulista, calcula Datafolha	GOVERNO SITIADO	Lula faz discurso conciliador; ministro do STF suspende posse e devolve caso a Moro
03/19/2016	FSP	19.03.16_FSP_Pg A2_Opinião	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições		André Singer: Justiça e imprensa parecem colocar lenha na fogueira. Justiça e mídia precisam de equilíbrio para não distorcer o jogo político partidário ou darão péssima contribuição neste que é o momento mais delicado da democracia brasileira desde o fim do regime militar	ANDRE SINGER	Jogo viciado
03/19/2016	FSP	19.03.16_FSP_Pg A2_Opinião	Coluna/Opinativo	Economia		Desastre de receita (acerca de queda na arrecadação de impostos)	EDITORIAIS	Desastre de receita
03/19/2016	FSP	19.03.16_FSP_Pg A8_Poder	Notícia	Partidos e instituições		Janot chancelou a divulgação das gravações de Lula	GOVERNO SITIADO	Janot avalizou divulgação de áudios de Lula
03/19/2016	FSP	19.03.16_FSP_Pg A10_Poder	Entrevista	Partidos e instituições			ENTREVISTA: Eugênio Aragão	Cheirou vazamento por agente, a equipe toda será trocada
03/19/2016	FSP	19.03.16_FSP_Pg A15_Poder	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			Demétrio Magnoli	Fantasmilha camarada

03/19/2016	FSP	19.03.16_FSP_Pg A11_Poder	Notícia	Impeachment		OAB vai apoiar o impeachment da presidente Dilma	GOVERNO SITIADO	OAB nacional decide apoiar impeachment da presidente
03/19/2016	FSP	19.03.16_FSP_Pg B2_Cotidiano	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			Oscar Vilhena Vieira	A chave
03/19/2016	FSP	19.03.16_FSP_Pg A5_Poder	Notícia	Justiça		Ministro do STF devolve caso de Lula a Moro	GOVERNO SITIADO	STF tira Lula de pasta e devolve caso a Moro
03/19/2016	FSP	19.03.16_FSP_Pg A4_Poder	Notícia	Protestos		Ato pró-governo reúne 95 mil pessoas na Paulista, calcula Datafolha	GOVERNO SITIADO	Lula faz discurso conciliador; ministro do STF suspende posse e devolve caso a Moro
03/19/2016	FSP	19.03.16_FSP_Pg A2_Opinião	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições		André Singer: Justiça e imprensa parecem colocar lenha na fogueira. Justiça e mídia precisam de equilíbrio para não distorcer o jogo político partidário ou darão péssima contribuição neste que é o momento mais delicado da democracia brasileira desde o fim do regime militar	ANDRE SINGER	Jogo viciado
03/19/2016	FSP	19.03.16_FSP_Pg A2_Opinião	Editorial	Economia		Desastre de receita (acerca de queda na arrecadação de impostos)	EDITORIAIS	Desastre de receita
03/19/2016	FSP	19.03.16_FSP_Pg A2_Opinião	Coluna/Opinativo	Justiça			FLÁVIO FERREIRA	Justiça privilegiada
03/19/2016	FSP	19.03.16_FSP_Pg A2_Opinião	Coluna/Opinativo	Justiça			IGOR GIELOW	Brigar com a Justiça
03/19/2016	FSP	19.03.16_FSP_Pg A8_Poder	Notícia	Justiça		Janot chancelou a divulgação das gravações de Lula	GOVERNO SITIADO	Janot avalizou divulgação de áudios de Lula
03/19/2016	FSP	19.03.16_FSP_Pg A10_Poder	Entrevista	Justiça			ENTREVISTA: Eugênio Aragão	Cheirou vazamento por agente, a equipe toda será trocada
03/19/2016	FSP	19.03.16_FSP_Pg A15_Poder	Coluna/Opinativo	Justiça	Paralelo que ação petista faz com Berlusconi é falsa		Demétrio Magnoli	Fantasmilha camarada
03/19/2016	FSP	19.03.16_FSP_Pg A11_Poder	Notícia	Impeachment		OAB vai apoiar o impeachment da presidente Dilma	GOVERNO SITIADO	OAB nacional decide apoiar impeachment da presidente
03/19/2016	FSP	19.03.16_FSP_Pg B2_Cotidiano	Coluna/Opinativo	Justiça		Não há cortes tão expostas quanto o Supremo	Oscar Vilhena Vieira	A chave
03/19/2016	OESP	19.03.16_OESP_Pg A6_Politica	Notícia	Partidos e instituições		STF suspende posse de Lula e mantém investigação com Moro	O EX-PRESIDENTE NA ESPLANADA	Gilmar mendes suspende posse de Lula
03/19/2016	OESP	19.03.16_OESP_Pg A4_Politica	Notícia	Partidos e instituições		Janot diz que que gravação de conversa é legal	EX-PRESIDENTE NA ESPLANADA	Janot diz que gravação de conversa entre Lula e Dilma não afronta Constituição
03/19/2016	OESP	19.03.16_OESP_Pg A5_Politica	Notícia	Partidos e instituições		Juiz não deve buscar 'holofote', afirma Teori	EX-PRESIDENTE NA ESPLANADA	Para Teori, juiz não deve se render aos 'holofotes'

03/19/2016	OESP	19.03.16_OESP_Pg A11_Politica	Notícia	Protestos		A volta de Lula 'paz e amor'		Militantes pró-governo lotam praça no Rio
03/19/2016	OESP	19.03.16_OESP_Pg A12_Politica	Notícia	Impeachment		Câmara faz sessão e inicia prazo para impeachment	EX-PRESIDENTE NA ESPLANADA	Cunha prevê prazo menor para análise de impeachment
03/19/2016	OESP	19.03.16_OESP_Pg A7_Politica	Notícia	Justiça		PF avcha na casa de petista laudo da Odebrecht sobre Atibaia	O EX-PRESIDENTE NA ESPLANADA	Lula terá de explicar laudo da Odebrecht
03/19/2016	OESP	19.03.16_OESP_Pg A3_Editorial	Editorial	Impeachment		433 a 1. O placar da votação da comissão do impeachment reflete o humor carregado dos parlamentares	EDITORIAL	433 a 1
03/19/2016	OESP	19.03.16_OESP_Pg B7_Economia	Notícia	Justiça				TCU pode banir ministro de funções públicas
03/19/2016	OESP	19.03.16_OESP_Pg A6_Politica	Notícia	Justiça		STF suspende posse de Lula e mantém investigação com Moro	O EX-PRESIDENTE NA ESPLANADA	Gilmar Mendes suspende posse de Lula
03/19/2016	OESP	19.03.16_OESP_Pg A4_Politica	Notícia	Justiça		Janot diz que que gravação de conversa é legal	EX-PRESIDENTE NA ESPLANADA	Janot diz que gravação de conversa entre Lula e Dilma não afronta Constituição
03/19/2016	OESP	19.03.16_OESP_Pg A5_Politica	Notícia	Justiça		Juiz não deve buscar 'holofote', afirma Teorí	EX-PRESIDENTE NA ESPLANADA	Para Teorí, juiz não deve se render aos 'holofotes'
03/19/2016	OESP	19.03.16_OESP_Pg A9_Politica	Notícia	Protestos		A volta de Lula 'paz e amor'		Não vai ter golpe', diz Lula na Paulista
03/19/2016	OESP	19.03.16_OESP_Pg A12_Politica	Notícia	Impeachment		Câmara faz sessão e inicia prazo para impeachment	EX-PRESIDENTE NA ESPLANADA	Cunha prevê prazo menor para análise de impeachment
03/19/2016	OESP	19.03.16_OESP_Pg A7_Politica	Notícia	Justiça		PF acha na casa de petista laudo da Odebrecht sobre Atibaia	O EX-PRESIDENTE NA ESPLANADA	Lula terá de explicar laudo da Odebrecht
03/19/2016	OESP	19.03.16_OESP_Pg A3_Editorial	Editorial	Impeachment		433 a 1. O placar da votação da comissão do impeachment reflete o humor carregado dos parlamentares	EDITORIAL	433 a 1
03/19/2016	OESP	19.03.16_OESP_Pg A2-Opinião	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições				Bolivar Lamounier: Hora de fixar responsabilidades
03/19/2016	OESP	19.03.16_OESP_Pg B7_Economia	Notícia	Justiça				TCU pode banir ministro de funções públicas
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 3_País	Notícia	Protestos	LAVA-JATO NO PLANALTO	Aliados de Dilma e Lula fazem atos em todos os estados	LAVA-JATO NO PLANALTO	Lulinha paz e amor. De novo
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 4_País	Notícia	Protestos			LAVA-JATO NO PLANALTO	Mobilização antigoverno foi 13 vezes maior que a de ontem
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 5_País	Notícia	Partidos e instituições			LAVA-JATO NO PLANALTO	Moro em dia de vilão
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 7_País	Notícia	Partidos e instituições		Gilmar Mendes suspende nomeação de Lula e devolve inquérito a Moro	LAVA-JATO NO PLANALTO	Gilmar devolve a Moro inquérito contra Lula
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 6_País	Notícia	Partidos e instituições		Grampo foi legal, afirma Janot	LAVA-JATO NO PLANALTO	Para Rodrigo Janot, gravação foi legal

03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 20_Opinião	Editorial	Partidos e instituições		Editorial: 'O impeachment é uma saída institucional da crise '	EDITORIAL	O impeachment é uma saída institucional da crise
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 9_País	Notícia	Partidos e instituições		Blindagem contra prisão	LAVA-JATO NO PLANALTO	Em gravação, Rui Falcão cobra nomeação para proteger Lula
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 10_País	Notícia	Impeachment			LAVA-JATO NO PLANALTO	Cunha prevê que impeachment será votado na Câmara em abril
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 11_País	Notícia	Impeachment		Por 26 a 2, OAB apoia impeachment	LAVA-JATO NO PLANALTO	OAB aponta crime e defende impeachment
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 24_Economia	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições	COLUNAS E ARTIGOS	Miriam Leitão: O pior dos diálogos foi Lula interferir na atuação da Receita Federal	MÍRIAM LEITÃO	O retrato falado
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 4_País	Coluna/Opinativo	Impeachment		Merval Pereira: O processo histórico em curso não é favorável ao PT e a Lula	MERVAL PEREIRA	Maioria definida
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 3_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições		Jorge Bastos Moreno: Temer se guarda para quando o carnaval chegar	COLUNA DO MORENO	Temer está se resguardando
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 21_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições		Zuenir Ventura: Incontinência verbal de Lula atenta contra o bom gosto	ZUENIR VENTURA	Lula com e sem asteriscos
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 16_Rio	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições		Ancelmo Gois: STJ já valodou "grampo acidental", como o de Dilma	ANCELMO GOIS	As voltas que o mundo...' (Alegação de 'grampo ilegal', de Dilma, não colou no passado, com Demóstenes Torres)
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 20_Opinião	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições		Ana Maria Machado: Como os deixamos enganar dessa maneira?	ANA MARIA MACHADO	A que ponto chegamos
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 8_segundocaderno	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições		Arnaldo Bloch: Campeonato nacional de tiro no pé agita País	ARNALDO BLOCH	Golpes em série
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 8_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições		Antônio Bochenek: Nova geração não se resigna com vícios do passado	ANTÔNIO BOCHENEK	Lava-Jato derrubou paradigmas
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 8_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições		Aldo Fornazieri: O juiz Moro e os procuradores rasgaram a Constituição	ALDO FORNAZIERI	Divulgação de grampos foi irresponsável
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 8_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições		Miro Teixeira: Moro iniciou a maior reforma política das últimas décadas	MIRO TEIXEIRA	Moro não poderia ocultar as gravações
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 8_País	Coluna/Opinativo	Justiça		Paulo Teixeira: Reagir é proteger o povo de atos de regimes de exceção	PAULO TEIXEIRA	Não se pode corromper a Constituição
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 2_Ela	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições		Ana Cristina Reis: Estou me sentindo fora de moda, nunca fui grampeada	ANA CRISTINA REIS	Para distrair

03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 7_País	Notícia	Justiça				Teori afirma que juiz não deve 'criar conflito'
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 3_País	Notícia	Protestos	LAVA-JATO NO PLANALTO	Aliados de Dilma e Lula fazem atos em todos os estados	LAVA-JATO NO PLANALTO	Lulinha paz e amor. De novo
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 4_País	Notícia	Protestos			LAVA-JATO NO PLANALTO	Mobilização antigoverno foi 13 vezes maior que a de ontem
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 5_País	Notícia	Justiça			LAVA-JATO NO PLANALTO	Moro em dia de vilão
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 7_País	Notícia	Justiça		Gilmar Mendes suspende nomeação de Lula e devolve inquérito a Moro	LAVA-JATO NO PLANALTO	Gilmar devolve a Moro inquérito contra Lula
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 6_País	Notícia	Justiça		Grampo foi legal, afirma Janot	LAVA-JATO NO PLANALTO	Para Rodrigo Janot, gravação foi legal
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 20_Opinção	Editorial	Impeachment		Editorial: 'O impeachment é uma saída institucional da crise '	EDITORIAL	O impeachment é uma saída institucional da crise
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 9_País	Notícia	Partidos e instituições		Blindagem contra prisão	LAVA-JATO NO PLANALTO	Em gravação, Rui Falcão cobra nomeação para proteger Lula
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 10_País	Notícia	Impeachment			LAVA-JATO NO PLANALTO	Cunha prevê que impeachment será votado na Câmara em abril
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 11_País	Notícia	Impeachment		Por 26 a 2, OAB apoia impeachment	LAVA-JATO NO PLANALTO	OAB aponta crime e defende impeachment
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 24_Economia	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições	COLUNAS E ARTIGOS	Miriam Leitão: O pior dos diálogos foi Lula interferir na atuação da Receita Federal	MÍRIAM LEITÃO	O retrato falado
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 4_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições		Merval Pereira: O processo histórico em curso não é favorável ao PT e a Lula	MERVAL PEREIRA	Maioria definida
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 3_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições		Jorge Bastos Moreno: Temer se guarda para quando o carnaval chegar	COLUNA DO MORENO	Temer está se resguardando
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg21_Opinção	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições		Zuenir Ventura: Incontinência verbal de Lula atenta contra o bom gosto	ZUENIR VENTURA	Lula com e sem asteriscos
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 16_Rio	Coluna/Opinativo	Justiça		Ancelmo Gois: STJ já valodou "grampo acidental", como o de Dilma	ANCELMO GOIS	As voltas que o mundo...' (Alegação de 'grampo ilegal', de Dilma, não colou no passado, com Demóstenes Torres)
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 20_Opinção	Coluna/Opinativo	Impactos sociais		Ana Maria Machado: Como os deixamos enganar dessa maneira?	ANA MARIA MACHADO	A que ponto chegamos
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 8_segundocaderno	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições		Arnaldo Bloch: Campeonato nacional de tiro no pé agita País	ARNALDO BLOCH	Golpes em série

03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 8_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Antônio Bochenek: Nova geração não se resigna com vícios do passado	ANTÔNIO BOCHENEK	Lava-Jato derrubou paradigmas
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 8_País	Coluna/ Opinativo	Justiça		Aldo Fornazieri: O juiz Moro e os procuradores rasgaram a Constituição	ALDO FORNAZIERI	Divulgação de grampos foi irresponsável
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 8_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Miro Teixeira: Moro iniciou a maior reforma política das últimas décadas	MIRO TEIXEIRA	Moro não poderia ocultar as gravações
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 8_País	Coluna/ Opinativo	Justiça		Paulo Teixeira: Reagir é proteger o povo de atos de regimes de exceção	PAULO TEIXEIRA	Não se pode corromper a Constituição
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 2_Ela	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Ana Cristina Reis: Estou me sentindo fora de moda, nunca fui grampeada	ANA CRISTINA REIS	Para distrair
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 7_País	Notícia	Partidos e instituições				Teori afirma que juiz não deve 'criar conflito'
03/19/2016	OGLOBO	19.03.16_OGlobo_Pg 2_pagina2	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Luiz Antonio Novaes: Mudar mentalidades pode ser o legado da Lava-Jato		Os dois impeachments
04/12/2016	FSP	12.04.16_FSP_Pg A4_Poder	Notícia	Impeachment		Impeachment avança em comissão, por 38 votos a 27	GOVERNO SITIADO	Por 38 a 27, comissão aprova relatório pró-impeachment
04/12/2016	FSP	12.04.16_FSP_Pg B1_Mercado	Notícia	Economia				Dólar tem o menor valor em oito meses
04/12/2016	FSP	12.04.16_FSP_Pg A6_Poder	Notícia	Impeachment			GOVERNO SITIADO	Planalto esperava placar mais favorável na comissão
04/12/2016	FSP	12.04.16_FSP_Pg A7_Poder	Notícia	Impeachment		Em áudio, Temer faz plano de governo	GOVERNO SITIADO	Temer grava 'discurso da vitória' e diz que divulgou por engano
04/12/2016	FSP	12.04.16_FSP_Pg A8_Poder	Notícia	Impeachment			GOVERNO SITIADO	Dilma diz que 'caiu a máscara' de Temer
04/12/2016	FSP	12.04.16_FSP_Pg A6_Poder	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Marcelo Coelho: Governo e oposição travam diálogo de surdos na Câmara	MARCELO COELHO	Diálogo de surdos
04/12/2016	FSP	12.04.16_FSP_Pg A7_Poder	Coluna/ Opinativo	Impeachment	ANÁLISE	Igor Gielow: Derrota por pouco não é boa notícia para o Planalto	IGOR GIELOW	Tiro no pé de vice, vazamento de áudio ofusca votação previsível em comissão
04/12/2016	FSP	12.04.16_FSP_Pg A2_Opinão	Coluna/ Opinativo	Impeachment		Bernardo Mello Franco: Antes decorativo, vice-presidente se mostra ansioso	BERNARDO MELLO FRANCO	O vice ansioso
04/12/2016	FSP	12.04.16_FSP_Pg A11_Poder	Notícia	Impactos sociais			GOVERNO SITIADO	Entrevista: Impeachment gerou onda de ódio, diz Mangabeira

04/12/2016	FSP	12.04.16_FSP_Pg A18_Mercado	Entrevista	Economia		Para presidente do Insuper, contas dos Estados preocupam. O economista Marcos Lisboa afirma que a situação fiscal do país se agravou nas últimas semanas...	ENTREVISTA: MARCOS LISBOA	Problema fiscal se agravou nas últimas duas semanas
04/12/2016	OESP	12.04.16_OESP_Pg A3_Opiniao	Editorial	Partidos e instituições			NOTAS&INFORMAÇÕES	A força do populismo
04/12/2016	OESP	12.04.16_OESP_Pg A7_Politica	Notícia	Partidos e instituições				Ação tenta barrar plano de Cunha para votação
04/12/2016	OESP	12.04.16_OESP_Pg A8_Politica	Notícia	Partidos e instituições	PLACAR DO IMPEACHMENT	298 a favor e 119 contra	PLACAR DO IMPEACHMENT	Infográfico atualizado
04/12/2016	OESP	12.04.16_OESP_Pg A9_Politica	Notícia	Impeachment			PLACAR DO IMPEACHMENT POR PARTIDO	São necessários 342 para aprovar a proposta
04/12/2016	OESP	12.04.16_OESP_Pg A5_Politica	Notícia	Impeachment		Comissão aprova parecer a favor de impeachment de Dilma Rouseff		Comissão aprova relatório favorável ao impeachment
04/12/2016	OESP	12.04.16_OESP_Pg A4_Politica	Notícia	Impeachment		Em áudio, Temer fala como presidente	CRISE	Em áudio, Temer fala como presidente; Planalto acusa o vice de 'conspirador'
04/12/2016	OESP	12.04.16_OESP_Pg A6_Politica	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições	ANÁLISE	Eliane Cantanhêde: Salve-se quem puder	ELIANE CANTANHÊDE	Salve-se quem puder
04/12/2016	OESP	12.04.16_OESP_Pg B3_Economia	Notícia	Economia		Dólar fecha abaixo de R\$ 3,50		Dólar fecha no menor patamar desde 21 de agosto
04/12/2016	OESP	12.04.16_OESP_Pg B5_Economia	Notícia	Economia			ARTIGO	Juros simples, consequências severas
04/12/2016	OGLOBO	12.04.16_OGlobo_Pg 3_País	Notícia	Impeachment	A BATALHA NO CONGRESSO	Comissão aprova relatório pelo impeachment de Dilma	A BATALHA DO IMPEACHMENT	O primeiro round
04/12/2016	OGLOBO	12.04.16_OGlobo_Pg 3_País	Notícia	Impeachment	COMO VOTOU A COMISSÃO	38 a favor x 27 contra	A BATALHA DO IMPEACHMENT	Segunda edição: Processo avança
04/12/2016	OGLOBO	12.04.16_OGlobo_Pg 4_País	Notícia	Impeachment			A BATALHA DO IMPEACHMENT	Ministro esperava ter mais votos; oposição comemora
04/12/2016	OGLOBO	12.04.16_OGlobo_Pg 5_País	Notícia	Impeachment			A BATALHA DO IMPEACHMENT	Oposição conquista adesões ao afastamento
04/12/2016	OGLOBO	12.04.16_OGlobo_Pg 6_País	Notícia	Impeachment			A BATALHA DO IMPEACHMENT	Representantes do PMDB e do PP se dividem
04/12/2016	OGLOBO	12.04.16_OGlobo_Pg 7_País	Notícia	Impeachment			A BATALHA DO IMPEACHMENT	Cunha confirma votação em plenário no domingo
04/12/2016	OGLOBO	12.04.16_OGlobo_Pg 18_Opiniao	Editorial	Justiça	EDITORIAL	Dentro da Lei, dentro da Constituição	OPINIÃO	Dentro da Lei, dentro da Constituição
04/12/2016	OGLOBO	12.04.16_OGlobo_Pg 8_País	Notícia	Impeachment		Em áudio, Temer fala como se já estivesse certo que vai assumir	A BATALHA DO IMPEACHMENT	Áudio de Temer 'assumindo' a presidência vaza para aliados

04/12/2016	OGLOBO	12.04.16_OGlobo_Pg 4_País	Coluna/ Opinativo	Impeachment		Merval Pereira: Impeachment avança e dificilmente haverá mudança de voto	MERVAL PEREIRA	Impeachment avança
04/12/2016	OGLOBO	12.04.16_OGlobo_Pg 11_País	Notícia	Partidos e instituições			ESCÂNDALOS EM SÉRIE	PF indícia Pimentel por 5 crimes, entre eles corrupção passiva
04/12/2016	OGLOBO	12.04.16_OGlobo_Pg 22_Economia	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Míriam Leitão: não é uma mera questão contábil, mas um atentado à lei fiscal	MÍRIAM LEITÃO	Era da incerteza
04/12/2016	OGLOBO	12.04.16_OGlobo_Pg 3_Politica	Coluna/ Opinativo	Impeachment		Jorge Bastos Moreno: Se a Câmara aprovar, Senado não terá como reverter decisão	ARTIGOS	Senado não terá como negar decisão da Câmara
04/12/2016	OGLOBO	12.04.16_OGlobo_Pg 3_Politica	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Lauro Jardim: Os sinais de que o governo Dilma está prestes a implodir		Sinais de implosão à vista
04/12/2016	OGLOBO	12.04.16_OGlobo_Pg 3_Politica	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Ilimar Franco: O PMDB unido não deve ser subestimado, ainda mais com o PSDB		PMDB pode voltar ao poder sem o voto popular
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A4_Poder	Notícia	Impeachment	SIM 367 X 137 NÃO	Impeachment!	O IMPEACHMENT	Câmara dá aval ao impeachment
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A2_Opinção	Coluna/ Opinativo	Impeachment	VINÍCIUS MOTA	Impeachment é punição exemplar para fraude fiscal	VINICIUS MOTA	Punição exemplar
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A2_Opinção	Coluna/ Opinativo	Impeachment	VALDO CRUZ	Petista colheu o que plantou, clima com vingança	VALDO CRUZ	Temer e a hora da verdade
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A3_Opinção	Coluna/ Opinativo	Impeachment			O ASSUNTO É IMPEACHMENT	Miguel Reale Jr. : Chefe da UTI
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A4_Poder	Notícia	Partidos e instituições	PAINEL	Todos sabem que não sou ladra', disse presidente a aliados	PAINEL	Com que roupa
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A5_Poder	Notícia	Partidos e instituições				Agora vem a parte mais difícil', afirma Temer a aliados
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A6_Poder	Notícia	Impeachment				Dilma só não foi traída por PT e PCdoB
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A7_Poder	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições	BERNARDO MELLO FRANCO	Durante semanas, país terá governo pela metade	ANÁLISE	País deve passar semanas com governo em decomposição e pastas sem titular
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A8_Poder	Notícia	Impeachment			O Impeachment. E agora?	Ritmo de processo passa agora às mãos de Renan
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A9_Poder	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições	CELSO ROCHA DE BARROS	Vice é presa fácil por estar mais perto da Lava Jato	O IMPEACHMENT	Presidente Temer
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A9_Poder	Coluna/ Opinativo	Impeachment	MARIO SERGIO CONTI	Collor e Dilma diferiram no quesito corrupção	OPINIÃO	Acusados, Dilma e Collor diferem em valores, fonte e apuração da corrupção
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A10_Poder	Notícia	Impeachment			O IMPEACHMENT	Veja como votaram os deputados
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A11_Poder	Notícia	Impeachment			O IMPEACHMENT	Votos por estado

04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A12_Poder	Notícia	Impeachment				Citados na Lava Jato engrossam placar
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A13_Poder	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições			ANÁLISE	Igor Gielow: Margem para o PT tentar fugir do desmonte é estreita
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A15_Poder	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições			ANÁLISE	Elio Gaspari: Como lição depois da derrota, PT precisa olhar uruguaio Pepe
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A16_Poder	Notícia	Partidos e instituições			Tão longe, tão perto	Como o vice construiu sua carreira política e os passos que deu para afastar Dilma e afastar-se dela
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A17_Poder	Notícia	Partidos e instituições			O IMPEACHMENT	Todos os homens do (vice) presidente
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A18_Poder	Notícia	Economia			O IMPEACHMENT	Volta do crescimento é foco de empresários
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A21_Poder	Notícia	Protestos			O IMPEACHMENT	Atos reúnem 250 mil na Paulista e 42 mil no Anhangabaú, diz Datafolha
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A22_Poder	Notícia	Impeachment			COMEMORAÇÃO	Resultado de votação é recebido com buzinaço, gritos e choro em SP
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A23_Poder	Notícia	Impeachment			COMEMORAÇÃO	Manifestações pelo país
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A24_Poder	Notícia	Partidos e instituições			DIVISÃO	Separados pelo muro
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A25_Poder	Notícia	Impeachment			LAMENTAÇÃO	Derrota é recebida com resignação em ato pró-governo no Anhangabaú
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A26_Poder	Notícia	Impeachment			REAÇÕES	Amigos fazem churrasco
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A27_Poder	Notícia	Protestos			CRÔNICAS	SP/DF/RJ . Histórias de pessoas que saíram às ruas
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A28_Poder	Notícia	Impeachment			O IMPEACHMENT	Reações em SP
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A29_Poder	Notícia	Impeachment			O IMPEACHMENT	Sim, Não e Abstenção
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A30_Poder	Notícia	Partidos e instituições			HUMOR	Piadas: O que se passa nessas cabecinhas
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A31_Poder	Notícia	Partidos e instituições			HUMOR	Piadas: É cada sapo que a jararaca tem que engolir
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A32_Poder	Notícia	Impeachment	NELSON DE SÁ		ANÁLISE. Mídia	Cobertura mostra Brasil petrificado diante da votação

04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A19_Poder	Coluna/ Opinativo	Impeachment	VINICIUS TORRES FREIRE	Vexames na votação pedem reformas já	ANÁLISE: VINICIUS TORRES	Vexames do dia do impeachment recomendam reformas já
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A20_Poder	Entrevista	Impeachment	ENTREVISTA DA 2a.	Deputados votam por Israel, maçons, netos, corretores e...	ENTREVISTA DA 2a. Câmara dos Deputados	Como vota Vossa Excelência?
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A33_Poder	Coluna/ Opinativo	Impeachment	MATIAS SPEKTOR	Não ter defensores no exterior é culpa do próprio governo	ANÁLISE POLÍTICA INTERNACIONAL	No front externo, Temer pode esperar sem preocupações até assumir cargo
04/18/2016	FSP	18.04.16_FSP_Pg A2_Opinção	Editorial	Impeachment	EDITORIAIS	"O país tem pressa"	OPINIÃO	O país tem pressa
04/18/2016	OESP	18.04.16_OESP_Pg A4_Politica	Notícia	Impeachment	367 SIM 146 NÃO	Impeachment avança	DECISÃO NA CÂMARA	Câmara aprova impeachment de Dilma; presidente diz que vai lutar no Senado
04/18/2016	OESP	18.04.16_OESP_Pg A5_Politica	Notícia	Impeachment			DECISÃO NA CÂMARA	Planalto classifica situação da petista como 'dramática'
04/18/2016	OESP	18.04.16_OESP_Pg A6_Politica	Notícia	Partidos e instituições		Desafios de Temer até a presidência	DECISÃO NA CÂMARA	Temer busca negociação com Renan
04/18/2016	OESP	18.04.16_OESP_Pg A15_Politica	Notícia	Protestos		Manifestações pelo país foram calmas	DECISÃO NA CÂMARA	310 mil vão às ruas de 23 Estados do País
04/18/2016	OESP	18.04.16_OESP_Pg A14_Politica	Notícia	Partidos e instituições		Participação em novo governo divide o PSDB	DECISÃO NA CÂMARA	Participação em governo de Temer divide o PSDB
04/18/2016	OESP	18.04.16_OESP_Pg A12_Politica	Notícia	Impeachment		Renan não deve atrasar ação no Senado	DECISÃO NA CÂMARA	Renan indica que não vai segurar trâmite
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 3_País	Notícia	Impeachment	BATALHA NO CONGRESSO	Perto do fim	AVISO PRÉVIO	Dilma perto do afastamento
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 4_País	Notícia	Partidos e instituições		Temer já prepara governo	A BATALHA DO IMPEACHMENT	Temer - Vice vai reforçar formação de governo
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 5_País	Notícia	Partidos e instituições			A BATALHA DO IMPEACHMENT	Revolta - Indignação do PT na Câmara e no Planalto
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 6_País	Notícia	Impeachment			A BATALHA DO IMPEACHMENT	Efeito manada - Indecisos votam sim e abrem folga no placar
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 7_País	Notícia	Impeachment		Voto 342 é dado por tucano	A BATALHA DO IMPEACHMENT	O voto 342
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 8_País	Notícia	Impeachment			A BATALHA DO IMPEACHMENT	Próximo front - Líderes preveem rito sumário no Senado
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 10 e 11_País	Notícia	Impeachment			A BATALHA DO IMPEACHMENT	O CAPITÃO. Cunha ganha votos contra Dilma até de madrugada
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 12 e 13_País	Notícia	Impeachment			A BATALHA DO IMPEACHMENT	Como votaram os deputados
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 14 e 15_País	Notícia	Impeachment			A BATALHA DO IMPEACHMENT	TORCIDA. Os gritos de uma nação voto a voto
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 16_País	Notícia	Impeachment			A BATALHA DO IMPEACHMENT	O desejo íntimo de um vice à espreita do poder
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 17_Dod Leitores	Notícia	Partidos e instituições				Dos Leitores

04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 18_Opinão	Editorial	Impeachment	EDITORIAL	'Um passo para o impeachment'	OPINIÃO	Um passo para o impeachment
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 19_Opinão	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições			ELENA LANDAU	Repensando o papel do estado: De novo
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 21_País	Notícia	Impeachment			A BATALHA DO IMPEACHMENT	Dilema tucano
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 22 e 23_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Merval Pereira: Resta tentar o recomeço	MERVAL PEREIRA	Resta agora tentar começar de novo
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 26 e 27_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Míriam Leitão: Caminho será árduo	MÍRIAM LEITÃO	Caminho será árduo
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 24 e 25_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Nelson Motta: Não dá para ter pena	NELSON MOTTA	A soberba precede a queda
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 22 e 23_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Flávio Freire: A República de joelhos	FLÁVIO FREIRE	Cunha te pega daqui, ou te pega de lá
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 26 e 27_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Lauro Jardim: Os inimigos de Temer	LAURO JARDIM	Sucessor não terá vida fácil
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 24 e 25_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Ancelmo Gois: Prevaleceu a Lei de Ibsen	ANCELMO GOIS	A ratatua derrotou Dilma
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 26 e 27_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Zuenir Ventura: Com quem Temer conta?	ZUENIR VENTURA	O que será o amanhã?
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 2_Página 2	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Ricardo Noblat: Temer não terá direito de errar	RICARDO NOBLAT	Sem direito a errar
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 22 e 23_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Elio Gaspari: Uma derrota da esquerda	ELIO GASPARI	Quando o PT perdeu o caminho de casa?
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 22 e 23_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Luiz Antônio Novaes: O ocaso do ciclo mágico	LUIZ ANTÔNIO NOVAES	Só Carolina não viu
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 22 e 23_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Sérgio Fadul: Impedimento começou no PT	SERGIO FADUL	Problemas começaram no seu próprio partido
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 22 e 23_País	Coluna/ Opinativo	Impeachment			RICARDO NOBLAT	Razões que levaram à derrota de Dilma
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 24 e 25_País	Coluna/ Opinativo	Impeachment		Marcus Faustini: O início do processo	MARCUS FAUSTINI	De onde vem o impeachment?
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 22 e 23_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Jorge Bastos Moreno: Dilma perdeu suas chances	JORGE BASTOS MORENO	As chances perdidas da presidente
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 26 e 27_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		José Casado: Um presidente no limbo	JOSÉ CASADO	Presidente e vice, da capela ao limbo
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 26 e 27_País	Coluna/ Opinativo	Impeachment		Ilimar Franco: O quarto turno de Temer	ILIMAR FRANCO	Temer só espera pelo Senado
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 22 e 23_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Paulo Celso Pereira: Faltou o ritual da sedução	PAULO CELSO PEREIRA	Desastre econômico e incapacidade política
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 26 e 27_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		José Padilha: Tudo depende da cabeça de Lula	JOSÉ PADILHA	A cabeça do Lula
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 24 e 25_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Cora Rónai: O governo não foi para todos	CORA RÓNAI	Faltou respeito

04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 24 e 25_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Arnaldo Bloch: A exclusão da diferença	ARNALDO BLOCH	Miopia e extermínio
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 26 e 27_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Veríssimo: É bom manter o Temer vivo	VERÍSSIMO	Cuidem do Temer!
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 26 e 27_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Flávia Oliveira: Uma fratura exposta	FLÁVIA OLIVEIRA	Fratura exposta
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 26 e 27_País	Coluna/ Opinativo	Impactos sociais		Arthur Dapieve: Pode haver retrocesso ético	ARTHUR DAPIEVE	Mudar para não mudar
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 24 e 25_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Maiá Menezes: O país vê suas entranhas	MAIÁ MENEZES	Cenas sem retoques da política como ela é
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 26 e 27_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Demétrio Magnoli: Ser Temer ou ser Itamar	DEMÉTRIO MAGNOLI	Temer, o breve?
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 24 e 25_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Ana Cristina Reis: Saudades de Rui Barbosa	ANA CRISTINA REIS	Na falta de Rui Barbosa, vale um Justin Trudeau
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 26 e 27_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Alan Gripp: Caos está longe do fim	ALAN GRIPP	Não se engane: o caos está longe do fim
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 22 e 23_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Paulo Cezar Caju: Temos que rebobinar o país	PAULO CEZAR CAJU	É goleada!
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 28 e 29_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições			RENATO RABELO (Presidente do PCdoB)	O PT vai procurar se redefinir'
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 28 e 29_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições			LUIZ ARAÚJO (Presidente do PSOL)	Tem que se criar uma terceira via'
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 28 e 29_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições			CARLOS SIQUEIRA (Presidente do PSB)	Os erros também ensinam'
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 30_País	Notícia	Impeachment			A BATALHA DO IMPEACHMENT	PELO MUNDO. Votação tem grande destaque no exterior
04/18/2016	OGLOBO	18.04.16_OGlobo_Pg 31_País	Notícia	Economia			A BATALHA DO IMPEACHMENT	ECONOMIA. Desafio é recuperar a confiança
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg A4_Poder	Notícia	Partidos e instituições		Temer assume e defende reformas e gasto social	NOVO GOVERNO	Presidente interino, Temer promete fazer 'governo de salvação'
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg A14_Poder	Notícia	Impeachment			NOVO GOVERNO	Afastada, Dilma diz que foi vítima de injustiça e lutará por mandato
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg A2_Opinião	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições	BERNARDO MELLO FRANCO	Governo dá a mais brusca guinada à direita desde 64	BERNARDO MELLO FRANCO	Direita, volver
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg A2_Opinião	Editorial	Partidos e instituições	EDITORIAIS	'A direção de Temer'	EDITORIAIS	A direção de Temer
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg A17_Poder	Notícia	Impeachment		Acusações a Dilma	NOVO GOVERNO	Presidente do STF assume condução do impeachment
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg A18_Poder	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições	REINALDO AZEVEDO	PT não vê que o que lhe deu mandatos afastou Dilma	REINALDO AZEVEDO	A luta continua

05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg A3_Opinão	Notícia	Partidos e instituições			TENDÊNCIAS/DEBATES ABRAM SZAJMAN	Reconstrução da governança
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg A5_Poder	Notícia	Impeachment			HORA A HORA	Veja como foi o dia em que Dilma saiu e Temer entrou
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg A5_Poder	Notícia	Impeachment			HORA A HORA	Veja como foi o dia em que Dilma saiu e Temer entrou
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg A6_Poder	Notícia	Partidos e instituições		Temer assume e defende reformas e gasto social	NOVO GOVERNO. A sessão de posse	Temer afaga congresso e diz que manterá programas sociais
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg A7_Poder	Notícia	Partidos e instituições			NOVO GOVERNO	Novo ministério amplia congressistas
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg A8_Poder	Notícia	Partidos e instituições			NOVO GOVERNO	A nova ESPLANADA. Ministério de Temer
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg A9_Poder	Notícia	Partidos e instituições				A nova ESPLANADA
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg A10_Poder	Notícia	Partidos e instituições			NOVO GOVERNO. ANÁLISE	Discurso conciliador deixa medidas para depois
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg A12_Poder	Notícia	Partidos e instituições			Novo GOVERNO. PRONUNCIAMENTO	Primeiro discurso de Temer na Presidência
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg A13_Poder	Notícia	Partidos e instituições			NOVO GOVERNO	O entorno
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg A16_Poder	Notícia	Impeachment			NOVO GOVERNO. Horas finais	Dilma passou últimos dias isolada; agora, quer ir a operas e livrarias
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg A19_Poder	Notícia	Impeachment			NOVO GOVERNO. Votação	Sessão no Senado durou mais de 20 horas
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg C8_Iustrada	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições	VLADIMIR SAFATLE	Novo corpo político virá quando elite menos esperar	VLADIMIR SAFATLE	Nós acusamos
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg 1_Especial	Notícia	Partidos e instituições		Caderno especial debate os desafios da nova gestão e o legado do PT		Passado / Adiante
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg 2 e 3_Especial	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			Especial: CRISE	BARRY AMES: Que vai Que Vem
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg 4_Especial	Notícia	Partidos e instituições			VICE-PRESIDENTE	Carreira política se fortaleceu nos bastidores
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg 5_Especial	Notícia	Partidos e instituições			PRESIDENTE AFASTADA	PT busca Lula, e Dilma deve viver exílio interno
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg 6_Especial	Notícia	Partidos e instituições			LINHAS DO PODER	
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg 7_Especial	Notícia	Partidos e instituições			ANÁLISE	Expectativa sobre Temer lembra Itamar

05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg 8_Especial	Notícia	Partidos e instituições			ERA UMA VEZ	Do 'cara' de Barack Obama ao Pixuleco das manifestações pelo impeachment, o reinado Lulopetista teve seus símbolos de glória e de decadência
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg 9_Especial	Notícia	Partidos e instituições			UMA ERA PT	Era Dilma
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg 10_Especial	Notícia	Partidos e instituições			TUDO JUNTO E MISTURADO	Com alguns dos principais expoentes do novo governo na mira, PMDB deve tentar o que Dilma, Lula e o PT não conseguiram: neutralizar ou reduzir os danos das investigações em curso
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg 11_Especial	Notícia	Partidos e instituições				Entenda as ligações
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg 12_Especial	Notícia	Partidos e instituições				Entra (não) sai
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg 13_Especial	Notícia	Impactos sociais			O CERTO / O ERRADO	Os entraves da democracia no Brasil. Uma crise antevista?
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg 13_Especial	Notícia	Partidos e instituições			O CERTO / O ERRADO	O que deu errado? Não culpemos as instituições.
05/13/2016	FSP	13.05.16_FSP_Pg 14_Especial	Notícia	Partidos e instituições			DICIONÁRIO BILÍNGUE DA REPÚBLICA	O que já era. O que será
05/13/2016	OESP	13.05.16_OESP_Pg A3_Opiniao	Editorial	Partidos e instituições			NOTAS&INFORMAÇÕES	A missão de Temer
05/13/2016	OESP	13.05.16_OESP_Pg A4_Politica	Notícia	Partidos e instituições			TROCA DE COMANDO	Temer assume governo e pede 'pacificação' do País
05/13/2016	OESP	13.05.16_OESP_Pg A5_Politica	Notícia	Economia			TROCA DE COMANDO	Combate à inflação terá prioridade
05/13/2016	OESP	13.05.16_OESP_Pg A6_Politica	Notícia	Partidos e instituições			TROCA DE COMANDO	É urgente fazermos um governo de salvação nacional'
05/13/2016	OESP	13.05.16_OESP_Pg A7_Politica	Notícia	Partidos e instituições			TROCA DE COMANDO	Segundo site do TJ, Moraes ainda advoga
05/13/2016	OESP	13.05.16_OESP_Pg A8_Politica	Notícia	Partidos e instituições			TROCA DE COMANDO	Parlamento predomina em novo ministério
05/13/2016	OESP	13.05.16_OESP_Pg A10_Politica	Coluna/Opinativo	Impeachment	ANÁLISES	Eliane Cantanhêde: Centenas de militantes foram apoiar saída de Dilma. Um único cidadão se dignou a prestigiar a posse de Temer	ELIANE CANTANHÊDE	Cadê 'o povo'?
05/13/2016	OESP	13.05.16_OESP_Pg A12_Politica	Notícia	Partidos e instituições			TROCA DE COMANDO	Bolsa Família: 'Programa não pode ser objetivo de vida'
05/13/2016	OESP	13.05.16_OESP_Pg A13_Politica	Notícia	Impeachment		Dilma: 'Posso ter cometido erros, mas não crimes'	TROCA DE COMANDO	Posso ter cometido erros, não crimes'

05/13/2016	OESP	13.05.16_OESP_Pg A14_Politica	Notícia	Impeachment			TROCA DE COMANDO	Dilma mantém salário e direito a transporte aéreo
05/13/2016	OESP	13.05.16_OESP_Pg A15_Politica	Notícia	Partidos e instituições			TROCA DE COMANDO	Lula deve pôr foco em disputa municipal
05/13/2016	OESP	13.05.16_OESP_Pg A16_Politica	Notícia	Partidos e instituições			TROCA DE COMANDO. Entrevista: Michel Temer	O 'homem do livrinho' relembra a Constituinte
05/13/2016	OESP	13.05.16_OESP_Pg A17_Politica	Notícia	Impeachment			TROCA DE COMANDO	Veja como votaram as bancadas em cada Casa
05/13/2016	OESP	13.05.16_OESP_Pg A18_Politica	Notícia	Impeachment			TROCA DE COMANDO	Placar do impeachment no Senado
05/13/2016	OESP	13.05.16_OESP_Pg A19_Politica	Notícia	Impeachment			TROCA DE COMANDO	Dilma tem 20 dias para apresentar sua defesa
05/13/2016	OESP	13.05.16_OESP_Pg A20_Politica	Notícia	Justiça				Gilmar não vê mais motivo para investigar Aécio
05/13/2016	OESP	13.05.16_OESP_Pg B1_Economia	Notícia	Economia			TROCA DE COMANDO	Primeira MP de Temer cria programa para tentar destravar as concessões
05/13/2016	OESP	13.05.16_OESP_Pg B2_Economia	Coluna/ Opinativo	Economia			CELSO MING	Agora, é fazer acontecer
05/13/2016	OESP	13.05.16_OESP_Pg B3_Economia	Notícia	Economia			TROCA DE COMANDO	Governo quer permissão para rombo fiscal maior
05/13/2016	OESP	13.05.16_OESP_Pg B4_Economia	Notícia	Economia			TROCA DE COMANDO	Meirelles deve anunciar hoje primeiras medidas
05/13/2016	OESP	13.05.16_OESP_Pg B5_Economia	Entrevista	Economia			TROCA DE COMANDO	Entrevista: Rubens Ometto. 'A insegurança é a pior coisa que existe'
05/13/2016	OESP	13.05.16_OESP_Pg B7_Economia	Notícia	Economia				Petrobrás tem prejuízo de R\$ 1,26 bi
05/13/2016	OGLOBO	13.05.16_OGlobo_Pg 3_País	Notícia	Partidos e instituições	TROCA DE COMANDO	Temer promete 'governo de salvação' e Estado menor	TROCA DE COMANDO	Mudança de comando e de filosofia
05/13/2016	OGLOBO	13.05.16_OGlobo_Pg 4_País	Notícia	Partidos e instituições			TROCA DE COMANDO	Temer acena ao mercado e diz que objetivo é reduzir atuação do Estado
05/13/2016	OGLOBO	13.05.16_OGlobo_Pg 5_País	Notícia	Partidos e instituições			TROCA DE COMANDO	É urgente um governo de salvação nacional'
05/13/2016	OGLOBO	13.05.16_OGlobo_Pg 6_País	Notícia	Partidos e instituições			TROCA DE COMANDO	Estado não pode fazer tudo'
05/13/2016	OGLOBO	13.05.16_OGlobo_Pg 7_País	Notícia	Partidos e instituições			TROCA DE COMANDO	Festa no Salão Leste. Calor, confusão e pastilhas para curar a rouquidão
05/13/2016	OGLOBO	13.05.16_OGlobo_Pg 8_País	Notícia	Partidos e instituições			TROCA DE COMANDO	Bolsa Família não pode ser proposta de vida', diz Terra

05/13/2016	OGLOBO	13.05.16_OGlobo_Pg 9_País	Notícia	Partidos e instituições			TROCA DE COMANDO	Equipe de Temer reúne 11 partidos
05/13/2016	OGLOBO	13.05.16_OGlobo_Pg 12_País	Notícia	Partidos e instituições			TROCA DE COMANDO	PERFIL HENRIQUE MEIRELLES: Perfeccionista em busca de voos maiores
05/13/2016	OGLOBO	13.05.16_OGlobo_Pg 13_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			JOSÉ CASADO	Novo roteiro no espetáculo da política
05/13/2016	OGLOBO	13.05.16_OGlobo_Pg 14_País	Notícia	Partidos e instituições			TROCA DE COMANDO	Falta de mulher e de negro no novo Ministério é criticada
05/13/2016	OGLOBO	13.05.16_OGlobo_Pg 15_País	Notícia	Partidos e instituições			TROCA DE COMANDO	Na escola, Temer tropeçava nos números
05/13/2016	OGLOBO	13.05.16_OGlobo_Pg 16_País	Entrevista	Partidos e instituições			TROCA DE COMANDO	ENTREVISTA: Fernando Henrique Cardoso
05/13/2016	OGLOBO	13.05.16_OGlobo_Pg 18_Opinão	Editorial	Partidos e instituições	EDITORIAL	'Otimismo com o novo tom do Planalto'	EDITORIAL	Otimismo com o novo tom do Planalto
05/13/2016	OGLOBO	13.05.16_OGlobo_Pg 19_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			PAULO NOGUEIRA BATISTA JR	O Brasil em risco
05/13/2016	OGLOBO	13.05.16_OGlobo_Pg 20_País	Notícia	Partidos e instituições		Ao deixar o Planalto, Dilma admite possíveis erros, mas não crimes	TROCA DE COMANDO	Dilma acusa Temer de ameaçar conquistas
05/13/2016	OGLOBO	13.05.16_OGlobo_Pg 21_País	Notícia	Impeachment			TROCA DE COMANDO	Após a notificação, a despedida melancólica
05/13/2016	OGLOBO	13.05.16_OGlobo_Pg 22_País	Notícia	Impeachment			TROCA DE COMANDO	Dilma terá garantidos mais direitos que Collor
05/13/2016	OGLOBO	13.05.16_OGlobo_Pg 23_País	Notícia	Partidos e instituições			TROCA DE COMANDO	Temer enfrenta protestos no primeiro dia
05/13/2016	OGLOBO	13.05.16_OGlobo_Pg 24_País	Notícia	Impeachment			TROCA DE COMANDO	Senado não fará recesso para acelerar julgamento
05/13/2016	OGLOBO	13.05.16_OGlobo_Pg 25_País	Notícia	Impeachment			TROCA DE COMANDO	Como será o processo
09/01/2016	FSP	01.09.16_FSP_Pg A4_Poder	Notícia	Impeachment		Senado destitui Dilma; Temer pede pacificação		Senado cassa Dilma; Temer assume com promessa de reformas e pacificação
09/01/2016	FSP	01.09.16_FSP_Pg A6_Poder	Notícia	Impeachment				Renan e PT articularam salvaguarda para Dilma
09/01/2016	FSP	01.09.16_FSP_Pg A14_Poder	Coluna/Opinativo	Impeachment	JANIO DE FREITAS	O nome verdadeiro para o impeachment é apenas este: golpe		O golpe no hospício
09/01/2016	FSP	01.09.16_FSP_Pg A11_Poder	Coluna/Opinativo	Impeachment	ANÁLISE: LEANDRO COLON	Temer terá de conter gritaria de tucanos e instabilidade de Renan	ANÁLISE	Dureza de Temer amolecerá ao negociar com o Congresso
09/01/2016	FSP	01.09.16_FSP_Pg A3_Opinão	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições	RENATO JANINE RIBEIRO	Flá-Flu de duas décadas entre PT e PSDB acaba com derrota de ambos	TENDÊNCIAS/DEBATES	Acabou o flá-flu

09/01/2016	FSP	01.09.16_FSP_Pg A16_Poder	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições	ROGERIO CHEQUER	Combate à corrupção é a primeira frente em nova fase do país	A FAVOR DO IMPEACHMENT	O Brasil deu um passo, mas há muito mais coisas a mudar
09/01/2016	FSP	01.09.16_FSP_Pg A16_Poder	Coluna/ Opinativo	Impeachment	GUILHERME BOULOS	(sem chamada de capa)	CONTRA O IMPEACHMENT	O golpe contra Dilma, na verdade, está só começando
09/01/2016	FSP	01.09.16_FSP_Pg A17_Poder	Notícia	Protestos				Protestos em SP têm confrontos e feridos
09/01/2016	FSP	01.09.16_FSP_Pg A2_Opinção	Editorial	Partidos e instituições	EDITORIAIS	Leia "Governo novo", a respeito do impeachment de Dilma Rousseff e posse de Michel Temer	EDITORIAIS	Governo novo
09/01/2016	OESP	01.09.16_OESP_Pg A4_Politica	Notícia	Partidos e instituições		Impeachment, promessas e suspeita de acordo	DEPOIS DO IMPEACHMENT	Temer assume e diz que vai adotar o 'bateu, levou'
09/01/2016	OESP	01.09.16_OESP_Pg B1_Economia	Notícia	Economia				PIB recua 0,6% , mas investimento reage
09/01/2016	OESP	01.09.16_OESP_Pg B2_Economia	Coluna/ Opinativo	Economia			CELSO MING	A crise continua
09/01/2016	OESP	01.09.16_OESP_Pg B3_Economia	Notícia	Economia			ATIVIDADE EM QUEDA	Consumo das famílias recua e derruba serviços
09/01/2016	OESP	01.09.16_OESP_Pg B4_Economia	Entrevista	Economia			ENTREVISTA: Armando Castelar Pinheiro	Vejo pela frente uma meia estagnação'
09/01/2016	OESP	01.09.16_OESP_Pg A10_Politica	Notícia	Impeachment	PLACAR DO IMPEACHMENT	61 a favor X 20 contra	PLACAR DO IMPEACHMENT NO SENADO	Votação da cassação do mandato de Dilma : 61 a 20
09/01/2016	OESP	01.09.16_OESP_Pg A3_Opinção		Impeachment	3	O desfecho do impeachment	NOTAS & INFORMAÇÕES	O desfecho do impeachment
09/01/2016	OESP	01.09.16_OESP_Pg A8_Politica	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições	ANÁLISES	Vera Magalhães: Entre Itamar e Sarney	VERA MAGALHÃES	Temer entre Itamar e Sarney
09/01/2016	OESP	01.09.16_OESP_Pg A6_Politica	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		José Roberto Toledo: Quem dá cartas é o PMDB	JOSÉ ROBERTO TOLEDO	O crupiê do poder
09/01/2016	OESP	01.09.16_OESP_Pg A8_Politica	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Eloísa M. Almeida: Um cenário inusual	ELOÍSA M. ALMEIDA	Contradições
09/01/2016	OESP	01.09.16_OESP_Pg A11_Politica	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Dora Kramer: Gesto de benevolência	DORA KRAMER	Panos quentes
09/01/2016	OESP	01.09.16_OESP_Pg A12_Politica	Coluna/ Opinativo	Impeachment		Alberto Bombig: Suspeita de acordo estúpido	ALBERTO BOMBIG	Desfecho do processo alimentará ódios e teorias conspiratóras
09/01/2016	OESP	01.09.16_OESP_Pg A13_Politica	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Eliane Cantanhêde: Clima de racha na base	ELIANE CANTANHÊDE	Uma estreia com clima de racha da nova base aliada
09/01/2016	OESP	01.09.16_OESP_Pg A13_Politica	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		João Domingos: Renan, primeiro- ministro	JOÃO DOMINGOS	Renan Calheiros, o primeiro- ministro do governo Temer
09/01/2016	OESP	01.09.16_OESP_Pg A14 e 15_Politica	Notícia	Protestos			DEPOIS DO IMPEACHMENT	Protestos violentos nas ruas de São Paulo

09/01/2016	OESP	01.09.16_OESP_Pg A16_Politica	Notícia	Partidos e instituições			DEPOIS DO IMPEACHMENT	EUA dizem manter relações bilaterais
09/01/2016	OESP	01.09.16_OESP_Pg A17_Internacional	Notícia	Partidos e instituições				Presidente do México recebe Trump, que defende direito de construir muro
09/01/2016	OESP	01.09.16_OESP_Pg A18_Internacional	Notícia	Partidos e instituições				Nos EUA, Trump faz novo aceno a latinos
09/01/2016	OESP	01.09.16_OESP_Pg X1_Especial	Notícia	Partidos e instituições			DEPOIS DO IMPEACHMENT	A hora das medidas amargas
09/01/2016	OESP	01.09.16_OESP_Pg X2_Especial	Notícia	Partidos e instituições			DEPOIS DO IMPEACHMENT	Governo terá corrida contra o relógio
09/01/2016	OESP	01.09.16_OESP_Pg X3_Especial	Notícia	Partidos e instituições			DEPOIS DO IMPEACHMENT	Temer vai precisar de aliados fiéis
09/01/2016	OESP	01.09.16_OESP_Pg X4_Especial	Notícia	Partidos e instituições			DEPOIS DO IMPEACHMENT	Sucessão envolve ambições para 2018
09/01/2016	OESP	01.09.16_OESP_Pg X5_Especial	Notícia	Partidos e instituições			DEPOIS DO IMPEACHMENT	O futuro do PT nas mãos das esquerdas
09/01/2016	OESP	01.09.16_OESP_Pg X6_Especial	Notícia	Partidos e instituições			DEPOIS DO IMPEACHMENT	Contraste de estilos marca nova direção
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 3_País	Notícia	Partidos e instituições	DILMA ESTÁ FORA	E agora, Temer?	IMPEACHMENT	Cai o pano
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 9_País	Notícia	Partidos e instituições			IMPEACHMENT	Placar elástico
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 4_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições		Merval Pereira: Gambiarra constitucional beneficia outros políticos	MERVAL PEREIRA	Pedalada constitucional
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 6_País	Notícia	Partidos e instituições			IMPEACHMENT	ALERTA. Na TV, Temer destaca urgência das reformas
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 8_País	Notícia	Partidos e instituições			IMPEACHMENT	PARA COBRAR. Veja as promessas e desafios de Temer
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 10_País	Notícia	Partidos e instituições			IMPEACHMENT	VOLTAREMOS'. Na saída, Dilma promete oposição incansável
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 11_País	Notícia	Partidos e instituições			IMPEACHMENT	SEM 'COICE'. Senado mantém direitos de Dilma e irrita Temer
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 12_País	Notícia	Partidos e instituições			IMPEACHMENT	MERCADO. Depois da lua de mel, a hora da cobrança
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 13_País	Notícia	Partidos e instituições			IMPEACHMENT	Entrevista: Eliseu Padilha
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 14_País	Notícia	Partidos e instituições			IMPEACHMENT	ISTO É TEMER. O estilo do ex-vice em seu exercício
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 16_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			OPINIÃO	Para que jamais haja outro impeachment
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 17_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			ARTIGO: LI JINZUANG	Economia global conectada e inclusiva

09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 19_País	Notícia	Partidos e instituições			IMPEACHMENT	PRIMEIRA-DAMA. Marcela assumirá cargo em programa social
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 20 e 21_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições		COLONISTAS	JORGE BASTOS MORENO	Reeleição foi erro fatal
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 20 e 21_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			MÍRIAM LEITÃO	Temer tem a chance de iniciar a recuperação
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 20 e 21_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			Ancelmo Gois	Presidente meia-sola
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 20 e 21_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			ARTHUR DAPIEVE	Preventiva para os marqueteiros
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 20 e 21_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			CID BENJAMIN	Dias difíceis virão
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 20 e 21_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			ANA CRISTINA REIS	Só o humor salva: rindo com os colegas do Face
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 20 e 21_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			RICARDO NOBLAT	Fim da Nova República
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 20 e 21_País	Coluna/Opinativo				DEMÉTRO MAGNOLI	Por linhas tortas
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 20 e 21_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			LAURO JARDIM	Temer precisará ser menos Temer
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 20 e 21_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			FLÁVIA BARBOSA	Economia é campo minado para Temer
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 20 e 21_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			DANIEL AARÃO REIS	Impeachment, golpe e democracia
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 20 e 21_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			ARNALDO BLOCH	Qual vai ser a nova 'narrativa' a criticar?
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 22 e 23_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			VERÍSSIMO	Das metáforas
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 22 e 23_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			FERNANDO GABEIRA	Fim de jogo
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 22 e 23_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			ILIMAR FRANCO	Temer: fazer história ou virar trampolim?
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 22 e 23_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			ALLAN GRIPP	Lula e o fim de um roteiro que desandou
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 22 e 23_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			EDUARDO EUGENIO VIEIRA	A hora de reconstruir o Brasil
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 22 e 23_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			FREI BETTO	Deposição consumada por oposição derrotada
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 22 e 23_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			JOSÉ CASADO	Perdas e danos hoje, uma anistia amanhã
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 22 e 23_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			JOSÉ PADILHA	E agora?
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 22 e 23_País	Coluna/Opinativo	Partidos e instituições			NELSON MOTTA	Último ato: drama e farsa

09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 22 e 23_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições			CORA RONAI	A melancolia do futuro que não chega nunca
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 22 e 23_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições			PAULO CELSO PEREIRA	Sem álibi, Temer precisa mostrar rota para o país
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 22 e 23_País	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições			SÉRGIO FADUL	Hora de mostrar a que veio
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 24_País	Notícia	Partidos e instituições			IMPEACHMENT	Como ficamos?
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 25_País	Notícia	Partidos e instituições			IMPEACHMENT	Troca de guarda. Os que ficam. Os que saem
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 26_País	Notícia	Partidos e instituições			IMPEACHMENT	FUTURO EM RISCO: Impeachment aprofunda racha, e PT teme deserções
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 27_País	Notícia	Protestos			IMPEACHMENT	PROTESTOS. Confrontos em atos pró Dilma
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 28_País	Notícia	Partidos e instituições			IMPEACHMENT	EUA APROVAM. 'Ordenamento da Constituição' foi seguido
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 35_Economia	Notícia	Partidos e instituições			LUZ NO FIM DO TÚNEL	Primeiros sinais de alívio
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 36_Economia	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições			MIRIAM LEITAO	O duro começo
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 37_Economia	Notícia	Economia			LUZ NO FIM DO TÚNEL	Em 3 anos, renda deve amargar perda de 9%
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 38_Economia	Notícia	Economia			LUZ NO FIM DO TÚNEL	Investimento avança, mas recuperação será lenta
09/01/2016	OGLOBO	01.09.16_OGlobo_Pg 39_Economia	Notícia	Economia			LUZ NO FIM DO TÚNEL	Economia brasileira tem pior desempenho entre 34 países
19/12/2014	FSP	19.12.14_FSP_Pg A4_Poder	Notícia	Partidos e instituições		Presidente do TSE descarta '3o. Turno' e garante Dilma		Oposição não fará 3o. Turno, afirma presidente do TSE
19/12/2014	FSP	19.12.14_FSP_Pg A4_Poder	Notícia	Partidos e instituições			PAINEL	Preto no branco
19/12/2014	FSP	19.12.14_FSP_Pg A4_Poder	Notícia	Partidos e instituições				Ministro ocupará cargo no Sesi após deixar Planalto
19/12/2014	FSP	19.12.14_FSP_Pg A18_Mundo	Coluna/ Opinativo	Partidos e instituições		Estilhaços da estatal ferem a reputação do país	MARCOS TROYJO	Petrobras é a nossa Ucrânia
19/12/2014	FSP	19.12.14_FSP_Pg B1_Mercado	Notícia	Economia		Envolvida no caso da Petrobras, OAS vende jatos e demite		Com dívida de R\$ 7,9 bi, OAS tenta renegociar com credores
19/12/2014	FSP	19.12.14_FSP_Pg B1_Mercado	Notícia	Economia				5 empresas ligadas à Petrobras têm nota rebaixada
19/12/2014	OESP	19.12.14_OESP_Pg A4_Politica	Notícia	Justiça		Lista de delator da petrobrás tem 28 políticos e inclui Palocci		Ex-diretor citou em delação 28 políticos beneficiários do esquema na Petrobrás
19/12/2014	OESP	19.12.14_OESP_Pg A7_Politica	Notícia	Partidos e instituições		Diplomada, Dilma propõe pacto anticorrupção		PT convoca militância para a posse de Dilma

